



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL

DOUTORAMENTO EM LITERATURA E CULTURA

**A CONSTRUÇÃO E A PERMANÊNCIA DO NOME DO
AUTOR: O CASO JOSÉ CONDÉ**

EDSON TAVARES COSTA

João Pessoa-PB, 2013

Edson Tavares Costa

A construção e a permanência do nome do autor: o caso José Condé

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para obtenção do título de Doutor em Literatura.

Área de concentração: Literatura e Cultura.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa

João Pessoa-PB

C837c Costa, Edson Tavares.

A construção e a permanência do nome do autor: o caso José Condé / Edson Tavares Costa.-- João Pessoa, 2013.

294f. : il.

Orientadora: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa

Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA

Nome: COSTA, Edson Tavares

Título: A construção e a permanência do nome do autor: o caso José Condé

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, para obtenção do título de Doutor em Literatura.

Avaliado em 22/03/2013

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Dr. Hildeberto Barbosa de Araújo Filho
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof^a. Dr^a. Francisca Zuleide Duarte de Souza
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Prof^a. Dr^a. Silvania Núbia Chagas
Universidade de Pernambuco – UPE

Prof. Dr. José Adilson Filho
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

João Pessoa-PB

A **Vera Condé** – uma das pessoas mais gentis, simpáticas e disponíveis que encontrei nesta caminhada, possibilitou que eu chegasse tão perto de seu pai, o escritor José Condé;

A **Josué Euzébio Ferreira** – meu ex-professor e sempre amigo, parceiro de pesquisas e trabalhos, e constante interlocutor;

A **Margarida Alexandrina** – uma das amigas mais queridas da minha mãe, que me conhece desde criança – e mesmo assim me suporta ainda hoje –, pela identificação de ideais, que, mais que tudo, nos aproxima;

A **Sousa Pepeu** (*in memoriam*) – com quem iniciei a peregrinação pelas coisas de José Condé, e que, infelizmente, faleceu após nosso primeiro encontro, embora tenha me deixado pistas valiosíssimas;

A **João Firmino** e **Maria José Tavares** (*in memoriam*) – meus pais, que não viveram para partilhar este momento importante em minha vida, mas que souberam, a seu modo, me construir e me encaminhar na trilha por mim escolhida;

DEDICO...

AGRADECIMENTOS

Ainda que não tivesse a importância que efetivamente teve, em termos de discussão acadêmica acerca do cânone literário e do escritor José Condé, este trabalho de pesquisa fez-me confirmar como, em meio a um mundo aparentemente tão egoísta e insensível, existem pessoas que se dispõem a ajudar, a colaborar de maneira desprendida, para que pudesse avançar em meus estudos. Embora correndo o risco de deixar de registrar alguém – pelo quê, desde já, peço perdão –, apresento meus agradecimentos, nominalmente, a:

- ✓ **Ana Lúcia Souza** – colega de tantos anos na UEPB, parceira de pesquisas e interlocutora gentil e interessada nos assuntos literários, que tanto nos encantam e nos identificam.
- ✓ **Anastácio Rodrigues** – um novo e querido amigo que esta pesquisa me deu, a quem sou grato pelas muitas, empolgantes e emocionadas conversas que tivemos sobre Condé; mas também o agradecimento pelo seu apurado senso de manutenção da memória caruaruense, como prefeito do município, como Presidente do Instituto Histórico de Caruaru e como intransigente defensor das coisas de Caruaru.
- ✓ **Antonio Carlos Athayde** – assessor de imprensa da Academia Brasileira de Letras, pela gentileza e o esforço em tentar viabilizar uma entrevista que, infelizmente, não aconteceu.
- ✓ **Antonio de Pádua Dias da Silva** – pelas frutíferas discussões acadêmicas, além das dicas e encaminhamentos burocráticos.
- ✓ **Assis Claudino** – pelo interesse em conversar sobre José Condé e pela presença constante.
- ✓ **Assis Vilar** – Bibliotecário da Fundação Casa de José Américo, em João Pessoa, pela disponibilidade e gentileza.
- ✓ **Bertino Silva** – aos 93 anos, que concordou em me receber para falar sobre o amigo de infância José Condé.
- ✓ **Biblioteca Nacional** – Setor de Periódicos, pela gentileza e prestimosidade dos funcionários no atendimento a minhas solicitações.
- ✓ **Demóstenes Félix** – por viabilizar alguns caminhos, no início da caminhada, quando tudo se parecia com um imenso matagal intransponível.
- ✓ **Diógenes Barbosa** – pelo apoio no *Jornal Vanguarda*, de Caruaru, tanto em termos de divulgação quanto de pesquisa.

- ✓ **Eduardo César Maia** – pela “dica” a respeito da relação ente Álvaro Lins (seu objeto de estudo) e José Condé.
- ✓ **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA)** – da Direção ao mais humilde funcionário, pelo constante apoio e por receber a solenidade de Defesa da Tese.
- ✓ **Fernandino Neto** – pela divulgação e interesse por Condé.
- ✓ **Funcionários da Biblioteca Pública Municipal de Caruaru** – especialmente Dulce e os vigias: José Pereira, Leonardo, Jorge e Carlos – por terem tornado possível logisticamente meu acesso e trabalho de catalogação da biblioteca particular de José Condé.
- ✓ **Georgiana Coelho** – pelos bons momentos de troca de informações, angústias e alegrias.
- ✓ **Hildeberto Barbosa Filho** – pelas preciosas colaborações quando da qualificação da tese, e pelo acompanhamento gentil e competente, ao longo da construção do texto.
- ✓ **Jamille Pereira** – da Fundação Casa de Gilberto Freyre, em Recife, por viabilizar a consulta ao acervo particular do escritor de Apipucos.
- ✓ **Joaquim Bezerra** – da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, que foi de uma prestimosidade ímpar, na minha pesquisa por matérias sobre Condé no Diário de Pernambuco.
- ✓ **José Adilson Filho** – pelas trocas de informações e discussões que já vêm de muitos anos, além da gentileza, competência e espírito de colaboração com que avaliou a tese, na Banca.
- ✓ **José Pereira** – Presidente da Fundação de Cultura de Caruaru, por confiar na minha capacidade de pesquisador condeano.
- ✓ **Juliana Oliveira e Jéssica Santos** – alunas que viraram amigas e parceiras de pesquisa, pelas frutíferas discussões e trabalhos sobre José Condé.
- ✓ **Lea Renata** – por ter, de forma solícita, colocado o *Jornal Vanguarda*, de Caruaru, a minha disposição para a pesquisa.
- ✓ **Leopoldo Teixeira Leite** – pelas agradabilíssimas conversas que tivemos sobre Zé-Condé, de que muito me utilizei para a construção da história de vida do escritor; e ainda pelo belo presente: um bico-de-pena com a imagem de Condé.
- ✓ **Luciana Savaget** – por ter-me colocado em contato com a família Condé.
- ✓ **Luciano Barbosa Justino** – pelo incentivo e interesse constantes.
- ✓ **Magno Nicolau** – da Editora Ideia, de João Pessoa, pelos esclarecimentos.

- ✓ **Marco Moura** – pela costumeira gentileza com que atende a quem dele precisa; colocou-me em contato com Sousa Pepeu.
- ✓ **Marco Polo Guimarães** – Superintendente de Produção Editorial da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), pela entrevista.
- ✓ **Margaret Vasconcelos** – colega e amiga de tantos anos, com quem sempre compartilho meus bons e maus momentos, e a quem recorro constantemente em minhas deficiências anglicanas.
- ✓ **Maria do Carmo Andrade e Sandra Saldanha** – Bibliotecária e Estagiária, respectivamente, da Fundação Joaquim Nabuco (Biblioteca de Mauro Mota), em Recife, pela disponibilidade e atenção que me dedicaram.
- ✓ **Marinalva Freire** – que me socorreu algumas vezes, nas minhas limitações do idioma hispânico.
- ✓ **Mário Hélio** – coordenador literário da Fliporto, pela entrevista.
- ✓ **Onildo Almeida** – pela entrevista, enquanto presidente da Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras.
- ✓ **Paulo Caldas** – da Editora Bagaço, pela gentileza da entrevista.
- ✓ **Prazeres Barbosa e Francisco Torres** – casal amigo de há muitos anos, que transformaram minha presença no Rio de Janeiro, por mais de uma vez, em agradáveis momentos de convivência, essenciais na reposição de energias para *correr atrás* da pesquisa encetada.
- ✓ **Regina Vampré** – secretária particular da escritora Lygia Fagundes Telles, pela atenção.
- ✓ **Renard Perez** – o simpático escritor e pesquisador, pelas agradáveis e frutíferas conversas que tivemos.
- ✓ **Rosilene Marafon** – Secretária do PPGL/UFPB, pela simpatia e prestimosidade com que sempre subsidiou burocraticamente minhas pendências.
- ✓ **Rosineide Mota** – da Biblioteca Pública Municipal de Caruaru, pela forma acolhedora com que se desdobrou para atender a minhas solicitações.
- ✓ **Sandra Luna** – Coordenadora do PPGL/UFPB, pelo interesse e viabilização da Defesa da Tese fora da sede da Universidade.
- ✓ **Silvania Núbia Chagas** – pela disponibilidade de e competência em avaliar este trabalho.
- ✓ **Socorro de Fátima Pacífico Barbosa** – a professora que acreditou na aventura de estudar um escritor ausente das hostes acadêmicas, e principalmente pelo equilíbrio na

condução da orientação, representado pela liberdade com que me deixou caminhar, mas sem jamais me abandonar no caminho.

- ✓ **Socorro Lyra** – que me colocou em contato com Bertino Silva.
- ✓ **Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)** – pelo investimento realizado nesta pesquisa, sob a forma de minha liberação por três anos e meio, em que pude me dedicar com mais atenção à tese.
- ✓ **Valéria Barbalho** – pela sua contribuição, como filha de Nelson Barbalho, um dos grandes amigos de Condé.
- ✓ **Vandregésilo Neves** – por suas recordações, vindas à tona em nossas conversas sobre José Condé, em Recife.
- ✓ **Veridiano Santos** – também estudioso das coisas de Caruaru, pela gentileza com que colocou a minha disposição sua pesquisa.
- ✓ **Waldênio Porto** – pela esclarecedora entrevista enquanto Presidente da Academia Pernambucana de Letras.
- ✓ **Walmiré Dimeron** – outro apaixonado por Caruaru e por José Condé, pelas importantes informações, pela parceria constante na pesquisa e nos eventos realizados em torno do escritor caruaruense.
- ✓ **Welba Sionara** – pelas informações precisas concedidas em entrevista, e pelas impressões preciosas concedidas *em off*.
- ✓ **Zuleide Duarte** – que sempre me supriu de vasta bibliografia e pertinentes discussões, pela valiosa colaboração na qualificação da tese e na Banca.

AGRADECIMENTO MUITO ESPECIAL

Às mulheres mais importantes da minha vida, e por quem vale a pena toda a história que construímos juntos:

- ✓ **Maria Tavares;**
- ✓ **Aline Tavares;**
- ✓ **Sara Tavares;**

Pela forma como alicerçaram este trabalho, agindo cada uma segundo seu jeito e sua condição, mas sempre com muito carinho e disponibilidade, em meio aos naturais percalços ao longo da caminhada.

“Caruaru está dentro de mim e corre em minhas veias, diluída em ternura.”

José Condé

“Canta a tua aldeia e serás universal.”

Leon Tolstoi

“As obras são objetos programados para se presentificarem indefinidamente na leitura.”

Leila Perrone-Moisés

RESUMO

Este trabalho consiste numa discussão sobre o cânone literário brasileiro, focando questões acerca do como e por quem é formado, quem o mantém e como é mantido. Singularizamos a análise, refletindo sobre a ausência do escritor José Condé, do cotidiano de leitura atual. Por ser um autor praticamente desconhecido hoje, iniciamos com uma apresentação biográfica do escritor, para, em seguida, realizar algumas incursões em sua atuação como escritor e jornalista, partindo de observações de parte do acervo que compõe sua biblioteca particular. Refletimos sobre o cânone literário e algumas instâncias canônicas, em busca de razões pelas quais a obra de Condé encontra-se esgotada em livrarias e editoras. Para a realização da pesquisa, recorreremos a entrevistas com contemporâneos de José Condé, familiares e amigos, a fim de montarmos um painel biobibliográfico mais amplo possível do escritor; entrevistamos igualmente pessoas ligadas à literatura, seja na produção do livro, seja na realização de eventos, seja na composição de academias. Teoricamente, refletimos com Michel de Certeau (2011), Roger Chartier (1998; 1999; 2001; 2002; 2007), Robert Darnton (1992; 2010), entre outros, sobre questões sociais e econômicas ligadas ao suporte literário, suas implicações na composição e manutenção do cânone literário; também buscamos em Michel Foucault (1992; 2008) subsídios para refletir sobre o Poder, elemento basilar na formação do cânone.

PALAVRAS-CHAVE: Cânone literário. José Condé. Instâncias Canônicas. Poder.

ABSTRACT

This academic work consists of a discussion about the Brazilian literary canon, focusing on questions about how and by whom it is formed, who keeps it and how it is maintained. The singular analysis reflects on the writer José Condé's absence on the daily routine of reading nowadays. As he is a practically unknown author today, the work begins with the writer's biography presentation and then it makes some inroads in his works as a writer and journalist, based on observations made on his private library. The reflection about the literary canon and some canonical instances tries to find the reasons why Condé's work is sold out in bookstores and publishing houses. Interviews with José Condé's contemporaries, family and friends were made to conduct the research in order to saddle up the writer's widest possible life panel and there were also interviews with people linked to Literature, either in the production of books, holding events or taking part in the composition of Academies. The theoretical reflection is based on Michel de Certeau (2011), Roger Chartier (1998, 1999, 2001, 2002, 2007), Robert Darnton (1992, 2010) among others that write about social and economic issues related to the literary support, its implications in the composition and maintenance of the literary canon. Michel Foucault (1992, 2008) was used as the subsidies to reflect on the Power, basic element in the formation of the canon.

KEYWORDS: Literary canon. José Condé. Canonical Instances. Power.

RESUMEN

Este trabajo consiste en una discusión respecto al canon literario brasileño, centrándose en las cuestiones acerca de cómo y por quién está formado, quién lo mantiene y cómo es mantenido. Singularizamos el análisis, reflejando sobre la ausencia del escritor José Condé, de lo cotidiano de la lectura actual. Por tratarse de un autor prácticamente desconocido hoy, empezamos con una presentación biográfica de él, para después hacer algunas incursiones en su actuación como escritor y periodista, partiendo de observaciones respecto al acervo que compone su biblioteca privada. Reflejamos sobre el canon literario y algunas instancias canónicas, en la búsqueda de razones por las cuales la obra de Condé se agotó en librerías y editoriales. Para llevar a cabo esta investigación, recorreremos a entrevistas con los contemporáneos de José Condé, familiares y amigos, con vistas a montar un panel biobibliográfico lo más amplio posible del escritor; entrevistamos igualmente personas articuladas con la literatura, sea en la producción del libro, en la realización de eventos, o en la composición de academias. Teóricamente, reflexionamos con Michel de Certeau (2011), Roger Chartier (1998, 1999, 2001, 2002, 2007), Robert Darnton (1992, 2010), entre otros, en cuestiones sociales y económicas relacionadas al soporte literario, sus implicaciones en la composición y mantenimiento del canon literario; buscamos aún basamento en Michel Foucault (1992, 2008) para reflejar sobre el Poder, elemento imprescindible a la formación del canon.

PALABRAS CLAVE: canon literario. José Condé. Instancias canónicas. Poder.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	José Condé	19
Figura 2	José Condé, em frente da casa da Rua da Matriz nº 300	34
Figura 3	Bertino Silva	37
Figura 4	Momento de intimidade no sítio de José Condé	46
Figura 5	Os filhos e a segunda esposa de José Condé	49
Figura 6	Leopoldo Teixeira Leite	53
Figura 7	Condé brincando com Teddy, um de seus cachorros	54
Figura 8	Vera Condé concedendo entrevista para esta pesquisa	55
Figura 9	José Condé, doente, tendo ao lado a esposa Maria Luiza	58
Figura 10	Casa de Cultura José Condé	67
Figura 11	Vandragézilo Neves	74
Figura 12	Aspecto do acervo da biblioteca particular de José Condé, hoje	105
Figura 13	Renard Perez	118
Figura 14	Fac-Símile da Certidão de Nascimento de José Condé	120
Figura 15	Bilhete manuscrito de José Condé	130
Figura 16	Anastácio Rodrigues	142
Figura 17	Nota de divulgação de livros da Companhia Editora Nacional	159
Figura 18	Visão da página em que era localizada a Coluna "Escritores e Livros"	161
Figura 19	Detalhe da Coluna "Escritores e Livros"	167
Figura 20	Mestre Vitalino, o prefeito de Caruaru João Lyra Filho e João Condé	169
Figura 21	Otto Maria Carpeaux	233
Figura 22	Álvaro Lins	234
Figura 23	José Condé em noite de autógrafo	241
Figura 24	Aspecto do <i>Jornal de Letras</i>	249
Figura 25	Lançamento da reedição de <i>Terra de Caruaru</i>	276
Figura 26	Augusto Meyer	277
Figura 27	Os irmãos Condé, recebendo o mestre ceramista Vitalino Pereira dos Santos, no Rio de Janeiro	282

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantitativo de livros oferecidos a José Condé, por escritor	146
Tabela 2	Quantitativo de livros oferecidos a José Condé, com dedicatória, por ano	147
Tabela 3	Relação de livros localizados na biblioteca particular de José Condé, oferecidos ao autor com autógrafos datados de 1960, e divulgados (ou não) na sua coluna	163-4
Tabela 4	Relação de autores citados nos livros de Afrânio Coutinho (AF), Alfredo Bosi (AB), Massaud Moisés (MM) e Nelly Novaes Coelho (NNC)	219-21

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
Uma história monumental da literatura	21
“O que é um autor?”	23
O caso Condé	26
CAPÍTULO 1 – NOTÍCIA BIOGRÁFICA DE JOSÉ CONDÉ	28
1.1 Histórias de uma vida	32
1.1.1 Famílias plantadas em solo agrestino	33
1.1.2 Rua da Matriz nº 300	34
1.1.3 A infância cheirando a jasmim	36
1.1.4 A adolescência em Petrópolis	38
1.1.5 O curso superior e a breve militância política	40
1.1.6 Funcionário público e colunista social	44
1.1.7 Vida em família	46
1.1.8 O amigo atencioso	50
1.1.9 Histórias do Zé	52
1.1.10 Doença e morte	56
1.1.11 Depois da morte	62
1.2 Um escritor, por seus contemporâneos	69
1.2.1 Sobre a importância de ouvir	70
1.2.2 A força de um nome	71
1.2.3 O “Príncipe dos Condé”	73
1.2.4 Sobre o escritor e sua obra	75
1.2.5 José Condé em artigos	86
1.2.6 Nos livros de Condé	92
CAPÍTULO 2 – UM ESCRITOR E SUA BIBLIOTECA	98
2.1 Bisbilhotar bibliotecas	100
2.2 Duas bibliotecas, os mesmos problemas	103
2.3 A biblioteca de Condé	108
2.3.1 Livros de História	109
2.3.2 Livros virgens	111

2.3.3 Marcas de leitura	115
2.3.4 Referências a José Condé	119
2.3.5 Curiosidades	123
2.3.6 Livros estrangeiros	130
2.3.7 Livros em língua portuguesa	134
2.3.8 Danificados	139
2.4 Dedicatórias	143
2.4.1 Amigo, confrade e conterrâneo	148
2.4.2 Ao casal Condé	152
2.4.3 Espaço para recados	154
2.4.4 O jornalista literário	157
2.4.4.1 A coluna “ Escritores e Livros ” em 1960	160
2.4.5 Dedicatórias inusitadas	170
2.5 Um tesouro semi-intacto	173

CAPÍTULO 3 – ALGUMAS REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O CÂNONE

3.1 As sete maravilhas do mundo antigo	175
3.2 A memória e a memória de uma civilização	177
3.3 Cânone: depositório mnemônico	180
3.4 Considerações sobre a Verdade	186
3.5 Verdade canônica	190
3.6 Algumas reflexões sobre o cânone literário	192
3.7 A crítica e os leitores	195
3.8 Cânone: conservação, acessibilidade ou negação?	199
3.8.1 Conservação	199
3.8.2 Acessibilidade	205
3.8.3 Negação	206
3.9 O Cânone literário brasileiro	209
3.9.1 O início do cânone brasileiro	210
3.9.2 O cânone nacional hoje	213

CAPÍTULO 4 – INSTÂNCIAS CANÔNICAS

4.1 Sobre o Poder e o poder do livro	223
--	-----

4.2 Poder Intelectual	225
4.2.1 A Igreja	226
4.2.2 A Crítica	228
4.2.2.1 A Crítica Acadêmica	230
4.2.2.2 A Crítica Jornalística	235
4.3 Poder da mídia	237
4.3.1 A mídia editorial	239
4.3.2 A mídia jornalística	247
4.3.2.1 O <i>Jornal de Letras</i>	249
4.3.3 Eventos literários	252
4.4 Poder Institucional	256
4.4.1 Instituições escolares	256
4.4.2 Professores/Orientadores/Pesquisadores	258
4.5 Poder de projeção	259
4.5.1 Imortalidade acadêmica	260
4.5.2 Prêmios	261
4.6 Em suma... ..	264
 CAPÍTULO 5 – JOSÉ CONDÉ, ESGOTADO?	266
5.1 Quem lê o quê, e por quê	268
5.2 A indústria de livros no Brasil	270
5.3 A ausência de José Condé	273
5.4 Considerações finais: um nome oco	276
 REFERÊNCIAS	285



Figura 1 – José Ferreira Condé (22/10/1917 - 27/11/1971) – Foto: Acervo da família de José Condé.

INTRODUÇÃO

“Não consintamos que nada que em nós entra fique
intacto, por receio de que não seja nunca
assimilado. Digiramos a matéria: de outro modo,
ela passará a nossa memória, mas não a nossa
inteligência.”
Sêneca

Embarcando no trem da “Great Western”, estamos chegando à Caruaru da década de 1920. “Apitando prolongadamente, o comboio vence o corte, para alcançar, mais adiante a curva e, em seguida, a estação, [...] os meninos vendendo bolo cabano, roletes de cana, água fria, feiras de castanha assada...” (CONDÉ, 2011, p. 253). Desembarcamos, e uma cidade diferente da que conhecemos no início do século XXI abre-se a nossa frente; no entanto, é-nos familiar em vários momentos, em diversos cenários. Mergulhando na saudosa narrativa de José Condé, reconhecemos o Grande Hotel, a Rua da Matriz, a Rua Vigário Freire, Rua Duque, Rua Preta, Cafundó, Vassoural, Praça Nova-Euterpe, o Morro Bom Jesus e sua igreja... Um estremecimento estranho e bom agita de leve nosso corpo.

É primeiro esse sentimento, tão familiar a quem, mesmo distante, sente-se perenemente conquistado pela terra natal, que se mistura ao de degustar esse lugar através das palavras preñes de significados, porque arrumadas esteticamente de tal maneira e contando de tal jeito as histórias que conta, que nos fazem vibrar a corda de sempre inédita emoção, a cada nova leitura; é, finalmente, o desejo inato e desenvolvido de entender e percorrer os caminhos que vão dar nessas plagas literárias, compreender-lhe nuances pouco nítidas, dando-lhe mais visibilidade, para futuras discussões; é tudo isso junto que nos levou a pensar e nos leva à produção deste trabalho de pesquisa.

Mais do que *Terra de Caruaru*, mais que o seu criador, José Condé, estendemos nossa curiosidade e nossa ânsia de saber, nossas hipóteses e reflexões, à própria História da Literatura, para buscar compreender como esta é construída e que caminhos percorre, instigada por quem ou que instituições, até desembocar no que temos e lemos hoje: autores e obras cristalizadas no imaginário, nas bibliotecas, nos estudos, nas discussões e (quicá!) nas leituras – esse espaço algo misterioso a que denominamos **cânone literário**.

Através do olhar para José Condé, intentamos lançar lampejos, faíscas reflexivas sobre questão sabidamente controvertida, mas que, a despeito da constante polêmica a agitar a crítica e os próprios leitores *comuns*, faz-se determinante em nosso mundo letrado. Literatura e Cânone são termos tão presentes, um no campo do outro, que se faz impossível falar de um sem tocar no outro; por mais que se minimize a importância ou necessidade de levar em conta o que e como se compõe o cânone literário nacional, sempre terminamos por nos incomodar ante o fato, por exemplo, de narrativas plenas de qualidades literárias, como as de José Condé – e tantos outros autores –, jazerem, mofadas, no limbo do esquecimento público.

Uma História Monumental da literatura

Uma das mais significativas decorrências dos novos aportes epistemológicos e seus trânsitos nos estudos literários diz respeito ao deslocamento substancial da definição de literatura como arte ou objeto estético, para a noção de literatura como produção estético-cultural, matéria significativa situada no domínio da cultura. (SCHMIDT, 2008, p. 127)

É por esse caminho que procuraremos seguir, em nossas reflexões acerca da obra de José Condé e do seu lugar no cânone, além do pensar sobre o próprio cânone literário e sua constituição. O fazer literário, em sua perspectiva cultural, leva-nos a eleger a História da Literatura, que, segundo Perrone-Moisés (1998, p. 19), por boa parte do século XX, andou “em queda de prestígio”, como o eixo motriz de nossos pensamentos, neste trabalho. Fazemos essa opção cômicos de quanto a História Literária pode auxiliar na compreensão dos vários fenômenos que redundam na formação do cânone nacional.

Procuraremos a junção sugerida por Nietzsche (2003, p. 31-2): “[...] de acordo com suas metas, forças e necessidades, todo homem e todo povo precisa de um certo conhecimento do passado, ora sob a forma da história monumental, ora da antiquária, ora da crítica”. Aproveitando essa distinção nietzschiana da História, segundo a qual a **monumental** volta-se aos grandes modelos do passado, fazendo sombra aos demais, contemporâneos ou posteriores; a **antiquária** se ocupa de tudo quanto existe no passado, em seus detalhes mais ínfimos; a **crítica** anseia por libertação desse passado para se debruçar sobre o presente; é nosso desejo utilizarmos-nos do potencial instrumentalizador de cada visão histórica para discutir o pretérito, sem nos perdermos nele nem o anularmos.

Naturalmente, procuraremos tomar todos os cuidados alertados pelo próprio Nietzsche, ao dizer, por exemplo, sobre a história **monumental** que “impele os corajosos à temeridade, os entusiasmados ao fanatismo” (NIETZSCHE, 2003, p. 23); ou, sobre a história **crítica**, que o homem pode não perceber “a maior parte do que existe, e o pouco que vê, ele vê muito próximo e isolado; não consegue mensurá-lo e, por isto, toma tudo como igualmente importante, cada indivíduo torna-se importante demais” (*op. cit.*, p. 28). Horrorizam-nos os extremos, e deles procuramos fugir continuamente. Se algumas obras que compõem o cânone literário aparecem como esse monumento colossal, que, quais as pirâmides egípcias, lançam sua sombra avassaladora sobre quanto existe ao seu redor, fazendo desaparecer na penumbra monumental tudo que não é reconhecidamente grande, havemos de buscar esses elementos que foram obscurecidos e trazê-los à luz das discussões, mas não sem que passe por um criterioso processo de avaliação, para que não se pense ser ouro todo grão que dança no fundo da bateia.

Nesse embate, por vezes, o passado precisa ser questionado, já que nossos pés estão fincados no presente e é a esse tempo que devemos satisfação e a razão de estar mexendo no que passou; e assim o fazemos, “não como um grupo de puros pensadores que apenas contemplam a vida, não como indivíduos ávidos de saber, que só se satisfazem com o saber e para os quais a ampliação do conhecer é a própria meta”, como afirma Nietzsche (*op. cit.*, p. 31), mas para fomentar a discussão, a reflexão sobre esse tema, que é a grande finalidade de nossa vida literária.

Abordaremos o *vespeiro* do cânone, tocando em alguns pontos que lhe são nevrálgicos, a partir do que Rita T. Schmidt identifica como “protagonismo das margens”, ou seja, as ausências, os silenciamentos ou expurgos do cânone. É exatamente essa marginalidade que “se torna visível à medida que as pesquisas históricas sobre o passado e a consequente recuperação de textos [e autores] situados nas zonas de sombra e esquecimento desvelam outras leituras, outras perspectivas em contraponto às conhecidas” (SCHMIDT, 2008, p. 130). Este é o ponto: a visibilidade de autores que foram, inexplicavelmente (ou nem tanto), alijados dessa listagem *sagrada*, a qual, a despeito dos antitéticos sentimentos de antipatia que desperta em alguns e de inveja em outros, como podemos constatar em depoimentos colhidos, é importante (ainda que não fundamental) na sobrevivência literária de um escritor, na medida em que, entronizada no panteão dos *imortais*, exercendo quase absoluto poder sobre os vários segmentos socioculturais, assumindo ares de Verdade, essa listagem determina a presença desse escritor no cenário literário de um país.

No entanto, a *periferia literária*, composta por autores e obras não identificados como “grande literatura”, apenas dorme (“hiberna”, como disse Waldênio Porto (informação verbal)¹, da Academia Pernambucana de Letras), podendo, a qualquer momento, ser despertada e, mesmo que não se faça centro, provocará, com sua presença marginal, reflexões que inquietarão até mesmo o *mundo canônico* da literatura brasileira.

“O que é um autor?”

A provocativa indagação que dá título à reflexão foucaultiana (FOUCAULT, 1992) é ponto de partida para outras inquietações do fazer literário. Que elementos constituem um autor? O que torna possível uma obra? Como inscrever um autor e uma obra num determinado tempo e na posteridade? O que garante sua permanência na memória literária nacional e o que a faz submergir no oceano do esquecimento público e acadêmico?

Uma vez que “a ‘função-autor’ está [...] ligada aos sistemas legais e institucionais que circunscrevem, determinam e articulam o domínio dos discursos”, como afirmam Miranda e Cascais (1992, p. 21), em prefácio a *O que é um autor?*, a pertinência de nossa pesquisa funda-se na necessidade de discutir os fatores que concorrem para o desvanecimento de autores que perderam seu espaço de exposição nas livrarias, na mídia e, principalmente, seu calibre de debate nas pesquisas críticas das academias.

Tomamos como referência, nesta discussão, o escritor pernambucano de Caruaru José Condé (1917-1971), autor de uma diversificada obra literária, composta de romances, contos e novelas, em cujos personagens se mesclam o registro ficcional do cotidiano, com todas as suas idiossincrasias, o humor por vezes melancólico, outras vezes bizarro, e o mergulho no vazio em que se constitui a vida em geral e a vida do personagem em particular, emergindo desse mergulho com uma aura de pessimismo, conformismo e tentativa de se entender. Em depoimento à jornalista Gilse Campos, menos de dois meses antes de seu falecimento, numa tentativa de se definir, literariamente, o próprio Condé se dizia “um escritor em fase de transição entre a literatura pós-modernista de 30 e a geração de 45” (CAMPOS, G., 1971, p. 4).

¹ Entrevista concedida em Recife-PE, em 28/12/2010.

Sua obra mais conhecida é ***Terra de Caruaru*** (1960), um texto híbrido, mescla de rapsódia, memórias, historicidade e romance, que traz acontecimentos ficcionalizados da pequena povoação de Caruaru, desde a sua origem, e chegando aos anos de 1920, época da infância do escritor; é uma narrativa que atrai a atenção, tanto do ponto de vista da construção estética dos episódios quanto da dinamicidade da ação narrada, sobre o que afirmou Valdemar Cavalcanti:

É o livro que nos deu, a meu ver, a exata dimensão dos poderes de romancista de José Condé: pela extensão e complexidade do quadro social e humano que traçou; pela finura de traço no desenho tanto das personagens quanto da moldura em que as colocou; pelas perspectivas que fatos e episódios, meticulosamente articulados, apresentam, num contexto nada ralo, em que se entrelaçam elementos de realidade e invenção; pela indiscutível categoria literária da composição. (CAVALCANTI, 1987, p. 8).

A despeito da constatação de seu talento criativo e seu dinamismo como promotor lítero-cultural, das notas não menos elogiosas sobre este e os demais livros que escreveu, o silêncio acadêmico em torno do escritor caruaruense demonstra que não são suficientes o reconhecimento e o louvor pela qualidade de seus textos para se fazer presente no cenário crítico nacional; outros fatores precisam ser levantados e investigados, para explicar essa ausência.

Parece-nos urgente entender os motivos da invisibilidade e do silêncio em torno da obra condeana, que se apresentou no cenário literário nacional como prodigiosa em multífaces ficcionais, do relato de casos pitorescos aos aprofundamentos psicológicos de personagens que representam pessoas simples, do povo, passando pelo clima onírico e até fantástico de narrativas densas e repletas de enigmas e mistérios, em todas predominando certo questionamento existencialista, na perspectiva sartreana de plena responsabilidade do ser humano sobre si mesmo e seus atos (SARTRE, 2012, p. 20; 21).

Segundo Foucault (1992, p. 45-6), “o nome de autor [...] manifesta a instauração de um certo conjunto de discursos e refere-se ao estatuto desses discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura”. Isso se faz determinante para a sobrevivência literária daquele autor e obra *a posteriori*, uma vez que todos esses fatores estão interligados, e daí resulta a sua consagração pública e atemporal, ou a constatação apenas medíocre de seu aparecimento e fugaz duração. Buscaremos, então, inferir o estatuto do discurso condeano na sociedade que viu brotar suas obras, tanto o discurso literário como o jornalístico – uma vez que Condé

atuou nas duas searas –, para sentir o peso e as marcas deixadas nessa sociedade e nas posteriores, e, conseqüentemente, sua reminiscência literária atual.

Não se pode pensar o fenômeno literário como algo completo, a si mesmo bastante para a inteira percepção e compreensão do que provocou na sociedade que o viu surgir, e o que provoca (ou não) nos leitores de outras épocas. É mister que se mergulhe num arcabouço investigativo, que extrapola o texto, e que é capaz de dar a este a condição de obra literária, através da constituição dos diversos elementos que lhe dão suporte: a indústria livreira, o mercado consumidor, a crítica literária, os espaços de estudo e divulgação, dentre outros, são elementos preponderantes para a consolidação (ou não) de uma obra ou de um autor.

Reforcemos: não é possível identificar a importância de uma obra ou autor, num determinado período ou ao longo da História, tendo como referencial somente o texto, como se este existisse por si, e apenas suas características intrínsecas fossem suficientes para determinar sua aceitação ou não pelo público e sua eleição para o cânone. Até porque, como afirma Chartier, (1999, p. 17), “não há texto fora do suporte que o dá a ler”, e, conseqüentemente, “não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor”.

Adverte, ainda, Foucault:

Talvez seja tempo de estudar os discursos não somente pelo seu valor expressivo ou pelas suas transformações formais, mas nas modalidades da sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos variam com cada cultura e modificam-se no interior de cada uma; a maneira como se articulam sobre relações sociais decifra-se de forma mais direta, parece-me, no jogo da função autor e nas suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que empregam. (FOUCAULT, 1992, p. 68-9)

A questão canônica da literatura, aliás, está envolta em constantes discussões desse quilate, e, se é verdade que, como afirma Bloom (1995, p. 27-8), o cânone é um espaço de “escolha entre textos que lutam uns com os outros pela sobrevivência”, não havemos de negar que essa eleição seja feita por “grupos sociais dominantes, instituições de educação, tradições de crítica” e até mesmo, como defendem os dissidentes de Bloom, que as obras que resplandecem nos pedestais canônicos estejam aí “devido a bem-sucedidas campanhas de publicidade e propaganda”. Mesmo levando-se em conta, ainda, o fato de que, “em cada era, alguns gêneros [como a aventura, o romance jornalístico] são encarados como mais canônicos que outros [como o romance histórico, por exemplo]”, não se pode perder de vista a ideia de

que bem mais elementos contribuem para – e até determinam – a inclusão de uma obra ou autor no panteão do Cânone, bem como o seu sepultamento indefinido.

O caso Condé

Para discutir o caso Condé no cânone brasileiro, estruturamos o presente trabalho partindo de uma necessária apresentação do escritor, já que se trata de um *ilustre desconhecido* para boa parte do público. Para tanto, iniciamos com um **capítulo biográfico** (“Notícia biográfica de José Condé”), em que enfocamos suas origens, sua infância, adolescência, vida profissional, familiar e literária, algumas passagens curiosas, a doença e a morte, bem como as homenagens póstumas a ele prestadas, à época. Seguimos a antiga mas ainda válida sugestão de Edmond Scherer, em *Études Critiques de Littérature*, lançado em 1876, em Paris, destacada por Sílvio Romero (1888, p. 7-8): “[...] procurar surpreender estes homens [escritores] em sua vida de todo o dia, desenhar-lhes a fisionomia, recolher as picantes anedotas a seu respeito, e é forçoso declarar que esta [...] maneira de escrever a história literária encerra muito atrativo.”² Romero alerta, porém (e concordamos com ele), que este *bisbilhotar* “deve sempre visar uma maior compreensão de sua individualidade e das relações desta [...]” com o contexto histórico-social e literário que estamos empenhados em focalizar. Não se trata, pois, de mero *fluxico* biográfico.

Lançamos mão, então, dos recursos disponíveis para construir esta breve nota biográfica, como sugere Borges (2006, p. 212): “Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Por intermédio das ‘vozes’ que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais”. Conversamos com familiares e amigos de José Condé, através de entrevistas realizadas no Rio de Janeiro, Recife e Caruaru, para montarmos esta breve biografia. Com o intuito de construirmos a representação do nome José Condé no cenário literário nacional em seu tempo, aproveitamos também as entrevistas com seus contemporâneos para discutir alguns aspectos relacionados a sua obra e sua atuação como jornalista literário.

Encontramos também alguns documentos que subsidiaram nossa pesquisa, inclusive a Certidão de Nascimento e a de Batismo, definindo a data de nascimento do biografado, por

² Atualizamos a ortografia.

muitos (e até pelo próprio Condé) equivocadamente divulgada como 23/10/1918. Mas o maior quantitativo documental de que dispomos foi a biblioteca particular de José Condé (ou o que dela restou), doada pelos familiares à Casa de Cultura que recebeu seu nome, em Caruaru-PE. Catalogamos todos os livros encontrados, separando-os a partir de um critério próprio, que é explicitado no **segundo capítulo** (“Um escritor e sua biblioteca”), o qual analisa diversos aspectos ligados à leitura (ou não) dessas obras, à produção literária, jornalística e à própria vida desse escritor.

O **terceiro capítulo** (“Algumas reflexões preliminares sobre o cânone”) foi reservado para uma reflexão a respeito do cânone literário, suas origens, características e formas de composição. A partir da analogia com uma espécie de cânone artístico-cultural, a lista das sete maravilhas do mundo antigo, refletimos sobre questões como memória e cânone enquanto depósito mnemônico, a Verdade e a verdade canônica, a história do cânone literário universal e brasileiro, a função da crítica e dos leitores em sua formação/manutenção.

Abrimos o **quarto capítulo** (“Instâncias canônicas”) desenvolvendo a reflexão do capítulo anterior, com uma abordagem a respeito de pessoas e instituições que contribuem para a composição do cânone literário. Abordamos o Poder, força essencial à manutenção do cânone, quem manipula esse Poder e com que objetivo; e comentamos sobre cada um desses elementos.

Encerramos nosso trabalho com o **quinto capítulo** (“José Condé, esgotado?”), uma discussão acerca da ausência canônica do escritor José Condé, refletindo sobre a inexistência de reedições de sua obra, sobre a posição do leitor e a função das casas editoras nesse processo, com alguns questionamentos acerca dessa ausência.

Ressaltamos, e o faremos mais vezes, no decorrer de nosso texto, que não é nosso propósito colocar José Condé no cânone nacional, a qualquer custo; até porque, como afirma com certa veemência Kothe (1997, p. 416), “tendo-se poder, não é difícil substituir um cânone por outro; não se tendo, pode-se propor outro, para recair em limitações similares àquelas que se acabou de criticar”. Não nos cremos com poder para instituir um cânone, e, mesmo se isso nos fosse possível, este seria tão incompleto e polêmico como qualquer outro. Nosso objetivo principal é tornar visível um autor ausente do cânone e (ou por isso também) das livrarias e salas de leitura deste país, mas um escritor que precisa ser lido, analisado, discutido, estudado, não tanto em função dele (está morto há mais de quarenta anos), mas do próprio público leitor, que necessita conhecer cada vez mais e melhor grandes talentos literários de seu país.

CAPÍTULO 1 – NOTÍCIA BIOGRÁFICA DE JOSÉ CONDÉ

“O retorno do passado nem sempre é um momento
libertador da lembrança, mas um advento, uma
captura do presente.”
Beatriz Sarlo

“No céu é muito bom, mas lá ele não vai poder chupar manga...” A inusitada frase do menino caruaruense, quando da morte de seu irmão Inácio (ENEIDA, 1962, p. 80; PEREZ, 1970, p. 217), dá-nos bem a medida do que seria, anos mais tarde o escritor José Ferreira Condé: um registrador-ilustrador do cotidiano, através da arte, do surpreendente da literatura.

Pernambucano de Caruaru, nascido na Rua Dr. José Maria, hoje Rua Mestre Pedro, José é o caçula sobrevivente dos três filhos de João José da Silva Limeira e Ana Ferreira Condé. O amigo Anastácio Rodrigues, ex-prefeito de Caruaru, idealizador e construtor da Casa de Cultura que leva o nome do escritor, não economiza nos elogios a Condé, caracterizando-o como uma pessoa “dócil, amável [...], leve, suave” (informação verbal)³, acrescentando que o escritor era sensível e se emocionava facilmente quando se falava de sua terra natal, mesmo depois de muitos anos morando no Rio de Janeiro. E exemplifica: em 1970, a Escola de Samba Unidos de São Carlos (que em 1983 passou a se denominar Grêmio Recreativo Escola de Samba Estácio de Sá) usou como tema de seu desfile carnavalesco o romance *Terra de Caruaru*, tendo ficado em 7º lugar na classificação das agremiações da primeira divisão do carnaval carioca⁴; Condé, comovido, comenta, ao ouvir o samba-enredo, composto por Sidney da Conceição e Antonio Curvina, entoado por Jamelão e as baianas da agremiação: ““Anastácio, ouça, Anastácio, elas [as baianas] estão cantando *Igrejinha da Conceição!*”. E elas não sabiam que o autor estava ali, emocionado, entre elas, tomando chope...” (informação verbal)⁵. Enquanto isso, a avenida entoava:

Em Pernambuco, na terra de Caruaru,
Berço de tantas tradições:
Do frevo e maracatu,
Os violeiros, cancioneiros,
Zabumbas, tantãs e pandeiros,
Uma canção e sanfoneiros,

³ Entrevista concedida em Caruaru-PE, em 27/08/2010.

⁴ Conforme informações colhidas no *site* da Escola (<http://www.gresestaciodesa.com.br/1961_1970.html>), acesso em 29/11/2011.

⁵ Entrevista concedida em Caruaru-PE, em 27/08/2010.

Pregoeiros na feira,
 Viajantes caixeiros;
 Negros trabalhavam
 Na colheita do algodão;
 Filhos dos pioneiros estudavam
 Para o progresso da nação.
 Na casa grande da fazenda,
 Igreja da Conceição...
 O requinte deste tema
 O passado de glória
 Da cidade moderna de Caruaru
 Enriquece nosso poema.
 A festa junina, o ciclo do natal
 E o maracatu no carnaval...

Oi, maracatu, maracatu cantarei
 Oi, maracatu, maracatu gingarei...

A distância etária de seus dois irmãos, Elysio (12 anos a mais) e João (6 anos mais velho), fez de José uma criança isolada, um fabricante solitário de seus próprios brinquedos e mundos. A transposição desse universo para o papel, anos depois, como escritor, foi, portanto, uma natural transição. Mas, antes disso, o menino Zezé, como também era chamado pelos colegas, revestiu-se de um acanhamento e um medo invulgar, próprio de quem atravessa a infância sozinho, sem ter com quem partilhar os sentimentos mais recônditos de insegurança e experimentação da vida. Valdemar Cavalcanti, amigo íntimo de Condé, em depoimento ao *Jornal de Letras*, na edição dedicada aos 10 anos da morte do escritor, explica que ele tinha

uma timidez que era parede-meia com o medo e cuja explicação se alguém quisesse, com apetrechos de psicanálise, encontrar nas raízes mais fundas, irá talvez descobri-la nos porões de sua infância. Timidez que era medo de andar só ou de andar no escuro; de ficar no meio de muita gente, de atravessar rua ou corredor; de viajar de avião; de ficar, em dadas circunstâncias, de mão fria, se possível calado a um canto da sala. [...] Tudo isso decorrente de restos de medo que se acumularam, nunca assimilados, no subconsciente do menino de Caruaru e do meninote de colégio interno. (CAVALCANTI, V., 1981, p. 1).

Esta solidão e a consequente fobia a estar só e a se expor vão aparecer em diversos momentos da vida de José Condé: o historiador Nelson Barbalho registra, em sua obra inédita⁶ *José Condé, o Romancista de Caruaru*, no trecho inicial do discurso de Maria Luiza

⁶ Este livro de Nelson Barbalho encontra-se ainda em forma de manuscrito, uma vez que o autor faleceu sem publicá-lo; a ele tivemos acesso por fazer parte do acervo doado pela família à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru.

Condé (a segunda esposa do escritor), por ocasião da inauguração da Casa de Cultura José Condé, em 1973: “Muitas e muitas vezes, quando viajavamos e recebia uma homenagem, Zé, inesperadamente, passava-me a palavra e eu era forçada a improvisar um agradecimento. Ele dizia que sabia escrever mas não tinha jeito para discursos” (BARBALHO, 1993, p. 94). Principalmente na sua obra, a solidão ganhou ares de literariedade, transformando-se em peças de reconhecida beleza e profundidade. A seu tempo, trataremos com mais amudamento desta questão.

A família Condé tem considerável destaque, seja em Caruaru, seja no Rio de Janeiro, para onde seguiram os três filhos do *velho* comerciante caruaruense João Condé: Elysio (08/05/1906 – 04/08/1992), João (24/02/1912 – 14/01/1996) e José (22/10/1917 – 27/11/1971); os *irmãos Condé* notabilizaram-se na então capital federal pela sua condição de animadores culturais e fomentadores das artes, notadamente a literária, na imprensa carioca.

Elysio Condé, o primogênito, formou-se em Medicina, especializando-se em Urologia e granjeando considerável clientela: “durante 15 anos, servi como médico do Estado [do Rio de Janeiro], no Posto de Assistência de Paquetá, [...] também trabalhei como médico na Beneficência Espanhola” (in: RODRIGUES, 2006, p. 129). Mas foi como o idealizador e fundador, juntamente com os irmãos, do *Jornal de Letras*, por mais de quarenta anos o porta-voz de literatura mais conhecido e respeitado no Brasil e no exterior, e sobre o qual tratamos adiante, que Elysio é lembrado pelos que, de alguma forma, estão envolvidos com a arte literária.

João Condé Filho era conhecido como um *garimpador* de joias literárias, ou o *gari da literatura*, como o apelidara o escritor Agrippino Grieco, pois buscava incansavelmente e guardava relíquias da literatura brasileira, como originais de obras famosas⁷, em seus célebres *Arquivos Implacáveis*, que, como afirma Celso Rodrigues, trata-se

de um magnífico acervo literário de manuscritos de romances e de poesia de autores brasileiros, franceses e portugueses como igual não existe neste país: diário secreto de Antonio Maria e do pintor Santa Rosa, duzentos poemas inéditos de Augusto Frederico Schmidt, romance de Di Cavalcanti, produção literária inédita de Carlos Lacerda – e vai aumentando também com seis mil cartas, entre elas de Zola, Balzac, Maupassant e Mallarmé, milhares de fotos,

⁷ Anastácio Rodrigues, amigo de João Condé, conta, extasiado, em entrevista exclusiva para esta pesquisa, realizada em Caruaru, em 04/09/2010, que, quando em visita ao arquivista, no Rio de Janeiro, teve em suas mãos os originais de *Fogo Morto*, de José Lins do Rego; segundo lhe afirmou João, o autor paraibano acordava-o de madrugada, para discutir detalhes da história.

livros com dedicatórias e confissões, correspondência de Eça de Queiroz para a imprensa brasileira, centenas de desenhos, inclusive de Cecília Meireles e Lúcio Cardoso, manuscritos de José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Álvaro Lins, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade. (RODRIGUES, 2006, p. 157)

Esse material gerou uma coluna no Jornal *A Manhã* e posteriormente na revista *O Cruzeiro*, como também um programa que João Condé apresentou na TV Tupi. Lamentavelmente, os *Arquivos* de João Condé, “tão louvados por Carlos Drummond de Andrade [que, inclusive, os nominou de Implacáveis] como subsídios importantes para a memória das letras e das artes nacionais” (*op. cit.*, p. 155), encontram-se, hoje, distante de pesquisadores, apreciadores e público em geral, trancados em um apartamento, no Rio de Janeiro, à mercê das intempéries do tempo, por intransigência da família do colecionador, que não o disponibiliza à consulta, nem se entende quanto ao destino a ser dado a tão rico material. Assemelha-se ao que afirma Pinto (2001, p. 17), abordando a questão da publicação de antologias: “apesar de clamarem aos céus contra o desprezo à cultura brasileira, muitos descendentes de gênios da literatura estão de fato impedindo que estudantes e leitores comuns tenham acesso às obras de autores fundamentais [...]”.

João Condé foi também *marchand* e colecionador de obras de arte, de que era profundo conhecedor. Certa vez, mostrou ao amigo Anastácio Rodrigues, um bico-de-pena retratando Manuel Bandeira⁸, afirmando, entre risos: “‘Seu’ Anastácio, se eu vender esta tela, eu faço uma viagem à Europa” (informação verbal)⁹.

Finalmente, José Condé foi, além de escritor, jornalista dos mais prestigiados no Rio de Janeiro, onde atuou desde a década de 30, mas com mais intensidade nas de 50 e 60, mantendo uma coluna diária (entre 1952 e 1969) no *Correio da Manhã*, intitulada “**Escritores e Livros**”, em que divulgava e comentava obras literárias de vários gêneros; Claribalte Passos, seu primo e amigo de infância, também jornalista, diz, sobre esse momento de Condé: “Acredito, sinceramente, ter sido o período de mais intensa atividade intelectual e profissional de José Condé” (PASSOS, 1971, p. 15). Adiante, voltaremos a tratar, com mais detalhes, dessa coluna.

Conceituado autor de romances, novelas e contos, distribuídos numa obra modesta quantitativamente (12 títulos), mas de uma qualidade literária reconhecida por renomados

⁸ O entrevistado não se recorda do autor do quadro.

⁹ Entrevista concedida em Caruaru-PE, em 04/09/2010.

críticos e pela popularidade de suas publicações, sua estreia na literatura deu-se com *Caminhos na Sombra*, duas novelas publicadas em 1945; a última obra, *As chuvas*, foi publicada postumamente, em 1972.

1.1 Histórias de uma vida

O debulhar dos acontecimentos de uma vida pode ser organizado em empolgante narrativa, que não raro chega a rivalizar com a literatura ficcional em atração e interesse, não porque apresente uma sequência lógica de acontecimentos, mas pelo descontínuo e aparentemente desconexo de sua narrativa. “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção”, afirma Bourdieu (1996, p. 185) pode se constituir numa “representação comum da existência”, comum demais para ser verdadeira, comportada demais para ser real. Aliás, segundo Chartier (1991), não há “prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”.

Logo, é na observação desses múltiplos e algo entrançados caminhos que compõem a existência civil de um indivíduo, que poderemos aquilatar com mais precisão alguns aspectos comportamentais e produtores de sua obra e de seu trabalho, sua representação no mundo do qual faz parte, assim como fazemos ao nos debruçarmos sobre um personagem de ficção. Levi (1996, p. 168) lembra que “a biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia”, mas ressalta:

Pode-se escrever a vida de um indivíduo? [...] A falta de fontes [...] não é a única e nem mesmo a principal dificuldade. Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado [...], cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas. (LEVI, 1996, p. 169).

Assim, buscaremos, nas pinceladas seguintes, esboçar o contexto de vida em que surgiu e esteve inserido o escritor José Condé, mas sem muita preocupação cronológica, e praticamente sem compromisso com o fluxo dos acontecimentos – e, se, em algum momento,

parecer o contrário disso, terá sido por mera exigência dos próprios descaminhos necessários à compreensão do conjunto. O fato é que se faz “indispensável reconstruir o contexto, a ‘superfície social’ em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos a cada instante” (LEVI, 1996, p. 169) para que tenhamos alguma segurança no refletir sobre o biografado.

1.1.1 Famílias plantadas em solo agrestino

Em meados do século XVI, quando os “índios Xucurus, Carapotós, Paratiós e outros tapuias espalhados pelo Agreste de Pernambuco” (BARBALHO, 1980, p. 168) dominavam a região, dois irmãos agricultores “ousaram penetrar pela zona meridional da região agrestina, onde descobriram terras incultas excelentes para o desenvolvimento de suas atividades agropastoris” (Idem, ibidem). Os sertanistas José Paes de Lira e Carlos de Azevedo Caldeira Paes de Lira, residentes em Santo Antônio da Mata (hoje Vitória de Santo Antão), criadores de gado e produtores de farinha de mandioca, requereram o domínio sobre as terras descobertas, tendo sua carta de sesmaria assinada pelo Capitão-General Luiz Diogo Lobo da Silva, governador da Capitania de Pernambuco em 5 de março de 1760; suas terras “ficavam situadas no lugar do Gado Bravo, riacho do Mondé, perto das Impoeiras” (Id., ibid.), entre as hoje cidades de Altinho e Agrestina.

Ainda segundo Barbalho (1980), José Paes de Lira é avô do alferes homônimo, José Paes de Lira, este casado com Luiza Maria de Jesus, com quem teve o filho Pedro Paes de Lira; por sua vez, Pedro Paes de Lira, que foi cultivador de algodão, casou-se com Francisca Lucas Florêncio (dona Chiquinha Florêncio), gerando os filhos Manuel Pedro, Maria Francelina, Maria Nonata, Maria Joana, Maria Francisca, Maria Madalena Florêncio de Souza Vasconcelos e José Florêncio de Souza Pepeu. Este José Florêncio de Souza Pepeu (1854-1936) era conhecido como Zé Condé (o primeiro a usar este apelido, que virou sobrenome, como veremos adiante), casou-se com Constância da Silva Limeira, tornando-se pai de João José da Silva Limeira, o qual contraiu matrimônio com Ana Agripina de Sousa, filha de José Ferreira da Silva e Donina da Anunciação Ferreira, e que, depois de casada, passou a assinar Ana Ferreira Condé. João José da Silva Limeira e Ana Ferreira Condé são os pais do escritor José Ferreira Condé.

1.1.2 Rua da Matriz nº 300



Figura 2 – José Condé, em frente da famosa casa da Rua da Matriz nº 300, em foto de 1964. Foto: Acervo da família de José Condé.

Era 1881, 5 de outubro, quando nasceu, em Caruaru, João José da Silva Limeira, conhecido como João “Condé”; casou em 21 de novembro de 1901 com Ana Ferreira Condé (1882-1971), com quem teve quatro filhos: Elysio, João Filho, José e Inácio (este último, falecido aos oito meses de vida).

Idealista e de personalidade forte: é assim que seu filho mais velho, Elysio, define João Condé (RODRIGUES, 2006, p. 117). Inicialmente, modesto dono de mercearia, passou a negociar algodão em 1918, viu sucumbir um irmão e uma irmã, vitimados por uma epidemia de peste bubônica que assolava a região, provocada pelos ratos que infestavam

os armazéns em que eram depositadas as fibras do chamado “ouro branco”. Apesar da dor da perda dos irmãos, acrescida ao fato de que eles o auxiliavam diretamente na empresa, João José prosseguiu com seu trabalho, chegando a ficar rico, a ponto de construir, em 1925, um palacete na Rua da Matriz, nº 300, no centro de Caruaru (Figura 2), sinal de ostentação de quem estava enricando, ou, como se dizia na época, ficando “bem de vida”. Nelson Barbalho conta que

a casa dos Condés, em sua época, era uma das mais confortáveis da cidade, e, no dia de sua solene inauguração, a família banqueteu ricos e pobres, sem distinção de classes, oferecendo tudo do bom e do melhor a quem o honrasse com a visita, e conseguindo o “milagre” de reunir, sob o mesmo teto e numa mesma tocata, a Comercial e a Nova Euterpe, as duas bandas musicais inimigas entre si. (BARBALHO, 1993, p. 11)

A casa 300 da Rua da Matriz, com seus jasmineiros cheirosos, tem importância capital na vida do menino José Condé, que a levou, posteriormente, para algumas de suas obras, principalmente *Terra de Caruaru*, na qual ficcionaliza esta festividade de inauguração:

A festa de inauguração de um desses palacetes da Rua da Matriz – exatamente o de número 300 – durou dois dias. Na primeira noite, antes da chegada dos convidados, a Nova-Euterpe tocou diante da casa; depois os músicos entraram para tomar cerveja com peru assado. Houve banquete e baile. Terminadas as comemorações, fizeram uma festa extra: um grande almoço para todos os pedintes da cidade, os mesmos que, às segundas e sextas-feiras – dias destinados a esmolas – iam de porta em porta apanhar sua xícara de farinha, seu pedaço de bacalhau, seu vintém de cobre. Cegos e aleijados comeram na mesa principal da grande sala de jantar, servindo-se com talheres de prata, copos de cristal e pratos de porcelana. (CONDÉ, 2011, p. 45-6).

A casa foi demolida na calada de uma noite perdida no passado recente de Caruaru; hoje, em seu lugar, ergue-se um comuníssimo prédio, que abriga uma loja de móveis.

João “Condé” gostava muito de cinema – chegou a adquirir o Cine-Theatro Rio Branco, da Empresa Ramos & Freire, à beira da falência, mudando-lhe o nome para Cine-Theatro Avenida –, e, no Rio de Janeiro, certa vez, viu um filme (*Lágrimas de homem*¹⁰) em que um pai se desdobrava em esforços para formar o filho em Medicina. Bastante impressionado, entendeu que devia ele também se esforçar para dotar a família Condé de um médico. Coube ao primogênito, Elysio, satisfazer o desejo do pai, estudando em Recife, Salvador e se formando no Rio de Janeiro, onde cedo granjeou significativa clientela; foi a realização de um dos sonhos do pai, que suportou a sua saída de casa, em nome de um projeto maior.

Mas o velho João adoeceu e é o próprio Elysio que conta, desolado: “ele doente, eu, filho, nada pude fazer para salvá-lo, dada a falta de recursos médicos na época” (in RODRIGUES, 2006, p. 117). Era 1929, 12 de outubro, quando João Condé precocemente faleceu, sete dias depois de completar 48 anos, sendo sepultado no cemitério São Roque, em sua terra natal, onde se encontra até hoje.

O primogênito dos Condé, com a morte do pai, tentou se estabelecer na terra natal, para tocar os negócios da família; mas nem havia demanda de clientes (especializara-se em Urologia, ramo da Medicina de praticamente nenhuma demanda, àquela época, numa cidade do interior do Nordeste) nem ele entendia da administração dos negócios paternos, além do que sentia saudades da vivência no Rio. Então, arrendou o armazém de algodão e o cinema, alugou algumas casas que a família tinha – inclusive a mansão da Rua da Matriz –, garantindo, assim, a sobrevivência de todos na capital federal, para onde levou a mãe e os dois

¹⁰ “*Sorrel and Son*”, drama americano lançado em 1927, dirigido por Herbert Brenon (indicado ao Oscar em 1929), com H. B. Warner, Anna Q. Nilsson, Mickey McBan, Carmel Myers, Lionel Belmore, Norman Trevor, Betsy Ann Hisle e outros. [<http://www.epipoca.com.br/filmes_ficha.php?id=8192>. Acesso em 07/03/2011]

irmãos, João (então com 18 anos, e já morando no Recife desde 1926) e José (com 12), para residir com ele e estudar.

1.1.3 A infância cheirando a jasmim

Não foi fácil para o adolescente José deixar sua terra, suas brincadeiras de infância, seu mundo próprio de criança solitária. “Entre outras lembranças bem vivas da infância estão o cheiro dos jasmineiros no muro de casa [...], as tanajuras caindo nas tardes de chuva, e as mariposas voando em torno dos postes de luz e entrando pela janela nas noites de verão”, conta Perez (1970, p. 217-218), amigo íntimo de José Condé, a quem este confiava, juntamente com Mário da Silva Brito e Valdemar Cavalcanti, a leitura de seus textos, antes de irem para o editor.

Outro companheiro (e parente) de Condé, Claribalte Passos¹¹, afirma que “nunca houve um banho de plantas medicinais, folhas milagrosas ou sabonete dessas bandas do Sul, capaz de retirar de cima dele [Condé] a poeira afetiva depositada nas frestas das janelas do seu mundo íntimo” (PASSOS, 1971, p. 12). E é o próprio José Condé que recorda, saudoso, alguns fatos que marcaram sua infância em Caruaru:

Os cachorros latindo nas madrugadas de Caruaru e especialmente os trens que passavam ao pé de minha casa, conduzindo a polícia-volante – chamada simplesmente a Volante – que ia ao encalço de Lampião. As enchentes do rio Ipojuca, as noites de inverno com as mariposas fazendo loucuras em torno das lâmpadas dos postes da rua. Tenho saudades da escola de D. Chiquinha, da cadeira que meu pai comprou na feira por um cruzado, da feira de gado que ficava perto da escola. Do cheiro de excremento de boi, cheiro de vaqueiro, cheiro de vida e da terra onde nasci. (ENEIDA, 1962, p. 81)

É certo, como afirma Bourdieu (1996, p. 184-5), que um relato autobiográfico tende ao artificialismo de estabelecer, *a posteriori*, conexões coerentes entre acontecimentos que podem ter sido mero acaso, mas depoimentos de amigos de infância levam-nos a dedicar certa credibilidade ao que de si conta Condé; Nelson Barbalho, por exemplo, comenta: “a gente [...]

¹¹ Claribalte Passos era filho de Jason Passos e Maria do Carmo Alves da Fonseca Passos, ela, filha de Manoel Alves da Fonseca e de Josefa Ferreira Alves da Fonseca (Dinda), esta, por sua vez, irmã de Ana Ferreira Condé, mãe de José Condé. (BARBALHO, 1993, p. 11-2). Assim, C. Passos era sobrinho-neto da mãe de J. Condé.

gostava dele [...] por ser muito camarada e, vez por outra por facilitar ou dar um jeito de [...] [entrar sem pagar] no cinema de seu pai” (BARBALHO, 1993, p. 16). E completa: “Liso que nem bucho de menino novo e viciado em fita de cobói como eu era, o jeito mesmo era fazer amizade com Zezé de Donaninha e tê-lo como líder do bloco da presepada”.

Outro que também recorda as brincadeiras com seu amigo de infância é Bertino Silva (Figura 3), filho do médico Silva Filho, vizinho dos Condé. Um muro separava as duas residências, como conta Bertino (informação verbal)¹², e quando Zezé, então com oito anos, sentia-se sozinho, chamava por ele (Bertino), que pulava o referido muro, e iam brincar, dentre outras brincadeiras, de “celebrar missa”:

[...] montou um altar bonito na casa 300, da Rua da Matriz, e nele introduziu os santos de sua preferência, enquanto ele mesmo celebrava as missas que eram quase diárias, com hóstia e vinho, isto é, suco de uva preparado pelo mestre-cuca Olímpio. (SILVA, 2006, p. 112)

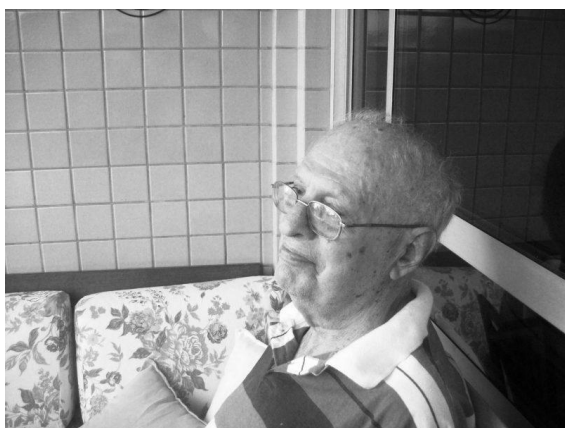


Figura 3 – Bertino Silva, amigo de infância de José Condé, em Recife, concedendo entrevista para esta pesquisa. Foto: Edson Tavares.

O divertimento se estendeu até quando da morte do velho João Condé, que encheu de tristeza a todos, principalmente ao menino José. Ainda assim, ele conservou uma religiosidade inusitada, como relata Maria Luiza Condé, anos depois da morte do escritor: “não dormia [...] sem rezar. Era uma estranha oração. Não era religioso e ignorava quaisquer textos prontos, até mesmo, creio, uma Ave-Maria. Mas rezava. [...] Parecia uma carpideira do Nordeste: rezando e benzendo-se, com os lábios mexendo” (CAVALCANTI, M. L. G., 1981, p. 2).

Nos estudos, o menino José Condé, ou *Zé Miau*, como lhe chamavam os colegas¹³, não era dos mais aplicados, embora seu comportamento arredo – provavelmente fruto de uma infância de caçula bem mais novo que os irmãos – não o colocasse também entre os indisciplinados. Tanto na escola de Dona Chiquinha Florêncio, em Caruaru, “onde aprendeu a ler pelo sistema antigo, no regime da palmatória” (PEREZ, 1970, p. 218), na do Prof. José Leão, onde editou seu primeiro jornalzinho manuscrito, aos 10 anos, quanto no Colégio Plínio

¹² Entrevista concedida em Recife-PE, em 13/12/2011.

¹³ Adiante explicaremos a origem desse apelido.

Leite, em Petrópolis-RJ, onde dirigiu mais dois periódicos estudantis – *Pra Você* e *Jaú*. Álvaro Lins, conterrâneo de Condé, assim fala sobre a ânsia do jovem pelo jornalismo:

Vi-o menino, ainda de calças curtas, às voltas com um jornal manuscrito, em nossa cidade do interior de Pernambuco; e já com a ideia de ter algum dia um jornal de verdade. Daí até hoje, durante mais de vinte anos, encontrei-o sempre preocupado com problemas de jornalismo e literatura. Quando me entregaram, ainda estudante da Faculdade de Direito, uma cadeira de professor num colégio do Recife, lá estava ele, nesse mesmo colégio, como aluno interno, fazendo jornais escolares e procurando interessar os seus colegas no gosto das coisas literárias. (LINS, 1963a, p. 90).

Na verdade, sua atuação como estudante destacava-se mais por esses eventos do que mesmo pela aplicação nos estudos.

1.1.4 A adolescência em Petrópolis

Ao Colégio Plínio Leite, de Petrópolis, fundado em 15/04/1929, o menino José chegou no ano seguinte ao da fundação; “acostumado às comodidades de casa”, passou por alguns sofrimentos: “saudades da família, da antiga liberdade, inadaptação com os colegas. A própria paisagem, estranha, e o frio a que não estava acostumado, concorrem para sua melancolia. [...] Isolado dos companheiros, tornou-se, essa, a época de suas maiores leituras” (PEREZ, 1970, p. 219). A biblioteca apresentou-se, então, como espaço salvífico a esse eremitério involuntário, e a literatura, a melhor forma de driblar o sofrimento, e, ao mesmo tempo, fazendo-o desenvolver seu gosto pela leitura. Entrou em contato com o que se produzia literariamente no Brasil, ficando fascinado com *A bagaceira*, romance de José Américo de Almeida, publicado em 1928. Nessa época, sequer imaginava que se tornaria grande amigo do romancista paraibano, anos depois. Além de Américo, esse período de reclusão leitora fê-lo conhecer autores como Coelho Neto, José de Alencar, entre outros, começando a se formar, assim, o leitor e futuro escritor e jornalista literário.

Apesar dos entraves iniciais, José Condé teve uma intensa participação estudantil no Colégio Plínio Leite, sendo um dos fundadores do Grêmio Literário Alberto de Oliveira, uma homenagem ao poeta parnasiano, falecido em 1937, que, na época, morava na cidade de Petrópolis. “Condé, que de vez em quando o via de longe, recorda-se perfeitamente de sua

presença vistosa – a cabeleira prateada, os bigodes armados com brilhantina”, conta Perez (1970, p. 219).

Houve, certa vez, um concurso de declamação, para o qual cada colégio deveria enviar dois de seus melhores alunos. Apesar de não estar exatamente entre os melhores, do ponto de vista de aplicação nos estudos, Condé foi escolhido, pelas suas inclinações literárias e pela movimentação estudantil que promovia no educandário. Optou José por declamar o poema *O Espelho*, do aludido poeta, que fez questão de comparecer ao evento, tão logo soube que um aluno apresentaria um trabalho seu. Conta-se que o declamador ficou tão nervoso com a presença ilustre do poeta, a quem muito admirava, que esqueceu o poema, recebendo estrondosa vaia¹⁴. Mas foi cumprimentado pelo vate parnasiano, no que se constituiu um dos momentos mais marcantes da vida de José Condé, por ele sempre lembrado.

Segundo Perez (1970), nessa fase, Condé, influenciado pelas leituras de Coelho Neto, publicou seu primeiro conto – “Vingança” –, no Jornal *Pra Você*. O excesso de realismo da narrativa causou certo impacto, levando o autor a tentar anular a força de alguns termos, riscando-os, o que chamou ainda mais a atenção. Resultado: 15 dias de suspensão. Típico início de um jovem que, descobrindo-se escritor, fica meio confuso diante da reação adversa provocada por seu texto. Provavelmente, duas atitudes brotariam dessa situação: o abandono puro e simples do fazer literário, o castigo funcionando como travamento da vocação; ou a sensação de orgulho por incomodar, transformando-o numa espécie de *mártir* precoce da literatura, impulsionando-o a novas produções. A segunda atitude foi a que prevaleceu.

O talento do jovem caruaruense para as letras é patente, por exemplo, na crônica seguinte, segundo Nelson Barbalho (1993, p. 17), escrita pelo ainda adolescente Condé, e reproduzida por Milton Pedrosa, em seu livro de crônicas futebolísticas ***Gol de Letra***, lançado em 1967. O texto relata uma partida de futebol entre duas equipes de sua região, em que podemos perceber o talento e a capacidade de observação, aliados à ironia e ao humor cortante que o caracterizariam em suas obras posteriores. Eis o texto:

O juiz

O Central Esporte Clube de Caruaru foi jogar amistosamente com o Esporte Clube de Garanhuns. Apesar dos foguetes, banda de música e discursos com que a boa gente de Garanhuns recebeu a boa gente de Caruaru – uma caravana de mais de 20 Fords e Overlands –, havia qualquer coisa suspensa

¹⁴ A informação é de Perez (1970, p. 219).

no ar: a eterna (e honesta) rivalidade entre as duas cidades do interior pernambucano, naquele lírico e pitoresco tempo dos anos 20.

– Caruaru é aroeira que cupim não roi...

– Garanhuns nem dá confiança...

E o futebol – como não poderia deixar de ser – era o limite.

Campo de Garanhuns, torcida de Garanhuns, polícia de Garanhuns – sobretudo juiz de Garanhuns. Que restava à equipe de Caruaru, a não ser a vontade sobre-humana dos seus atletas?

Foi o que aconteceu.

Os homens deram tudo, suaram a camisa, levaram pontapés – enfim, marcaram oito gols e engoliram apenas dois; mas acabaram perdendo de dois a zero.

Após a partida, um dos diretores do Esporte Clube de Garanhuns comentou, com orgulho:

– Que estão pensando? Nosso juiz é homem de caráter. (PEDROSA, 1967, p. 179).

Podemos notar o embrião do jornalista e do ficcionista, com bastante nitidez, seja no despertar a atenção do leitor para o que virá (“havia qualquer coisa suspensa no ar”), seja na utilização do discurso direto – incomum numa crônica esportiva –, seja ainda na própria estrutura narrativa, reunindo todos os dados da cena, de forma a articular literariamente o desfecho. Observemos a ironia salpicada ao longo do texto, criando uma fluidez e leveza interessantes: “boa gente de Garanhuns”; “(e honesta)” – utilizando os parênteses como recurso de ironia –; “Campo de Garanhuns, torcida de Garanhuns, polícia de Garanhuns – **sobretudo** juiz de Garanhuns” (grifo nosso) – a proposital ausência de verbos, a repetição intencional da cidade e, principalmente, o destaque duplamente reforçado, pelo travessão e pela utilização do advérbio, provocam um efeito argumentativo devastador; “marcaram oito gols e engoliram apenas dois; mas acabaram perdendo de dois a zero” e “Nosso juiz é homem de caráter.” – são desfechos perfeitos, do ponto de vista do humor, reforçados – e ao mesmo tempo anunciados – no (aparentemente) despretenso título da crônica.

1.1.5 O curso superior e a breve militância política

Já vimos que José Condé não era exatamente uma referência de estudante aplicado, mas prestou vestibular para Direito, em 1934. Preferiu a Faculdade de Niterói, onde a concorrência era menor. Para isso, mudou-se de Petrópolis para o Rio de Janeiro, passando a morar, com o irmão, João, em uma pensão na Rua do Catete, local em que conheceu e travou

amizade com o escritor paraibano José Lins do Rego, de quem já era admirador desde os tempos do Colégio Plínio Leite. Leu, nesse período, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Manuel Bandeira, entre outros autores, então em plena produção literária.

O curso superior, como era de se esperar, não despertou muita atenção no universitário Condé, que não lhe dedicou a importância devida. Formou-se em 1939, tentando exercer a profissão em seguida. Mas, sem qualquer vocação para tal, abandonou completamente a advocacia. Seu irmão Elysio Condé achava que José jamais fora sequer pegar o diploma de advogado (RODRIGUES, 2006, p. 119). Na verdade, o que efetivamente desejava o caçula dos Condés era o jornalismo e a literatura como missão de vida e profissão.

Estamos num Rio de Janeiro que solidificava as consequências das transformações sofridas no início do século XX, quando a Europa como que *invadira* o Brasil, através da capital do país, trazendo para a então pouco ou nada maravilhosa cidade os ventos franceses da *Belle Époque*. A *regeneração* da cidade do Rio de Janeiro, sua higienização e o “aburguesamento intensivo da paisagem carioca” (SEVCENKO, 1995, p. 33) forjaram uma cidade bela, tendo sido expurgado com veemência tudo que a pudesse enfeiar: esmoleres, pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos marginais. O papel da imprensa foi fundamental nesse processo de construção do conceito da agora “Cidade Maravilhosa”, que atraía a atenção do mundo e os olhos de outras regiões do próprio país, razão por que o jornalismo passa a ter um halo de respeito dos órgãos públicos e, por conseguinte, da população. É nesse período de cristalização do Rio de Janeiro como centro nervoso e artístico do país que os irmãos Condé desembarcam na capital do país; José Condé, especificamente, trazia lembranças infantis de sua Caruaru, como afirmamos através dos depoimentos de Perez (1970) e Passos (1971), acima postos, mas com uma formação acadêmica e um envolvimento sociocultural eminentemente cariocas, com ânsia de utilizar a imprensa como espaço efetivo de atuação.

O início de José Condé na imprensa nacional deu-se por interferência de seu irmão João, já nesse tempo conhecido e amigo de muita gente que poderia proporcionar essa estreia. Juntando algumas das lembranças mais fortes da terra natal, José publicou na revista *O Cruzeiro*, periódico de maior circulação no país, à época (1937), pertencente à Rede de Emissoras e Diários Associados, de Assis Chateaubriand, o poema *Feira de Caruaru*¹⁵,

¹⁵ Esclareçamos: não se trata do poema homônimo, gravado por Luiz Gonzaga, que é sucesso no país inteiro; este baião foi composto por Onildo Almeida, hoje Presidente da Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras (ACACCIL).

“inaugurando uma temática recorrente tanto em sua produção quanto em outros gêneros, que da imagem da feira se utilizariam para caracterizar a cidade” (SANTOS, 2006, p. 75). Eis o texto:

Feira de Caruaru
 [ilegível] dia tropical de luz e calor!
 Confusão de raças e tipos:
 - pretos, mulatos, brancos, matutos de saccos nas costas
 chapéu de couro e cigarro de palha no canto da bocca;
 - mulheres do mato: chinellos debaixo do braço, apalermadas;
 - meninos amarelos, cabeças chatas, barrigas p'ro'li
 - meninos amarelos, cabeças chatas, barrigas p'ro'li
 Jovem os "quartos" p'ra todos os lados
 Barulho! Gritos! Buzinas buzinando!
 C[ilegível]elots vermelhos berrando danadamente:
 "_ Setústões vára. Chita bôa espiciá."
 O trovador cercado de matutos vendendo as últimas novidades,
 Cita aventuras de Lampião, tragédias passionaes, histórias de amor
 O "Testamento da Sogra" fazia sucesso:

"Prometi um porco às almas
 Um bode a Santa Sophia
 Um gallo a São Damião
 Rezava noites inteiras
 Para vê se a velha morria"

Feira de panella;
 Feira do feijão e da farinha
 Montes e montes de mangas, caju, pitombas e umbus!
 Soldas de fazenda estampadas numa confusão de cores diversas
 Gente! Gente! Gente!
 E a sanfona triste da aleijadinha em meio a
 Feira alegre e rumorosa de Caruaru:

"Meus irmãos me dá uma esmola
 Pelo Santo amor de Deus"

Matutos falando do inverno, das chuvas cahindo
 lá p'ras bandas do Mocó e do Capa Negro:
 "_ Inverno, meu compadre. O gerimum e a macaxeira ta dando bom cóbre."
 O retrato do padre Cícero, que o commerciante havia botado
 na porta da casa, por esperteza, attrahia os freguezes
 "_ Chega gente! Liquidação geral!"
 Barulho! Barulho! Barulho!
 Sol rachando, calor, e gente que nem formiga.

Mas que importa tudo isso,
 se da feira barulhenta de Caruaru sinto apenas a poesia triste
 da cantiga mais triste
 da ceguinha do becco de "seu" Sinval! [CONDÉ, 1937]

A publicação causou repercussão e certo reconhecimento, levando José Condé a ser convidado a escrever na revista de Chateaubriand uma série de reportagens a respeito de

escritores brasileiros. Teve início, então, uma brilhante carreira de divulgador cultural e literário, a partir de entrevistas que realizava com autores, como Jorge de Lima, Marques Rebelo, Adalgisa Nery, Orígenes Lessa, José Lins do Rego, entre outros.

Influenciado por ideias esquerdistas, José Condé envolveu-se em manifestações políticas, como a célebre conferência do italiano Tomaso Marinetti, lançador do movimento de vanguarda conhecido como Futurismo, e que terminou enveredando por um conservadorismo de direita, desaguando no Fascismo de Benito Mussolini, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Condé e alguns companheiros puxaram uma sonora vaia quando Marinetti discursava no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o que resultou em animosidade da plateia, formada em sua maioria por italianos, acabando o evento em pancadaria e prisões. Talvez assustado com as consequências de um envolvimento mais efetivo, além da rígida ditadura Vargas (1937-1945), que se esboçava no país, juntando tudo isso à sua índole pacata, Condé terminou por se afastar da militância política mais contundente, embora a tenha levado, de forma intensa e inteligente, para suas inúmeras histórias.

Mesmo avesso à política, escritor e jornalista conhecido que era, seu nome não foi ignorado nas famigeradas listas de subversivos, que assombravam os militantes intelectuais, quando do golpe militar de 1964. Além do quê, ele fazia parte do elenco de escritores da Editora Civilização Brasileira, estigmatizada como esquerdista inflamada, a partir das firmes posições tomadas pelo seu administrador, Ênio Silveira. Para termos uma ideia do posicionamento político dessa editora, basta frisar que, “quando os acontecimentos iam construindo rapidamente o clímax que sobreveio com a revolução de 1964, Ênio Silveira lançou a provocativa coleção ‘Cadernos do Povo Brasileiro’” (HALLEWELL, 1985, p. 445), cuja natureza pode ser aquilatada por alguns de seus títulos: *Que são as ligas camponesas?*, por Francisco Julião; *Por que os ricos não fazem greve?*, por Álvaro Vieira Pinto; *Quem dará o golpe no Brasil?*, por Wanderley Guilherme; *Quais são os inimigos do povo?*, por Theotônio Júnior; *Quem pode fazer a revolução no Brasil?*, por Bolívar Costa; *O que é a reforma agrária?*, por Paulo R. Schilling; *Como atua o imperialismo ianque?*, por Sylvio Monteiro; *Como são feitas as greves no Brasil?*, por Jorge Miglioli; *A Igreja está com o povo?*, por Aloísio Guerra; *Como agem os grupos de pressão?*, por Plínio de Abreu Ramos (HALLEWELL, 1985, p. 451-2).

Apesar de não ter sido preso nem sofrido tortura física, esta se fez presente de forma psicológica, seja na prisão de vários amigos e colegas de Condé, seja na publicação da listagem dos subversivos – o dele incluso – nos jornais, o que gerou uma única preocupação no escritor caruaruense, como narra sua filha Vera Condé (informação verbal)¹⁶:

Quando saiu o nome dele na lista dos subversivos [...], ele nos telefonou, queria uma conversa. Ele queria explicar que a palavra “subversivo”, que o sentido de subversão não tinha nada a ver com corrupção. Ele tinha medo de a gente, criança, misturar. Que para ele ser subversivo não tinha nenhuma importância... [...] Ele era de esquerda.

De fato, sua grande preocupação, como enfatiza a filha, em vários momentos da entrevista concedida especialmente para este trabalho, era com a sua família, mais especificamente com os filhos; não admitia que nada nem ninguém lhes fizesse mal ou os colocasse em qualquer situação constrangedora. Vera reafirma essa paixão recíproca, uma vez que os filhos, ela principalmente, admiravam a coragem e as ideias do pai, ainda que não as entendessem em toda sua extensão à época – um momento por demais conturbado, política e ideologicamente, no país: os agitados anos da segunda metade da década de 1960.

1.1.6 Funcionário público e colunista social

No início da década de 40, vivia-se no Brasil a ditadura de Getúlio Vargas. É notório que, para um regime de exceção sustentar-se, além da força física das armas, da intimidação psicológica, da prisão e da tortura, carece de um competente trabalho de condicionamento ideológico. O mundo já descobrira – e usava amplamente – a força da mídia, na consecução de tal objetivo. Os jornais, por exemplo, ajudaram “a criar o clima que tornara possível todas as violências e arbitrariedades, o estado de sítio, o estado de guerra, o Estado Novo como coroamento” (SODRÉ, 1966, p. 454). Mas, a ditadura Vargas, ciente da força da imprensa, “voltara-se contra jornais e revistas, fechara muitos, impedira a circulação de novos, cerceara a todos” (IDEM, *ibidem*), e, principalmente, criara, em dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que “aviltara o mister de informar e proibira o de discutir e opinar” (IDEM, *ibidem*). Na esteira do DIP, surgiu a Agência Nacional, órgão oficial responsável pela disseminação de material noticioso do governo entre as empresas da

¹⁶ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

imprensa do país. Surgiu também “A Hora do Brasil”, programa radiofônico tornado obrigatório em todas as emissoras do país a partir de 1938, e que, desde 1971 denomina-se “A Voz do Brasil”.

Vamos encontrar José Condé nomeado para a Agência Nacional, no início de 1940, onde foi colega de Antonio Callado e de Clarice Lispector, e de onde pediu demissão, ano e meio depois, por discordar publicamente de certa decisão oficial que lhe parecera injusta (PEREZ, 1970, p. 220)¹⁷. Eram os ventos do adormecido contestador que sopravam, em pleno aparelho repressor ditatorial. Embora desempregado, colecionava mais uma atitude heroica em seu tímido currículo quixotesco.

Sem emprego e sem dinheiro, recorreu ao jornalista *conterrâneo*¹⁸ Austregésilo de Athayde, então alto funcionário dos Diários Associados, e conseguiu em *O Jornal* a vaga de colunista social, assinando as matérias com o pseudônimo *Mr. Chips* – que, aliás, anos depois, viraria nome de personagem em *Um Ramo para Luísa*. Entretanto, a incompatibilidade entre o baixo salário que recebia e a necessidade de roupas elegantes para frequentar as festas que precisava noticiar fê-lo passar a *inventar* as notícias, o que, naturalmente gerou sua demissão sumária, poucos meses depois de contratado.

Após algumas outras tentativas frustradas de ganhar a vida, valeu-se do título de bacharel que conseguira na Faculdade de Direito e finalmente foi nomeado Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, o primeiro fundo previdenciário do país, que fora criado em 1934, trabalho que lhe garantia um bom salário e um considerável tempo livre para se dedicar a seus maiores interesses, o jornalismo e a literatura. Nesse cargo, permaneceu até o final da vida, tendo sido colocado em disponibilidade em 1968.

A partir da década de 1950, José Condé incorporou-se ao *Correio da Manhã*, onde já trabalhava seu *conterrâneo* e amigo Álvaro Lins. Nesse periódico, como já vimos, Condé manteve uma coluna diária, entre 30 de setembro de 1952 e 19 de novembro de 1969, que se transformou numa das mais cobiçadas vitrines dos literatos brasileiros: **Escritores e Livros**, depois denominada apenas **Livros**. Apesar de não ter uma formação acadêmica como crítico literário, suas opiniões e sugestões literárias tinham o poder de catapultar a obra de qualquer

¹⁷ O biógrafo Renard Perez não especifica de que decisão se tratava.

¹⁸ Athayde, de família cearense, nascera em Caruaru por mera impossibilidade de sua mãe, em visita à cidade pernambucana, poder se deslocar a outro centro para dar à luz, indo embora tão logo teve condições de viajar; o acadêmico apenas retornou à *Capital do Agreste* uma ou duas vezes, para receber homenagens de *imortal* da Academia Brasileira de Letras.

escritor, que precisasse de visibilidade. Por isso, o colunista era frequentemente assediado por aqueles que tinham algum trabalho a mostrar. Enviavam-lhe, constantemente, exemplares com dedicatórias em que *sugeriam*, subliminarmente, que fossem comentados na coluna. Entretanto, muitos desses livros, presentes na sua biblioteca, a que tivemos acesso, provavelmente não foram sequer lidos por Condé, uma vez que ainda mantêm as folhas coladas, como vindos da editora. Ainda assim, é certo que mereceram alguma referência no jornal, pois, como enfatiza Elysio Condé, seu irmão “sempre teve uma palavra de encorajamento” aos que dele se aproximavam, “publicando seus trabalhos na sua seção no Correio da Manhã” (RODRIGUES, 2006, p. 119).

1.1.7 Vida em família



Figura 4 – Momento de intimidade no sítio que José Condé comprou, para reunir os amigos. Em pé, veem-se Condé, Maria Luiza e a mãe do escritor, Anna Ferreira Condé. Foto: Acervo da família de José Condé.

O casamento de José Condé deu-se em 1944, com Maria Anália Faria Condé (falecida em 2008), de cuja união nasceram seus três filhos Maria Regina Condé (falecida em 1985), Vera Maria e Fernando Antonio (falecido em 2012). Mas o casamento não deu certo e aconteceu a separação, tendo casado, então, com a historiadora alagoana Maria Luiza Gonçalves Cavalcanti (em 1958), com quem viveu até o final da vida (literalmente, pois Maria Luiza assistiu a sua morte, em 1971) – não tiveram filhos. Ela faleceu em 02/03/1989.

Há certa unanimidade em torno da importância de Maria Luiza (Figura 5) para o escritor. Uma grande paixão, uma cumplicidade que extrapolava o âmbito familiar, uma parceria que se dava também no campo literário – ela foi “autora de livros para a juventude, como *A Literatura no Brasil* e *O teatro no Brasil*” (PEREZ, 1970, p. 222) –, era um casal admirado por todos os que com ele conviviam. A própria filha, Vera Condé (informação

verbal)¹⁹, afirma que Maria Luiza “foi uma companheira ideal, porque deu prumo” à vida do pai. Dinah Silveira de Queiroz, por seu turno, afirma que

Maria Luiza entrara na sua vida e nós a queríamos com a mesma estima que votávamos a José Condé, porque os dois se completavam; ele assim um pouco lacônico, tímido, fingindo que não, ela mais vivaz: um continuando o que o outro dizia e a casa do casal constituindo um refúgio de amizade para todos. (QUEIROZ, 1971, p. 10).

Um trecho da justificativa do então vereador José Rodrigues da Silva, que, em 1973, apresentou projeto, aprovado em plenário, concedendo o título de *Cidadã de Caruaru* a Maria Luiza, a despeito do objetivo a que se propõe o texto, serve para dar uma ideia do que ela representava para o escritor, já que era corroborado por quem os conhecia:

Maria Luiza Condé, nascida alagoana e domiciliada na Guanabara, foi a mulher brava e inteligente que participou, com o seu talento, do êxito literário de José Condé, ao longo de uma convivência de 25 anos²⁰. Foi mais que a companheira de sonhos e de esperanças, pois soube sentir o escritor e a figura humana que fixaram, com tanta sensibilidade, o cenário intocável da infância do autor de obras que imortalizaram Caruaru. [...] Ama o amor de José Condé pela Terra de Caruaru²¹. (BARBALHO, 1993, p. 97)

Sobre essa relação, o irmão, Elysio Condé, afirmou que José “encontrou em Maria Luiza uma companheira sincera, por quem tinha grande entusiasmo, que se manteve ao seu lado admiravelmente, até a sua morte, e continua a trabalhar pela divulgação de sua obra.” (in RODRIGUES, 2006, p. 120).

Ela própria dizia que Condé

soube conduzir as coisas para melhor construir a trilha da chamada vida a dois, com todas as sensações do inesperado, todas as identificações de um percurso em comum, todos os encontros do emocional com o racional, exigidos pelo cotidiano, sem a pequenez da rotina e com dimensões de grandeza. (CAVALCANTI, M. L. G., 1981, p. 2).

José Condé trouxe da Caruaru de sua infância a involuntária solidão de filho bem mais novo que os irmãos e a consequente busca por amigos que preenchessem esse vazio, e tal comportamento instalou-se no homem, construindo-lhe um agradável e hospitaleiro anfitrião. Habitado ao conforto em que sempre viveu, gostava de receber os amigos em sua residência,

¹⁹ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

²⁰ Na verdade, estiveram juntos por treze anos.

²¹ Esta frase foi retirada da Nota do Autor, do livro *Terra de Caruaru*, em que José Condé dedica o romance à companheira: “Também para Maria Luiza, que ama meu amor pela terra de Caruaru.” (CONDÉ, 1987, p. 14)

para bebericar, jogar conversa fora, apoiar os conterrâneos que iam ao Rio. Conta sua filha Vera (informação verbal)²² que o pai comprara um sítio na baixada fluminense (Figura 4), em que reunia os amigos e onde “aconteciam festas fantásticas”, além de memoráveis serestas: “Quando seus convidados iam dormir, ele [...] ia acordá-los com uma serenata na janela. Cantava sempre ‘Elvira escuta’”, uma antiga modinha do compositor mineiro José Marcelo de Andrade, que, segundo o site da cantora lírica Maria Lúcia Godoy²³, não pode faltar em qualquer serenata que se preze:

Elvira escuta os meus gemidos
Que aos teus ouvidos irão chegar.
Não seas traidora, tem dó de mim,
Tem dó dest'alma que te sabe amar.

Se tu me amas como eu te amo,
Eu te prometo não te desprezar.
Não seas traidora, tem dó de mim,
Tem dó dest'alma que te sabe amar.

Sobe a escada, bem devagar,
Elvira dorme, pode acordar.
Não seas traidora, tem dó de mim,
Tem dó dest'alma que te sabe amar.

Teu coração é um rochedo,
Este rochedo é o meu penar.
Não seas traidora, tem dó de mim,
Tem dó dest'alma que te sabe amar.

Ainda mesmo depois de morta,
A tua face eu irei beijar.
Não seas traidora, tem dó de mim,
Tem dó desta'alma que te sabe amar.

Além disso, José Condé gostava de sair à noite, para se divertir, como autêntico boêmio, num tempo em que era possível e seguro ser noctívago no Rio de Janeiro, como bem atestam seus amigos da época, Leopoldo Teixeira, Renard Perez e Vandragézilo Neves, em recentes entrevistas concedidas, adiante retomadas. Infelizmente, esse hábito cobrou-lhe um preço demais alto, pois arruinou-lhe irremediavelmente o fígado.

Sua rotina, no cotidiano, é assim descrita pela esposa, Maria Luiza:

²² Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

²³ Disponível em <http://www.marialuciagodoy.mus.br/cdbrasilitalia/letras_portugues.html>. Acesso em 04/12/2011.

Dormia oito horas por noite. Quando acordava, primeiro tomava um cafezinho, acendia um cigarro e lia os jornais. Depois, pedia um copo de leite gelado, brincava com os [seus dois] cachorros ou provocava-os. Dava vários telefonemas a amigos do mundo das letras e entrava em seu gabinete para escrever. Trabalhava em casa na parte da manhã. Vez por outra, chamava a copeira, pedia um café, uma fruta ou suco. O almoço era sua primeira refeição sólida. Gostava de escrever à máquina, ouvindo música. Conforme seu estado de espírito ouvia Mozart, Haendel, Bach, Haydin, Beethoven, Schubert, Brahms, Vivaldi, Scarlati, Tchaikowsky, Liszt e Rimsky-Korsakow. Escutava com frequência uns prelúdios de Bach, em cravo, interpretados por Wanda Landowka. Nas reuniões em casa colocava música popular brasileira. Adorava cantar serestas. Ouvia também americanas, canções francesas e, logicamente, o frevo. Depois do almoço, saía para o jornal e para o INPS²⁴, de onde era procurador. (CAVALCANTI, M. L. G., 1981, p. 2)

Como se pode perceber, um cotidiano análogo ao das pessoas de sua classe social. É interessante notar a diversidade que constituía seu gosto musical, formado tanto por músicos eruditos quanto por artistas populares, embora para escrever preferisse os primeiros, o que lhe dá certo toque de requinte, bem ao estilo do protótipo de escritor imortalizado no cinema e na própria literatura.

Em 1967, realizou sua primeira viagem ao exterior, quando, convidado pela Fundação Dom Henrique, de Portugal, participou do II Colóquio das Comunidades de Língua Portuguesa, realizado na África. “Conhece, então, Angola, Moçambique, indo depois ao Portugal continental, estendendo a viagem pela Espanha e França (num total de 40 dias)” (PEREZ, 1973, p. 20). Em 1970, viajou novamente para a Europa, visitando a Alemanha Ocidental, Inglaterra e voltando à França, convidado por entidades culturais desses países. Foi



Figura 5 – Os filhos e a segunda esposa de José Condé, diante do busto do escritor, no dia da inauguração da Casa de Cultura que recebeu seu nome. A partir da esquerda: Vera Maria, Maria Luiza, Fernando Antonio e Maria Regina. Foto do acervo de Anastácio Rodrigues.

nessa viagem que adoeceu gravemente, começando um longo martírio de dor e sofrimento, que culminou com sua morte, no ano seguinte.

²⁴ Na verdade, IAPB.

1.1.8 O amigo atencioso

José Condé era também conhecido pela hospitalidade com que recebia os conterrâneos pernambucanos no Rio, como atesta Rodrigues (2006, p. 100): “era o amigo que acolhia o jovem jornalista recém-chegado da Província, abrindo portas e amizades sem conta, e comoventes demonstrações de carinho”; Olímpio Bonald, em palestra transformada em artigo, e publicado no jornal de Caruaru, corrobora a informação:

[...] para mim, como para dezenas de outros escritores de província, Condé, no Rio, foi o amigo, o crítico, o confidente, o divulgador, abrindo portas de Jornais e editores, encaminhando o bisonho provinciano pelos caminhos difíceis e luminosos da metrópole. [...] José ficou sendo para muitos de nós a ponte e o apoio no sul. (BONALD, 1971, p. 3)

Concorda com essa opinião Vandragézilo Neves (informação verbal)²⁵, conterrâneo e amigo daqueles tempos: “Os momentos que eu estive com ele foi quando eu ia ao Rio de Janeiro; eu fui umas duas ou três vezes ao Rio e todas essas vezes eu estive na casa dele”. *Vandinho*, como é conhecido o amigo de Condé, ressalta os presentes que ganhou do escritor, nessas visitas: “Uma das vezes ele me ofereceu *Terra de Caruaru*. Foi uma edição portuguesa do livro. Outra vez foi em [19]63, ele me ofereceu *Vento do Amanhecer em Macambira*, que para mim é um dos melhores livros dele...” (Idem).

O testemunho de Virgínius da Gama Melo, escritor paraibano, com forte atuação na imprensa de Pernambuco, confirma esse carisma nato de Condé em relação aos conterrâneos: “Muitas vezes surpreendi ali [no Restaurante Marialva, no Rio, frequentado por Condé] o poeta Mauro Mota, também de passagem. Sem falar em Audalio Alves, Tarcísio Meira César, Carlos Moreira – os pernambucanos todos” (MELO, V. G., 1971b, p. 4).

Uma história inusitada, vivida e contada pelo jornalista maranhense Maurítônio Meira, dá bem a ideia de como Condé tratava os amigos:

Um dia, no barzinho que frequentávamos, no Beco das Garrafas, ele propôs que eu fosse dormir em seu apartamento. Objetei que isso era impossível, pois tinha de entrar na “Última Hora” às 7 da manhã. Se chegava às 7h10, o

²⁵ Entrevista concedida no Recife-PE, em 13/11/2010.

Octavio Malta, secretário da Redação, já me recebia com um “boa tarde!”
Como Zé [...] podia dormir quase a manhã inteira, quem me acordaria?

– Pode deixar que eu acordo você na hora certa – prometeu ele.

Eu passei uma semana dormindo lá e ele me acordava às 6 da manhã, religiosamente.

Uma noite, numa rara vez que acordei antes das 6, a caminho do banheiro fiz uma descoberta: Zé Condé estava no seu quarto lendo um livro.

– Puxa, Zé, você já acordou?

E ele, pilhado, sem jeito:

– Não, ainda não dormi.

Descobri, alarmado, que ele fazia uma comovente homenagem ao seu amigo: só ia dormir depois de me acordar. Para que eu não recebesse um “boa tarde!” ou quem sabe um “boa noite”, do nosso Octavio Malta. (In: RODRIGUES, 2006, p. 100; MEIRA, 1991, p. 2).

Esse verdadeiro horror à solidão é corroborado por depoimento de sua filha Vera Condé (informação verbal)²⁶, que fala, saudosa, da casa do pai, ponto de encontro constantemente frequentado por quantos o admiravam: “domingo ele tinha o *open house* em casa. Então todo mundo ia dormir na casa dele, aquela casa gostosa, que você chegava lá, estava Nara Leão tocando violão, tinha uma amiga, tinha um parente... ele adorava a casa cheia... ele tinha horror a ficar sozinho”.

Amigos testemunham a hospitalidade condeana: Luís Martins afirma que “José Condé era dessas criaturas que captam com facilidade a simpatia alheia, pois a todos tratava com espontânea cordialidade. Nunca ouvi ninguém falar mal dele. Era amável, comunicativo, afetuoso, delicado” (DEPOIMENTOS, 1971, p. 4). José Álvaro atesta que “uma das maiores satisfações da minha vida foi ter podido conviver diariamente, por quase uma década, não com o jornalista, não com o escritor, mas com o homem José Condé” (Idem). Curiosamente, segundo ressalta Vera (informação verbal)²⁷, nesses encontros “ele achava chato falar de literatura. Tudo, menos literatura”, embora a frequência de escritores fosse considerável. Aderbal Jurema confirma a informação da filha de Condé: às vezes era “um Condé casmurro e confessando-se sem maior interesse pela literatura, o que não convencia nem mesmo os seus mais íntimos amigos” (JUREMA, 1971, p. 4).

Mesmo levando-se em conta a suspeição de os depoimentos acima serem de amigos e familiares de José Condé, não destoam da voz corrente de tantos com os quais conversamos a respeito do escritor. Em quase uníssono, tivemos a confirmação do seu espírito folgazão e

²⁶ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

²⁷ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

hospitaleiro, da forma cordial e prestimosa com que recebia os amigos em sua casa, e igualmente os encaminhava profissional ou literariamente, servindo-se dos instrumentos midiáticos que tinha sob seu poder.

1.1.9 Histórias do Zé

Tão unânime quanto o fato de ser tido pelos que com ele conviviam como um agradável companheiro de noitadas, era o registro de suas famosas histórias, que entraram para os anais dos amigos noctívagos cariocas, pelo inusitado das situações protagonizadas por um José Condé brincalhão e afeito a inocentes chacotas entre os companheiros. Recolhemos, aqui, a título de exemplo, algumas das mais interessantes.

Um dos companheiros mais presentes na vida e nas brincadeiras de Condé era o arquiteto Leopoldo Teixeira Leite (Figura 6), casado com a jornalista de TV Edna Savaget – e de quem o escritor era padrinho de casamento. É Teixeira (informação verbal)²⁸ que narra uma dessas patuscadas. Condé estava no aniversário da sogra, de onde partiria com os amigos para a noitada; Leopoldo e o jornalista Maurítônio Meira, querendo pregar uma peça no escritor caruaruense, pagaram a duas prostitutas para aprontarem com o amigo:

Trouxemos as duas prostitutas, ficamos escondidos atrás do carro e mandamos elas chamar o Zé Condé, na festa. E elas entraram lá: “Zé Condéia! Zé Condéia!” E todo mundo: “Olha, estão chamando você...” E ele: “O que é que há?” “Zé Condéia vem pagar ou não paga a gente...?” Aí ele falava: “Eu não fiz nada com essa mulher! É mentira!” E todo mundo numa gargalhada.

Claro que José Condé não era somente a vítima das peças pregadas pelos amigos; ele aprontava *muitas e boas* também. É o mesmo Leopoldo Teixeira que conta outro episódio interessante. Certa noite, em Porto Alegre, aonde foram participar do I Congresso Nacional de Arte, juntamente com vários artistas cariocas, estavam numa boate, bebendo muito, como era de hábito, principalmente a jornalista Eneida de Moraes “que bebia mais do que falava”. Pelas tantas, Eneida, completamente tonta, tentou descer uma escada sem corrimão; prevendo um acidente, o abstêmio Leopoldo tentou segurá-la, quando tropeçou de costas e caiu. “Aí o Zé botou no jornal, na coluna JJJ do *Correio da Manhã*: ‘O arquiteto Leopoldo Teixeira Leite,

²⁸ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

que foi representar a arquitetura num congresso, se portou muito mal: bebeu demais, caiu da escada” (informação verbal)²⁹.

Aliás, foi neste congresso, no Rio Grande do Sul, do qual participou, entre outros artistas e escritores, o romancista Jorge Amado, que ocorreu um dos episódios mais hilários, creditado à conhecida fobia que José Condé tinha de viajar de avião. A própria filha, Vera Condé (informação

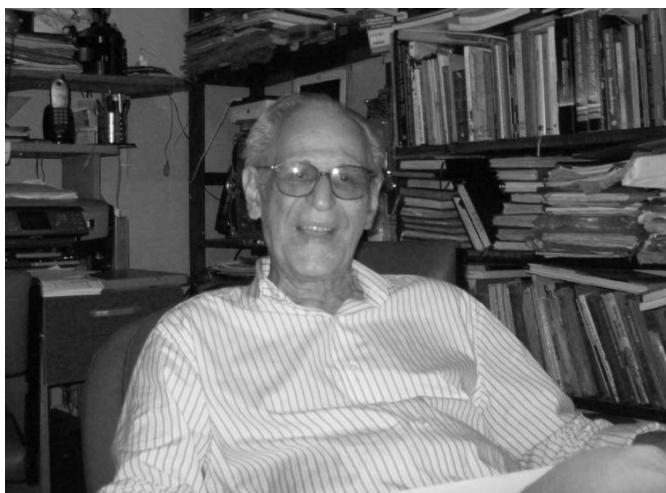


Figura 6 – Leopoldo Teixeira Leite, velho amigo de José Condé, em entrevista para esta pesquisa, contando as divertidas histórias vividas pelo escritor,. Foto: Edson Tavares.

verbal)³⁰ afirma que, quando viajavam para o Nordeste, a esposa Maria Luiza, que tinha compromissos no Rio, voltava de avião, e ele retornava de carro com os filhos. O episódio que Leopoldo Teixeira (informação verbal)³¹ narra começa com um Zé Condé apavorado, temeroso de entrar no avião, querendo desistir da viagem. A custo convencido da segurança da aeronave, Condé sentou-se entre Leopoldo e outro arquiteto, num diminuto espaço entre duas cadeiras.

Quando o avião se preparou pra voar, a aeromoça disse: “O senhor vai para a sua cadeira.” Zé disse: “Não, porque eu tenho uma convicção seguinte: o primeiro banco que eu sentar eu não posso sair mais.” Aí eu disse: “Então eu saio.” “Não, não... tem que ficar nós três aqui.” Aí ela disse: “Mas não pode, isso não pode ser dessa maneira...” “Não, mas eu não saio...” Aí o Jorge Amado falou assim: “Chama o comandante aí para resolver esse problema.” Veio o comandante. E o Zé disse: “Eu não vou sair. Não posso sair, porque se eu sair o avião cai.” “Mas isso o senhor não pode...” “Mas tem que arranjar um jeito, porque eu não saio daqui, e nem eles dois podem sair porque estão comigo agora, senão o avião vai cair”.

E quebraram-se as regras da aviação civil em nome do medo incontrolável de José Condé em voar. Aproveitando-se dessa situação, Leopoldo resolveu assustar ainda mais o já assustado Condé, ao mostrar-lhe um pouco de combustível que escorria na asa do avião. “Parece que eu estou vendo hoje, ele gritava: ‘Chama o comandante! Chama o comandante!’

²⁹ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

³⁰ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

³¹ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

E o comandante: ‘Mas isso é comum...’ ‘Não senhor, olhe meu amigo aqui conhece pra burro, disse que tá vazando, não tem gasolina... Pára!’”

Mesmo com tantas turbulências, chegaram todos bem e Condé, como fazia sempre, agradecia a Deus pelo término do *suplício*, beijando o chão; pediu, então, que Leopoldo ficasse na sua frente, para que ninguém percebesse aquele gesto, o que deu ensejo a mais uma *presepada*: “Então eu chamei o fotógrafo, quando ele baixou pra beijar, nós saímos... [risos] o fotógrafo pegou ele beijando o chão...”

Esse gesto de beijar o chão era recorrente em Condé, não apenas a título de agradecimento pela viagem encerrada a contento, mas também como demonstração do respeito e amor nutridos por sua terra, Caruaru, da qual sempre falava aos filhos, por ele nomeados “caruaruenses honorários” (CONDÉ, 1987, p. 14), e para quem trazia “malas cheias de bonecos de barro, cheias de Vitalino, na infância mesmo, de brinquedos pra gente...”, como conta sua filha Vera Condé (informação verbal)³², que acrescenta: “Eu esperei conhecer Caruaru como uma menina da minha idade aqui esperava conhecer Paris. Eu esperei fazer 14, 15 anos, que ele não levava antes porque atrapalharia as saídas. Então Caruaru, pra gente, chegava no paraíso.”

Outro insólito episódio deu-se também com o casal Leopoldo-Edna, que ganhou de Condé um cachorro, com a condição de colocarem no animal o nome do escritor – talvez inspirado na história machadiana de Quincas Borba.

Assim, no atestado de vacina do cãozinho, foi apostado, como identificação, “José Condé”, e o respectivo endereço do casal. “Quando o João Uchoa, também muito brincalhão, era juiz da 5ª Vara, e o José da Gama Malcher era Presidente do Tribunal do Júri”, falava-se sempre que esse “era um tribunal de justiça indevida, porque era julgado por pessoas incompetentes, funcionários públicos”, e que deveria haver uma reforma, sendo convocados apenas escritores, como o Sérgio Buarque de Hollanda, o Jorge Amado e outros mais. “E quando chegou no Zé Condé, [...] demos o meu endereço, e aquela intimação para ser jurado veio, e eu, então, com o João, fui ao Tribunal com o meu atestado do cachorrinho que morava lá”,

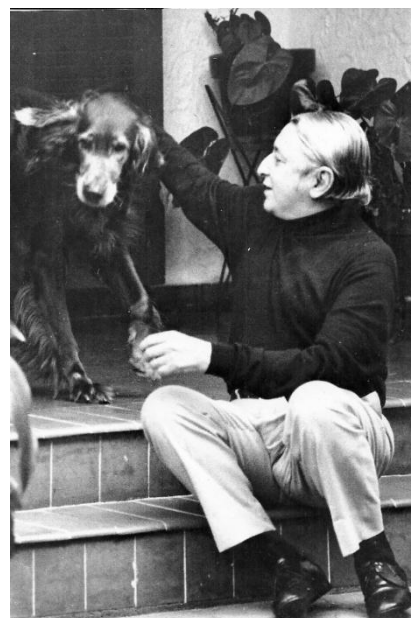


Figura 7 – Condé brincando com Teddy, um de seus cachorros. Foto: Acervo da família de José Condé.

³² Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

não sem antes convocar a imprensa, que noticiou: “Cachorro de Edna Savaget convocado para o Tribunal do Júri”, inclusive com foto do cachorro na revista *Amiga*.

Condé amava os animais (Figura 7). Os companheiros de seus últimos meses de vida foram seus dois cachorros, Teddy e Pepito. Antes disso, *conta a lenda* que o romancista promovia memoráveis encontros festivos, na chácara que comprara, em Nova Iguaçu, mas não permitia que se matassem galinhas e patos do sítio, preferindo comprar fora os animais para alimentar os convidados. Dizia que os bichos do terreno eram só para enfeitar a paisagem.

Aliás, as festas realizadas por Condé em sua propriedade rural eram famosas no Rio, tendo, inclusive, cobertura da televisão, como relata Vera Condé (informação verbal)³³:

Papai tinha o tal sítio, para o qual levava *mil* amigos. Ficavam conversando até tarde (muita história de mal assombrado) e um dia ouvimos um barulhão danado, já às altas horas. Papai disse: “não se preocupem, se for ladrão ou assombração, pego a pistola e passo para a minha mulher Maria Luiza, que é valente pra cachorro!”

Já tratamos do amor incondicional que José Condé tinha pelos filhos, e dentre os inúmeros e hilários casos contados por sua filha, resgatamos alguns aqui, para ilustrar a saudável relação existente. Vera (informação verbal)³⁴ conta que ele *reclamava*, entre risos: “Todo mundo tem neto, só minhas filhas que são encalhadas, que não me dão neto...” De fato, Condé não chegou a conhecer os netos, o primeiro deles, Bruno, tendo nascido em 1974, portanto três anos após a morte do escritor. Em 1977, nasceu Roberta, a única neta de Condé. Maria Regina e Fernando Antonio, os outros filhos de José Condé, não tiveram descendência.

Outra feita, conta Vera (Figura 8), “meu irmão [Fernando Antonio] se perdeu



Figura 8 – Vera Condé concedendo entrevista para esta pesquisa. Foto: Francisco Torres.

³³ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

³⁴ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

na feira de Caruaru, e aí saiu no rádio que só José Condé perderia um filho na feira de Caruaru”; naturalmente, mais um chiste empreendido pelos amigos, que não deixariam passar a oportunidade de fazer uma brincadeira com o divertido filho de Donaninha, agora escritor famoso, mas com um senso de humor que agradava a todos.

Ao aconselhar os filhos, acabava dizendo exatamente o que eles gostariam de ouvir. Como quando sua filha Vera (informação verbal)³⁵ lhe falou que estava fazendo teatro e Psicologia. Ele exultou e aconselhou: “Olha, que você faça teatro, eu vou ficar super contente, mas nada como diletante. Ou você faz profissionalmente... diletantismo não. Faça como profissão.”

Na década de 1960, quando os filhos eram adolescentes, José Condé sempre ia à casa da ex-esposa, Anália Farias, com quem moravam, buscá-los para jantar, em companhia da segunda mulher, Maria Luiza, em algum restaurante. Todos os dias ele se fantasiava de algum personagem para ir pegar os filhos: “cada dia ele vinha de um jeito nos buscar, de brincadeira”, lembra Vera (informação verbal)³⁶.

Para encerrar este desfile de episódios condeanos – eles próprios dariam excelentes e divertidos contos – ouçamos de Vera Condé (informação verbal)³⁷ mais um acontecimento que comprova o constante bom humor do escritor caruaruense: “ele tinha uma cabeleira branca, linda, grande, que se usava na década de setenta, e nós estávamos num baile de carnaval, no Caxangá. Aí ele passou e alguém falou: ‘Olhe esse viado velho aí dançando...’ Ele olhou pr’o cara e falou: ‘Viado tudo bem, agora velho... aqui, ó!’”

1.1.10 Doença e morte

Há quem remonte a origem da doença que vitimou José Condé aos longínquos banhos infantis no rio Ipojuca, em que teria sido contaminado pela esquistossomose, doença transmitida pelo caramujo, muito frequente em regiões alagadas, e cujos parasitas, depois de penetrar na corrente sanguínea através da pele em contato com a água, chegam ao fígado,

³⁵ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

³⁶ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

³⁷ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

onde maturam as formas adultas, deixando o órgão fragilizado e suscetível a enfermidades futuras, principalmente quando o fígado é posto em situações de intensa exposição ao álcool, por exemplo.

O médico gastroenterologista e especialista em doenças do fígado, Josenildo Correia (informação verbal)³⁸ afirma:

se ele [José Condé] teve esquistossomose, sem dúvida que teria uma predisposição maior à cirrose, em associação com o álcool. A esquistossomose, por si só, não levaria à cirrose, e sim apenas à fibrose. Mas, com o álcool, esse fígado pode sofrer transformação para cirrose. [...] O paciente que tem esquistossomose com fibrose hepática, evolui para uma cirrose quando existe uma interação com álcool ou vírus.

A morte, que aparece tantas vezes, nas mais diversas situações, ao longo da obra condeana, é uma das lembranças mais antigas do escritor. Por volta dos três ou quatro anos de idade, Condé a conhecera quando do falecimento de seu irmão Inácio, então com oito meses:

Foi a primeira vez que tive contato com a morte. Recordo que havia na minha casa uma empregadinha, neta de uma escrava de meu avô materno. Perguntei-lhe o que era a morte. E ela respondeu mais ou menos assim: morte é um lugar onde a gente vai, debaixo da terra, não pode ver nem respirar. Isso me deu um grande desespero. Depois, o enterro: lembro seu caixãozinho azul, as crianças levando capelas de flores naturais e o sino da matriz tocando o repique fino que queria dizer “enterro de anjo”. (ENEIDA, 1962, p. 80)

Qual sinistra figura da imaginária velha desdentada, presente no conto “Noite de Temporal”, de seu livro póstumo *As Chuvas* (CONDÉ, 1972, p. 1-33), a morte começou a se fazer anunciar quando Condé encontrava-se em Paris, com a esposa Maria Luiza, em 1970. Fora assistir ao lançamento da segunda edição de *Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (Cerveja, Sanfona e Amor)*, na Alemanha, e bebera muito vinho. À noite, no hotel, passou mal, como relata Maria Luiza, em carta a Selita Dalmas:

Estávamos em Paris. Era a noite de 24 para 25 de maio de 1970. Tínhamos ido cedo para o hotel, pois dia 25 havia muito que fazer e dia 26 embarcaríamos para a Itália. Ele não se sentia bem. Achava-se indisposto, cansado. Contou-me depois que escondera de mim, mas que vomitara durante todo o dia. Vomitava sangue, julgando estar vomitando vinho. Pensava que era vinho tinto, resultado de uma noitada que fizéramos na véspera, em Montmartre. Naquela noite, acordei ouvindo-o vomitar no banheiro. Corri para lá e vi o quadro mais dantesco da minha vida, que jamais esquecerei, mesmo que viva cem anos. Ele, lívido, vomitando

³⁸ Entrevista concedida em Caruaru-PE, em 13/05/2011.

torrentes de sangue. As paredes, a privada, o bidê, a pia, a banheira pareciam pintados de sangue. Uma coisa horrível. (DALMAS, 1972, p. 27).



Figura 9 – José Condé, já doente, tendo ao lado a esposa Maria Luiza. Foto: Acervo da família de José Condé.

Sofrera uma forte hemorragia esofageana e foi hospitalizado às pressas, em estado grave, na Clínica Beau Séjour, em Montrouge, onde ficou internado por 15 dias. De volta ao Brasil, apresentava-se bastante frágil, como atesta Elysio Condé: “fui recebê-lo no aeroporto, indo com o carro até junto do avião, pois ele não podia se locomover. Ao vê-lo, senti que não tinha existência para muito tempo” (CONDÉ, E., 1981, 2). Ficou dois dias internado no Hospital da Lagoa, no Rio de Janeiro, iniciando, então, um longo tratamento, que parecia recuperar-lhe as forças (Figura 9).

Querida fazer muita coisa ainda Condé. Sentindo a vida se esvaír, apressou-se em adiantar seus projetos. Apoiado numa tábua, conseguiu escrever dois livros, no leito a que a enfermidade o prostrara. Em junho de 1970, lançou *Tempo Vida Solidão*. Pretendia passar uma temporada no Nordeste, mais especificamente em Barra de São Miguel, terra natal de Maria Luiza, e em Maceió. Este último plano, infelizmente, não conseguiu realizar, em função da fragilidade na saúde, com que atravessou todo o ano posterior ao da sua volta da França. Comovido, o escritor Afrânio Melo escreveu: “Condé morreu porque não podia mais viver a vida que tivera, nem ser o que sempre foi: um homem, um grande homem, que via o mundo em família, em parceria, e só o compreendia junto dos amigos” (MELO, A., 1971, p. 5).

Fevereiro de 1971. José Condé foi internado mais uma vez, no Hospital da Lagoa, no Rio de Janeiro, em função de algumas complicações no seu estado de saúde. Retornou para casa, onde procurou seguir rigoroso tratamento, mas com a doença deixando-o cada vez mais abalado, mais frágil. Por outro lado, jamais abriu mão do álcool, como confirma Leopoldo Teixeira (informação verbal)³⁹, ressaltando que, mesmo rigorosamente proibido pelos médicos, Condé não se furtava a tomar seu cálice de conhaque, para desespero dos amigos, e do próprio Leopoldo, que fazia de tudo para impedir o gesto, embora infrutiferamente. O escritor prosseguiu na faina ansiosa e angustiante de produção de algumas novelas, que comporiam sua obra póstuma *As Chuvas*.

³⁹ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

Embora com a saúde bastante abalada, José Condé, “cuja vontade de viver prorrogou uma condenação trágica, que há um ano e meio lhe havia sido imposta” (FIGUEIREDO, 1971, p. 6), não se entregava, e ainda fazia planos para o futuro, como se pode perceber nesta nota, publicada no *Correio da Manhã*, em abril desse ano:

Para transformar o comércio de arte numa “atividade mais séria como merece ser”, um grupo de artistas resolveu abrir a Bolsa de Arte na Praça General Osório, em Ipanema. Entre os nomes que lideram o movimento estão José Condé, Gilberto Chateaubriand, Flexa Ribeiro e Fernando Portela. Para o primeiro pregão já se tem cerca de 10 peças. (BOLSA..., 1971, p. 4)

No dia 19 de junho, o *Correio da Manhã* (AS SONORAS, 1971a, p. 7) anunciava para o dia 24, dia de São João, na Livraria Ruba-jyát, o lançamento de **Tempo Vida Solidão**, o que de fato aconteceu, como noticiaria este jornal, de forma bem-humorada, na edição de 25/06/1971: “José Condé cansou a mão (direita) de tanto assinar autógrafos de seu livro Vida, Tempo e Solidão [sic] anteontem⁴⁰ na livraria Rubayat em Ipanema” (AS SONORAS, 1971b, p. 7).

Em 18 de setembro desse ano, foi internado, pela terceira vez, no Hospital da Lagoa, em estado lastimável. Após alguns dias bastante apreensivos para a equipe médica, família e amigos, que acompanhavam, angustiados, o quadro clínico do escritor, uma boa notícia amenizava a tensão: na tarde do dia 27, o hospital emitiu um boletim médico que dava conta da considerável melhora em seu estado clínico, sendo, inclusive, transferido do Centro de Tratamento Intensivo para o quarto 404, e liberadas as visitas.

Caiu a noite. Com ela, aquela velha desdentada rondava, lúgubre, o leito em que repousava o criador de mundos imaginários. Ela estava disfarçada de cirrose hepática. Acercou-se de José e o abraçou finalmente. Na parede do quarto, um quarto para as onze da noite marcava o relógio. O pequeno grupo que o assistia, assistiu-lhe ao cruel desfecho de meses de sofrimento: Maria Anália (a primeira esposa, mãe de seus filhos), Maria Luiza (sua segunda esposa), os filhos Maria Regina, Vera e Fernando, o irmão Elysio (João se encontrava na Europa), além de alguns amigos mais íntimos. José Condé já não existia mais.

Um dos presentes era Leopoldo Teixeira Leite (informação verbal)⁴¹, que assim relata o momento final de José Condé:

⁴⁰ Notemos o desencontro de datas.

⁴¹ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

Eu sou arquiteto, [...] e fui designado a examinar um prédio que tinha perto do hospital da Lagoa; eu fui com um calculista do Instituto [de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI]. E eu disse: “Eu estou com um amigo meu aí...” Ele disse: “Leopoldo, você pare e vamos lá em cima que esse teu amigo está muito mal”. “Ué, você sabe?” “Sei.” Ele [o amigo calculista de Leopoldo] era espírita. Saltamos, fomos. E ele, quando chegou, entrou e foi falar com Zé, na cama. Estava Vera, todo mundo estava na porta, assim; quando ele voltou, disse: “Ele vai embora agora.” Morreu. Eu assisti à morte dele.

Espocaram choros, lamentos e manifestações de todo país, em ondas intensas. Principalmente no Rio de Janeiro, cuja atuação jornalística e literária de Condé fê-lo conhecidíssimo e bastante respeitado, e em Pernambuco, seu estado natal, pelos fortes laços de parentesco e de amizade que José Condé soube alimentar durante toda a vida.

O dia 28 de setembro amanheceu triste, pesado, escuro, chuvoso. Coroas de flores, mensagens de condolência, luto, lágrimas, pesar deram a tônica daquela terça-feira setembrina. Grande número de amigos, colegas e admiradores compareceram ao seu velório, quando puderam externar seu adeus ao escritor caruaruense que fazia questão de se mostrar pernambucano, não apenas através da obra que publicou e das constantes declarações de amor à terra, mas simbolicamente pela bandeira de Pernambuco, na qual pedira (e fora atendido) para ser envolvido, no ataúde.

O jornal *Correio da Manhã*, no qual trabalhara por mais de duas décadas, trouxe a seguinte nota, na seção “Coluna Três”:

CONDÉ – O escritor José Condé, autor de **Um Ramo para Luísa, Terra de Caruaru** e outras obras, morreu às 22h45min de ontem no Hospital da Lagoa, onde sua mulher Maria Luisa Condé, seus filhos e seu irmão Elísio Condé o assistiam. Todos os esforços foram feitos para salvá-lo, pelos médicos Davi Geremberg e Edgar Faust, mas o escritor, que estava internado há uma semana não resistiu às complicações hepáticas de que sofria. O corpo de José Condé, que foi um dos fundadores do **Jornal de Letras**, está sendo velado na Capela Real Grandeza do Cemitério de São João Batista, onde será sepultado. No ano passado, o próprio Condé escreveu o enredo da Escola de Samba Unidos de São Carlos⁴², que apresentou o enredo **Terra de Caruaru**. Uma representação da escola estará presente no sepultamento. José Condé, durante muito tempo, foi o crítico literário do CORREIO DA MANHÃ. (COLUNA..., 1971, p. 3)

Eram dezessete horas quando o caixão com o corpo do romancista baixou à sepultura nº 3091, na quadra 41, do Cemitério São João Batista, ao lado de Anna Ferreira Condé, sua mãe, que falecera alguns meses antes, mais precisamente, no dia 16 de fevereiro. Chovia

⁴² Na verdade, o samba-enredo é de autoria dos carnavalescos Sidney da Conceição e Antonio Curvina, como já salientamos anteriormente.

torrencialmente naquela tarde, como a marcar o derradeiro ato de uma vida inteira dedicada à literatura, ao jornalismo, à família, aos amigos.

O *Correio da Manhã* desta forma noticiou o fato:

Sob forte chuva, o escritor José Condé foi sepultado às 17h de ontem, no Cemitério São João Batista. Seu caixão foi coberto com as bandeiras de Pernambuco, seu Estado natal, e do Colégio Plínio Leite, de Petrópolis, onde ele cursou o ciclo colegial. Sua mulher, Maria Luísa, e os filhos, Fernando Antonio, Maria Regina e Vera, caminharam à frente, desde a capela até o jazigo, com as rosas que depositaram na sepultura de José Condé, ao contrário da tradição da cal. Seus amigos mais íntimos e parentes, como seu irmão Elísio, repetiram o gesto, inclusive o Sr. Arnauld Pedroso, representante do Governo de Pernambuco, no sepultamento do autor de *Terra de Caruaru*. O Padre Araújo encomendou o corpo de José Condé, com uma oração simples e singela, e nenhum dos escritores ou amigos do morto discursou, por solicitação da família. José Condé foi, por muitos anos, cronista do CORREIO DA MANHÃ. (COBERTO..., 1971, p. 5)

Convenhamos, tímidas notas do jornal carioca, para a importância da perda de alguém, que, não obstante sua capacidade literária e sua persistência em divulgar a literatura deste país, foi um dos mais lidos jornalistas desse órgão de imprensa, responsável, durante muitos anos, pelo seu caderno literário. Maior espaço fora concedido no dia anterior (27/09/1971), pelo *Jornal do Brasil*, que noticiara a morte em notícia de duas colunas (“José Condé morre aos 52 anos no Hospital da Lagoa e deixa livro sem título”), acrescentando um texto analítico de suas obras e com a opinião de alguns escritores (“Um escritor de transição”).

Não por acaso, o leitor Sebastião Fernandes, do Rio de Janeiro, lastima a pouca atenção dada ao escritor de Caruaru: “Ainda virão muitos estudos e ensaios sobre o escritor pernambucano, mas as notícias do seu falecimento foram, desgraçadamente, anêmicas e sem repercussão para o jornalista que sabia alimentar a chama de outros escritores e tinha uma seção que vai desaparecendo: a da comunicação” (FERNANDES, 1971, p. 2). Lamentavelmente enganou-se o caro Sebastião Fernandes em sua primeira afirmativa: não foram tantos quanto os merecidos “os estudos e ensaios” sobre José Condé, após sua morte, tão anêmicos e sem repercussão quanto “as notícias de seu falecimento”. Aliás, escreveu-se abundantemente, após seu desaparecimento, como podemos ver no próximo item, mas as páginas que tratavam do “escritor de Caruaru” foram, gradativamente, rareando, ao ponto de este ter se tornado praticamente um desconhecido.

1.1.11 Depois da morte

Manifestações as mais diversas foram registradas após a morte de José Condé. Além das rotineiras providências de expensas do funeral, luto oficial, mensagens de condolências e registros nas casas legislativas do Rio de Janeiro, de Pernambuco, bem como no Congresso Nacional, “escritores de todo o Brasil [...], em solenidades comoventes, homenagearam José Condé, cuja vida e obra foram dedicadas à literatura [...]. Toda a imprensa manifestou seu pesar. Seus inúmeros amigos expressaram seu sentimento e solidariedade à família” (BARBALHO, 1993, p. 52). Sua colega de redação do *Correio da Manhã* Germana de Lamare publicou, em sua coluna “As Sisudas”, que “as terras de Caruaru estão bem menos de Caruaru, porque uma paisagem sempre perde algo da sua forma e cor, quando desaparece uma velha árvore ou uma pessoa querida do lugar” (LAMARE, 1971, p. 2).

Em outubro de 1971, o SESC Caruaru, sob a direção de Rui Limeira Rosal, realizou uma semana de homenagens ao escritor recém-falecido, com “exposição de livros, jornais, fotografias, documentos e tudo o mais que se relacione com o ilustre desaparecido, muito embora fosse ele de uma simplicidade encantadora” (BARBALHO, 1993, p. 53). Pessoas do naipe de Audálio Alves, Pessoa de Moraes, Olímpio Bonald, Nilo Pereira, Celso Rodrigues e Mauro Motta, dentre outros, alternaram-se nessas homenagens, que contou ainda com missa na Igreja da Conceição, visita ao túmulo do pai, no Cemitério São Roque, aposição de placa na casa da Rua Mestre Pedro, onde o escritor nascera, programação radiofônica e solenidades as mais diversas.

Inúmeros artigos se fizeram publicar na imprensa do país (cf. REPERCUSSÃO..., 1971, p. 1): de Nelson Rodrigues e de Alves Pinheiro, em *O Globo*; de Rui Sampaio, em *O Jornal*; de Genesino Braga, no *Jornal do Comércio* de Manaus; mas foi no *Jornal de Letras* que se prestou a maior homenagem, no número saído em outubro daquele ano. Artigos emocionados de Raul Xavier (“A Ficção”), discorrendo sobre características ficcionais da obra de Condé; de Valdemar Cavalcanti (“Escritor, só escritor”), um emocionado depoimento, ainda tangido pela forte comoção que o tomou pelo desaparecimento do amigo; de Ledo Ivo (“Um Companheiro”), falando sobre o José Condé contador de histórias; de Josué Montello (“O querido José Condé”), abordando a vida literária no Rio de Janeiro na década de 1940, quando os dois, Montello e Condé, começavam a despontar no cenário literário e jornalístico carioca; de Antonio Rangel Bandeira (“Último retrato”), depondo sobre a figura humana e

literária de José Condé; de Afrânio Melo (“José, meu amigo”), um dos que assistiu ao seu falecimento, falando sobre detalhes da vida familiar e afetiva do amigo; de Mauro Motta (“Lembranças vivas”), rememorando a infância de Condé e falando sobre seu estilo de escrever; além de pequenos depoimentos de Adonias Filho, Barbosa Lima Sobrinho, Teófilo de Andrade, Franklin de Oliveira, Lago Burnett, Luís Martins, Hélio Fernandes, José Álvaro, Maria Cláudia, Henrique L. Alves, Luís Pinto e Austregésilo de Athayde.

Registramos ainda a emocionada carta publicada pela escritora e jornalista Edna Savaget, uma das pioneiras da televisão brasileira, amiga de José Condé, em que, entre outras coisas, afirma, pesarosa:

Olhe, Zé, eu andava receando que isto viesse acontecer. E agora estou desolada que você tivesse ido embora sem ouvir o que eu e os outros amigos estávamos armazenando para – quem sabe? – um dia, num recanto qualquer deste mundo – mas tinha que ser deste mundo – ir contando devagarinho, tal como se conta uma história para criança, uma criança como você sempre foi, de olho bem aberto, fixo, preso ao olho da gente, ouvindo, querendo mais, pedindo mais. [...] Você sempre olhava a gente de dentro pra fora. Pensando primeiro na gente, querendo solucionar, querendo ajudar, querendo estender a mão num gesto amigo e protetor. [...] Diante de você, aí, nesta embalagem de madeira, quieto, dolorosamente quieto, sério, cruelmente sério, sereno como a sua consciência, com este terrível aspecto de “tarefa cumprida”, o que me revolta e entristece é a constatação de que você não se deu conta de que – de fato – ainda não cumprira toda a missão. [...] Olhe, Zé, você não deveria ter ido. Não agora. Como sempre, você preferiu ir primeiro, para ver se o caminho estava bom, se servia para nós, se não se tratava de uma cilada. Só que desta vez, pelo menos desta vez, você não pensou no nosso sofrimento. (SAVAGET, 1971, p. 1)

Em Recife, durante o mês de outubro de 1971, o *Diário de Pernambuco* serviu de suporte para vários depoimentos em forma de artigos, escritos por diversos contemporâneos do romancista desaparecido, a exemplo de Virgínius da Gama e Melo, que enfatizou sua última visita ao “amigo Condé”:

Em dezembro último, voltei à casa de Botafogo. Umas três ou quatro noites. Condé fumava e eu não fumava mais. E o bom amigo me servia cerveja enquanto me mostrava os originais de um dos livros mais tristes do mundo – ***Tempo Vida Solidão***. Enquanto lia ele me servia a Cerveja, o Vinho, a Vida. (MELO, V. G., 1971b, p. 4)

Conclui o artigo dizendo ter recebido, poucos dias antes, uma carta de Fagundes de Meneses, o amigo que o apresentara a Condé, afirmando que só um milagre resolveria o problema de saúde do amigo comum, milagre que não aconteceu.

Outro que utilizou as páginas do mais antigo jornal em circulação da América Latina para se penitenciar ante o amigo recém-falecido foi Renato Carneiro Campos: “sempre estive em falta com ele; nunca escrevi sobre os seus livros. Mas em nenhum momento, porém, José Condé fez a menor referência ou demonstrou o mais leve ressentimento por esta minha atitude” (CAMPOS, R. C., 1971, p. 4). Essa lacuna, aliás, não é exclusiva de Campos; muitos deixaram de registrar suas impressões sobre a obra condeana, de estudá-la, de analisá-la criticamente. A recíproca não é verdadeira: Condé sempre divulgou muitos dos que o ignoraram, como o próprio Campos, a quem o jornalista registrou na coluna “**Escritores e Livros**”, do *Correio da Manhã*, de 11/04/1956, evidenciando um trabalho deste sobre o protestantismo na zona rural de Pernambuco; em 15/08/1961, registrando seu papel de selecionador e prefaciador do livro *Vida, Forma e Cor*, de Gilberto Freyre, informação retomada no dia 17/09/1961, em 05/05/1962, esta no suplemento literário do referido jornal, dirigido por Condé, e de novo na coluna “**Escritores e Livros**” de 02/04/1964; nos dias 30 e 31/05/1963, o colunista noticiava, em sua coluna, o Prêmio Vânia Souto Carvalho, dado ao crítico pernambucano Renato Carneiro Campos, “por um ensaio inédito sobre a poesia de Carlos Pena Filho” (CONDÉ, 1963, p. 2), poeta falecido alguns anos antes; em 24/08/1967, citava um artigo de Campos sobre Antero de Quental no mais recente número da revista *Estudos Universitários*, da Universidade Federal de Pernambuco; em 01/11/1967, ressalta o mesmo artigo de Renato Campos, publicado agora em plaqueta pela UFPE, intitulada “Três Estudos Literários” – os outros dois foram “Problemas de Linguagem e de Estilo”, de Leônidas Câmara, e “Sobre a Poesia Lírica e Dramática de Gil Vicente”, de César Leal.

E devemos registrar que o artigo de Campos no Diário de Pernambuco, sobre Condé, foi, no mínimo, uma sucessão de infelizes afirmações, senão vejamos: primeiro, ele demonstra ser um completo desconhecedor de particularidades da família e do homem Condé, ao questionar: “O **sobrenome de fidalgo francês** (quais as razões do **transplante genealógico** para as terras de Caruaru?) [...]” (Grifos nossos). Para demonstrar tão absurda teoria, ratificava não saber da interessante história da origem do sobrenome Condé, a ser contada adiante, neste trabalho – poderia ter consultado o historiador Nelson Barbalho, que lhe diria em detalhes a origem da alcunha familiar, como faria, anos depois, em sua obra *Meu povinho de Caruaru* (BARBALHO, 1980, p. 168). Em seguida, indelicadamente, e, mais uma vez, querendo se fazer gentil, ressalta que José Condé, “mesmo sem sobrenome [francês, supomos], era fidalgo de gestos e atitudes”, como se somente os franceses pudessem ser

assim, numa repetição da grosseria que Luís Pinto dizia, à mesma época, no *Jornal de Letras*, como veremos adiante.

Mas Condé era do Nordeste, ensejo para mais uma bobagem do Sr. Renato Campos: a de que Condé tinha a palidez “dos nordestinos avariados do baço e do fígado”, como se a esquistossomose, que teria sido o “veneno de efeito retardado” bebido pelo escritor na infância caruaruense, fosse uma exclusividade do Nordeste, e o Ipojuca, um dos “poluídos rios nordestinos”; duplo equívoco, pois nem os mananciais líquidos do Nordeste eram poluídos na década de 20 (época da infância do escritor) – a não ser que caramujos sejam considerados fatores de poluição –, nem a cor pálida do escritor teria esse motivo. Muito menos a outra insólita explicação aventada pelo articulista: “Palidez de quem passou grande parte da vida em redações de jornais e se debruçou nas noites de muitos bares”; sendo assim, que dizer dos também pernambucanos Joel Pontes e Lycio Neves, que se enquadram nessa descrição de Campos, e que não tinham essa palidez, pela óbvia, simples razão de serem negros? Ou seja, a cor da pele de Condé teria mais a ver com questões étnicas que comportamentais.

Finalmente, Renato Campos demonstrou bem seus *dotes humanitários*, ao afirmar, sem qualquer tipo de reserva ou pejo: “Na minha última viagem à Guanabara, soube da agonia do romancista, na luta que travava para sobreviver. E eu que não fui íntimo da sua vida, esquivei-me de procurar intimidade com a sua morte”. A pequenez ética deste trecho do depoimento dispensa – pior, não merece – comentários.

No dia 14 desse outubro, foi a vez de Arnaldo Jambo tecer comentários a respeito do amigo extinto, lembrando que o conhecera em Maceió, e fazendo coro a tantos que evidenciavam o comportamento carismático de Condé, já aqui várias vezes citado: “era o mais simpático dos visitantes costumeiros da cidade – nas festivas comemorações e carnavais para os quais era convidado juntamente com outros escritores e jornalistas [...]. Devo-lhe muito em estímulo e camaradagem.” Emite, então, seu parecer sobre o trabalho do escritor: “Significativa como se apresenta, a sua obra bem que poderia vir a ser maior em quantidade. Porque em qualidade, no gênero, ela se equipara com o que de melhor já se escreveu em matéria de romance e ficção no Nordeste” (JAMBO, 1971, p. 4).

Dois dias depois, o professor e então deputado federal Aderbal Jurema fez publicar no *Diário de Pernambuco* um artigo em que evocava a intensa identificação de José Condé com o fazer literário:

A obra que deixou inacabada, porque o romancista de Caruaru ainda muito poderia produzir, se analisada com objetividade crítica, nos indica um criador que sofria permanentemente com as suas criações. A preocupação de escrever sempre melhor era uma constante nesse escritor que acreditava piamente na Literatura e que, por isso mesmo, merece o nosso mais profundo respeito e admiração. Não uso essas palavras tão triviais como uma legenda formal. Antes, elas procuram traduzir o conceito que o Brasil literário tem pela atuação de José Condé, cavaleiro andante da Literatura brasileira, que desapareceu tão prematuramente. (JUREMA, 1971, p. 4)

O depoimento de Jurema corrobora o que sobre Condé já dissera Lins (1963a, p. 90), oito anos antes: “entregou-se à literatura com um amor, com uma seriedade e com uma dedicação que se tornam cada vez mais raras”; e o que sobre seu processo minucioso de produção literária igualmente testemunham sua esposa, Maria Luísa Condé e seu amigo e colaborador Valdemar Cavalcanti, embora o próprio Condé tenha afirmado à jornalista Tânia Goes, numa de suas últimas entrevistas: “Tenho tanta preguiça de escrever que geralmente deixo o papel na máquina, escrevo dez ou quinze linhas, paro, fumo um cigarro, brinco com os cachorros, dou uma volta por dentro de casa, tomo um cafezinho, depois volto, pego de enfiada mais uma página e por aí vai” (GOES, 1971, p. 7)

Por sua vez, o sociólogo da Universidade Federal de Pernambuco Pessoa de Moraes ressalta que José Condé foi

um dos nossos últimos escritores a associar no Brasil a consciência já de amadurecido artesanato com os resquícios de um mágico telurismo, onde o picaresco aliado à técnica e a uma das sensibilidades mais fortes de nossa atual fase literária produziram um tipo de literatura cheia de densidade humana, de expressividade vivencial e do sentido mesmo da vida que ele procurava e conseguia comunicar. (MORAIS, 1971, p. 4)

É evidente que tais manifestações de apreço ao escritor caruaruense, além de outras tantas, como o artigo “Diário de Condé”, em que Virgínius da Gama e Melo relata as lembranças de dois encontros com o escritor, um em Recife, outro em João Pessoa (MELO, V. G., 1971a, p. 4); ou a nota de Mauro Mota, em que o velho amigo fala sobre a morte de Condé comentando *Vento do Amanhecer em Macambira* (MOTA, 1971a, p. 4); tais textos eram motivados principalmente pela dor da recente perda, o que levava os articulistas de Pernambuco a remexer nas suas próprias memórias para justificar aos leitores a intensidade daquela ausência. José Condé aparece nesses artigos como uma saudade, com a força subjetiva peculiar a momentos como este, reconhecemos; mas sua morte enseja também comentários sobre sua vida e sua obra que nos permitem aquilatar, de alguma forma, o conceito de que gozava entre seus pares. Até porque é o que temos, registrado, em termos de comentários a respeito do escritor e sua obra. Tais pareceres foram estampados acima, e

espalhados, ao longo deste trabalho, à guisa de ratificações aos argumentos e fatos concernentes ao homem, ao escritor e ao jornalista José Condé.

Uma grande homenagem foi prestada a José Condé, quase dois anos depois de seu falecimento, mais precisamente em 31 de janeiro de 1973, quando o prefeito de Caruaru, Anastácio Rodrigues da Silva, encerrou seu mandato à frente do município, inaugurando a Casa de Cultura José Condé (Figura 10), idealizada e construída em sua administração⁴³. À solenidade, estiveram presentes mais de uma dezena de parentes de José Condé, inclusive seus irmãos (João e Elysio), seus filhos Maria Regina, Vera Maria e Fernando Antonio, e sua esposa Maria Luiza Condé, além de autoridades e intelectuais como Marcos Vinícius Villaça



Figura 10 – Casa de Cultura José Condé, no dia de sua inauguração, em 31 de janeiro de 1973. Foto: Acervo de Anastácio Rodrigues.

(à época Secretário de Estado, e até recentemente Presidente da Academia Brasileira de Letras), o poeta Mauro Motta (então Presidente da Academia Pernambucana de Letras), o escritor e teatrólogo caruaruense Joel Pontes (na ocasião editorialista do Diário de Pernambuco), o escritor Enio Silveira (por muito tempo diretor da Editora Civilização Brasileira, que publicou boa parte da obra condeana), o prefeito eleito João Lyra Filho (sucessor de Anastácio Rodrigues), a artista plástica Luiza Maciel, o teatrólogo Rui Limeira

⁴³ Segundo Anastácio Rodrigues, em entrevista concedida em Caruaru, em 27/08/2010, esta foi a segunda Casa de Cultura inaugurada no Brasil – a primeira foi a de São José do Rio Preto – SP, criada em 1968 (<http://www.riopreto.sp.gov.br/PortalGOV/do/subportais_Show?c=1975>. Acesso em 07/03/2011).

Rosal, o deputado federal Fernando Lyra, e gente do povo, como o famoso carnavalesco José Romão da Silva (*Cacho de Coco*).

Entre os presentes, discursaram o Prefeito Anastácio Rodrigues, Marcos Villaça (representando o governador do Estado, Eraldo Gueiros Leite), Elysio Condé, Rui Rosal, entre outros. Mas o depoimento mais esperado e mais emocionado foi da viúva, a escritora Maria Luiza Condé, do qual destacamos alguns trechos a seguir:

Muitas e muitas vezes, quando viajavamos e recebia uma homenagem, Zé, inesperadamente, passava-me a palavra e eu era forçada a improvisar um agradecimento. Ele dizia que sabia escrever mas não tinha jeito para discursos. Hoje, mais uma vez, e com profunda emoção e saudades daqueles improvisos de fim de festa, venho agradecer o que esta cidade, este povo e seu prefeito têm feito, vêm fazendo e, certamente continuarão a fazer pela memória de José Condé, o romancista de Caruaru, cidade que ele imortalizou e levou além-fronteiras pelos tempos eternos.

[...] Hoje, tenho certeza, Zé está aqui conosco. Vibrando, qual criança que sempre foi, com o cheiro de Caruaru, as árvores de Caruaru, o vento de Caruaru, o céu de Caruaru. [...] Caruaru que ele me fez amar, bem como a seus filhos Regina, Vera e Fernando, caruaruenses honorários, como ele os chamava.

Zé Condé era avesso à tristeza. Hoje, mais do que nunca, ele está alegre, recebendo a homenagem de sua querida cidade. Como em sua obra, ele regressa às raízes. [...] Não é hora de tristeza. É hora de alegria. Zé Condé está feliz em sua *Terra de Caruaru*. E, se ele está feliz, eu também estou.” (BARBALHO, 1993, 94-6)

Embalado pelo desejo de homenagear o amigo de infância, o historiador Nelson Barbalho promoveu, em 1981, uma campanha tentando sensibilizar o prefeito de Caruaru Drayton Nejaim (que, com o intuito de construir o atual prédio da Prefeitura, destruíra o Museu de Arte Popular, idealizado por João Condé, criado na administração de Abel Menezes e revitalizado na de João Lyra Filho), a transformar a casa onde nascera José Condé, na Rua Mestre Pedro, em biblioteca de autores pernambucanos, no que foi solenemente ignorado pelo chefe do executivo municipal:

[...] acerca da casa onde nascera Condé, sugeri o restabelecimento do prédio respectivo, guardadas suas características arquitetônicas, e, em seu interior, houvesse uma adaptação para ali funcionar a Biblioteca José Condé, uma biblioteca somente de autores pernambucanos, coisa pioneira em todo o mundo. A autoridade municipal fez que não leu a minha carta, ou não a leu mesmo de verdade. (BARBALHO, 1981a, p. 6)

Quando se completaram os dez anos de falecimento de José Condé, em setembro de 1981, mais uma vez as páginas do *Jornal de Letras* foi espaço de homenagens saudosas.

Contou com matérias de Elysio Condé (“José, meu irmão”), um emocionado e emocionante artigo em que o fundador do periódico fala sobre momentos marcantes do/com o irmão, destacando que “passados dez anos, continua ainda bem presente na memória dos seus filhos e dos seus amigos”, porque “marcou fortemente sua passagem pela vida, embora tão curta, graças à sua marcante personalidade”; de Valdemar Cavalcanti (“Um homem tímido chamado José”), em que ressalta sua quietude e seus medos, características conhecidas de Condé; de Josué Montello (“Lembrança do amigo”); de Reynaldo Bairão (“Vida e obra”), de Antonio Carlos Villaça (“No romance, a marca da vivência”); de Eurico Amado (“Recordações do Zé”); e, no dizer de Nelson Barbalho (1993, p. 120), “sem dúvida alguma, o mais humano, o mais sincero, o mais comovente depoimento [...] foi o de Maria Luiza Condé [...]” (“Um depoimento de coração”), do qual já retiramos trechos diversos para este trabalho.

O tempo que passa, incólume e célere, vai carregando com ele, acontecimentos, pessoas, momentos, estes apenas sobrevivendo na lembrança dos que ficam mais um pouco. Mas terminam todos se finando, inexoravelmente. Dos nomes que citamos neste capítulo, quantos e quantos já não mais vivem fisicamente entre nós! A despeito do muito ou pouco que aproveitaram da vida, do que dela fizeram, do que nela produziram, o tempo engoliu-os a todos. Desde José Condé, em 1971, até Fernando Antonio Condé, em 2012. Quem poderá saber qual o próximo?!...

Resta aos que ficamos, antes de sairmos de cena nós também, a obrigação de registrar, de alguma forma perpetuar a memória dos que somem, dos que “se encantam” (no dizer de Guimarães Rosa). Anastácio Rodrigues, um dos poucos contemporâneos vivos de Condé, ainda presente e atuante na vida cultural caruaruense, costuma dizer que esquecer um escritor é sepultá-lo duas vezes. Não permitamos que isso aconteça a José Condé.

1.2 Um escritor, por seus contemporâneos

Alguém é o que a posteridade lhe faz, é o que representa para a sociedade em que viveu, é também o que seus contemporâneos dizem dele, porque comentam sobre o que ele permitiu ou deixou escapar de si. Mesmo levando-se em conta que esses depoimentos podem vir eivados de distorções quanto à realidade, geradas pelos sentimentos – de admiração ou repulsa – nutridos pela pessoa em foco, não podemos esquecer duas questões: uma, que as

declarações feitas serão sempre a *impressão* de alguém sobre alguém; e, depois, mesmo através do filtro a que devem ser submetidas as opiniões, poderemos perceber, indiretamente, os comportamentos que balizam as relações sociais, profissionais ou outras quaisquer, mantidas por quem é focalizado, no meio em que vive e atua.

1.2.1 Sobre a importância de ouvir

“Falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história e que [...] uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história”. A afirmação de Bourdieu (1996, p. 183) serve-nos de pedra de toque para rememorar alguns aspectos da vida de José Condé, a partir de depoimentos de vários de seus contemporâneos, que estiveram mais próximos do escritor caruaruense, mas também do menino filho de dono de armazém de Caruaru; nossa intenção é reconstruir a representação de José Condé na vida cotidiana (social e cultural) e no imaginário de seus contemporâneos, como mais uma forma de procurar trazer à visibilidade pública, desde o *Zé Miau* até o consagrado escritor e jornalista literário José Condé, através da fala de pessoas que com ele conviveram, anônimos ou famosos, amigos ou apenas admiradores, o que é, na verdade, uma das formas de se (re)construir o pensamento sobre alguém. Os aspectos variados, e algumas vezes díspares, dos depoimentos aqui apresentados, enfatizam as características de justaposições e descontinuidade com que Bourdieu (1996) concebe qualquer história de vida.

Conhecendo o escritor pelas vozes dos que com ele conviveram ou dele tiveram notícia, provavelmente poderemos identificar algumas características de sua obra, de sua carreira como criador literário e de sua atuação social, afinal a construção da história dá-se, invariavelmente, pela consulta às fontes, sejam escritas sejam orais. “A fonte [...] tem, *a priori*, um *status* de fonte”, esclarece Voldman (1996, p. 249), o que não dispensa um tratamento crítico, isto é, a localização e consideração “do contexto geral e particular, momento, forma, natureza” do depoimento, tanto por parte daquele que constroi o texto quanto do leitor. Este é um dos princípios que norteiam este trabalho.

Em nossa escuta acerca do escritor José Condé, ouvimos desde antipatizantes ocultos a amigos saudosos e colegas literatos, estes, que deixaram sua opinião escrita em livros do

próprio Condé, em artigos e depoimentos de jornais, antes e depois da morte do autor de *Terra de Caruaru*; claro está, pois, que todas essas variantes precisam ser consideradas, para que não nos deixemos levar pelo encantamento dos admiradores ou pela repulsa dos que não o apreciam.

Evitamos, igualmente, a ilusória ideia de que os fatos acontecem na vida das pessoas de forma harmoniosa, ou que assim se dá a narrativa desses fatos. Como afirma Levi (1996, p. 169), os atores históricos não obedecem “a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado [...], cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”. Buscamos estabelecer uma cronologia básica, mas sem nos atarmos definitivamente a ela, sob pena de nos tornarmos enfadonhos e artificiais.

1.2.2 A força de um nome

Afirma Bourdieu que a instituição do nome próprio “assegura aos indivíduos designados, para além de todas as mudanças e todas as flutuações biológicas e sociais, a *constância nominal*, a identidade no sentido de identidade consigo mesmo, de *constantia sibi*, que a ordem social demanda” (1996, p. 187). Tanto o nome *oficial* quanto os vários apelidos, surgidos ao longo da vida, falam de uma identidade marcante do indivíduo: o nome *oficial* pelo registro escrito e documental de um sobrenome, a vinculação legal a uma família, com tudo que a isso pode ser agregado, como identificação e influência social, herança material, em suma “o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais” (BOURDIEU, 1996, p. 187); os apelidos, gerados na informalidade e intimidade de amigos (ou desafetos), sob o jugo do humor, da ironia ou da descontração, evidenciam e sacralizam um momento específico da vida do indivíduo, sendo lembrado – por vezes carregado – ao longo da existência, seja contra a sua vontade, seja por iniciativa própria.

Acompanhando o brilhante trabalho genealógico empreendido pelo historiador de Caruaru, Nelson Barbalho, podemos perceber o quanto o nome de alguém pode contribuir na formação de sua personalidade, havendo, inclusive, o desejo (muitas vezes realizado) de mudança de nome, geralmente acrescentando palavras que distingam seu portador, por algum motivo que a este pareça pertinente. Foi assim que aconteceu com o apelido **Condé**, que terminou transformando-se em nome de família.

O apelido teria surgido a partir de uma antiga brincadeira entre amigos, que, naturalmente, não está registrada em documentos, mas é contada “de boca em boca”, e que foi recolhida por Barbalho (1980; 1993): José Florêncio de Sousa Pepeu, pai de João José da Silva Limeira (e, portanto, avô paterno do escritor), era compadre de Joaquim do Rego Barros (Cel. Quincas de Barros, avô do futuro crítico literário Álvaro de Barros Lins). E o coronel sempre brincava com o compadre, chamando-o de “gente do Mondé” (Mondé, como vimos, era o riacho das margens do qual provinha a família de José Florêncio). Florêncio respondia que vinha do Mondé mas tinha sangue azul, ao que o coronel indagava: “ah, quer ser conde, é?” O povo entendia “Condé” e passou a chamá-lo de “Zé Condé”. Mas pode ser também uma corruptela de Mondé, lugar de origem da família. O fato é que José Florêncio gostou do apelido e o incorporou à família. Quando nasceu o filho João José, desde logo passou a chamá-lo de João “Condé”, que, por sua vez, utilizou a alcunha como sobrenome, repassando-o para a esposa, Ana Ferreira, e registrando os filhos como Condé.

O próprio Florêncio, que se chamava, como vimos, José Florêncio de Sousa Pepeu, traz em seu nome, já oficializado, o que começou como um apelido de família também. Conta-se que Pedro Paulo de Sousa e Silva, casado com a prima Francisca Florêncio de Sousa, era conhecido por “Pepeu”, corruptela das letras iniciais dos dois primeiros nomes (Pedro Paulo = PP). “Gostando do apelido, adotou-o como sobrenome, passando a assinar Pedro Paulo de Sousa e Silva Pepeu e registrando seus filhos como **Florêncio de Sousa Pepeu**” (BARBALHO, 1993, p. 9).

Ainda falando sobre o mesmo clã familiar, registramos o caso de João Joaquim da Silva Limeira, casado com Maria de Paula Florêncio da Silva e Sousa (Dona Quinha), os dois sendo avós maternos do velho João Condé (portanto bisavós do escritor), já que eram os pais de Constância Maria da Silva Limeira (mãe de João Condé). Diz a *lenda* que havia dois primos homônimos – João Joaquim da Silva Florêncio – sendo um deles, o marido de D. Quinha, grande fazendeiro, proprietário de muitas terras (portanto rico, “nobre”, na concepção daquele tempo), e o outro, mero comerciante em Caruaru. O fazendeiro incomodava-se por ter o mesmo nome do primo mascate (profissão à época associada ao tráfico, pouco honesta, cf. Tejo, 2009, p. 153), e, sendo dono e senhor de várias fazendas (Jurema, Barbatão, Salgadinho, Lagoa do Algodão e Limeira), resolveu agregar o nome desta última, a mais opulenta de todas, como seu sobrenome, para diferenciar do primo pobre; passou, então, a assinar João Joaquim da Silva Florêncio Limeira, suprimindo posteriormente o Florêncio e registrando como Limeira todos seus filhos.

Desta forma, três das chamadas “tradicionais” famílias caruaruenses, Condé, Pepeu e Limeira (cf. BARBALHO, 1993), têm seus epítetos associados a alcunhas incorporadas ao nome oficial. Trata-se, pois, da necessidade de identidade, presente nos antepassados, e transformada em sobrenomes, capazes de estabelecer uma referência *de peso* na comunidade. Hoje, ser um Limeira, um Pepeu, ou principalmente um Condé, em Caruaru, traduz o *orgulho* de não apenas pertencer à grei tradicional da região, mas ter seu nome associado ao de pessoas de destaque reconhecido. Se o sobrenome não passava, no início, de mero apelido, as ações e atitudes sociais dos seus detentores o solidificaram histórica e socialmente; no caso de Condé, seja, no passado mais remoto, pela importância econômica de João Condé, plantador e alto comerciante de algodão caruaruense, seja, em passado mais recente, pela atuação dos irmãos Condé (Elysio, João e José Condé) no campo da literatura e da cultura, este sobrenome adquiriu força e respeitabilidade, ao longo das gerações.

Entretanto, antes desse reconhecimento nominal, o escritor tivera, em sua infância, outras alcunhas: desde o infantil **Tutuquinha** ou o óbvio **Zezé**, como os irmãos e amigos da época o tratavam, a que era acrescida a informação materna, virando **Zezé de Donaninha**, numa referência à forma como era chamada sua mãe (Anna Ferreira Condé), Donaninha – apócope de Dona Aninha –; ao curioso **Zé Miau**, recebido dos amigos de infância, Bertino Silva um deles, que o justificou (informação verbal)⁴⁴ pelo fato de ser José muito tímido, retraído, e pelos seus gestos naturalmente delicados, a lembrar em tudo o animal que lhe rendeu a alcunha.

1.2.3 O “Príncipe dos Condé”

Um dos mais presentes amigos dos irmãos Condé foi o aqui já citado ex-Prefeito de Caruaru e atualmente Presidente do Instituto Histórico de Caruaru, Anastácio Rodrigues da Silva (informação verbal)⁴⁵, que, saudoso e emocionado, não poupa elogios ao escritor José Condé, a quem se refere como o “Príncipe dos Condé”, e sobre quem diz ter sido um “boêmio com alma, gostava da noite, de grandes papos... Era dócil, leve... Uma figura que se queria

⁴⁴ Entrevista concedida em Recife-PE, em 13/12/2011.

⁴⁵ Entrevista concedida em Caruaru-PE, em 04/09/2010.

logo bem”. A opinião é corroborada por Leopoldo Teixeira Leite (informação verbal)⁴⁶: “À noite, saíamos sempre com o Zé... A gente saía: Rubem Braga, Zé Condé, Antonio Maria...”; e por Vandragézilo Neves (informação verbal)⁴⁷: “Saí no Rio de Janeiro, muitas vezes com ele, na noite...”. Aliás, Vandinho (Figura 11), como é conhecido até hoje pelos amigos, compôs uma singela homenagem poética ao amigo escritor:

Uma elegia a José Condé, morto há 36 anos

A ti, José Condé, para teu adeus definitivo, trago-te um ramo, um verde e humilde ramo, colhido na manhã caruaruense, tocado de orvalho e de ternura, e do morno sereno da agreste madrugada.

Morreste cedo, José Condé!
Mas tua morte multiplicou tua presença, na infinita saudade do primaveril canto dos pássaros e dos teus amigos, e dos teus irmãos e dos belos personagens de teus livros e sobretudo do povo que te inspirou na edificação do ofício de escrever.

E Caruaru!... Quantas vezes esta cidade se ampliou em tua voz, nos teus desejos, nos teus gestos e também na tua dor?

No espírito e na tua retina, a geografia municipal estava emoldurada, com a reminiscência dos recantos mais ternos.

E agora Condé? O silêncio interrompeu a tua presença, porém mais presente parece que estás!

Foi tão perpendicular a tua ida, que tenho a impressão de que não partiste, estás aqui, bem presente, pelas ruas e vielas de Caruaru,



Figura 11 – Vandragézilo Neves, amigo e confrade de José Condé, em sua residência (2010), quando concedeu entrevista para esta pesquisa. Foto: Edson Tavares.

⁴⁶ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

⁴⁷ Entrevista concedida no Recife-PE, em 13/12/2010.

conversando com os vivos e mortos;
 com Vitalino, com Chico Porto,
 com Rui Rosal, e tomando vinho
 no Bar do Belo e ouvindo
 as poesias de Lycio Neves e
 escutando as estórias de
 Nelson Barbalho.

Lembro-me ainda de quando estive
 em tua casa no Rio de Janeiro.
 A tua imensa bondade cresceu tanto,
 que superou as dimensões de tua
 terra natal.
 Maria Luiza contigo se confundia,
 e um belo e corpulento cão às vezes
 me fazia tremer de medo.

Ofereceste-me então um livro:
 “De José Condé, para Vandragézilo
 - Rio, 1961”.
 Foi “Terra de Caruaru”.

Depois saímos distraídos pela noite,
 sem imaginar que a vida se partia.

Morreste cedo, José Condé!
 E na dor de teus amigos e de teu povo,
 ficou pregada a saudade na parede! (NEVES, 2007-8, p. 50)

1.2.4 Sobre o escritor e sua obra

Quando temos vários depoentes a respeito de algo ou alguém, naturalmente acontecem controvérsias entre os depoimentos, sendo necessário, então, como defende Voldman (1996, p. 258), “confrontar dois tipos de relatos: o que quer preservar a legitimidade da transmissão e aquele do eventual dissidente ou contestador, cujo afastamento ou a marginalidade confere ao discurso uma veemência dotada de significado”. Levamos em conta, notadamente, o contexto em que é produzido cada depoimento, até porque, como ressalta a autora citada (*op. cit.*, p. 262), “assim como é conveniente indagar sobre a origem e a natureza de todo documento escrito, também deve-se atentar para os diferentes modos de construção do testemunho [oral]”. Buscamos, ao apresentar os diversos pontos de vista sobre o escritor, respeitar a

opinião de cada locutor, mas procurando esclarecer algum aspecto porventura obscurecido ou equivocado na sua fala, ou ainda ratificar a declaração, situando-a convenientemente no ambiente em que foi gerada.

José Condé, a despeito dos não poucos elogios e críticas favoráveis que são feitos a sua obra, não é unanimidade em sua terra natal. Um conceituado escritor caruaruense – que preferiu não ser identificado – considera a obra condeana, notadamente a que ele denominou de “cunho regionalista”, muito influenciada pela de Jorge Amado. É notório que o pernambucano e o baiano eram contemporâneos, e principalmente amigos de noitadas cariocas, além de leitores recíprocos, mas havemos de convir que é exatamente essa contemporaneidade e convivência, bem como os ares literários que se respiravam no período a partir de 1950, “durante o qual foi moda dizer-se que a ficção estava em crise, e que, paradoxalmente, desaguou em obras de intensa vitalidade, como as de Guimarães Rosa, Autran Dourado, Herberto Sales, Hermilo Borba Filho, Osman Lins, Rubens Fonseca e tantos outros” (MENEZES, 2007, p. 51), é justamente essa simultaneidade na produção literária do período que os faz ter algum vestígio de semelhança, como, por exemplo, os extensos títulos presentes nos capítulos de *Tieta do Agreste* (de Jorge Amado) e em *Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (Cerveja, Sanfona e Amor)* (de José Condé), mas nada que indique o grau de influência que o conterrâneo afirmou.

O estilo narrativo de Condé tem características singulares, como a exploração psicológica do interior dos muitos personagens, numa espécie de autocomiseração coletiva, a se constatar, cada um deles, perdidos dentro de si mesmos, isolados na mais escura e irremediável solidão, “solidão completa e total”, como afirma o próprio Jorge Amado (1987, p. 8) sobre a prostituta Luisa; e isso tudo traduzido numa “linguagem tão simples e nua que a representação se faz dramática e tensa como um nervo exposto”, no dizer de Adonias Filho, ao analisar *Tempo Vida Solidão* (CONDÉ, 1971). Por outro lado, Olímpio Bonald é enfático, ao firmar que

seus personagens, mesmo parecendo tranquilos, vivem as torturas da vacilação da fé ou da confiança, a desolação da desesperança, o desespero da solidão. E com angústia, solidão, desesperança e sofrimento, a obra de José foge do efêmero romance de costume, da transitória denúncia social, do limitado regionalismo e fala a linguagem universal da dor humana. (BONALD, 1971, p. 3)

Outra singularidade que podemos identificar na obra condeana é um evidente cuidado na estrutura do texto, fruto de um trabalho acurado na constituição da frase, num constante

“empenho para encontrar a palavra certa na hora de definir os contornos de uma cena, de um episódio ou de uma figura humana”, proporcionando à narrativa “condições de densidade e consistência, para que viesse resistir ao tempo” (CAVALCANTI, 1987, p. 7). Um exemplo dessa competência narrativa pode ser observado neste trecho da novela “Noite de Temporal”, que compõe seu livro póstumo **As Chuvas**, em que o diálogo vertiginoso dos personagens, praticamente sem a interferência do narrador, e precipitando-se em afirmativas curtas e nervosas, confere à cena a intensidade requerida:

Voltando-se, de repente, notou que o companheiro não tirava os olhos do quarto da mulher.

Gritou, fora de si:

– Não negue. Você agora está olhando para o quarto dela.

– É mentira. Não estou olhando coisa alguma.

– Tenho certeza.

– Não estou mentindo.

– Vejo nos seus olhos que está.

– Ora, dane-se.

Bruscamente, Pedro esqueceu o assunto:

– Vou ver se descubro outra garrafa de aguardente.

– É inútil – disse Rodrigo.

– Que horas são?

– Que importa saber as horas?

– A água está entrando na palhoça. Não será o rio?

– Vem das goteiras.

– Estamos perdidos. Perdidos.

– Sente-se e não recomece.

– Não quero me sentar.

– É o melhor a fazer.

– Mas eu não quero.

– Já estou cansado do seu nervoso.

– Por quê? Receia se contagiar?

Sorriu:

– Ora, diga logo: também está com medo.

– Não recomece, por favor. (CONDÉ, 1972, p. 29)

Ainda outra peculiaridade no trabalho de José Condé é a facilidade com que o autor compõe a trama, que assume aqui seu mais justo significado etimológico de tecido, num paradoxo de complexidade e nitidez – aquela na composição, esta na leitura –, utilizando, por exemplo, o protagonista de um enredo como personagem secundário em outra história, sem jamais perder o fio da meada, nem obscurecer qualquer deles.

Não obstante, a jornalista paulista Patrícia Galvão (a *musa* modernista *Pagu*) mostra-se contundente, ao comentar **Um Ramo para Luísa** – exatamente o livro bastante elogiado por Jorge Amado, que o prefaciou, mas sobre o qual Condé afirmou, em entrevista a Tânia Goes: “embora seja meu livro de maior sucesso, é o livro que menos me agrada” (GOES,

1971, p. 7). Galvão (in FURLANI e FERRAZ, 2010, p. 298), em artigo publicado no jornal *A Tribuna*, em 27/03/1960, aponta nessa obra o que chamou de “gorkismo [...] da pior qualidade de cordel”, numa referência ao ficcionista russo Máximo Gorki, autor de romances ditos proletários, em função do foco em personagens integrantes das chamadas classes excluídas da sociedade⁴⁸. E continua: “como a mediocridade do autor é uma mediocridade **bem amparada**, vai-se ver que ninguém sentirá tratar-se de um produto chucro de sublitteratura mesmo” (Grifo nosso). Apesar de não ficar muito clara a mistura de Gorki com a literatura de cordel, menos ainda o que denomina “mediocridade bem amparada” – referir-se-ia às críticas elogiosas com que o livro fora recebido? –, *Pagu* mostra-se enfática: “**Um Ramo para Luísa** é simplesmente um produto de literatice, abaixo do Nelson Rodrigues de **A vida como ela é**, que já se podia considerar o fim”. Coincidentemente, a jornalista faz reserva a duas obras que tratam de conflitos humanos em classes sociais pouco privilegiadas, e que enfocam questões ligadas à sexualidade e à manifestação dos instintos (por assim dizer) *menos nobres* do ser humano. Isso, aliás, renderia um interessante colóquio entre a opinião de *Pagu* e as obras rodrigueanas e condeanas aventadas pela jornalista – o que se constitui em bom fiapo a ser puxado alhures e depois.

De qualquer forma, é sempre saudável lembrar que José Condé não é escritor de um estilo e tema únicos, mas há uma pluralidade de caminhos e temáticas trilhados, que vai do romance histórico ao profundamente introspectivo, passando pelo picaresco – confrontemos, por exemplo, *Terra de Caruaru*, *Um Ramo para Luisa* e *Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (Cerveja, Sanfona e Amor)*, respectivamente. Tal ecletismo garante-lhe uma singularidade literária importante, como lembra o escritor caruaruense Assis Claudino (informação verbal)⁴⁹:

Uma das coisas que eu admiro em José Condé é essa diversidade, essa capacidade de se desdobrar, de caminhar por veredas diferentes da literatura. Ele começou como regionalista, como saudosista, depois entrou em literatura fantástica e um tanto psicológica também; foi contista – um grande contista – e romancista. Ele foi um escritor versátil.

Leitor contumaz e crítico feroz do sociólogo Gilberto Freyre, sobre quem escreveu o ácido *O monstro sagrado e o amarelinho comunista – Gilberto Freyre, Dom Hélder e a revolução de 64* (1985), Claudino, que se vangloria de *não ter papas na língua* e não precisar

⁴⁸ A propósito, Arnaldo Jambo afirma que Condé “foi um ameno Gorki tropical, regionalisticamente condicionado pelas peculiaridades sociais que configuram personagens seus” [JAMBO, 1971, p. 4].

⁴⁹ Entrevista concedida em Caruaru-PE, em 27/08/2010.

fazer concessões para agradar, leu toda a obra de Condé, e faz algumas reservas a ***Terra de Caruaru***, que ele julga um livro *encomendado* por Jorge Amado – “ansioso eu esperava (e espero) o romance épico e panorâmico que reclama aquela cidade de Caruaru” (AMADO, 1987, p. 7) –, e por isso carente de mais apuro histórico – embora o próprio Condé tenha afirmado:

Não **escrevi** a história de minha cidade. Essa tarefa compete ao historiador ou ao sociólogo. Sou apenas romancista. E o romancista tem a sua **verdade** própria, a sua maneira particular de ver as coisas. O importante na obra de ficção é o autor captar a atmosfera a que se propôs. Creio, nesse sentido, ter captado a atmosfera de Caruaru, dos idos da década de vinte, quando eu era menino. Sinto-me, portanto, tranquilo e feliz a esse respeito. (RODRIGUES, 1961, p. 3) (Grifos da fonte)

Mas esse *senão*, apontado por Assis Claudino, na opinião deste, não desmerece o autor: “no conjunto da obra, José Condé é realmente um escritor de grandes méritos”, destacando-se as obras ficcionais em que enfoca sua região, seja historicamente seja de forma picaresca. Até porque, levando em conta o que Diderot (*apud* CHARTIER, 2007, p. 261) afirma sobre as obras do romancista inglês Samuel Richardson, estas “mostram a humanidade em sua própria essência, revelam uma verdade superior, válida em todos os lugares e para todos os tempos”, diferente da narrativa histórica, que “engloba apenas uma porção da duração, um ponto da superfície do globo”. O mesmo podemos afirmar sobre a obra condeana.

Outros depoimentos elogiosos são publicados sobre Condé, a exemplo do de Marques Rebelo, pouco mais de um mês antes da morte do autor de ***Terra de Caruaru***: “José Condé? É um dos escritores mais valiosos da nossa República” (REBELO, 1971, p. 4). Na mesma época, Alceu Amoroso Lima analisa: “Condé está entre os romancistas do Norte que realmente desenvolveram aquele regionalismo que apareceu depois de 1930 (segunda geração modernista), dum sentido coletivo e romanesco, para um mais humano e universal” (LIMA, 1971, p. 4). Tanto Rebelo quanto Tristão de Athaíde (Amoroso Lima) acompanharam de perto a produção literária de José Condé, tendo pelo escritor caruaruense uma estima de amigos mais velhos – o primeiro tinha dez anos mais que Condé, e o segundo vinte e quatro anos.

Por outro lado, Austregésilo de Athaíde, Presidente da Academia Brasileira de Letras por mais de três décadas, identifica José Condé como

um romancista moderno não só na concepção do romance como na expressão desse mesmo romance. É uma figura que hoje marca a vida

literária do Brasil de uma maneira muito particular. Vindo de Caruaru, da boca do sertão pernambucano, ele soube trazer para a literatura brasileira uma parte da nossa vida regional. (ATHAÍDE, 1971, p. 4)

A propósito da questão regionalista, é o mesmo Austregésilo que enfatiza, um mês depois da morte de Condé, em edição especial do Jornal de Letras: “Condé não gostava que o catalogassem entre os romancistas regionais”, uma vez que “Caruaru, com os temas da sua projeção histórica e social, com os seus tipos tão bem marcados, era o caminho para atingir a universalização da vida humana”. E completa: “está precisamente nessa capacidade de universalizar as formas particulares da região a grande mostra do talento do escritor” (DEPOIMENTOS..., 1971, p. 4).

Milliet (1959, p. 134) afirma que “enquanto a mina das ‘vidas secas’ não se esgotar, ninguém se voltará para os novos temas possíveis”. Guardado o exagero da assertiva, é fato que Condé soube representar com sobriedade o Nordeste no que a região tem de telúrico, de universal, sem se reportar apenas à eterna miséria da região mais seca do país como elemento a arrancar lágrimas *aos baldes* dos leitores, num masoquismo “que faz aceitarmos felizes o lugar de derrotados, de vencidos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 21). O agreste e sertão nordestinos aparecem, na obra condeana, como um espaço em que a vida se apresenta dura, mas com suas especificidades, como em qualquer outro lugar do mundo; em que os personagens são pessoas comuns, com seus conflitos interiores, suas angústias, seus medos e arroubos de coragem, da mesma forma que personagens outros de quantas narrativas se tenham publicado, Brasil e mundo afora.

Os carrascais nordestinos fornecem a Condé mais que miséria material: proporcionam viagens ao mais recôndito das tempestuosas relações humanas, e paisagens que se entranham nas histórias contadas e no interior conflituoso, *pedregoso* dos próprios personagens – João Cabral de Melo Neto diz que “uma pedra de nascença entranha a alma” (MELO NETO, s.d., p. 185) do sertanejo, que é “incapaz de não se expressar em pedra” (*op. cit.*, p. 184). Teófilo Andrade comenta, a respeito de Condé, que sua narrativa é branda: “Não explorou os problemas sociais e políticos, com a sua brutalidade e os crimes de sangue de que tanto têm abusado novelistas e cineastas”. Descortinamos em sua obra, continua Andrade, o lirismo brasileiro encontrado pelo autor no sertão, no Recife e no Rio: “Interessaram-lhe as paixões das almas simples e a miséria dos deserdados” (DEPOIMENTOS..., 1971, p. 4).

Enquanto isso, o amigo Josué Montello depõe que “José Condé pertence à geração que em 1937-8 se iniciou aqui no Rio no semanário **Dom Casmurro**⁵⁰, ao tempo dirigido por Álvaro Moreira. Dessa hora em diante, ele marcou o rumo da sua vida literária, tratando de temas ligados à sua província natal” (MONTELLO, 1971, p. 4) Foi essa diretriz que notabilizou o escritor caruaruense e definiu a linha de suas publicações, a que ele se manteve fiel até as novelas de **Tempo Vida Solidão** e **As Chuvas**, suas duas últimas obras. Aliás, falando sobre seu penúltimo livro, Autran Dourado é enfático: “José Condé chegou ao ponto alto de sua obra e talvez tenha descoberto um outro caminho. Em autores já realizados, o fato é surpreendente” (DOURADO, 1971, p. 4).

A presença do torrão natal na obra condeana não apenas divulga, através do imensurável mundo da literatura, o “País de Caruaru”, como nomeava Nelson Barbalho a cidade agrestina de Pernambuco, mas principalmente é mote constante para mergulhos cada vez mais profundos, que, ao mesmo tempo, se constituem de eventos sociológicos, pitorescos, picarescos, mas também de conflitos interiores, dignos de qualquer outro grande personagem da literatura universal. Barbosa Lima Sobrinho comenta que

José Condé prendera-se à sua terra natal, nunca chegando a abandoná-la e vivendo dentro dela, imobilizada distância e parada no tempo, como aquela **Macambira**, que o vento do amanhecer não libertara de seus fantasmas e que ainda passava suas noites trocando tiros com os cangaceiros de Lampião. (DEPOIMENTOS..., 1971, p. 4)

Refere-se o jornalista a **Vento do Amanhecer em Macambira**, obra festejada pela crítica, na época de seu lançamento, pelo seu clima onírico e competência narrativa, fazendo caminhar, *pari passu*, a realidade e a fantasia. Barbosa conclui: “Não serviram de nada os lugares por onde andou José Condé. As figuras que povoavam sua memória não mudavam e era com elas que ele vivia, tendo na ficção uma realidade ainda mais presente do que a existência lhe oferecia” (Idem, ibidem)., corroborando, de certa forma, com o que afirmou Claribalte Passos (PASSOS, 1971, p. 12).

É como se Condé sentisse constante necessidade de buscar no passado, na sua infância e adolescência, o mundo real que clamava por registro, por se fazer presente na eternidade

⁵⁰ “Semanário literário que circulou no Rio de Janeiro de 1937 a 1947, sob a direção de Brício de Abreu. Foi importante veículo de difusão dos trabalhos da segunda fase do Modernismo”, mas, como afirma Camila Maria Bueno Souza (“A imprensa na era Vargas (1930-1945): O caso do Jornal *Dom Casmurro*”), “não deixou de comentar acontecimentos sócio-políticos de seu tempo”, como “o golpe do Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial”. [<http://www.klickeducacao.com.br/enciclo/encicloverb/0,5977,PIG-8217,00.html>], e http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_31093877863.pdf], acessos em 30/06/12.]

literária. Esse mundo perdido no tempo e encontrado com nuances de plasticidade artística na memória do escritor é elemento detonador de um fenômeno interessante: a (re)construção artística de uma realidade vivida, fazendo-se identitária de uma gente, de um tempo, de um lugar, mas também identificada com os fantasmas e *poços-sem-fundo* dos leitores ancorados no caos do presente, a ele amarrados por fortes camelos, a torná-los angustiados e desesperados, como os conflitantes personagens condeanos.

Para conseguir esse (e)feito, há o romancista que ser, acima de tudo, sensível – humana e artisticamente – o que nele é reconhecido por Henrique Alves: “Romancista de rara sensibilidade, imprimiu ao romance brasileiro contemporâneo uma característica toda pessoal, destacando-se a simplicidade da comunicação” (DEPOIMENTOS..., 1971, p. 4). Este segundo ponto, apontado por Alves em seu depoimento, é algo também digno de registro. Apesar de abordar, muitas vezes, temas de uma evidente complexidade psicológica, a linguagem de José Condé é principalmente simples, sem malabarismos ou preciosismos que *entontecem* o leitor: é a fala direta do sertanejo, fazendo-se entender sem vulgarizar-se, tocando em assuntos delicados num linguajar acessível e preciso.

Como afirma Luís Pinto, “a sua ficção tem muita leveza, muita finura. Era um parisiense escrevendo, o bravo sertanejo” (Idem, ibidem); não há como não reconhecer uma ponta de pedantismo nessa afirmativa – como se só os europeus pudessem ser dotados de leveza e finura, e somente grosseria e barbárie pudessem classificar os sertanejos nordestinos. Enfim, entendemos (e concordamos com) o que diz Pinto, ainda que meio desastradamente; José Condé é leve, fino, delicado no escrever, embora conciso e incisivo, por vezes sutilmente cruel, como podemos perceber nesta passagem, com que encerra a novela *Um Ramo para Luísa* (CONDÉ, 1987c, p. 129):

O Mercado de Flores ainda não está aberto. Mas vejo no chão molhado, cheio de lama, restos de palmas, rosas murchas, galhos partidos – um cheiro inexorável de coisa morta, de cemitério.
Abaixo-me e apanho um ramo (da haste pende uma camélia, suja, única, salpicada de água do monturo da rua ou da vida) e levo-o à capela do necrotério. Um ramo para Luísa.

Também são vários os depoimentos que dão conta da simplicidade pessoal de Condé, do quanto evitava os holofotes da fama. Nem mesmo nas muitas homenagens que recebeu sentia-se à vontade para brilhar ativamente: embora agradecido, envaidecido e emocionado, esquivava-se de falar quando solicitado pela situação, passando a palavra para a esposa, Maria Luíza, que sempre o acompanhava nesses eventos, e que, pega de surpresa, tinha que

improvisar o agradecimento do marido. “Ela quase matava ele depois. Mas ela saía-se tão bem... E ela ficava de mau humor o resto do dia porque ele fez sem avisar. E na outra vez fazia de novo...” – conta a filha do escritor, Vera Condé (informação verbal)⁵¹.

Esse comportamento dócil de José Condé é lembrado pelo jornalista Hélio Fernandes: “Simples, modesto, sem nenhuma espécie de arrogância, José Condé era avesso a grupos, a círculos, a conchavos para exaltar este ou diminuir aquele. Pode-se dizer dele que vivia para sua profissão, que soube exaltar e dignificar com insuperável dedicação” (DEPOIMENTOS..., 1971, p. 4). Apesar de alguns afirmarem fazer parte da *panelinha* de Álvaro Lins, parece consenso que o que ligava os dois escritores, além da conterraneidade, era uma amizade trazida desde os tempos de Pernambuco. O crítico Lins (1963a, p. 91) o admirava como jornalista e escritor: “próximo dele, faz tantos anos, sempre evitei por isso escrever a respeito do Sr. José Condé, achando que melhor seria deixar, a outros, a iniciativa de proclamar-lhe os méritos, cabendo-me apenas um papel de confirmador” – uma posição, no mínimo estranha, do Sr. Álvaro Lins, que pode ter, de alguma forma, contribuído para o silêncio crítico em que mergulhou a obra condeana. Não podemos esquecer de que Lins é acolhido como um dos mais respeitados e incisivos críticos literários brasileiros, e seu silêncio sobre a obra condeana pode ser interpretado como um sinal de qualidade inferior desta, que não mereceria um debruçar-se sobre.

A verdade é que Condé procurava se manter à margem dos grupinhos que polvilhavam o Rio de Janeiro de sua época, procurando (e conseguindo) ser amigo de todos, repartindo sua atenção com aqueles que o procuravam, divulgando a obra de quem lhe solicitasse – mais até do que a sua própria. Aliás, Leopoldo Teixeira Leite (informação verbal)⁵², seu amigo e compadre, afirma mesmo que

Zé nunca se quis projetar como uma figura muito popular. Não é assim um Jorge Amado. Era mais comedido. Eu nunca olhei o Zé promovendo-se na literatura. Ele era um escritor nato, mas a vaidade dele não dava conta disso... O Zé nunca pensou em ganhar dinheiro... Nunca fez nada assim: “Vai ser bom, vou ganhar dinheiro...” Nada, nunca pensou nisso. Ele tinha vaidade de fazer [...] pelo prazer de fazer.

Outro que testemunha esse espírito arredio de Condé é o professor Pessoa de Moraes, através de artigo publicado em Recife, alguns dias após a morte do romancista:

⁵¹ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

⁵² Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/11.

Para ele próprio chegava a ser tímido. Certa vez, por exemplo, telefonou dizendo: “estou aqui com inúmeros jornais vindos da Alemanha a respeito da tradução do meu livro **Pensão Riso da Noite**. Gostaria que você viesse conversar comigo e traduzir esses jornais”. Quando, após ler os artigos ou comentários (mais de trinta), dei contas a Condé do conteúdo exato dos mesmos, todos ressaltando sua literatura nos termos mais entusiásticos, e procurava colaborar em entrevista, informando a respeito à imprensa do Rio, ele rebateu: – Vamos cortar esta parte. Ao que respondi: Mas Condé, este é justamente o aspecto que todos os jornais alemães ressaltam, dizendo serem seus contos, pelo sentido de auscultar a intimidade da vida brasileira, e pela própria construção literária, verdadeiras pequenas obras-primas, na altura de autores famosos dos Estados Unidos e da Europa. Como tinha um ponto de vista formado sobre esse assunto, somente a custo ele acedeu em que a informação fosse dada aos jornais. E isso mesmo depois de uma discussão comigo. (MORAIS, 1971, p. 4)

Essa sua condição de filantropo literário, esse comportamento meio romantizado de escritor, são reconhecidos por vários literatos da época, mas, ao que parece, ao cuidar mais dos outros que de si mesmo, contribuiu involuntariamente para o ostracismo em que cairia sua obra, após a sua morte. Aliás, mesmo antes, no tempo em que se encontrava enfermo, ele já reclamava que diminuía consideravelmente o número de visitas que recebia. A roda viva de uma sociedade de consumo como a nossa requer de quem se pretende manter na memória da posteridade um constante cuidar, como aqueles malabaristas de circo que colocam uma série de pratos sobre varas, e precisam ficar impulsionando o tempo todo, ora um ora outro, para que se mantenham girando. E Condé, como homem de imprensa, era consciente dessa necessidade de manter-se em evidência. Aliás, como afirma Onildo Almeida (informação verbal)⁵³, Presidente da Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras, “Condé chegou onde chegou porque eles [os irmãos Condé] tinham um jornal próprio, o *Jornal de Letras*, no Rio, era um jornal de destaque entre os literatos.” Claro que não foi somente por isso, mas é evidente que sua militância na imprensa carioca foi fator preponderante para que ele alcançasse a evidência que experimentou, nos áureos anos 50 e 60 do século XX.

José Condé, segundo consta entre os nossos entrevistados e os depoentes em jornais da época, não era movido pela ganância e pelo egoísmo, muito pelo contrário: era bastante solícito com quem o procurava. Seu espírito altruísta é também salientado por seu irmão mais velho, Elysio Condé, como se vê em artigo publicado em edição especial do *Jornal de Letras*, pela passagem dos dez anos da morte do romancista – naturalmente há que se ponderar os laços familiares que os uniam e o fato de ser um depoimento póstumo:

⁵³ Entrevista concedida Caruaru-PE, em 17/09/10.

Era uma vida autêntica, cumprindo um programa que se propôs realizar. Ajudou aos que a ele recorriam, sempre teve uma palavra de encorajamento para os mais novos que desejavam ingressar na literatura, estimulando-os e publicando seus trabalhos na sua seção no Correio da Manhã. Embora gozasse de prestígio como jornalista literário, nunca tirou proveito próprio, nada pediu. Era completamente indiferente aos interesses pessoais. (CONDÉ, E., 1981, p. 2)

Essa indiferença aos interesses pessoais pode ser uma das explicações pelo completo desinteresse de José Condé pela Academia Brasileira de Letras, uma das instâncias canônicas mais importantes. Na verdade, Condé chegou a participar de uma eleição para a ABL. Apesar de não ser uma prioridade para ele, como afirmou Leopoldo Teixeira Leite (informação verbal)⁵⁴; por insistência dos amigos, Condé, que já era um nome bastante conhecido na imprensa e no meio literário, resolveu concorrer à cadeira nº 20, tornada vaga com a morte de Múcio Leão, em agosto de 1969. A eleição deu-se no dia 18 de dezembro daquele ano, tendo votado 17 acadêmicos presentes e 18 “enviado votos por carta, num total de 35 votantes”; eram cinco candidatos: Ledo Ivo, Artur Cezar Ferreira Reis, Faustino Nascimento, José Condé e Joaquim Tomaz de Paiva. Foram realizados quatro escrutínios, nos quais Ivo liderou com 17, 16, 18 e 17 votos, respectivamente; a votação de Condé foi insignificante: 5 votos no primeiro escrutínio, que se mantiveram no segundo, enquanto que, no terceiro caiu para um voto, subindo para dois no último escrutínio. Segundo o imortal da Academia Brasileira de Letras Peregrino Júnior, “foi um candidato tímido à ABL, talvez por isso não tenha obtido muitos votos, mas não tenho dúvidas de que se sentaria conosco, pois não lhe faltavam méritos para isso” (JOSÉ..., 1971, p. 20). De qualquer forma, “como nenhum dos candidatos alcançou o quorum exigido [19 votos], o Presidente declarou que se encontram, novamente, abertas as inscrições para a Cadeira nº 20”⁵⁵.

Acirravam-se os ânimos, agora com o acréscimo da possibilidade de entrar no páreo o General de Exército Aurélio de Lyra Tavares, paraibano, que, com a doença que afastara o Presidente Arthur da Costa e Silva da Presidência da República, participara da junta militar provisória que governou o Brasil de 31/08 a 30/10/1969. A campanha pela ABL ganhou os jornais, em notas humoradas:

Ledo Ivo só está preocupado com o Lyra Tavares na concorrência para a vaga que o Múcio Leão deixou na Academia Brasileira de Letras. Não sabe que o José Condé corre, nada, levanta peso, luta em japonês. Disseram que

⁵⁴ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

⁵⁵ Dados extraídos da Ata da Academia Brasileira de Letras, do dia 18/12/1969, p. 348.

ele também era forte candidato e na hora da votação quer se apresentar no esplendor dessa força. (MAS, 1970, p. 5)

Mas o escritor caruaruense já desistira de concorrer, como também o fizeram os demais concorrentes, à exceção de Ledo Ivo, que, no dia 23 de abril de 1970, encontrando-se presentes 18 acadêmicos, e igual quantidade tendo enviado o voto por carta, num total de 36 votantes, recebeu apenas 15 votos, amargando, assim, uma derrota para Lyra Tavares, que conquistou 21 sufrágios⁵⁶. Ivo, que faleceu em dezembro de 2012, aos 88 anos, só se tornaria imortal da ABL em 13/11/1986, ocupando a cadeira nº 10, em sucessão a Orígenes Lessa⁵⁷.

José Condé faleceria no ano seguinte à eleição de Tavares, sem concorrer à imortalidade acadêmica, e talvez também em função disso pairasse essa aura de esquecimento sobre sua obra. Como lamenta Onildo Almeida (informação verbal)⁵⁸, “ele não é divulgado nas salas de aula, não tem sido um personagem estudado, explorado, identificado”, e essa situação precisa ser alterada, com a urgência exigida pela seriedade com que devem ser tratados os bons literatos.

1.2.5 José Condé em artigos

Como já tantas vezes enfatizamos, não havia, até agora, uma análise crítica de fôlego em relação à obra de José Condé, nem à sua atuação como jornalista literário. O que sabemos dele deve-se a depoimentos de amigos, contemporâneos, textos esparsos em livros e periódicos. Registramos, agora, a título de exemplo, alguns desses artigos, garimpados em diversos lugares e datas, que tiveram por foco o estilo literário do escritor caruaruense.

Mencionamos, acima, a ausência de comentários críticos de sua obra, por parte do reverenciado crítico literário Álvaro Lins, bem como a justificativa do próprio Lins pelo seu silêncio. Isto se deu num capítulo de um dos oito livros da série ***Jornal de Crítica***, lançados pelo também caruaruense, entre 1941 e 1963, mais especificamente o sétimo volume. No texto intitulado “Visões da cidade morta” – uma referência à obra que analisaria, ***Histórias da Cidade Morta*** –, e após evidenciar seu parecer a respeito de sua relação com Condé, Lins

⁵⁶ Ata da ABL, de 23/04/1970, p. 47.

⁵⁷ Informações colhidas em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=763&sid=150>, acesso em 22/11/2012.

⁵⁸ Entrevista concedida em Caruaru-PE, em 17/09/10.

(1963a, p. 91) anuncia existirem duas espécies de escritores: os que demonstram todo seu talento já no primeiro livro, e aqueles que “avançam lentamente, seguramente, com um progresso de livro para livro, fazendo de cada obra um degrau de subida para a obra seguinte”, não havendo, entretanto, entre os dois tipos de autores, “diferença de grau quanto ao valor”, apenas de “natureza ou temperamento, no processo de conceber e realizar literariamente”.

Condé é incluído por Álvaro Lins entre os escritores que se vão crescendo “numa continuidade de trabalhos e aquisições” (*op. cit.*, p. 92), e a obra em evidência “não é uma coleção de contos; é, sim, um conjunto orgânico de várias histórias, entrecruzadas algumas, convergentes outras”. Alega que o leitor desatento não perceberá que a leitura isolada de alguns desses contos fará se perder “bastante dos seus efeitos”, em função dessa intertextualidade, opinião com a qual concordamos, sem, no entanto, deixar de frisar que os textos condeanos mantêm-se, ainda assim, autônomos, garantindo-lhes a denominação de contos, e não de capítulos de um romance fragmentado. A fragmentação existe – ainda concordando com a afirmação de Lins (*op. cit.*, p. 93) – no “núcleo para a unidade das histórias”, para que resultassem “como faces variadas de uma só fisionomia”.

Fazendo uma avaliação da qualidade literária dos treze contos que compõem o livro, Lins elege a maioria, nove, como “os mais valiosos, no equilíbrio entre forma e substância”, e apenas quatro como inferiores, ressaltando nestes a inverossimilhança (“A cidade”) e a pobreza do enredo, da matéria de ficção (“Desamparo”, “O apelo” e “Solidão”).

A última parte do texto de Lins (*op. cit.*, p. 94) procura dar conta do autor no conjunto da obra, enfatizando que “nos planos da imaginação e da invenção dramática, é que o Sr. José Condé mais precisa desenvolver os seus valores de trabalho literário, os seus recursos de aperfeiçoamento tanto humano quanto estético”. Isso porque, segundo ainda o crítico caruaruense, “a sua preocupação parece ter sido, de início, a conquista de um estilo seguro, elegante e flexível”, o que, sem dúvida, já conseguiu: “bem poucos, na sua geração e na sua idade [Condé tinha 35 anos à época deste texto (1952)], podem contar com uma igual expressão em prosa”. Refere-se Lins à contenção estilística de Condé, que faz este produzir suas narrativas numa forma concisa e breve, fruto “de uma espécie de timidez, de pudor ante o que possa parecer desejo de brilhar ou expandir-se com mais desenvoltura”. É provável que Lins tivesse razão em querer instigar no conterrâneo a possibilidade de maiores ousadias literárias nos textos, apostando em sua competência escritora; mas podemos admitir também

que se tratasse, essa contenção estilística, de característica própria do autor, por este buscada com minucioso, insistente afinco, na “raspagem”, do texto, de tudo que lhe pudesse ser supérfluo. Enfim, são visões várias sobre um mesmo tema – que nos permite o fenômeno literário, especialmente o condeano.

Um segundo artigo que destacamos trata-se de uma curiosa análise do historiador e crítico musical José Ramos Tinhorão, acerca de elementos de musicalidade presentes em algumas obras de José Condé. O capítulo “A música popular nos romances de Caruaru de José Condé”, que compõe o terceiro volume do livro *A música popular no romance brasileiro* (TINHORÃO, 2002) discute as referências musicais feitas pelo autor, na composição de algumas de suas obras.

Como boa parte das obras de Condé utiliza cenários e personagens cuja composição implica, necessariamente, questões ligadas à música, como cabarés, seresteiros, festas, bandas de música etc., a referência a canções da época enfocada é uma constante. E, tirando um ou outro deslize informativo, provavelmente traído pela memória ou “falha de atenção” como alega Tinhorão, já que os acontecimentos musicais a que se refere se deram na infância do autor (anos 1920), este se mostra “tão seguro que, quase certamente, não se terá amparado apenas na memória, mas devia estar transcrevendo os versos conforme publicados em alguma das edições da citada coletânea [Modinhas] organizada por Guimarães Martins” (*op. cit.*, p. 151). Trata o pesquisador do fato de Condé utilizar principalmente modinhas de Catulo da Paixão Cearense⁵⁹, assessorado por publicações da época em que escrevia, como a aludida por Tinhorão, ou ainda outras relacionadas a diversos intérpretes e compositores presentes em suas narrativas. Isso demonstra a preocupação de José Condé em realizar pesquisas para compor suas histórias, a fim de lhes garantir certa verossimilhança, não obstante algumas delas fossem, como ele mesmo dizia, “a lembrança do que minha cidade era para mim” (ENEIDA, 1962, p. 82). No restante do texto, Tinhorão aborda algumas questões ligadas ao estilo condeano de compor suas narrativas, realizando um passeio pelas principais obras do escritor caruaruense.

Tomaremos, agora, o artigo escrito por Gilberto Freyre, acerca do livro de José Condé *Os Dias Antigos*, lançado em 1955, em que o sociólogo pernambucano reflete sobre especificidades da novela enquanto gênero literário, citando Julián Marias Aguilera (1914-

⁵⁹ A propósito, encontramos na biblioteca particular de José Condé um livro intitulado *Modinhas*, de Catulo da Paixão Cearense, embora sem sinal de ter sido lido, pois ainda estava com as folhas coladas.

2005) e apoiando-se no conceito de intra-história desenvolvido pelo escritor, poeta e filósofo espanhol Miguel de Unamuno (1864-1936), para afirmar que “a novela obriga a uma maior fidelidade ao real, ainda que isto pareça paradoxal, do que a história convencional, cronológica”, ou seja, “sendo novela é só indiretamente história” (FREYRE, 1956).

Aproximando-se do objeto de análise, Freyre afirma:

realmente assim acontece quando a novela busca fazer ressurgir de uma época desfeita o seu espírito, a sua realidade ao mesmo tempo essencial e existencial, sem resvalar, é claro, no horrível da história ou da biografia romaneada. Sem procurar competir de modo intelectualmente desleal com o historiador ou o biógrafo. (FREYRE, 1956)

Reconhecendo o talento, nesse aspecto, de seu conterrâneo, Freyre conclui que José Condé consegue “evocar aspectos dramáticos de um trecho do passado brasileiro, através de uma arte que não se desvia do seu objetivo artístico ou literário para tornar-se sub-sociologia ou sub-história” (FREYRE, 1956).

Unamuno (1952, p. 28) utiliza a denominação “intra-história”, para se referir a aspectos menores, “não-oficiais” da vida convencional, que servem de referencial ou motivo arquetípico para as narrativas:

Sobre o silêncio [...] se apoia e vive o som; sobre a imensa humanidade silenciosa se levantam os que gritam na história. Essa vida intra-histórica, silenciosa e contínua como o fundo mesmo do mar, é a substância do progresso, a verdadeira tradição, a tradição eterna, não a tradição falsa que normalmente se vai buscar no passado enterrado em livros e papéis e monumentos e pedras.⁶⁰

Um bom exemplo da aplicação desse conceito podemos perceber em Ginzburg (1987), na obra *O queijo e os vermes*, ao aproveitar-se dos depoimentos de um moleiro medieval condenado pela Inquisição por heresia para reconstruir a história de vida de uma comunidade, a partir do cotidiano simples de um trabalhador. Igual percurso faz Condé, ao aproveitar-se do dia-a-dia modesto de seus personagens para compor profundas reflexões de vidas e conflitos psicológicos, inerentes à própria humanidade, como podemos perceber no conto “O Negro”, de *Os Dias Antigos*, em que a lúgubre cena de um cachorro cego, numa madrugada, em companhia de um carcereiro que guarda o cadáver de um colega de farda

⁶⁰ “Sobre el silencio [...] se apoya y vive el sonido; sobre la inmensa humanidad silenciosa se levantan los que meten bulha en la historia. Esa vida intrahistórica, silenciosa y continúa como el fondo mismo del mar, es la sustancia del progreso, la verdadera tradición, la tradición eterna, no la tradición mentira que se suele ir a buscar al pasado enterrado en libros y papeles, y monumentos, y piedras.” [Tradução nossa]

assassinado, é motivo para esse pensar sobre a inutilidade da vida e a equiparação entre o ser humano e o mais reles animal:

De repente [o cabo Jotinha] avista o cachorro. Era cego de um olho, magro e lepreto, e costumava perambular dia e noite pelas ruas da cidade. Jotinha já o encontrara inúmeras vezes. Tinha um modo esquisito de andar, com a cabeça pendida para o lado do olho bom, dando a impressão de que ia cair a qualquer momento. Pára diante da cadeia e fuça o chão aqui e ali, indeciso, sem saber se entrava ou não. Acaba desistindo. Volta-se depois na direção da cadeira, e vem deitar-se na calçada, de cabeça erguida, encara, meditando, o soldado, que faz o mesmo [animal e homem se equiparam]: examina-lhe a cara magra, as orelhas murchas, o olho cego de onde escorriam água e remela, e o olho bom, pousado nele com uma expressão quase humana. (...) Súbito, o focinho do cachorro transforma-se na cara do morto; ali estavam o rosto ensanguentado do defunto, um olho apenas entreaberto, o outro muito arregalado, fixando obstinadamente o teto. Jotinha se ergue dominado pela raiva e chuta com violência o traseiro do animal. Este, com um uivo, dispara rua afora. (CONDÉ, 1977, p. 148-9).

No *Jornal de Letras*, Mário de Souza Chagas, um dos mais próximos amigos de José Condé, a quem este confiava a revisão final de seus livros, faz uma análise psicanalítica de ***Vento do Amanhecer em Macambira***, em que o protagonista empreende um surpreendente retorno ao seu passado, personificado na mulher amada a quem pretende reencontrar: Livia é, na concepção de Chagas, a “anima onírica e arquetipal, recriada pelo talento vigoroso de José Condé” (CHAGAS, 1987).

De fato, ***Vento do Amanhecer em Macambira*** é uma das obras mais rebuscadas, do ponto de vista de sua elaboração, em que “a poesia, o fantástico e a realidade estão unidos de modo indissolúvel [...]. As pedras, as árvores, os bichos, as pessoas, todos têm uma significação especial, emocional, anímica, simbólica, por assim dizer” (Idem, ibidem), ressalta o articulista. Exemplificando essa universalidade da narrativa de José Condé, Souza Chagas revela: “A nossa Livia de Macambira é a mesma Andrômeda, é a mesma Eurídice, é a mesma Biatrix, anima de todos os tempos” (Idem, ibidem). Eis um palpitante tema, a nos convidar a futuras incursões na obra do escritor de Caruaru.

O professor e crítico literário Kermógenes Dias (1918-1992), de reconhecido valor intelectual na comunidade acadêmica caruaruense – embora tímido demais para se fazer conhecido fora de sua região – é outro que tem uma vasta obra inédita ou apenas publicada em jornais, a carecer de divulgação e estudo. No jornal *Vanguarda*, de Caruaru, pouco mais de três anos após o surgimento de ***Terra de Caruaru***, o Prof. Kermógenes publicou um artigo, que passamos a comentar, de forma breve.

Inicialmente, o articulista destaca a função do crítico literário ou do leitor de uma obra, ressaltando que “não cabe a quem faz a apreciação de uma obra literária censurá-la porque não está de acordo com os seus gostos e preferências” (DIAS, 1964, p. 5), e que é em função do objetivo do autor, da obra em si e da história que a compõe que a comentará. Apresenta teoricamente – embora sem a profundidade requerida para melhor compreensão, em função, cremos, da exiguidade de espaço do suporte em que o artigo foi publicado – as três dimensões do tempo psicológico numa narrativa, quais sejam a **memória estática**, a **memória dinâmica** (que apresentaria traços evolutivos no enredo, uma clara sucessão de acontecimentos) e a **antevisão profética** (sobre o que nada comenta), ressaltando que “a dimensão de José Condé em *Terra de Caruaru* é principalmente a dimensão psicológica do tempo como memória estática” (Idem, ibidem). Explica que esta obra condeana, “no seu todo é antes uma evocação poética imobilizada. Dir-se-ia uma visão de cemitério ao luar” (Idem, ibidem).

Dias compara o estilo de José Condé ao de Machado de Assis e Graciliano Ramos, em se tratando de precisão e sobriedade, embora “sem a obscuridade das entrelinhas” destes; na “clareza, espontaneidade e certos processos de repetição”, assemelha-se a José Lins do Rego; enquanto que, no “emprego de certos termos [e] expressões populares lembra Jorge Amado”, completa o crítico.

Ao tratar do que chama de “parte emocional da obra”, Dias afirma que *Terra de Caruaru* é **polifônica**: “uma das habilidades do artista consiste em reger esta orquestra afetiva, sem entrar em conflito com o ritmo emotivo dos leitores, mas, ao contrário, produzindo neles um bem-estar que Aristóteles chama de purificação das paixões”. José Condé, segundo o autor do artigo, apresenta esse dom de orquestração dos sentimentos e paixões humanas, “daí porque o leitor de *Terra de Caruaru* mantém o seu ritmo afetivo em sintonia com o ritmo da obra” (Idem, ibidem).

Encerrando o artigo, Kermógenes Dias afirma não ter gostado do final do romance condeano, sugerindo que este deveria terminar algumas cenas antes, mas reconhece a autoridade do autor em escolher, ele próprio, o final que mais lhe convier, como, aliás, o articulista defende, no preâmbulo do seu texto, já referido acima.

Finalmente, registramos a palestra de Olimpio Bonald, transformada em artigo publicado no Jornal *Vanguarda*, de Caruaru, por ocasião da recente morte de José Condé. Num texto que passeia entre o confessional e o informativo, o argumentativo e o analítico, Bonald inicia afirmando que “um escritor importa para a cultura de seu país na medida em

que sua obra projeta, no plano da cultura internacional, as verdades da vida do seu povo”, numa clara referência ao que tratará, ao abordar a obra condeana, ou seja, a estreita relação existente entre as características das pessoas com as quais o escritor conviveu e convive, e a criação dos personagens e situações presentes em sua narrativa; “de seus livros saltam e gritam os personagens vivos da sua vida”, assegura o palestrante-articulista. Personagens principalmente de Caruaru, que, ainda de acordo com Bonald, depois de Condé, “passou a ter existência própria no universo cultural brasileiro” (BONALD, 1971, p. 3).

Analisando seu estilo, Bonald ressalta a segurança literária, oriunda da maturidade experimentada com relativa precocidade:

Com determinação e segurança, José recriou o universo agreste, utilizando as formas, os sons, a ação e as cores do século passado. Com a reconstrução histórica da sua terra, e com suas novelas e contos pitorescos, ele – maduro plenamente, senhor da sua técnica e de seus artifícios literários, feitor de suas lembranças e de seus duendes particulares –, fez curtas as rédeas da imaginação, domou sua obra para, sem se perder nas trilhas do memorialismo regional, interpretar suas memórias nordestinas. (Idem, *ibidem*)

São, aliás, praticamente estas as palavras de Bandeira (1968, p. 73), ao lembrar a capacidade de Condé em “tornar-se ‘puro’ no ato criador, livre de lembranças de memorialista ou de intenções documentárias”, embora reconheça que “**Terra de Caruaru** está cheia de Caruaru. Era inevitável. Mas se atentarmos bem para a estrutura da obra, veremos que nela, literariamente, a cidade é um meio, jamais um fim”. Este livro, conclui Bandeira (*op. cit.*, p. 77) é, todo ele, como os “Choros” de Villa-Lobos, “um painel da ‘alma brasileira’”.

1.2.6 Nos livros de Condé

Como de hábito, a obra do escritor é espaço para que colegas escritores e críticos literários exponham sua opinião acerca do autor. Obviamente, como o objetivo de tais textos é ligado à divulgação, à propaganda do livro, procurando *iscar* o leitor, reúnem-se tão somente os comentários abonadores. Mas é claro também que os que concordaram em expor sua opinião sobre o escritor caruaruense tinham um nome, uma reputação literária a zelar, e não escreveriam leviandades ou elogios ociosos. Assim sendo, percorramos a obra condeana, anotando alguns depoimentos que ajudarão os que ainda não conhecem o estilo e o talento

literário de José Condé a compor uma ideia do romancista de Caruaru, a partir do que sobre ele depõem alguns literatos e críticos. Formar-se-á, provavelmente, uma leve ideia sobre o autor, que apenas se solidificará com a efetiva leitura das narrativas condeanas.

Inicialmente, atentemos à apresentação do estreante escritor, em texto produzido pela José Olympio Editora, quando da publicação do seu primeiro livro, ***Caminhos na Sombra*** (1945), apostado na *orelha* da primeira capa:

[...] as nossas letras de ficção ganharam agora um elemento novo, dotado de apreciáveis qualidades e capaz de enriquecê-las com obras de mérito indiscutível. [...] As novelas deste volume dizem muito das verdadeiras possibilidades literárias de José Condé: revelam nitidamente o início de uma carreira de escritor, sob as melhores condições de êxito. [...] É surpreendente a acuidade psicológica de José Condé: ele consegue apreender a face dramática da vida dos seus personagens com uma precisão e uma firmeza que seriam louváveis num novelista de maior experiência.

Efetivamente, qual oráculo grego, o articulista do trecho acima prevê algo que se concretizará, com o passar dos anos e a sucessão de títulos publicados: essa “acuidade psicológica” se desenvolverá de forma nítida, levando o leitor à inquietude, diante dos mergulhos que o autor/narrador promove em seus personagens, dos mais simples aos mais complexos. Aliás, personagem que prima pela simplicidade de comportamento não é isento de conflitos interiores. Condé sempre soube disso, e explorou esses interiores tumultuados em suas narrativas, o que, invariavelmente, rendeu bons frutos literários.

Esse esmiuçar psicológico dos personagens chama a atenção em outras obras, como é lembrado na “Notícia biográfica de José Condé”, presente no livro ***Santa Rita***, um texto presumivelmente escrito por Renard Perez:

A ficção de José Condé é marcada por uma constante: a preocupação com os problemas existenciais do homem. Esta característica pode ser notada tanto na sua literatura urbana quanto na picaresca, ou, ainda, na que se enraíza no chão do agreste. [...] As inquietações, frustrações e contradições do ser humano dominam o seu espírito criador. Solidão, saudade, nostalgia, melancolia, são mesmo alguns traços essenciais de suas letras. (CONDÉ, 1977, p. 290)

Esse *angustiar-se pela angústia* dos personagens, lembrado no primeiro livro, estende-se por toda a sua obra, tornando-se cada vez mais intenso com o passar do tempo; suas criaturas vão ficando densas e portadoras de um forte sentimento de desespero interior. Condé “não se conforma em apenas explorar as possibilidades narrativas e invade a intimidade” de

seus personagens, chegando “aos subterrâneos de sua psique, [...] arrastando o leitor numa investigação que nunca entedia mas que com frequência emociona”; é o que diz a nota da editora para o livro *Noite contra Noite* (CONDÉ, 1987a).

Aliás, essa ausência de tédio na leitura de José Condé torna sua obra atraente ao leitor, independente da idade e formação ou experiência leitora, o que leva Jorge Amado (CONDÉ, 1987c) a desabafar: *Um Ramo para Luisa* é uma “novela para grande público e não para um grupelho de sublitteratos esteticistas posando de gênios.” O que o escritor baiano afirma sobre essa singular obra condeana pode ser aplicado, sem temeridade de equívoco, às demais. Narrativas inteligentes, simples – mas não simplistas –, são a receita ideal para se fazer aceito pelo grande público, mesmo que os críticos *torçam o nariz* e esnobem, solenemente, a força narrativa desse autor; essa atitude da crítica, provavelmente, terá contribuído para o marasmo em que se encontra sua obra e seu próprio nome, hoje.

Embora levando em conta que “a crítica [...] louvou-lhe, unanimemente, o colorido, a graça, o pitoresco, a humanidade, a fabulação original e o ágil desenvolvimento das absorventes narrativas”, como diz Mário da Silva Brito, na *orelha* de *Como uma Tarde em Dezembro* (CONDÉ, 1969), percebemos, pelo pouquíssimo que encontramos de reflexão crítica sobre sua obra, que essa mesma casta literária vai se desinteressando dele, com o passar do tempo, e principalmente após a sua morte – talvez porque, morto, seja impossível continuar a fazer seu papel de divulgador dos próprios compêndios críticos, nos quais, diga-se de passagem, Condé não consta.

Ainda assim, José Condé é equiparado, frequentemente, aos maiores nomes da ficção, como podemos perceber nos dois depoimentos que se seguem. Renard Perez, na *orelha* de *Santa Rita* (CONDÉ, 1977), comenta sobre os dois livros que compõem este volume (*Histórias da Cidade Morta* e *Os Dias Antigos*), dizendo-os fundamentais para a compreensão do mundo ficcional condeano, e chama a atenção para o fato de que,

com eles, repete José Condé o ocorrido com John Steinbeck em relação às *Pastagens do Céu*, onde se encontram as principais raízes do mundo steinbequeano. Também como o novelista norte-americano, já nos havia José Condé oferecido outras obras, antes de nos apresentar *Histórias da Cidade Morta*. Mas foi aí [...] que o autor se encontrou e apresentou as diretrizes que continuaria em sua carreira e que iriam cristalizar-se em seu recente *Terra de Caruaru*.

Terra de Caruaru, aliás, é um divisor de águas importante na carreira literária de José Condé, como já podemos perceber. Aqui, a equiparação se dá no texto promocional da edição de 1987, ao afirmar que “o autor de **Terra de Caruaru**, como José Américo de Almeida em **A bagaceira**, como José Lins do Rego em **Fogo morto**, como Graciliano Ramos em **Vidas secas**, como Guimarães Rosa em **Grande Sertão: Veredas**, dá ao regionalismo a dimensão existencial”. Igualmente àqueles a quem é comparado, José Condé não é um mero escritor regionalista, cujo assunto único seja a miséria do clima e das gentes nordestinas. Na verdade, afirma Fausto Cunha, em “Um condado imaginário”, presente na abertura de **Vento do Amanhecer em Macambira** (CONDÉ, 1987d, p. 5), “seu Nordeste é mais um condado imaginário do que uma região. Sua literatura está presa à terra, mas não quer ser descritiva nem documental”. Ao contrário, como afirma Adonias Filho, na *orelha* do último livro de Condé, publicado em vida,

[...] porque em seu realismo impõe espaço, tempo e existência, José Condé não configura literariamente apenas uma série de imagens. Visualiza uma realidade. E uma realidade que apesar de restrita [...] de tal modo se hipertrofia humanamente que se converte na mais autêntica e poderosa novelística. Há, pois, o que compreender. Há, porém, e sobretudo, o que sentir. (CONDÉ, 1971)

Não há como esquecer aqui, o conselho de Fernando Pessoa (1987, p. 165), a respeito do imaginário poético: “Sentir? Sinta quem lê!” José Condé consegue, na prosa, o que o vate lusitano alcança na poesia: provocar intensamente a imaginação de seus leitores, que se veem, através da leitura de suas narrativas, arremessado a mundos ao mesmo tempo familiares e estranhos, graças a um “estilo despido de ornamentos, simples, direito, enxuto e atraente”, como afirma Carlos Menezes, no posfácio de **Santa Rita** (CONDÉ, 1977, p. 285), mas também incisivo, com aquele realismo esbofeteador, que produz no leitor saudáveis sensações de incômodo, como as de que fala o Pe. Antonio Vieira, no Sermão da Sexagésima (VIEIRA, 1945, p. 35): “não que os homens saiam contentes de nós [pregadores], senão que saiam muito descontentes de si”.

O método de trabalho de José Condé, seu cotidiano de produtor de narrativas plenas dos elementos que as singularizam, e que apontamos, através dos depoimentos acima, já o sabemos, através de sua companheira Maria Luiza Condé, quando esta pormenorizou o cotidiano do escritor. Parece-nos oportuno, agora, transcrever o depoimento de um de seus amigos mais próximos, revisor e parceiro de infindas discussões a respeito de como encontrar

o ponto exato da narrativa, Valdemar Cavalcanti, em texto intitulado “Caruaru: a face humana”, publicado na edição de 1987 de *Terra de Caruaru*:

[...] ele tinha do ofício literário uma noção extremamente rigorosa; [...] queria sempre para sua escrita um apuro de expressão cada vez maior; [...] não se dava por satisfeito com o que lhe parecia realizado com facilidade ou com qualquer eiva de concessão; [...] não se deixava levar pelo improviso, cuidando de dar à sua obra condições de densidade e consciência, para que viesse a resistir ao tempo. [...] Trabalho seu não era de ficar no borrão: tinha que ser cuidadosamente passado a limpo, não uma nem duas vezes: mais vezes, quase sempre. Com um capricho fora do comum, como cobrindo com tinta o que antes a bem dizer rabiscara a lápis. E importante: mais cortando que acrescentando coisas. (CONDÉ, 1987b, p. 7-8)

Deparamo-nos com um escritor cômico de seu trabalho e da necessidade de sua história fincar no leitor suas afiadas garras de verossimilhança e estranhamento, de originalidade e familiaridade, o que, naturalmente, só conseguiria com o esforço próprio de quem persegue à exaustão a forma mais exata possível de dizê-lo, entregando-se por inteiro à árdua, porém compensadora, batalha de construção da narrativa. Podemos recorrer novamente ao poeta modernista português (PESSOA, 1987, p. 289), agora travestido de Ricardo Reis, ao afirmar: “Para ser grande, sê inteiro: [...]. Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes.” Foi assim que, como afirma Carlos Menezes no Posfácio de *Santa Rita*, Condé “fixou em seus livros as faces pitorescas, humorísticas, sofredoras e angustiantes de uma pequena humanidade que ele conheceu e da qual participou nas suas terras de Caruaru, seu berço natal” (CONDÉ, 1977, p. 285).

Esse detalhismo de que fala Valdemar Cavalcanti, acima, foi se intensificando com o passar do tempo, alcançando níveis acentuadíssimos nos dois livros que produziu no leito, enfermo. Como afirma Mário da Silva Brito, em *As Chuvas* (CONDÉ, 1972), José Condé “chegou a dizer a alguns companheiros que, ao trabalhar assim no leito [...] tinha vagar e paciência para melhor elaborar as histórias, cuidadosamente revê-las, polindo-as, desbastando a forma de ornamentos que empetecassem a narrativa”. O que de fato queria o escritor é que suas histórias fossem, acima de tudo, sóbrias. O próprio Condé comentou com Tânia Goes, sobre *Tempo Vida Solidão*: “Pela primeira vez escrevi um livro usando o processo diferente: todo escrito à mão. Os outros foram todos à máquina. De qualquer forma, eu considero, do ponto de vista literário, a melhor coisa que já fiz até hoje” (GOES, 1971, p. 7).

O resultado de seu empenho em construir um texto literário de qualidade reconhecida, podemos aquilatar nas palavras de Lima (1965, p. 133), ao ressaltar que suas paisagens e seus

personagens são mais insinuados que definidos, ou nas de Raul Xavier, dando conta de que a leitura de seus livros

revela o escritor comprometido com a estrutura da narrativa, a qual se processa segundo um método, que se poderia dizer racional, quanto à disposição dos eventos, à situação e à maneira de agir dos figurantes em suas estórias.

Assim, em nenhuma dessas narrativas ocorrem desajustes formais. A estruturação contextual na ficção de José Condé apresenta validade incontestável, ainda mais evidente quando se considera o relacionamento entre a matéria da narrativa e o processo linguístico de que se utiliza o ficcionista. (XAVIER, 1971, p. 4).

Outros depoimentos poderiam ser evidenciados, dando conta dos predicados literários de José Condé. Seria cansativo reproduzi-los aqui, pela apenas variação de uma mesma temática: a singularidade de um escritor que se fez, a duras penas, inicialmente desacreditado de si mesmo, mas aos poucos galgando espaços destinados àqueles que conduzem com maestria a pena. Isso para não falar no quanto se enfatizou sua posição de jornalista literário, seu compromisso pessoal com a disseminação da cultura literária brasileira.

Basta, porém. Fica evidente, pela amostra que apresentamos, a receptividade que José Condé gozava entre seus contemporâneos, dos quais escolhemos aquela que julgamos a mais completa definição desse escritor pernambucano do mundo: “um escritor autêntico, é o que ele foi, a vida toda. E que outra coisa não quis ser, senão escritor, para bem cumprir sua missão” (CAVALCANTI, 1971, p. 4).

Nunca é pouco ressaltar as instâncias de publicação dos depoimentos aqui apresentados: as páginas, capa, contracapa ou *orelhas* dos livros do próprio Condé, ou, ainda, as páginas do *Jornal de Letras*, fundado por ele e os irmãos, e algumas dessas opiniões emitidas após sua morte, o que, sabemos bem, faz relativizar e amenizar muita coisa. Entretanto, dois pontos precisam ser pensados: primeiro, o leitor consciente deve levar em consideração que a isenção nos textos é algo questionável, e não absolutizar, a partir desses depoimentos, uma opinião sobre José Condé – é preciso haver sobriedade no julgamento do que foi escrito nesses espaços, notadamente destinados a elogios; e, por outro lado, reforçar o que dissemos antes, a respeito da seriedade que caracterizam esses críticos literários e escritores, que provavelmente não arriscariam essa deferência a eles dedicada, *acendendo vela a defunto ruim*, como popularmente se diz, ou seja, elogiando o autor gratuitamente, apenas para agradar.

CAPÍTULO 2 – UM ESCRITOR E SUA BIBLIOTECA

“Trabalho com meus instrumentos, na minha
tenda. Não procuro seguir nenhum modismo, faço
o que sei fazer.”

José Condé

Em Alexandria, uma luz se acende, que ilumina os mares a quilômetros da costa. O famoso Farol, mandado construir por Ptolomeu I, em 280 a.C., figura na lista das sete maravilhas do mundo antigo. Mas, por esse tempo, já emitia sua luz, na festejada cidade egípcia de Alexandre, outro tipo de farol: sua recém-criada e já famosa biblioteca “por cima da qual estava escrito LUGAR DE CURA DA ALMA” (CANFORA, 2001, p. 14). A luz do conhecimento se espalhava por quantos sábios fizeram dessa instituição sua base de estudos. A pretensão: reunir num só local todo o conhecimento grego da época, “os livros de todos os povos da Terra”, para o que “seria necessário um total de 500 mil rolos” (*op. cit.*, p. 24) – o mesmo objetivo que movia os enciclopedistas do século XVIII, em relação a todo o saber construído pela Humanidade até então, e o que parece estar próximo de ser alcançado com a atual rede mundial de computadores. Chartier (1998, p. 134) enfatiza que “com o texto eletrônico, enfim, parece estar ao alcance de nossos olhos e de nossas mãos um sonho muito antigo da humanidade, que se poderia resumir em duas palavras: universalidade e interatividade”.

É o mesmo Chartier (1989) que aborda as três inquietações que dominaram a relação do ser humano com a cultura escrita:

- a) a corrupção dos textos, oriunda dos erros cometidos por tipógrafos, portanto fora do alcance da responsabilidade do autor;
- b) o excesso de textos produzidos, a exigir uma triagem, que é um princípio canônico;
- c) e, principalmente, o temor da perda, que “levou à busca dos textos ameaçados, à cópia dos livros mais preciosos, à impressão dos manuscritos, à edificação de grandes bibliotecas. Contra os desaparecimentos sempre possíveis, trata-se de recolher, fixar e preservar” (CHARTIER, 1998, p. 99).

A Biblioteca Real de Alexandria é uma das materializações desse receio de extravios; foi construída durante a dinastia ptolemaica e provavelmente fundada no início do terceiro século a. C. Segundo Báez (2006, p. 64), “foi no início uma sala de consulta; em poucos anos

mudou, graças às ampliações. Anos depois, seria construída a biblioteca do Serapeum. [...] A biblioteca de Alexandria era dividida em duas partes. A primeira ficava no museu e a segunda no templo de Serapis”. Ser bibliotecário desse centro de conhecimentos equivalia a uma honraria ansiada pelos amantes da ciência: “Só se podia chegar a ser diretor da biblioteca por designação real. [...] Vivia no palácio do rei e recebia toda espécie de incentivos econômicos para evitar possível suborno ou traição. Não pagava impostos. Exercia, sem poder se eximir, a tutela do filho do rei” (BÁEZ, 2006, p. 65). Os principais responsáveis pela biblioteca de Alexandria foram: Demétrio de Faléreo (um de seus fundadores), Zenôdoto de Éfeso (apontado por Báez (2006, p. 66) como o primeiro bibliotecário), Apolônio de Rodes, Erastóstenes de Cirene (conhecedor de várias ciências, calculou a circunferência da Terra com razoável exatidão) Calímaco de Cirene (poeta que compilou, em 120 rolos de papiro, o primeiro catálogo da Biblioteca – ***Catálogo de todos os que foram eminentes na literatura em todos os gêneros*** –, que possibilitou a criação da relação oficial da literatura grega clássica, o cânon), além de Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia.⁶¹

Bibliotecas guardam não apenas conhecimentos impressos, preservando e eternizando-o, mas representa também importante rastro de quem por elas passou e delas se utilizou ou as constituiu, sejam elas públicas ou privadas. Manguel (1997, p. 271) chega a afirmar que “as bibliotecas particulares da França do século XVIII [por exemplo,] eram tesouros familiares que a nobreza preservava e ampliava de geração em geração, e os livros que continham eram tanto símbolos de posição social quanto de refinamento e postura”. Naturalmente, as bibliotecas pertencentes a pessoas específicas, e efetivamente utilizadas, guardam mais marcas dessa pessoa, pelo seu uso quase que exclusivo, pela integral disponibilidade de manipulação das obras nelas contidas.

Darnton (2010, p. 175-6) afirma que “o catálogo de uma biblioteca particular pode servir como perfil de um leitor. [...] E o estudo das bibliotecas particulares tem a vantagem de ligar o ‘quê’ ao ‘quem’ da leitura”. O “livro-em-casa”, na expressão barthesiana (BARTHES, 1988, p. 47), tem a característica de ser livre de dívida, de não precisar ser devolvido, de estar sempre à disposição, e o gabinete de leitura é um lugar privilegiado de contato com esse livro: “Lemos melhor”, diz Charles Lamb (*apud* MANGUEL, 1997, p. 276-7), “um livro que é nosso e que nos é conhecido há tanto tempo que sabemos a topografia de suas manchas e de suas orelhas”; Darnton (2010, p. 180) reafirma que “o ‘onde’ da leitura é mais importante do

⁶¹ Informações colhidas em Báez, 2006, p. 66-8.

que se pode pensar, porque a contextualização do leitor em seu espaço pode fornecer indícios sobre a natureza de sua experiência”, já que é o lugar em que autores e textos se entrecruzam com o leitor ávido, na ânsia de penetrar outros mundos, na construção de um universo paralelo.

Entretanto, o autor citado, ao tratar do percurso editorial da obra *Questions sur l'Encyclopédie*, do iluminista Voltaire (século XVIII), chama a atenção para o fato de que a leitura é “o estágio no circuito dos livros que oferece maiores dificuldades de estudo”, e explica:

Uma análise bibliográfica de todos os exemplares localizáveis mostraria as variantes disponíveis de um texto. Um estudo dos arquivos de cartório de Montpellier poderia indicar quantos exemplares apareciam nas heranças, e as estatísticas extraídas dos catálogos de leilões permitiriam calcular o número deles em vultosas bibliotecas particulares. Mas, em vista do atual estado da documentação, não era possível saber quem eram os leitores de Voltaire nem como respondiam a seus textos. (DARNTON, 2010, p. 136)

Ainda assim, aparece-nos como essencial o vasculhar do acervo bibliográfico para, senão determinar a miúdo as características do leitor, ao menos encontrar indícios que, cruzados com outras pistas, levem-nos a, através desse entrecruzar de informações, estabelecer caminhos de análise, de certa forma confiáveis, do comportamento desse leitor.

Quando o leitor é também escritor, esse espaço faz-se, além de lugar de leitura e estudo, também de produção, oficina de novos mundos e universos, que se efetiva pela criação de histórias, personagens e paisagens, que irão alimentar outros tantos leitores em outras tantas bibliotecas. Naturalmente, não temos como resgatar a integridade desse ambiente de criação, mas resta-nos a possibilidade de conhecer uma parte do acervo que compunha a biblioteca particular do escritor, o que nos servirá para, a exemplo do que fez Jean-Michel Massa e, depois, José Luís Jobim, em relação à biblioteca de Machado de Assis, levantar algumas hipóteses no que diz respeito ao cotidiano do leitor José Condé.

2.1 Bisbilhotar bibliotecas

Campo físico de trabalho do escritor, sua biblioteca representa importante depositário de pistas, que podem recompor certos caminhos por ele trilhados, na elaboração de suas obras

ou no destino dado a elas. Quem tem o hábito de produzir em tais espaços sabe, e pode confirmar o que afirmamos, que os textos que vão nascendo, literários ou não, recebem constantes interrupções em sua produção, para eventuais consultas às obras que compõem o acervo que cerca o escritor. Tais consultas resultam, na maioria das vezes, em influências na escritura da obra em construção. Daí que uma das formas de perscrutar a produção literária de um escritor é, em havendo oportunidade, verificando sua biblioteca particular.

Através dessa observação ao acervo do escritor, podemos perceber, pelos livros que o compõem, os autores que contribuíram na formação, ou a rede de leituras do escritor estudado; num estudo posterior mais aprofundado, temos como verificar as influências dos autores presentes no acervo, na obra do escritor, através de citações, paráfrases, até mesmo como respaldo científico para a elaboração de determinadas produções, como observamos no interessante trabalho de Barbieri (2001), em que, analisando a biblioteca de Machado de Assis, encontrou livros de Psiquiatria, que podem ter sido utilizados pelo “bruxo do Cosme Velho” para subsidiar a narrativa de contos conhecidos, como “O Alienista” ou “O lapso”, que abordam assuntos ligados a essa ciência.

Mas, muito mais que perceber tais influências, a biblioteca particular de um escritor pode fornecer várias outras informações preciosas, que nos serão de uma utilidade considerável na (re)composição de seu cotidiano, tanto pessoal quanto literário. Um levantamento do acervo pode informar, em geral, a preferência leitora do proprietário da biblioteca, uma vez que os livros que trazem carimbo ou alguma identificação de livraria sugerem ter passado por um processo de escolha, para ser adquirido, o que denuncia o interesse particular do leitor; igualmente, os compêndios recebidos de presente informam, entre outros aspectos, sobre as relações estabelecidas entre o dono do acervo e os escritores ou os doadores, bem como estabelece o interesse destes ao oferecer o volume, notadamente quando há uma dedicatória, o que possibilita criar um raio considerável de autores que mantêm entre si um intercâmbio literário; as condições físicas dos livros – manchas, rasgos ou amassões denunciando leituras e releituras, ou folhas coladas mostrando que não foram lidos – podem também dizer da relação do leitor com aquela obra. Jobim (2001, p. 12) chama a atenção, em relação ao levantamento dos livros da biblioteca particular de Machado de Assis, para, entre outras coisas, “ver quais teriam sido lidos e quais não, por estarem uns mais desgastados e outros com as páginas ainda coladas”.

Por outro lado, rabiscos, grifos, anotações feitas nas margens das páginas são fundamentais para acompanhar, tanto tempo depois, o percurso mental feito pelo leitor, sua reação ao ler aquele trecho, o foco de interesse; cartões, fotos, pedaços de papel, a servir de marcadores de leitura podem mostrar, além do óbvio – até onde o livro pode ter sido lido –, outros dados interessantes do dia-a-dia do leitor-escritor... Enfim, um mar de informações pertinentes a um estudo de determinado autor pode se originar das observações contidas em seu gabinete particular de leitura.

Souza e Miranda (2003, p. 12) chamam a atenção para o fato de que “o material paraliterário existente nos acervos do escritor, como a correspondência entre colegas, depoimentos, material iconográfico, entrevistas, documentos de natureza privada, assim como **sua biblioteca** e seus objetos pessoais” (grifo nosso) são elementos dignos de nota num “esboço de biografia intelectual”. Claro que não se trata de um leviano recolhimento de *souvenirs*, com o único e superficial intuito de ter em mãos uma régua ou um prendedor de papeis, usados pelo biografado; o levantamento dos objetos prende-se ao fato de representarem elementos que podem explicar ou fornecer indícios relativos a comportamentos do escritor na elaboração de determinados textos, marcas estilísticas percebidas na obra etc. Ou seja, urge uma triagem nos papeis ou objetos encontrados na biblioteca particular de um autor, porque somente os que podem trazer informações pertinentes à pesquisa que estamos fazendo, são dignos de registro. Um mero guardanapo sujo de mostarda, encontrado no interior de um livro do acervo analisado, não nos tem muita serventia, a não ser que nele haja algum tipo de anotação de dados importantes para elucidar algum detalhe carente de explicação, na obra do escritor, ou, trechos inéditos de criação literária, ou, ainda pistas de relações estabelecidas com outrem.

Diante de um *tesouro* dessa magnitude, o competente pesquisador há de, como ensina Massa (2001, p. 25), “em primeiro lugar, olhar com cuidado os volumes, auscultá-los à procura de eventuais notas manuscritas [...], de impressões de leituras rabiscadas às margens das obras que compunham sua biblioteca”, para, desta maneira, formar um juízo adequado desse material e compreender sua importância para a pesquisa realizada. Ou, como diz Vianna (2001, p. 104), “‘auscultar’ cada volume, ‘ouvir seus ruídos’, a fim de colher o maior número possível de informações sobre o acervo”. É, pois, um minucioso trabalho, cujos resultados, entretanto, não de redundar em seguro alicerce de qualquer pesquisa que se pretenda séria.

2.2 Duas bibliotecas, os mesmos problemas

Entre julho e setembro de 1960, o professor e pesquisador francês Jean-Michel Massa realizou um pioneiro trabalho de pesquisa e organização do acervo pertencente ao escritor Machado de Assis, tendo como objetivo, segundo relatou, “submeter ‘sob uma forma menos esquemática’ uma lista, que se pretende exaustiva, do que resta dessa biblioteca”. Para tanto, contou com o apoio da herdeira do acervo do “bruxo de Cosme Velho”, a esposa do Gen. Leitão de Carvalho (Massa não a cita nominalmente), sobrinha de Carolina Augusta Xavier de Novais, esposa de Machado, que guardava o acervo em sua residência, na Tijuca, Rio de Janeiro. Mas, como afirma o pesquisador,

Infelizmente esta biblioteca está incompleta, já que por duas vezes foi amputada. Uma parte, que devia contar com cerca de duzentos volumes, foi doada no dia seguinte à morte do autor e, até o momento [1960] não foi possível reencontrá-la. Por outro lado, durante a última guerra, os livros em brochura dessa biblioteca, guardados em uma garagem durante a ausência dos herdeiros, se deterioraram e foram destruídos sem que fosse feito um levantamento. (MASSA, 2001, p. 23)

A segunda perda, a que se refere Massa, foi ocasionada pela inundação do depósito onde se encontravam os livros, sendo destruídos pela ação da água. Milhares de potenciais informações basilares para o estudo do fenômeno machadiano podem ter ido, literalmente, por água abaixo.

No nosso caso, para subsidiar o trabalho de pesquisa que empreendemos, fizemos, em junho de 2009, a catalogação dos livros pertencentes ao escritor José Condé, cuja biblioteca particular foi, em parte, doada à Casa de Cultura José Condé, em Caruaru, após a morte do escritor. Esses livros encontravam-se, nessa época (2009), amontoados em um depósito, sem que o público tivesse acesso, numa dependência da Biblioteca Pública Municipal, que funcionava no prédio da antiga estação ferroviária. Com o telhado minado de goteiras e as paredes de infiltrações, o acervo encontrava-se à mercê das intempéries do tempo e das pragas próprias de ambientes insalubres. Antes de serem cobertos com um grande plástico, os livros receberam água de goteiras, tendo alguns mofado e mesmo se desintegrado; além disso, a ação de traças, cupins e outros insetos fazia-se perceber nos livros. Estes estavam dispostos em prateleiras de ferro – algumas, enferrujadas, apresentavam perigo de virem abaixo –, sem qualquer ordem ou catalogação.

Inicialmente, a Biblioteca Municipal de Caruaru funcionava nas dependências da Casa de Cultura dessa cidade; com o passar do tempo e a natural deterioração e falta de cuidados das administrações, os livros foram sendo colocados em locais que facilitavam sua danificação. Junte-se a isso a ocorrência das várias mudanças de local de condicionamento do acervo e a consequente perda de exemplares em tais movimentos. O que conseguimos catalogar resume-se a menos de 1800 livros.

Em 2011, revisitando essa Biblioteca Pública, agora funcionando em outro local – uma residência adaptada, um resumido espaço para receber seu acervo –, constatamos que um número ínfimo de volumes ainda se encontrava em local específico (identificado, apenas oralmente, pelos funcionários, como a “biblioteca particular de José Condé”), mas uma parte achava-se espalhada por outras seções, enquanto outro quantitativo – a maior parte –, como nos foi informado, estava em um depósito da Secretaria de Educação do Município de Caruaru, que coordena a Biblioteca Pública Municipal; ainda segundo informações dos funcionários, parte dos livros estava esperando para ser restaurada e limpa, embora não soubessem dizer quantos livros, nem o prazo previsto para seu retorno à instituição. Essa situação faz lembrar o ataque dos revolucionários franceses às bibliotecas dos nobres e do clero, as quais “acabaram em enormes depósitos em várias cidades francesas [...], onde esperavam, sob o ataque da umidade, da poeira, de insetos e outras pragas, que as autoridades revolucionárias decidissem seus destinos” (MANGUEL, 1997, p. 271).

Provavelmente impulsionado pela recente revigoração do nome de José Condé, em Caruaru, efetivada pela reedição de *Terra de Caruaru*, pela realização de minicursos, palestras, produção e publicação de textos, além da realização de pelo menos três pesquisas em andamento, em nível de mestrado e doutorado, começou a se ter uma preocupação maior com o acervo bibliográfico do escritor. Em 2012, entrevistamos Welba Sionara Soares da Silva (informação verbal)⁶², Atendente da Biblioteca, que, devidamente autorizada pela Secretaria de Educação, informou sobre alguns cuidados e providências que estão sendo tomados pelo Poder Público Municipal, no tocante à preservação e exposição do acervo da biblioteca particular de José Condé. Segundo Welba Sionara, a Prefeitura de Caruaru realizou um curso exclusivo para os funcionários da BPM, tendo como objeto de estudo modernas técnicas de preservação de livros: “nós recebemos um pequeno treinamento de limpeza e de recuperação de acervo. Mas foi só um *workshop*, bem rápido, foi mais para prevenção”,

⁶² Entrevista realizada em Caruaru-PE, em 17/08/2012.

salientou a funcionária. Além disso, informou, o acervo condeano, que se encontrava em um depósito da Secretaria de Educação, retornou à Biblioteca Pública, e, juntamente com os livros de Álvaro Lins, também doados à instituição, estão condicionados em uma sala específica, com o acesso dos leitores.



Figura 12 – Aspecto do acervo da biblioteca de José Condé, hoje.

quantidade, amarrados em fardos, com barbantes, numa espécie de porão do prédio, ignorando-se flagrantemente o princípio da conservação, já defendido pelo bibliotecário Demétrio, de Alexandria, que, em exposição escrita ao rei grego Ptolomeu, reafirmava seu propósito “de restaurar adequadamente os [livros] defeituosos”, para o que “dediquei grande cuidado” (*apud* CANFORA, 2001, p. 24).

Enquanto isso, a biblioteca particular de José Condé encontrava-se com os volumes igualmente apertados numa saleta, desprovida de condições de locomoção em seu interior (Figura 12), o que dificulta o acesso do público ao local. Estranhando o quantitativo exposto, promovemos, em 13 e 15/03/2013, um segundo levantamento dos livros, constatando a ausência de **434 livros** presentes à primeira catalogação (2009), podendo os referidos volumes estarem espalhados em outros setores da BPM, recolhidos para recuperação ou extraviados.

Arnoldo Jambo lamenta que “há um destino sempre triste para a grande maioria das bibliotecas demasiadamente enriquecidas. Quando não lhes acontece a **ventura de serem passadas a instituições ou entidades públicas**, são vendidas, em geral a retalho, por preços vis e desrespeitosos” (JAMBO, 1971, p. 4) (Grifo nosso). Como podemos perceber, dependendo da instituição que recebe o acervo, não se pode considerar isso tamanha “ventura”, e a dilapidação desse patrimônio cultural dá-se, irremediavelmente, seja pela venda

Na realidade, concernente ao acervo do crítico literário Álvaro Lins, os livros, muitos em péssimas condições de conservação, encontravam-se, em 17/08/2012 – data de mais uma visita nossa à BPM –, em parte, espremidos em estantes insuficientes, numa sala minúscula, inviável para circulação de leitores/pesquisadores; outra parte, em caixas de papelão, e uma terceira

no varejo, tornando impossível a integralidade do acervo, seja pela falta de tratamento adequado dos órgãos públicos, que o recebem sob seus cuidados.

O que Jobim (2001, p. 11) afirma sobre a impotência dos pesquisadores ante o descaso das autoridades, no caso do acervo da biblioteca machadiana, pode igualmente ser aplicado à situação dos livros pertencentes ao escritor José Condé: “o máximo que podemos fazer é esperar que a falta de interesse (e verbas) das instâncias que poderiam e deveriam zelar pela conservação de nosso patrimônio cultural não condene esta coleção à deterioração completa”.

Irreparáveis danos como estes ao patrimônio cultural de uma nação, tanto no exemplo da biblioteca de Machado de Assis ou na de José Condé, quanto nos incontáveis descasos, a destruir nossa memória histórica – segundo Báez (2006, p. 24), “o livro não é destruído como objeto físico, e sim como vínculo de memória” –, fazem-nos lembrar, com certa inveja, os preocupados sábios de Alexandria, a cuidar de reunir em lugar seguro todo o saber de um tempo; mas também rememorar, com revolta, o desastre provocado pelo imperador romano César, que, ateando fogo aos seus próprios navios, numa estratégia bélica, acabou por incendiar boa parte da famosa biblioteca. Canfora contesta essa versão, afirmando que, nos “edifícios imediatamente vizinhos às instalações portuárias, encontravam-se ‘por acaso’, no momento do incêndio, cerca de 40 mil rolos de livros de ótima qualidade” (2001, p. 66), mas que “os rolos incendiados não tinham relação alguma com a biblioteca real” (2001, p. 68), a qual “permaneceu incólume durante o conflito, o primeiro que se consumou nas ruas da capital ptolomaica” (2001, p. 69). Entretanto, Báez (2006, p. 68) contesta Canfora, afirmando que “os quarenta mil livros estavam nesse depósito depois de chegar a Alexandria em barcos diferentes, isto é, eram aquisições recentes para a biblioteca do museu”. O fato é que anos de pesquisa e registro, traduzidos numa considerável quantidade de obras escritas, foram destruídos pelo fogo ateado por gananciosos conquistadores de terras, insensíveis ao imenso tesouro que destruíam.

Tem sido nosso fado participar da permanente luta entre os ciosos protetores de bens culturais de inestimável valor de pesquisa, e os desastrados administradores de tal material, nem um pouco cômicos da sua importância (do material, claro!) para a evolução do saber humano. Não se há de esquecer a ordem dada pelo califa mouro Omar I, segundo sucessor de Maomé e conquistador de Alexandria, em 640, sobre os livros da famosa biblioteca (*apud* CANFORA, 2001, p. 92): “se seu conteúdo está de acordo com o livro de Alá, podemos dispensá-los, visto que, nesse caso, o livro de Alá é mais do que suficiente. Se, pelo contrário,

contêm algo que não está de acordo com o livro de Alá, não há nenhuma necessidade de conservá-los. Prossegue e os destroi”. A ordem foi cumprida por Amr ibn al-As, general árabe convertido ao Islamismo em 630, que conquistou o Egito, apoderando-se de Alexandria em 642 (*op. cit.*, p. 93): “Distribuiu os livros entre todos os [4 mil] banhos de Alexandria, para que fossem usados como combustível das estufas que os tornavam tão confortáveis. ‘Conta-se, continua ele [Ibn al-Qifti, que escreveu sobre esse acontecimento], que foram necessários uns seis meses para queimar todo aquele material’”, do qual “foram poupados apenas os livros de Aristóteles”⁶³. Tais fatos indignam o mais indiferente dos leitores.

Outra questão, levantada por Massa (2001, p. 32), sobre o acervo de Machado, pode igualmente ser colocada em relação à biblioteca de Condé: “a ausência de um livro nas prateleiras desta biblioteca não significa que Machado não o tenha lido e, mesmo, não o tenha possuído nas prateleiras de sua biblioteca quando esta estava completa”. Somos conscientes de que as informações captadas nos remanescentes da biblioteca tratam-se, na verdade, de indícios, que podem nos levar a suposições acerca do escritor, mas com a margem de probabilidade que qualquer conjectura apresenta, embora, salientemos, com o apoio de outros dados, captados alhures, e seu competente confronto, tenhamos essa margem de acerto maior.

Sabemos que a leitura do autor não se resume aos livros de sua propriedade: pode haver leituras realizadas em bibliotecas públicas ou de instituições diversas, livros emprestados por amigos, ou ainda volumes da própria biblioteca particular que podem ter sido doados ou perdidos após a leitura. É possível também que nem todos os livros que compõem o acervo tenham sido lidos – de alguns temos certeza de sua não leitura integral, por acharem-se ainda coladas suas folhas. Além do mais, “nem todo livro lido é necessariamente possuído, e nem todo impresso mantido no foro privado é necessariamente um livro” (CHARTIER, 1999, p. 25). Ou, como afirma o mesmo Chartier, desta feita em entrevista a Claudete Maria Miranda Dias⁶⁴, o levantamento de dados estatísticos dos livros de uma biblioteca não diz muito sobre como os leitores os utilizaram. “Eles [os dados] podem atestar que em uma determinada biblioteca encontramos preferencialmente mais livros de teologia do que de poesia. Mas não podemos saber como foi a leitura do leitor”, alerta o historiador francês.

⁶³ Algumas dessas informações, entretanto, ainda estão no campo das especulações, como afirma Báez (2006, p. 70-1), questionando as fontes e algumas discrepâncias de tempo, a respeito dessas notas.

⁶⁴ Línguas, Educação e Sociedade, nº 13, jul/dez de 2005, Terezinha-PI: UFPI, p. 139-156, disponível em <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Revista/N%2013/Entrevista.pdf>, acesso em 28/06/2012>

Tal qual Machado de Assis, cuja posição de jornalista, cronista e depois Presidente da Academia Brasileira de Letras fazia com que vários autores lhe oferecessem seus livros, talvez na esperança de merecerem uma atenção específica, materializada em comentário ou indicação de leitura, igualmente José Condé, jornalista literário, recebeu muitos livros de autores, que lhe ofereciam em interessantes dedicatórias, as quais serão comentadas adiante.

Da mesma forma que Massa (2001, p. 32-33) alerta para a fragilidade que pode representar esse levantamento do acervo particular de um autor como Machado, ao afirmar que “esta longa lista de livros, apesar de seu aspecto rígido e da impressão de segurança que ela proporciona, é apenas um frágil fio de Ariadne”, também podemos ter essa sensação em relação aos livros de Condé, aqui levantados. Entretanto, “é preferível à ignorância na qual nos encontrávamos até então para situar as leituras de Machado de Assis e suas possíveis influências em sua obra”. Encaremos, pois, este trabalho como mais uma das múltiplas formas de leitura e estudo de um escritor, a nos oferecer pistas que precisam ser cuidadosamente manejadas no labirinto em que se constitui a vida literária de qualquer escritor.

2.3 A biblioteca de Condé

Havia no acervo da biblioteca particular de José Condé, sob a guarda da Biblioteca Pública Municipal de Caruaru, em 2009, eleitos por nós para catalogação, exatos 1770 livros, boa parte deles carimbados com os dizeres “Biblioteca de José Condé”; alguns exemplares, que não receberam o carimbo, podiam ser identificados através de outras marcas, como o nome de Condé na página de rosto ou a dedicatória autografada por quem o teria ofertado. Julgando que o carimbador tenha feito as marcações competentemente, isso facilitou a identificação das obras, tanto na época do levantamento (2009), quanto nas visitas de 2011, 2012 e 2013, a localizá-los nas diversas estantes da BPM (Biblioteca Pública Municipal).

Entretanto, de início, já encontramos um problema: quando enviados a Caruaru, foram incluídos livros pertencentes a Maria Luiza, esposa de José Condé, que era professora de História. E o carimbador tomou todos como pertencentes ao escritor, aplicando-lhes indistintamente a aludida identificação, inclusive aos que foram publicados após a morte do escritor e os oferecidos diretamente à professora, afora alguns eminentemente didáticos. Como existem também livros de História, que poderiam ser considerados pertencentes a

Maria Luiza, mas oferecidos unicamente a José, ou ao casal, torna-se um pouco complexa a classificação. Assim, deixamos de fora, no momento da catalogação, de imediato, supondo que não foram objetos de leitura de José Condé, naturalmente os primeiros com mais certeza que os demais:

- a) todos aqueles livros publicados ou oferecidos após o falecimento de Condé;
- b) os compêndios de História oferecidos apenas a Maria Luiza, ou ainda que continham somente o nome dela nas primeiras páginas;
- c) as obras específicas sobre Educação.

2.3.1 Livros de História

Dos livros de História que foram oferecidos diretamente a José Condé ou ao casal, ou que não têm qualquer oferecimento nem sinal de pertencer especificamente a Maria Luiza, encontramos 173 volumes (9,7% do total), abordando os assuntos mais diversos, desde os eminentemente didáticos, como *História dos Gregos*, de Indro Montanelli, publicado pela Ibrasa, em 1968; ou *História de Roma*, de M. Rostovtzeff, traduzido por Waltensir Dutra e publicado pela Zahar, em 1967; até *Filosofia da História*, de William Dray, em tradução de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg, edição de 1969, também da Zahar Editores; ou *Tratado de Materialismo Histórico*, de N. Bukharin, traduzido por Edgard Carone para a edição brasileira da Laemmert, de 1970.

Pela abrangência dos tópicos abordados nas obras de História, e levando-se em consideração que pertenceram principalmente a Maria Luiza Condé, podemos constatar ser a professora alagoana bastante informada, conhecedora de bem mais do que deveria ser seu cotidiano escolar. Isso explica, em parte, a excelente relação existente entre ela e José Condé: é consenso entre os amigos e parentes o quanto Maria Luiza teria “dado prumo” à vida do escritor (informação verbal)⁶⁵, pelos interesses análogos em termos de leitura, assim como o casal Machado de Assis e Carolina Xavier, em que ela, leitora contumaz, deu uma alavancada considerável na formação do marido. Adiante voltaremos a comentar sobre a vida literário-conjugal do casal Condé.

⁶⁵ Entrevista concedida por Vera Condé, no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

Como dissemos anteriormente, torna-se difícil saber se os livros de História encontrados na biblioteca particular de José Condé eram de fato objeto de sua leitura ou apenas de sua esposa, uma vez que muitos dos volumes catalogados – 20,2% (35 livros) – eram oferecidos diretamente a ele, pelos próprios autores ou por amigos. Assim, por exemplo, o conhecido historiador Hélio Silva ofertou duas de suas obras a Condé (**1932 – A guerra paulista**, publicado em 1967, e **1935 – A revolta vermelha**, de 1969), enquanto que, no caso do amigo Nelson Werneck Sodré, dos quatro livros encontrados na biblioteca, três estavam autografados ao escritor. Outros historiadores, como Frederico Trotta (**A fundação da cidade do Rio de Janeiro**, de 1959[?]⁶⁶), Juarez Távora (**Uma política de desenvolvimento para o Brasil**, de 1962), Antonio de Souza Júnior (**O Brasil e a terceira guerra mundial**, uma publicação da Biblioteca do Exército, de 1959), Cassiano Ricardo (**Marcha para o Oeste (A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil)**, de 1959), Joaquim Ribeiro (**História da romanização da América**, também de 1959), Alves Motta Sobrinho (**A civilização do café (1820-1920)**, de 1967[?]), Ivan Lins (**A Idade Média – A cavalaria e as cruzadas**, de 1958), Paulino Jacques (**A guerra dos farrapos**, de 1969[?]), dentre tantos outros, autografaram suas obras para Condé. Além disso, o amigo Sérgio Buarque de Holanda lhe enviou, com um abraço autografado, os dois volumes de **A época colonial**, de Aziz N. Ab`Sáber *et all*, editados em 1960.

Enquanto isso, dos nove livros de Octávio Tarquínio de Sousa encontrados na biblioteca de Condé, apenas o primeiro volume da coleção **História dos fundadores do Império do Brasil** (publicada pela Editora José Olympio entre 1957 e 1958) e um outro (**A vida de D. Pedro I – vol. I –**, de 1952) foram ofertados explicitamente a Condé; os demais não tinham qualquer referência de oferecimento. Como se trata de sete dos dez volumes que compõem a coleção (os volumes IV, VI e IX, provavelmente, foram extraviados), é de se supor que pertenciam à professora; mas não podemos nos esquecer do fascínio que José Condé nutria pelo Império brasileiro, notadamente pelo Imperador D. Pedro II, sempre presente em suas orações diárias, como afirmou Maria Luiza mais de uma vez (CAVALCANTI, M. L. G., 1981, p. 2; F, C. A., 1986, p. 2), e cuja verdadeira idolatria foi transferida para o personagem Major Sindô Siqueira, de **Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (Cerveja, Sanfona e Amor)** (CONDÉ, 1976, p. 20) – encontramos, inclusive, um livro de Raymundo Magalhães Júnior que deve ter *deliciado* Condé: **D. Pedro II e a Condessa de Barral**, a correspondência íntima do Imperador, anotada e comentada. Há, ainda,

⁶⁶ Não existe registro impresso da data de publicação da obra; baseamo-nos na data do autógrafo.

curiosamente, mais um livro de Tarquínio de Sousa na biblioteca de Condé (***História de dois golpes de Estado*** – edição de 1939), em que consta um autógrafo do autor a certa “D. Fernandina”, datado de 13/06/1939 – adiante falaremos sobre os vários livros presentes na biblioteca de Condé, que eram identificados com nomes de outras pessoas.

Outros títulos que nos chamam a atenção, na biblioteca condeana, pela dificuldade de identificar quem deles teria feito uso (se apenas a professora Maria Luiza ou se os dois), são: ***História dos Estados Unidos da América***, de Samuel Eliot Morison e Henry Steele Commager, de 1950[?], tradução de Agenor Soares de Moura, em dois tomos; ***O folclore dos Estados Unidos***, organizado por Tristram Coffin III, de 1970; ***A história da ciência nos Estados Unidos***, de L. Sprague de Camp e Catherine C. de Camp, publicado em 1969, com tradução de Octany Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg; e ainda ***História da Inglaterra***, de André Maurois, edição de 1959, traduzido por Carlos Domingues. Apesar de serem especificamente da área de História, portanto de interesse profissional de Maria Luiza, observamos na biblioteca (como trataremos adiante) uma considerável quantidade de livros de autores de língua inglesa (alguns até no idioma nativo), o que nos leva a supor que seria Condé um leitor apreciador dessa literatura, e, desta forma, também interessado na História da Inglaterra e dos Estados Unidos.

2.3.2 Livros virgens

Como já tratamos anteriormente, no início da década de 1950, levado por Álvaro Lins, responsável pelo suplemento literário do *Correio da Manhã*, Condé foi trabalhar no jornal carioca, “onde passa a fazer uma seção – ‘Vida Literária’. [...] Mantém José Condé, desde 1952, a seção diária ‘**Escritores e Livros**’ no Correio da Manhã, do qual é redator e onde faz noticiário literário” (PEREZ, 1970, p. 221-222). Sua estreia deu-se na edição de 30 de setembro de 1952, na página 10 do 1º caderno; em 29 de junho de 1968, por conta de uma reformulação na diagramação do jornal, a seção, agora intitulada apenas “Livros”, vai para a página 2 do 2º caderno, alternando-se, nos dias subsequentes, entre as páginas 3 e 4; em 28 de junho de 1969, nova alteração, e a seção passa a ser denominada “Artes”, na qual Condé continua assinando a parte de Literatura; nos dias 16 e 17 de novembro desse ano, o escritor publica fragmentos de ***Como uma Tarde em Dezembro***, recentemente lançado; no dia

seguinte, mais uma alteração visual, e a seção recebe o título de “Anexo”; Condé publica-a pela última vez em 26 de novembro de 1969, e “fica licenciado da folha” (PEREZ, 1973, p. 17). É curioso perceber, no entanto, que Condé enviou material para o jornal entre os dias 26 e 31 de março de 1970, conforme originais que encontramos em seu acervo particular, carimbados como recebidos pela portaria do *Correio da Manhã*, mas que não foram publicados na seção de Livros, agora assinada por Edilberto Coutinho, do aludido “Anexo”, título que foi expandido para todo o segundo caderno do jornal carioca.

Havemos de constatar que a posição de jornalista responsável por uma das mais lidas (e cobiçadas) colunas literárias do Rio de Janeiro, no *Correio da Manhã*, combativo jornal de características independentes, que circulou por 73 anos, de 1901 a 1974, fazia com que José Condé recebesse cotidianamente livros para divulgação, muitos dos quais encontramos em sua biblioteca particular.

Quanto à leitura desses livros, podemos notar algo interessante. Desde os primórdios da imprensa, os livros “são objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão dos cadernos. Estes cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação”, como afirma Chartier (1998, p. 7). Durante muito tempo, e até recentemente, os livros saíam da gráfica com as páginas ainda unidas na dobra, “as guilhotinas eram precárias e não cortavam o livro direito. Como eram cortados vários livros de uma vez só, alguns pegavam o corte e outros não”⁶⁷, ficando os blocos de páginas coladas na parte superior, sendo necessário, para sua leitura, separar as folhas, o que era feito com uma espátula, uma faca, tesoura ou outro objeto cortante. Desta forma, o livro que tivesse ainda as folhas coladas era sinal de que não fora folheado e/ou lido. É considerável a quantidade de compêndios com as páginas ainda coladas, que encontramos na biblioteca de José Condé: nada menos que 247, ou seja, 13,9%.

Dos mais diversos temas, autores, independentemente dos pedidos de leitura, foram solenemente ignorados, como podemos ver nos exemplos aleatórios:

a) Accioly Neto enviou, em 1956, o livro *3 máscaras*, com um contundente elogio: “A José Condé, a quem tanto deve a literatura brasileira por seus belos livros e por uma ação tenaz na imprensa”.

⁶⁷ Magno Nicolau. **Uma pergunta**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <edsontavares5@hotmail.com> em 15/02/2012.

b) Ceciliano Abel de Almeida, capixaba, publicou, em 1959, “**O desbravamento das selvas do Rio Doce**”, enviando um exemplar “ao eminente crítico José Condé com os cumprimentos” do autor.

c) Gilberto Amado escreveu, em 1970, **Depois da política**, depois enviou para Condé, com um oferecimento enfático: “Para José Condé, romancista, intérprete da vida que contemplou criança e de que se reflete na sua alma visionária”.

d) Jorge Amado, grande amigo de Condé, enviou-lhe **Seara Vermelha**, em 1960, com reclamos de afetuosidade.

e) Oswald de Andrade, um dos participantes mais ativos da Semana de Arte Moderna, de 1922, escreveu “ao brilhante José Condé” na folha de rosto de seu **Um homem sem profissão**, de 1954.

f) Três livros de Lúcio Cardoso: **O escravo**, **Maleita** e **Diário I**, respectivamente de 1945, 1953 e 1960.

g) Quatro obras do português Joaquim Paços d’Arcos: **Tons verdes e fundo escuro** (1946), **O navio dos mortos e outras novelas** (1952), **Memórias duma nota de banco** (1962) e **Novelas pouco exemplares** (1967).

h) A amiga de muitas noitadas Eneida de Moraes reservou um dos vinte exemplares “fora de comércio” de **Aruanda**, para o qual pediu a Condé “carinho e amor”, no Natal de 1957.

i) Dos 23 livros do “Mestre” Gilberto Freyre “de Apipucos”, encontrados na biblioteca do amigo Condé, oito estavam com as folhas coladas: **Quase política** (1950), **Sobrados e mocambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano – 2º vol** (1951) (há dois exemplares desse livro, somente um “colado”), **Aventura e rotina – sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação** (1953), **Sociologia – 1 Introdução ao estudo dos seus princípios – 1º e 2º tomos** (1957), **Problemas brasileiros de Antropologia** (1959), e **Ordem e progresso – Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime do trabalho livre – 1º e 2º tomos** (1959).

j) Três dos oito livros que encontramos de Alceu Amoroso Lima: **Primeiros estudos – Contribuição à história do modernismo literário** (1948), **Mensagem de Roma** (1950), e **O teatro claudeliano** (1959).

k) O *Diário Crítico*, de Sérgio Milliet, em seu 5º volume, de 1947; o 7º volume, de 1953, em que o autor faz um comentário, às páginas 71-72, sobre o conto “Ravina” (de *Histórias da Cidade Morta*); e o 10º volume, de 1959, no qual Milliet faz uma crítica, às páginas 133-134, ao livro *Dias Antigos*, de Condé.

l) Quatro dos dez encontrados de Cassiano Ricardo: *A face perdida*, de 1950, *Poemas murais*, de 1950, *O arranhacéu de vidro*, de 1956, e *Marcha para o Oeste (A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil)*, de 1959.

Não são apenas os livros oferecidos explicitamente a Condé que dormem o sono da virgindade leitora, mas obras de inúmeros outros e conhecidos autores apresentam-se “colados”: Castro Alves (*Gonzaga ou a Revolução de Minas*), Mário de Andrade (*Aspectos da Literatura Brasileira*), Adolfo Caminha (*Bom Crioulo*), Catulo da Paixão Cearense (*Modinhas*), Coelho Neto (*Fogo Fátuo* e *A capital federal – impressões de um sertanejo*), Descartes (*Discurso do método*), Anatole France (*O lírio vermelho*), Goethe (*Afinidades eletivas*), Bernardo Guimarães (*O garimpeiro*), Aldous Huxley (*Ronda grotesca* e *Duas ou três graças*), Federico Garcia Lorca (*Bodas de sangue*), Antonio de Alcântara Machado (*Novelas paulistanas*), George Orwell (*1984*), Martins Pena (*Dramas* e *O namorador ou A noite de São João*), Marcel Proust (*A prisioneira, Sodoma e Gomorra* e *À sombra das raparigas em flor*), Rousseau (*Obras de Rousseau*), Bernard Shaw (*Quem sou e o que penso, Casa de orates* e *O discípulo do diabo*), Miguel Torga (*Contos da montanha* e *Diário*), Érico Veríssimo (*O resto é silêncio*), Voltaire (*O pensamento vivo de Voltaire* e *Contos e novelas*), Oscar Wilde (*Salomé*), William Faulkner (*Oração para uma negra, O som e a fúria, Luz de agosto* e *O mundo não perdoa*); dois exemplares de *A casa soturna*, de Charles Dickens, dois de *Um discurso em mangas de camisa*, de Tobias Barreto (em um dos exemplares foram descoladas apenas as primeiras folhas), dois exemplares de *Ensaaios*, de Montaigne, três de “*Verdes mares bravios...*”, de Assis Brasil, além de onze exemplares d’*A Comédia Humana*, de Honoré de Balzac. A lista de exemplos pode ficar bem maior; paremos por aqui.

Qual seria a razão de tantos livros *virgens* na biblioteca de José Condé? O homem que dizia aos filhos ser mais importante ler que mesmo estudar (informação verbal)⁶⁸ guardava tamanha quantidade de livros sem ler? Parece-nos que não se trata de outro motivo senão o alegado por Bloom (1995, p. 23), sobre a questão do cânone: “Quem lê tem de escolher, pois não há, literalmente, tempo suficiente para ler tudo, mesmo que não se faça mais nada além

⁶⁸ De acordo com entrevista concedida por Vera Condé, no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

disso”. E não nos esqueçamos de que Condé viveu apenas 54 anos. Além do quê, como afirma Barthes (1988, p. 46), “a liberdade de leitura, qualquer que seja o preço a pagar, é *também* a liberdade de não ler” (Grifo do autor). Estamos, pois, diante da forma mais simples de cânone, o individual, a relação de livros lidos por uma pessoa, seja por quais razões forem: tempo, disponibilidade, afinidade. E, como vimos, toda escolha, afirma Martinho (2001, p. 15) implica expurgos, aqui materializados nas folhas coladas dos livros virgens, que compõem a biblioteca particular de José Condé.

Outro ponto precisa ser discutido, ainda que voltemos a ele adiante: sua função de jornalista literário. Provavelmente, muitos dos livros encontrados em sua biblioteca eram enviados pelos autores ou divulgadores das editoras, com o fito de serem divulgados na coluna do *Correio da Manhã*. Sua não-leitura implicaria sua não-divulgação, ou, pelo contrário, não impossibilitaria o comentário sobre a obra? Afinal, como já afirmava Romero (1909, p. 52), sobre outro crítico/jornalista literário, José Veríssimo “fala d’um [livro] de trezentas ou quatrocentas páginas, oito dias depois de outro de quinhentas, na semana seguinte de cambulhada de quatro ou cinco, e às vezes mais, de igual número... Leu-os com atenção critério? Impossível”. No entanto, levando em consideração Bayard (2007, p. 31), “não ter lido este ou aquele livro não tem importância para a pessoa culta, pois mesmo que não esteja informada com precisão sobre seu *conteúdo*, frequentemente ela é capaz de conhecer sua *situação*, ou seja, a maneira como ele está disposto em relação aos outros livros” (Grifos do autor). Assim, Condé poderia emitir o comentário esperado pelo escritor, sobre sua obra, mesmo sem a ter sequer folheado.

Finalmente, com a palavra, o próprio Condé, que assim se explicou: “Aumenta dia a dia o número de lançamentos. Ao noticiário, portanto, seria **impossível examinar detidamente cada volume recebido**. Daí o registro que se segue, o mais rápido possível, relacionando obras aparecidas nos últimos meses” (CONDÉ, 1960h, p. 2) (Grifo nosso). A título de amostra, cotejaremos, adiante, livros oferecidos a Condé, encontrados em sua biblioteca, com a efetiva divulgação em sua coluna, em um dos anos de publicação.

2.3.3 Marcas de leitura

O historiador francês Roger Chartier (1998, p. 88) fala das “intervenções do leitor, necessariamente indicadas nas margens [do texto], como um lugar periférico com relação à autoridade”. A palavra *autor* remete irremediavelmente para “essa figura que lhe é [ao texto] exterior e anterior, pelo menos em aparência” (FOUCAULT, 1992, p. 34), e que, por essas aparentes exterioridade e anterioridade, tem a *autoridade* de criador primeiro do texto. Fica evidente então algo como se fosse total respeito à letra impressa, garantindo ao produtor do texto uma espécie de autorização que o faz porta-voz da Verdade, e restando aos leitores, figuras *menores*, tão somente *engolir* o escrito ou, no máximo, grifar, circular, escrevinhar sua *humilde opinião* nas margens da página, que é lugar não utilizado pela mancha tipográfica. Na verdade, corresponde ao espaço das táticas de leitura, a que se refere Michel de Certeau (2011), e, por isso mesmo, campo de batalha privilegiado do leitor, que, ao invés de apenas *deglutir* o texto, na verdade promove uma **reescritura**, uma reconstrução, assumindo, assim, uma condição de **co-autor**. Chartier (2001, p. 20) afirma que

todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura. Que seja explicitamente afirmada pelo escritor ou produzida mecanicamente pela maquinaria do texto, inscrita na letra da obra como também nos dispositivos de sua impressão, o protocolo da leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça seu leitor ideal. [...] cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria.

Isso porque, de acordo com Goulemot (2001, p. 108), “ler é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequências. Não é encontrar o sentido desejado pelo autor”. Desta forma, falamos em “constituir e não reconstituir um sentido. A leitura é uma revelação pontual de uma *polissemia* do texto literário” (grifo do autor). A ação do leitor como um comportamento ativo em relação ao texto pode ocorrer silenciosamente, no oculto de suas resistências interiores ao lido, nas concordâncias, denunciadas por quase imperceptíveis mover de olhos, lábios ou gestos mais ou menos discretos; mas também pode se evidenciar explicitamente, através dessas anotações marginais ao texto, demonstrando sua reação de leitor à obra lida.

Daí porque se faz importante a observação dessas anotações e de grifos presentes em textos lidos por outrem. No caso de Condé, não há muita incidência desse procedimento: são relativamente poucos os livros encontrados em sua biblioteca que trazem anotações. E ainda trabalhamos no campo das hipóteses, já que não podemos ter certeza de que os apontamentos

detectados em alguns volumes tenham sido feitos realmente pelo escritor. De qualquer forma, apresentamos as obras que trazem algum tipo de rabisco do leitor. São apenas oito livros (0,4%) que receberam marcas de leitura:

a) O livro de James Baldwin ***Numa terra estranha***, traduzido por Gilberto Miranda e publicado em 1965 pela Editora Globo, de Porto Alegre, traz alguns poucos grifos, sem comentários.

b) Também sem comentários, há dez marcas de leitura na obra ***Interpretação do Brasil***, de Gilberto Freyre, que, curiosamente, traz a informação de que foi traduzida por Olívio Montenegro, sem que se faça menção sobre a língua em que foi escrito; o prefácio é de José Lins do Rego e foi publicado em 1941, pela José Olympio Editora.

c) Igualmente sem mais comentários, apenas algumas marcas de leitura encontram-se na obra ***Os Azevedos do poço***, do escritor pernambucano Mário Sette, publicado em 1938, também pela José Olympio.

d) O romance ***O fiel e a pedra***, de Osman Lins, editado pela Civilização Brasileira, em 1961, parece ter sido lido com bastante atenção, pois em toda sua extensão encontram-se muitas marcas (grifos) feitas a lápis. O detalhe dessa obra é que, em seu interior, encontramos um cartão assinado pelo autor, com a mensagem datilografada: “Ao caruaruense José Condé, o vitoriense Osman Lins. Recife, setembro de 1961”. Lins é pernambucano da cidade de Vitória de Santo Antão.

e) A. da Silva Mello enviou seu livro ***O que devemos comer***, publicado em 1964 pela Civilização Brasileira, à época editora também dos livros de Condé, que era tratado pelo autor, em autógrafo, como “sábio em comidas gástricas e intelectuais”. O compêndio está assinalado, à caneta, com discretos grifos, setas e “x”.

f) O livro ***História da Inglaterra***, ao qual já nos referimos anteriormente, escrito por Andre Maurois e traduzido por Carlos Domingues, publicado pela editora Irmãos Pongetti, em 1959, traz as seguintes anotações, na última página: “Resgates 96”; “Repartição do corpo 97”; e “Igreja Medieval 151” – nas respectivas páginas, estão grifados os trechos correspondentes. Existe uma possibilidade considerável de esse livro ter sido anotado pela professora Maria Luiza Condé, uma vez que os tópicos parecem dizer mais respeito à leitura de uma historiadora.

g) Uma coletânea de contos de Knut Hamsun, contendo as narrativas **Fome – Pan – Um vagabundo toca em surdina – A rainha de Sabá**, editado em 1957, pela Editora Martins, recebeu atenção mais detida do leitor: há quinze marcas de leitura, a última na página 267 (o livro tem 436). Além de marcar, com um traço, o trecho destacado, faz uma listagem, na última folha do livro, das páginas que assinalou, o que denota a preocupação com uma possível volta ao livro, para retomar algum dos trechos grifados. É importante ressaltar, no entanto, que as últimas folhas da obra estão coladas, o que demonstra ter se desinteressado pela leitura antes de seu término.

h) Finalmente, o caso de dois livros do amigo escritor e seu biógrafo Renard Perez (Figura 13). Em abril de 1954, Condé recebeu **Os Sinos**, um volume de contos publicado naquele ano pelo *Jornal de Letras*, como nos confirmou pessoalmente Perez (informação verbal)⁶⁹: “Eu não tinha editora nenhuma, o Zé era meu amigo, disse: ‘Eu publico, vamos publicar.’ Então publicou.” No autógrafa, o agradecimento: “Para José Condé, com os agradecimentos do colega, amigo e profundo admirador Renard”. Em dezembro de 2000, Souza Pepeu, editor da Revista *Caruaru Hoje*, publicou, na página 35, uma foto de Renard, informando ter sido encontrada dentro desse livro. O volume, no entanto, encontra-se até hoje com as folhas coladas, sinal de que não foi lido por Condé. Dezesesseis anos depois da primeira edição dessa obra, Perez fez a segunda, acrescentando a narrativa **O Tombadilho**, desta vez pela Civilização Brasileira, e, em outubro de 1970, presenteou o amigo e sua esposa, autografando: “Para José Condé – velho companheiro – e para Maria Luiza, com todo o carinho do Renard Perez”. Este livro, recebido durante o período da doença, que obrigava Condé a guardar leito quase que permanentemente, ao que tudo indica, recebeu mais atenção; provavelmente foi lido, pois há algumas anotações, na última página, como, por exemplo, “Expressões antigas – regionais – 117”. Refere-se à frase “Ergueu-se rápido e **abalou na carreira**”, o que demonstra uma preocupação em anotar expressões que poderiam ser utilizadas em alguma história dele próprio.

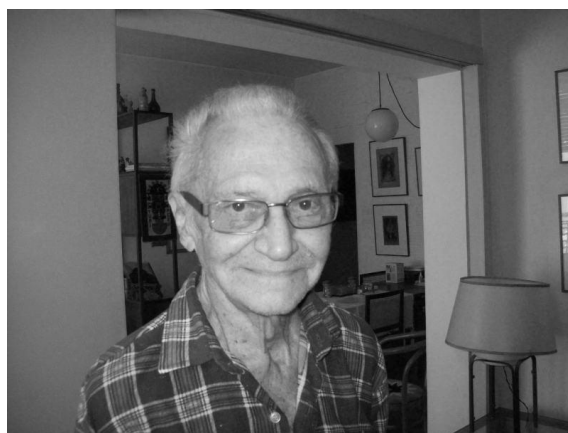


Figura 13 – Renard Perez em seu apartamento, no Rio de Janeiro, em 2011, quando concedeu entrevista para esta pesquisa. Foto: Edson Tavares.

⁶⁹ Em entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 30/05/2011.

O estilo marcadamente hipotético deste tópico revela o quanto trabalhamos no campo das probabilidades, na identificação das marcações de leitura dos poucos livros encontrados na biblioteca particular de José Condé, pelos motivos já anteriormente aludidos, quais sejam:

- a) a impossibilidade de detectar a quem de fato pertenciam alguns livros, se a José ou a Maria Luiza;
- b) quem efetivamente teria lido tais obras, e com que objetivos teria realizado as anotações;
- c) a nossa decisão de não-aprofundamento na questão da possível presença dessas anotações nas obras condeanas, por se tratar de um minucioso trabalho, que demandaria tempo e espaço de que não dispomos aqui, além de fugir do nosso foco nesta pesquisa. Entretanto, fica a ponta do fio guardada para possíveis e futuros desfiar.

2.3.4 Referências a José Condé

Apesar de termos encontrado mais de duas dezenas de livros em sua biblioteca em cuja dedicatória podemos constatar o respeito pelo romancista e o reconhecimento do seu talento como escritor, vindo de grandes nomes da literatura, nessa mesma biblioteca não detectamos mais que **cinco** obras contendo alguma referência ao escritor caruaruense.

A primeira delas é o ***Dicionário bibliográfico luso-brasileiro***, de Victor Brinches, publicado pela Editora Fundo de Cultura, em 1965, em que, à guisa de prefácio, o autor gasta três páginas procurando se redimir, pelos erros cometidos, segundo ele oriundos do pouco tempo para elaboração da obra, transformando o texto numa verdadeira armadilha para os eventuais críticos (BRINCHES, 1965, p. 9-11):

Numa época, como a presente, em que a crítica deixou de ser instrumento da integridade da consciência para se colocar a serviço do esnobismo enfatizado, não admira que este trabalho venha a ser isca para garimpeiros de imperfeições alheias, que pretendam pastar, nos erros aqui encontrados, a bazófia de sua empolada erudição. [...] Antes de oferecer o peito ao punhal da crítica, desejo pedir seja contado, como atenuante, o gesto nobre desta espontânea confissão. Se não for, servirá pelo menos para lembrar aos que falarem mal do livro que ninguém me arrebatará o direito de ter sido o primeiro a fazê-lo. Evitem ser plagiadores!

Na verdade, o livro consta de um resumo biográfico e bibliográfico “de mais de quatrocentos literatos portugueses e brasileiros, e foi organizado com o objetivo de facultar um órgão prático de consulta aos estudantes” (*op. cit.*, p. 9). Nas páginas 392-3, há o verbete **José Condé**, com o resumo de sua biografia, apresentando o já comentado equívoco da data de nascimento do escritor como 23/10/1918, ao invés da documentada 22/10/1917 (Figura 14), e a condensação da nota biográfica publicada por Perez (1970), encerrando com a citação de suas obras até então vindas a lume. Nada além disso.

No *Diário Crítico*, uma antologia em dez volumes, publicada entre 1944 e 1959, em que Sérgio Milliet, sob a forma de diário, tece comentários críticos sobre a literatura brasileira, em seu 7º volume (julho de 1949 a dezembro de 1950), editado em 1953 pela editora paulista Martins, encontramos uma referência a Condé, no dia 3 de outubro de 1949. Analisando uma antologia de contos editada pela *Revista Branca*, sob a direção de Saldanha Coelho, Milliet afirma que a obra “obriga-nos a uma viagem pela província trazendo ao público da metrópole a produção de contistas somente conhecidos em seus Estados”, e segue afirmando que

em geral todos esses escritores tendem para a forma clássica do conto. Mais ou menos realistas. Nenhum me pareceu introduzir uma forma nova, à exceção talvez de Breno Acioly, cujo super-realismo trágico impressiona profundamente. Mas haveria que citar muitos nomes pela realização senão pela originalidade técnica. **Assim é que, na sua concisão de gravura sobre madeira, o pequeno conto de José Condé “Ravina” alcança uma quase perfeição.** (Grifo nosso) (MILLIET, 1953, p. 71-2)

Já o 10º volume do *Diário Crítico*, de Milliet, referente aos anos 1955-1956, publicado em 1959, traz uma crítica ao livro *Dias Antigos*, de Condé, nas páginas 133-4. O interessante é que, tanto o 7º quanto o 10º volumes trazem suas folhas coladas, sinal de não-leitura, não obstante estarem os dois generosamente oferecidos a Condé pelo autor. Isso nos faz conjecturar: teria Condé outros exemplares desses livros, e/ou lido alhures tais comentários

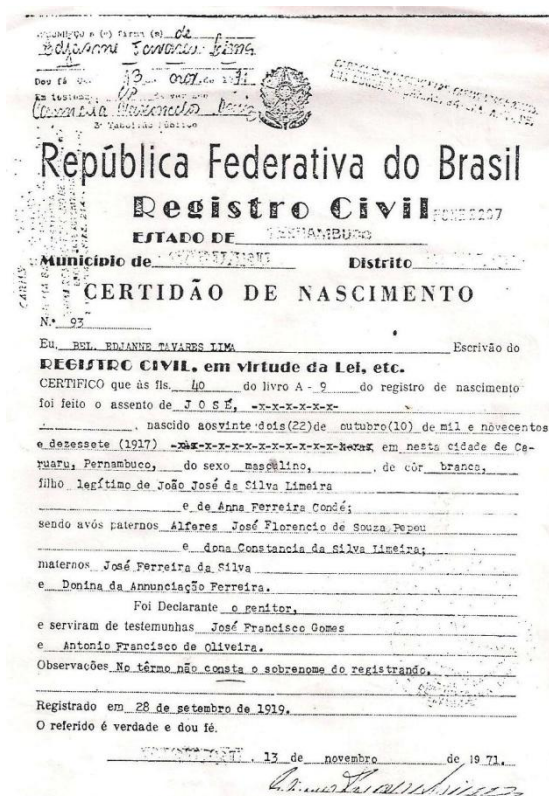


Figura 14 – Fac-Símile da Certidão de Nascimento de José Condé, assegurando a data de nascimento como 22/10/1917. Acervo da família de José Condé.

sobre sua obra? ou não tinha Condé muito interesse sobre o que publicavam a seu respeito? Sabemos, por depoimento de seu amigo Leopoldo Teixeira (informação verbal)⁷⁰, que o romancista não era muito dado a vaidades nem veleidades tais, e, por testemunho de sua filha, Vera Condé (informação verbal)⁷¹, que, nos encontros e festas que promovia, Condé “achava chato falar de literatura”. Poderia este comportamento um tanto *casmurro*, em relação à arte literária, ser um dos responsáveis por tão discreta evidência de seu nome e suas obras atualmente?

Em 1964, a Editora Júpiter, do Rio de Janeiro, publicou uma ***Antologia do Novo Conto Brasileiro***, numa seleção de Esdras do Nascimento. Encontramos os dois primeiros volumes na biblioteca de Condé; no segundo volume, está publicado, a partir da página 185, o conto “O Apelo”, de ***Histórias da Cidade Morta*** (1951). Por se tratar de uma antologia, não traz considerações sobre os textos publicados.

Finalmente, o crítico literário Augusto Meyer publicou em 1965, pela Editora Lidador, do Rio de Janeiro, a obra ***A forma secreta***. No exemplar que encontramos na biblioteca de Condé, um oferecimento e uma espécie de chamada: “Para o José Condé (v. p. 177) com um abraço muito amigo Augusto Meyer”. À página indicada por Meyer, encontramos a publicação de uma carta a Condé, com o título “Os dez maiores romances”, num interessante exercício canônico. Dado o seu caráter de reflexão crítica, inclusive para a discussão posta no presente trabalho, trataremos detalhadamente desse texto de Meyer adiante.

É digno de nota citar um dos livros que encontramos na biblioteca condeana, de autoria de seu grande amigo Otto Maria Carpeaux – o que se pode confirmar pelo laconismo camarada da dedicatória: “Ao velho Condé, o velho Carpeaux”. Trata-se da ***Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira***, lançado em 1949, e produzida uma terceira edição pela Editora Letras e Artes, do Rio de Janeiro, em 1964 (é um exemplar desta edição o que encontramos), em que o autor, como o título anuncia, faz uma brevíssima análise crítica de autores brasileiros – um ar de cânone, convenhamos –; pois bem, seu “velho” amigo Condé não é contemplado – o que, aliás pode confirmar o caráter de distanciamento afetivo que Carpeaux deseja dar à obra. Provavelmente por ser um estreante, em 1949, com apenas um livro publicado, ***Caminhos na Sombra*** (1945), e sem tanto sucesso assim (como informa Perez, 1970, p. 221), não tenha merecido o jovem escritor ser citado em tão seleta publicação.

⁷⁰ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

⁷¹ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 31/05/2011.

Mas, em 1964, quando da edição consultada, que, como é anunciado na *orelha* da obra, “foi revista e muito aumentada”, José Condé, então com oito obras publicadas, e algumas de reconhecido sucesso entre o público, e mesmo entre a crítica, ratificado por vários prêmios recebidos, continuou ausente da relação “de 170 autores nacionais, dos mais importantes, de Gregório de Matos e Claudio Manoel da Costa até Guimarães Rosa e Vinícius de Moraes” – os últimos, lembremos, contemporâneos de Condé. Omissões foram justificadas por Carpeaux por documentação lacunosa ou inexistente: Adalgisa Nery, Aníbal Machado, Ascenso Ferreira, Dante Milano, Henriqueta Lisboa, Nelson Rodrigues, Orígenes Lessa, Cassiano Ricardo, Dionélio Machado, Gilberto Amado, Ledo Ivo, João Cabral de Melo Neto, entre outros – mas nesses “outros”, não cita Condé.

Carpeaux até cria uma seção, nessa obra, intitulada “Movimento do Nordeste”, situando-o, cronologicamente, “de 1930 para cá”, e colocando como critérios para inclusão nesse grupo, “o estilo neonaturalista do romance nordestino” e “as tendências sociais” (CARPEAUX, 1964, p. 305). Segundo o autor, “a cronologia manda começar este capítulo com os nomes de José Américo de Almeida e Jorge de Lima” (Idem, *ibidem*), prosseguindo com Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Amando Fontes, Graciliano Ramos e Jorge Amado. No capítulo seguinte, “Depois do Modernismo”, aparece o que ele chama de “literatura imediatamente contemporânea” (*op. cit.*, p. 321), produzida por Augusto Frederico Schmidt, Érico Veríssimo, Guimarães Rosa, Lúcio Cardoso, Marques Rebelo, Otávio de Faria e Vinícius de Moraes.

Os textos deste livro de Otto Maria Carpeaux constituem-se da data de nascimento e obras de cada autor focado, o seu breve comentário e a relação de estudos realizados sobre aquele escritor. A bibliografia sobre o autor é o que Carpeaux chama de *documentação* e representa importante balizamento para se aquilatar um dos elementos constitutivos do cânone literário: a presença do escritor e de sua obra em manuais estudantis, livros de crítica literária, de história literária, antologias etc. Tendo essa inclusão bibliográfica como prerrogativa para a inserção do autor nessa ***Pequena bibliografia crítica da Literatura Brasileira***, não é de admirar que o nome de José Condé não apareça, pois, como estamos afirmando desde o princípio, não existe um estudo mais consistente publicado, sobre a obra condeana.

Outros livros de história da literatura – verdadeiros fabricantes e mantenedores canônicos – são encontrados na biblioteca de Condé: o primeiro volume de ***Panorama da Poesia Brasileira***, de Soares Amora, publicado em 1959, pela Civilização Brasileira,

contempla o que o autor identificou como “era luso-brasileira”, ou seja, séculos XVI a início do XIX; o tão decantado *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*, de Antonio Candido, 1º e 2º volumes (o primeiro autografado a Condé), publicados em 1959, pela Martins, de São Paulo; o volume XII da *História da Literatura Brasileira*, de Lúcia Miguel-Pereira, publicado em 1950 pela José Olympio Editora, sob a direção de Álvaro Lins, e contemplando a prosa de ficção de 1870 a 1920; A *Literatura Portuguesa* e a *Literatura Brasileira*, de Massaud Moisés, publicados respectivamente em 1965 e 1966, pela Cultrix; entre outros. Nenhum deles faz qualquer menção ao nome do escritor José Condé.

Por outro lado, curiosamente, só encontramos um livro do próprio Condé em sua biblioteca: *Santa Rita*, a junção de *Os Dias Antigos* e *Histórias da Cidade Morta*, publicado em 1961. Como acreditamos ter sofrido esse acervo algum tipo de desfalque, cremos que os demais livros do autor, que, por certo, o compunham, foram retirados ou extraviados ao longo do tempo.

2.3.5 Curiosidades

Alguns livros chamam a atenção, dentre os encontrados na biblioteca particular de José Condé, por diversas e inusitadas razões. Localizamos, por exemplo, duas obras que abordam uma das paixões de Condé, já aqui relatadas: o Segundo Império brasileiro. A primeira, um velho exemplar de *História da Polícia do Rio de Janeiro – Aspectos da cidade e da vida carioca (1831-1870)*, escrito por Mello Barreto Filho e Hermeto Lima, com prefácio de Felisberto Batista Teixeira, publicado pela Editora A Noite, em data não sabida; o livro é recheado com quadros e desenhos referentes ao II Império. A outra obra é a junção, por R. Magalhães Júnior, de três textos a respeito do segundo reinado: “Libelo do Povo”, de Francisco de Sales Torres Homem; “Ação, Reação, Transação”, de Justiniano José da Rocha; e “A Conferência dos Divinos”, de Antonio Ferreira Vianna; reunidos sob o título *Três panfletários do Segundo Império*, uma publicação de 1956, da Cia. Editora Nacional, de São Paulo – apesar de oferecido por Magalhães a Condé, as folhas encontram-se coladas.

Encontramos também o livro *Irmão juazeiro*, do advogado incentivador e organizador das Ligas Camponesas pernambucanas Francisco Julião; trata-se de um romance publicado pela Editora Francisco Alves, do Rio de Janeiro, em 1960. Na dedicatória a Condé, em janeiro

de 1961, Julião fala do Nordeste como um “pedaço de chão angustiado mas bom”. O romance mostra-se menos panfletário do que se poderia julgar, tratando-se de uma obra produzida por uma das figuras mais emblemáticas da luta camponesa em Pernambuco. Traz um enredo especificamente de caráter rural, traçando uma espécie de painel sensitivo da vida do campo, com suas alegrias e misérias, em que, os episódios ligados e armados entre si funcionam como um conjunto, no qual os conflitos pela terra não se constituem a espinha dorsal da narrativa, mas aparecem como apenas mais um aspecto desse viver angustiado.

O trato bastante específico que o autor dá à linguagem do campônio pernambucano pode deixar o leitor de outras regiões em volta com algumas dificuldades de compreensão, pois há expressões cujo entendimento extrapola a consulta a dicionários, fazendo-se necessária a percepção da entonação para o entendimento de seu significado: “Arta, cachorro da grenguena...” (JULIÃO, 1960, p. 18); “Naninha fez uma careta de nojo e replicou: – Quero saber mais daquela peste.” (Idem, p. 129). No primeiro exemplo, trata-se de uma expressão de repulsa, espantando o animal de perto de si; embora a primeira palavra (“Arta”) não tenha um significado específico (corresponderia a uma interjeição de enxotamento), o epíteto relativo a uma doença, dado ao bicho (“da grenguena”, forma popular de designar a gangrena), demonstra a raiva do personagem: na região, a maioria dos palavrões e expressões de insulto referem-se a nomes de doenças: “gota serena”, “boba do rato”, “bexiga lixa”, “febre tifo” etc. Já no segundo trecho, deduzindo a partir da introdução do narrador, o que poderia parecer uma incoerência na frase da personagem (se estava com nojo, por que quereria “saber mais” do outro?), torna-se evidente ao se conhecer a entonação que se dá à frase, significando exatamente o contrário, numa espécie de ironia apenas detectada pela oralidade.

Há também outra obra desse autor, ***Cachaça***, um livro de contos publicado pela Editora Nordeste, de Recife, quase uma década antes do romance acima, em 1951. São sete histórias curtas, tendo por tema a aguardente e sua influência na vida dos camponeses nordestinos. Coincidentemente, todos os personagens enfocados nestas narrativas são negros e populares, marcados, de uma forma ou de outra, pela desgraça que a pinga faz brotar e alimenta na vida das pessoas. O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, em prefácio à obra, afirma que estes contos,

em vez de se conservarem à margem da literatura, penetram-na com um vigor às vezes surpreendentemente novo pelo que há neles de agreste e de tropical. De todos parece vir até nós a ardência da própria cachaça provocadora de dramas entre homens humildes: uma ardência com alguma

coisa de diabólico, de que esses homens simples do interior do Norte do Brasil nem sempre sabem fugir. (FREYRE, 2005, p. 14)

Em termos de divulgação, o romance recebeu algumas notas na Coluna “**Escritores e Livros**”: uma em 20/09/1960, informando que estava para ser editado; outra em 16/10/1960, anunciando seu lançamento para o mês seguinte; uma terceira em 24/01/1961, em que Condé afirma que, apesar de estar apenas iniciando sua leitura, constata não se tratar “de um romance de tese, [pois] o autor não teve o intuito de divulgar suas ideias a respeito da Reforma Agrária” (CONDÉ, 1961, p. 2). Enquanto isso, o livro de contos recebeu divulgação mais modesta, sendo citado, por exemplo, no dia 16/10/1960.

Não deixa de causar espanto, ou ao menos estranheza, encontrarmos um livro publicado pelo Ministério do Exército, no complicado ano de 1968, sobre a **Medalhística militar brasileira**, produzido pelo Serviço Geográfico do Exército. Está sem dedicatória, mas com as folhas descoladas, sinal de que foi pelo menos folheado. Sabemos que Condé, apesar de discreto e de se denominar apolítico, tinha seus ares esquerdistas, e, como afirma Vera Condé (informação verbal)⁷², chegou a entrar em depressão quando ela começou a namorar um rapaz que era militar, confidenciando, meio dramático, a Maria Luiza: “é a maior decepção da minha vida, saber que uma filha minha está namorando um militar”. Então, o que faria um livro de cunho eminentemente militar, e publicado em ano tão sintomático, na biblioteca particular de José Condé? Teria sido enviado ao escritor por alguma instituição militar, já que era rotina do Exército, naqueles anos pesados, *derramar* desmesuradamente suas publicações sobre a imprensa, escolas, igrejas e outros considerados aparelhos ideológicos, na ânsia de, através da propaganda compulsiva, promover uma verdadeira *lavagem cerebral* à distância? Pertenceria ao escritor ou faria parte do material de trabalho da professora Luiza Condé? Fora lido por ele? São questões que jamais poderemos responder satisfatoriamente, ante a ausência perpétua dos únicos capazes de fazê-lo.

Demonstrando a cotidianidade de um escritor, em dois dos livros de sua biblioteca encontramos anotações domésticas. Em **A herdeira**, um dos quatro de Henry James localizados no acervo, à guisa de marcador de leitura (ou seria mera e aleatória disposição de um papel dentro de um livro?), uma nota de compras de um supermercado: estaria sendo lido este romance do escritor norte-americano naturalizado britânico, enquanto Condé ou alguém fazia compras? Ou a nota fora aí colocada já em casa, na falta de lugar mais apropriado? Enquanto isso, no livro **Pigmaleão**, a mais conhecida peça teatral de Bernard Shaw, traduzida

⁷² Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11.04.2011.

por Miroel Silveira, e publicada pela Melhoramentos, de São Paulo, em 1951, encontramos uma lista de despesas de casa, com luz, água, telefone, empregadas (no plural), lavadeira, comida, prestações, costureira; no verso, carne, Toddy, leite, pão e jornal. Trata-se, naturalmente, de um rascunho de orçamento doméstico diário e mensal. Vale ressaltar também que, num livro de Ernest Hemingway (***Uma aventura na Martinica***), encontramos um volante da Loteria Esportiva, concurso 21, de 1970. Naturalmente, tais objetos não se prestam a maiores elucubrações dado seu prosaísmo e praticamente nenhuma importância histórica ou literária em relação ao escritor José Condé, razão por que estão aqui somente a título de curiosidade.

Outro fato interessante, que detectamos, nesse bisbilhotar do acervo particular de José Condé: cerca de 20 livros (1,1%), a julgar por alguns detalhes da folha de rosto, não pertenciam efetivamente a Condé, sendo desconhecido o motivo pelo qual se encontravam em sua biblioteca. Dentre eles:

a) O livro argentino ***La asociacion paraguaya em la guerra de la triple alianza***, de Juan Bautista Gill Aguinaga, editado pelo autor, foi por este ofertado ao *Correio da Manhã*, onde Condé trabalhava.

b) O livro ***Poemas***, de Jorge de Lima, publicado em 1927, pela Editora Trigueiros, de Maceió-AL, foi pelo poeta ofertado a Valdemar Cavalcanti, no ano seguinte ao da publicação. Outra obra oferecida pelo autor a esse escritor, colega, amigo e biógrafo de Condé, foi ***O Rio no tempo do “Onça”***, de Alexandre Passos, publicado pela Livraria São José, em 1965, mas estão com as folhas coladas. Um terceiro livro que provavelmente pertencia a Valdemar Cavalcanti é ***Electra***, de Sófocles, editado pela Editora Civilização Brasileira, em 1958, traduzido por Mário da Gama Kury, que o ofereceu ao amigo de Condé.

c) Renato Carneiro Campos escreveu e publicou pelo MEC/INEP, em 1959, ***Ideologia dos poetas populares do Nordeste***. O exemplar encontrado na biblioteca de Condé tem um oferecimento ao também poeta Carlos Drummond de Andrade.

d) O livro ***A rajada***, de Amadeu de Queiroz, um compêndio publicado pela Saraiva, foi oferecido pelo autor ao crítico literário Brito Broca, em junho de 1954.

e) A obra ***Ernesto Nazareth na música brasileira***, publicada em 1967, às custas do autor Baptista Siqueira, foi por este oferecido ao Prof. Eurico Nogueira França, crítico

musical da Comissão Artístico-cultural do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, da Academia Brasileira de Música e do Conselho Federal de Cultura.

f) É de 1939 a publicação da ***História de dois golpes de Estado***, de Octavio Tarquínio de Sousa, oferecida pelo autor a certa D. Fernandina, embora haja mais oito livros desse autor na biblioteca condeana, todos da década de 1950, e apenas um autografado a Condé.

g) ***Cabral e as origens do Brasil*** é o título do ensaio de topografia histórica de Jaime Cortesão, publicado em 1944, em cuja primeira página há a assinatura de Antonio de Almeida Souza, informando ter sido um presente de certo Rômulo, em 15/06/1949.

h) ***O inventor de Deus***, de Nelson Coelho; ***Espantinho na feira***, de Clóvis Moura; e ***À margem do cinema brasileiro***, de F. Silva Nobre; esses três livros foram dedicados, por seus autores, a José Condé. Entretanto, trazem a assinatura do poeta Lycio Neves, na segunda página, todas datadas de 1963, alguns meses depois de serem oferecidos a Condé. Ressaltamos que Lycio Neves era pernambucano, como Condé, tendo vivido boa parte de sua vida em Caruaru; os dois eram bastante amigos, e, seja no Rio de Janeiro, seja em Pernambuco, encontravam-se sempre que possível, para beber e conversar.

i) E o que parece um “feitiço contra o feiticeiro”: é bastante conhecida a mania que tinha João Condé, o “gari da literatura”, de *surrupiar* de escritores, seus amigos, qualquer papel que julgasse importante guardar; “Se não consigo por bem, consigo por... ligeireza”, afirmava (RODRIGUES, 2006, p. 150). Pois bem, encontramos na biblioteca de José Condé o livro de Aristides Villas-Boas ***As três solteironas***, publicado provavelmente em 1958, pela Editora Livraria São José, do Rio de Janeiro, só que com dedicatória ao irmão, João Condé.

j) A ***Poética***, de Aristóteles, em espanhol, publicado em 1947, pela Editora Emece, de Buenos Aires, numa tradução de Eilhard Schlesinger, tem o nome de Henrique de Araújo Mesquita na primeira página.

k) O livro ***Major Sinval***, de Nelson Barbalho, publicado pela Editora Vanguarda, de Caruaru-PE, em 1968, traz o nome de Mário Vasconcelos como suposto proprietário do exemplar.

l) O livro avariado (sem capa e faltando as primeiras folhas) ***A tormenta***, de Coelho Neto, traz em várias páginas o carimbo de certo Marcello Pinto.

m) A obra *El renacimiento*, de Walter Pater, traduzida para o espanhol por Eduardo Pons Peña e publicada na Argentina pela Editora Interamericana, em 1944, traz a assinatura na primeira página de José Paulo Moreira, e a data junho de 1946.

É possível, também, que tais volumes tenham sido adquiridos em sebos, ambiente de há muito frequentado pelos amantes da literatura que não dispõem de muita verba para comprar livros novos, ou não conseguem encontrar obras que procuram em livrarias – naturalmente, a considerarmos esta possibilidade, a segunda razão é que moveria Condé, pois, como já percebemos, este não teve muitos problemas de ordem financeira em sua vida. Além do mais, o escritor mantinha amistosa relação com sevistas, como poderemos ver adiante. Várias outras hipóteses podem ser levantadas, para justificar a presença de livros potencialmente de outras pessoas em sua biblioteca: como viajava para o Nordeste, e tinha contato com muitos escritores no Rio, poderia se fazer portador de obras oferecidas pelos autores a esses escritores, e que nunca foram entregues; poderia Condé, ou alguém da família, ter por hábito *esquecer* de devolver os livros que tomavam por empréstimo, como, aliás, Maria Luiza Condé comenta, de próprio punho, no livro *Água-Mãe*, de José Lins do Rego, como veremos adiante. A propósito, essa preocupação com a devolução de livros é antiga: segundo Manguel (1997, p. 276), no século XVIII havia sonoras ameaças aos que se apropriavam dos livros alheios, sem devolvê-los, como esta, aposta na biblioteca do Mosteiro de São Pedro, na cidade espanhola de Barcelona:

Para aquele que rouba ou toma emprestado e não devolve um livro de seu dono, que o livro se transforme em serpente em suas mãos e o envenene, que seja atingido por paralisia e todos os seus membros murchem. Que defina de dor, chorando alto por clemência, e que não haja descanso em sua agonia até que mergulhe na desintegração. Que as traças corroam suas entranhas como sinal do Verme que não morreu. E quando finalmente for ao julgamento final, que as chamas do Inferno o consumam para sempre.

Provavelmente, tamanha fúria verbal não contém completamente a ação “daqueles leitores que, como amantes enlouquecidos, estão decididos a se apropriar de certo livro” (*op. cit.*, p. 276). Pode ter sido (por que não?) esta compulsão *bibliocleptomaníaca* a razão dos vários livros alheios na biblioteca de José Condé.

Outro aspecto que julgamos interessante, no acervo de Condé, é a presença de nada menos que 111 obras biográficas (6,2% do total). Segundo Borges (2006, p. 205), desde *Life of Samuel Johnson LL.D*, de James Boswell, de 1791, “tido por muitos como o marco inicial do que hoje chamamos biografia”, tem-se multiplicado a publicação da vida de personalidades

e parece que “a razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu.” (BORGES, p. 215). A julgar pelo quantitativo de obras desse gênero, presentes na biblioteca particular de Condé, podemos considerá-lo um ávido leitor de biografias. Os biografados são dos mais variados matizes, campos e estilos, como podemos perceber, numa rápida seleção:

a) Brasileiros – Alberto de Oliveira, Álvares de Azevedo, Câmara Cascudo, Carlos Gomes, Castro Alves, Euclides da Cunha, Fagundes Varela, Gonçalves Dias, Graça Aranha, Guimarães Rosa, João Ribeiro, Jorge de Lima, José de Alencar, Lima Barreto, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Olavo Bilac, Raul Pompéia, Ruy Barbosa, Tobias Barreto, nas artes; Anita Garibaldi, Barão do Rio Branco, Candido Rondon, Getúlio Vargas, Ganga-Zumba, Lampião, Padre Cícero Romão Batista, Princesa Isabel, na História.

b) Estrangeiros – Bernard Shaw, Charles Dickens, Ernest Hemingway, Garcia Lorca, Guy de Maupassant, Henry Miller, Horácio, Shakespeare, nas artes; Abraham Lincoln, Lênin, Lucrecia Borgia, Maria Antonieta, Napoleão Bonaparte, Richelieu, na História.

Teriam essas histórias de vida de alguma forma influenciado José Condé, esse criador de vidas? Afinal, existe um parentesco intrínseco entre as biografias e a literatura; são ambas narrativas da vida de pessoas, e o que poderia, a princípio – e inadvertidamente – separá-las, o grau de veracidade nelas contidas, podem ser apuradas num aspecto único: a verossimilhança, como lembra Borges (2006). O relato de vida de uma pessoa de existência, digamos, *fisicamente* real, em pouco se diferencia do de um personagem criado; tanto porque aquele tem a história composta a partir de escolhas do biógrafo, que passam pelos mais diversos caminhos (formação, interesse e objetivo do escritor, relação com o biografado, autorização ou não da biografia etc.), quanto, no caso do personagem literário, a composição de sua vida faz-se de retalhos de diferentes vidas fisicamente reais.

José Condé, segundo sua filha Vera (informação verbal)⁷³, corroborando o que já afirmara Maria Luiza (F., C. A. 1986, p. 2), colocava nos personagens de suas obras nomes e características de pessoas da família da sua esposa: “Papai punha os nomes das putas todas as irmãs dela”. Por outro lado, o próprio Condé afirmou, em uma de suas últimas entrevistas (JOSÉ..., 1971, p. 7), que seus personagens “são formados de pedaços de pessoas, lembranças de experiências, sentimentos.” A título de curiosidade, em *Terra de Caruaru*, uma das personagens mais significativas é a amante do Cel. Ulisses Ribas, este geralmente associado

⁷³ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 31/05/2011.

ao Cel. João Guilherme de Pontes, líder político caruaruense na época em que se passa a história; o apelido da amásia do coronel Ribas é *Dondon*, o mesmo cognome de uma tia-avó do Cel. João Guilherme⁷⁴.

2.3.6 Livros estrangeiros

A biblioteca particular de José Condé contém uma considerável quantidade de livros estrangeiros (41 = 2,3%) ou de autores estrangeiros traduzidos (613 = 34,6%), o que demonstra que seu interesse de leitor não se restringia às obras publicadas no Brasil, embora as brasileiras ocupem a maior parte de seu acervo. Dos livros estrangeiros, a maioria (21) é em língua espanhola; 10 são em francês, 5, em inglês, e 5, em alemão. Os assuntos são os mais variados: Literatura, História,

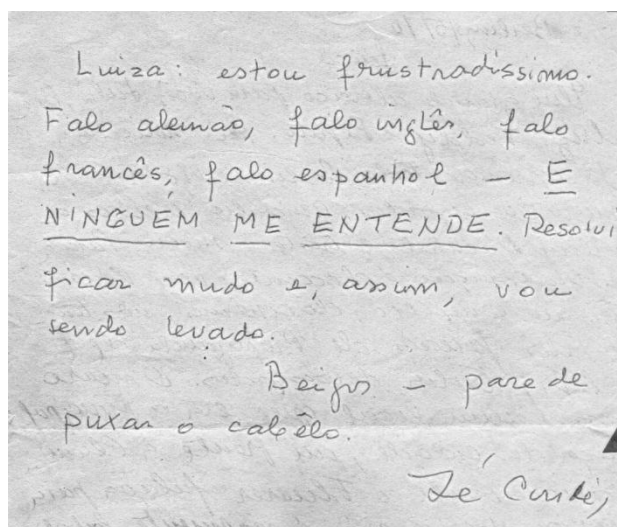


Figura 15 – Bilhete manuscrito de José Condé à sobrinha de sua esposa Maria Luiza Condé, que também se chama Luiza. Acervo da família de José Condé.

Geografia, crítica literária, dança, cinema, biografia e teatro. Sobre o fato de Condé dominar esses idiomas, em carta enviada por este à sobrinha da esposa, também chamada Maria Luiza, afirma, bem-humorado: “Estou frustradíssimo. Falo alemão, falo inglês, falo francês, falo espanhol – E NINGUÉM ME ENTENDE”. (Figura 15).

A respeito do tema “teatro”, entre os livros estrangeiros, merecem destaque: a obra *Théâtre complet*, de Bertold Brecht, em francês, publicada em 1955, pela Editora L’Arche, de Paris, com três peças do grande dramaturgo alemão: “Le cercle de craie caucasien” (“O círculo de giz caucasiano”, *Der kaukasische Kreidekreis*, no original), “Homme pour homme” (“O homem é um homem”, em alemão *Mann ist Mann*), e “L’exception et la regle” (“A

⁷⁴ João Guilherme de Pontes era filho de Irineu Francisco de Pontes e de Ignez Guilherme de Azevedo Pontes, esta filha de João Guilherme de Azevedo e Maria Guilhermina de Azevedo; Maria Guilhermina, por sua vez, era irmã de Rita Assunção d’Azevedo e Silva, conhecida por **Dondon**, ambas filhas (com mais seis irmãos e irmãs) do Cel. Manuel d’Assunção Azevedo e Silva e de Rita Francisca d’Assunção. (BARBALHO, 1981b, p. 173-4).

exceção e a regra”, *Die Ausnahme und die Regel*, em alemão); e a peça em três atos **Frankel**, do brasileiro Antonio Callado, publicado em inglês pelo Ministério da Educação, em 1955.

Dos 41 livros encontrados, em língua estrangeira, além do já citado de Callado, encontramos um de Guilherme de Figueiredo (***La zorra y las uvas***), uma comédia em três atos, em espanhol, publicada em 1955, na Argentina, pela Losange de Buenos Aires; e um de Raimundo de Magalhães Júnior (***La chanson dans le pain***), também uma peça em três atos, publicada em 1956 pelo Ministério da Educação, em francês. Isso demonstra não apenas o gosto de Condé pelo teatro, mas também a incidência de autores brasileiros publicando em outros idiomas, alguns deles sob a chancela do governo federal.

O (ao que aqui chamamos de) cânone universal está bem representado na biblioteca particular do escritor José Condé: apontamos pelo menos 125 títulos (exatos 7%) nesta listagem, que, como as demais que possam existir, não é a definitiva – trata-se, neste caso, de uma opinião pessoal nossa. Citando alguns, traduzidos:

a) dois livros **Odes**, de Anacreonte (1966), com tradução de Almeida Cousin, que ofereceu um deles a Condé;

b) duas obras de Aristóteles, **A ética** e **Poética**, a primeira traduzida por Cássio M. Fonseca e publicada em 1965, e a segunda, em espanhol, traduzida por Eilhard Schlesinger, de 1947;

c) **As flores do mal**, de Baudelaire (1958), traduzido e prefaciado por Jamil Almansur Haddad;

d) catorze volumes (do IV ao XVII) da **Comédia humana**, de Balzac, publicados entre 1949 e 1955, sob a coordenação de Paulo Rónai – à exceção do volume IV, todos os demais estão com as folhas coladas, o que demonstra que sequer foram folheados;

e) de Charles Dickens, além do famoso **David Copperfield**, dois (repetidos) de **A casa soturna**, estes com as folhas coladas;

f) **Os irmãos Karamazov**, de Dostoievski;

g) **Os três mosqueteiros**, de Dumas;

Além desses, encontramos ainda obras de Boccaccio (três volumes), Cervantes (dois títulos), Émile Zola, Goethe, Guy de Maupassant, Heidegger, Jonathan Swift, Kafka, Marquês

de Sade, Molière, Montesquieu, Nietzsche, Oscar Wilde, Platão, Proust, Racine, Rousseau, Sartre, Schiller, Sêneca, Shakespeare (uma dúzia de obras do teatrólogo inglês), Sófocles, Stendhal, Terêncio, Thomas Mann, Thomas Morus, Tolstoi, Trotsky, Victor Hugo, Virgínia Woolf e Voltaire.

Notamos que a cultura de Condé, a julgar pelo que encontramos em sua biblioteca, é consideravelmente alimentada por autores que podem ser considerados canônicos universais. Sua preferência por *clássicos*⁷⁵, aliás, é reforçada por depoimento, já aqui mostrado anteriormente, de sua esposa Maria Luiza, ao falar do cotidiano do marido: “ouvia Mozart, Haendel, Bach, Haydin, Beethoven, Schubert, Brahms, Vivaldi, Scarlati, Tchaikowsky, Liszt e Rimsky-Korsakow” (CAVALCANTI, M. L. G., 1981, p. 2); como se vê, também em termos musicais, Condé levava em conta o cânone, na sua preferência de audição.

Outro dado interessante é a presença forte das literaturas norte-americana e britânica na biblioteca de Condé. Além dos já citados compêndios de História, encontramos vários de ficção. Destacamos três autores, inclusive pelo quantitativo:

a) **Ernest Hemingway**, prêmio Nobel de Literatura em 1954, aparece em nove livros da biblioteca condeana, embora não tenhamos encontrado dois de seus mais famosos romances: *Por quem os sinos dobram* (1940) e *O velho e o mar* (1952). Uma das obras encontradas, entretanto, *As verdes colinas de África*, traduzida por Guilherme de Castilho, publicada pela Editora Livros do Brasil, de Lisboa, demonstra ter sido lida atenciosamente, uma vez que há marcas de leitura – foram grifados cinco trechos, ao longo do livro, dos quais destacamos dois (HEMINGWAY, s.d.):

“O verdadeiro processo de caçar é perseguir um animal enquanto ele existe, assim como a verdadeira maneira de pintar é insistir enquanto houver pintor, pincéis, telas e tintas, **e a de escrever, enquanto houver escritor, papel e lápis ou qualquer coisa que permita escrever, enquanto houver assunto e a consciência da tolice que representa seguir outro caminho que não seja este.**” (p. 21) (Grifo nosso)

“Alguns escritores nasceram apenas para ajudar outro escritor a escrever uma única frase.” (p. 29-30)

Claro que os trechos, descontextualizados, não podem nos informar muito de seu significado, mas oferecem uma importante pista: a de que Condé refletia, nas leituras que realizava, sobre a função do escritor; no primeiro excerto, a insistência de escrever sempre,

⁷⁵ Aqui não no sentido que lhe dá a periodização da literatura, de obras greco-latinas da Antiguidade, mas no sentido informal de obras respeitadas e sedimentadas pelo cânone artístico, de um modo geral, e literário especificamente.

enquanto houver o quê e como dizer, até o esgotamento total de todas as forças – na verdade, foi o que aconteceu com ele próprio, ao produzir dois livros no período mais crítico da doença que o vitimou. Essa preocupação está no nascedouro da escrita, como afirma Chartier (2007, p. 9): “O medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer”.

A segunda frase destacada diz da necessária e saudável influência de leituras na produção de novos textos: é como se existissem escritores que escreveram para ajudar outros escritores a escrever, constituindo-se numa interessante *quase-inversão* do que afirmava Jorge Luis Borges (*apud* PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 33): “a existência do posterior, para Borges, não é consequência, mas pode ser até mesmo condição de ‘existência’ do anterior, já que o posterior permite a leitura de aspectos anteriormente invisíveis do anterior”. Ou, como lembra Manguel (1997, p. 37), “a história de leitura de um determinado autor encontra muitas vezes um começo não com o primeiro livro desse autor, mas com um dos futuros leitores dele”. Então, quer nos parecer, o que de fato existe é uma espécie de reciprocidade criativa: um escritor inspira outro escritor, que, por sua vez, visibiliza o primeiro, através da retomada de seu texto.

b) O irreverente e polêmico autor irlandês **Bernard Shaw**, prêmio Nobel de Literatura (recusado) de 1925, aparece na biblioteca de Condé com uma dezena de compêndios, dos quais a maioria são peças de teatro, excetuando-se o romance ***As aventuras de uma negrinha que procurava Deus***, tradução de Moacyr Werneck de Castro, publicado pela Globo, em 1949, e a autobiografia ***Quem sou e o que penso***, traduzida por Oscar Mendes. Destacamos ***O dilema do médico***, publicado em 1953, pela Melhoramentos, com tradução de R. Magalhães Júnior, em que o autor utiliza um longo prefácio, dividido em vários itens, para analisar a função do médico na sociedade, artigo cujas folhas encontram-se coladas, denotando, assim, sua não-leitura.

c) Localizamos também nada menos que dezenove livros do romancista e dramaturgo britânico **William Somerset Maugham**, praticamente uma *máquina literária*, dada a sua vasta produção de quase 80 títulos. É um exemplo de escritor que conseguiu se realizar financeiramente como literato, ficando famoso e rico, ao longo dos 65 anos em que produziu e 91 que viveu; sua obra, “no entanto, apesar de seus trunfos [comerciais], jamais conseguiu um

elevado respeito por parte dos críticos e companheiros escritores”, que lhes apontavam “uma carência de lirismo, além de criticarem o reduzido vocabulário e um uso pobre da metáfora”⁷⁶. Seu livro que alcançou mais sucesso foi ***Servidão Humana***, uma espécie de autobiografia ficcionalizada, mas que não localizamos na biblioteca de Condé; encontramos, entretanto, ***O pecado de Liza***, de 1897, sua primeira obra literária, em edição de 1956, com tradução de Leonel Vallandro, e publicada pela Globo, editora, aliás, responsável pela publicação de todos os livros de Maugham que encontramos na biblioteca condeana, o que nos leva a pensar na possibilidade de tantos títulos desse autor estarem presentes no acervo de Condé por conta do sistemático envio pela editora ao jornalista, para divulgação em sua seção literária do *Correio da Manhã*.

Ao perceber as datas de publicação dos livros, encontrados no acervo de Condé, podemos identificá-lo como alguém *antenado* com o que se produzia no país, em termos de literatura estrangeira, em língua nativa ou traduzido. Aliás, não poderia ser de outra forma, já que estamos tratando de um conceituado jornalista literário; era de se esperar, portanto, que sua biblioteca estivesse recheada de tais obras, embora – como já frisamos – muitas delas sem sinal de leitura, do que se deduz que eram presentes recebidos de autores, tradutores, editores, por conta de sua função de divulgador. Ainda assim, cremos que aquele leitor, despertado na adolescência solitária do Colégio Plínio Lemos, em Petrópolis, perdurou pela vida inteira, e sua biblioteca particular bem poderia se constituir nesse ansiado espaço de contato com autores de todo o mundo, através de suas obras.

2.3.7 Livros em língua portuguesa

No levantamento do acervo pertencente ao escritor José Condé, contabilizamos em sua biblioteca a presença de obras escritas por autores brasileiros ou portugueses, geralmente tidos como canônicos. Citamos, entre os brasileiros: Adolfo Caminha, Aluisio Azevedo, Antonio de Alcântara Machado, Ariano Suassuna, Augusto dos Anjos, Bernardo Guimarães, Carlos Drummond de Andrade, Cassiano Ricardo, Castro Alves, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Cruz e Souza, Dinah Silveira de Queiroz, Euclides da Cunha, Fernando Sabino, Franklin Távora, Gonçalves Dias, Graciliano Ramos, Guilherme de Almeida, João Cabral de Melo

⁷⁶ Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/W._Somerset_Maugham>. Acesso em 01/03/2012.

Neto, Joaquim Manuel de Macedo, Jorge Amado, Jorge de Lima, José de Alencar, José Lins do Rego, Júlio Ribeiro, Lima Barreto, Machado de Assis, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Mário Palmério, Martins Pena, Menotti del Picchia, Murilo Mendes, Nelson Rodrigues, Orígenes Lessa, Oswald de Andrade, Rachel de Queiroz, Rubem Braga, Santa Rita Durão, Vicente de Carvalho, Vinícius de Moraes, Visconde de Taunay, e outros. Como podemos perceber, há uma predominância considerável de autores do século XX. Entre os autores lusitanos, Adolfo Casais Monteiro, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Bocage, Camilo Castelo Branco, Camões, Eça de Queiroz, Júlio Diniz.

O grupo de escritores que guardavam uma maior proximidade social, uma intimidade maior com o homem José Condé tem também suas obras contempladas na biblioteca deste. Seleccionamos os seis autores cujas obras encontramos no acervo condeano, que, de acordo com depoimentos diversos, são os mais próximos do caruaruense, seja por relações profissionais, seja de amizade – que geralmente se imbricavam.

a) José Lins do Rego – amigo do irmão de José, João Condé, através do qual se firmou uma amizade duradoura. João era uma espécie de datilógrafo de Lins do Rego, cujas garatujas eram incompreensíveis aos impressores; João passava a limpo e, em troca, ficava com os originais, para alimentar sua famosa coleção, denominada por Carlos Drummond de Andrade “Arquivos Implacáveis”. Encontramos na biblioteca de José Condé:

1) A versão para o clássico infantil ***Bota de sete léguas***, com prefácio de Ledo Ivo, publicado pela Editora A Noite, sem registro de data;

2) ***Água-mãe***, de 1942, editado pela José Olympio – o curioso é que este livro é oferecido unicamente a Maria Luiza, que, na página 7, escreveu o seguinte: “De um livro que se empresta / Eis o triste fado: / Às vezes não volta / E quando volta é estragado.”;

3) O romance ***Pedra bonita***, de 1939, publicado em segunda edição pela José Olympio; também a sétima edição dessa obra, de 1968, mas com as folhas coladas.

b) Gilberto Freyre – ao que parece, havia um mútuo respeito e amizade entre o sociólogo e Condé, que iam além do fato de serem ambos pernambucanos. Há muitos livros de Freyre na biblioteca de Condé, nada menos que vinte e três, dos quais destacamos:

1) **Brasis, Brasil e Brasília**, publicado em 1968, pela Editora Record, trata de sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidades das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural;

2) **Quase política**, editado pela José Olympio, em 1950, são nove discursos e uma conferência, que teria sido mandado publicar por amigos do sociólogo, talvez componentes de “certa igreja literária”, como insinua ironicamente o escritor caruaruense contemporâneo Claudino (1985, contracapa) – a maior parte das folhas está colada. Há também um exemplar da 2ª edição, de 1966;

3) A segunda edição de **Problemas brasileiros de Antropologia**, de 1959, editado também pela José Olympio;

4) Os dois volumes de **Sobrados e Mocambos**: a terceira edição do 1º tomo (1961), e, de 1951, o 2º volume (este está com as folhas coladas); além de mais um exemplar do 2º volume, em sua terceira edição, de 1961;

5) Os discursos proferidos em 24/02/1970, no Hotel São Domingos, em Recife, deram origem ao livro **Pernambucanidade, nordestinidade, brasileiridade**, que Freyre assina com Mauro Mota, publicado pelos autores nesse mesmo ano, e do qual encontramos dois exemplares na biblioteca de Condé.

6) O primeiro e o segundo tomo de **Sociologia 1 – Introdução ao estudo dos seus princípios**, prefaciado por Anísio Teixeira, e publicado em 1957 (2ª edição), pela José Olympio Editora. Em ambos os livros, as folhas encontram-se coladas.

Em contrapartida, localizamos, na biblioteca particular de Freyre, apenas quatro livros de Condé, dois dos quais autografados pelo romancista: **Caminhos na Sombra** (“Ao querido Gilberto Freyre, com a velha admiração do Condé, 945”); **Como uma Tarde em Dezembro** (“Para Madalena e Gilberto – com a admiração e a velha estima de Condé. Rio, 69”); **Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (Cerveja, Sanfona e Amor)**; e **Vento do Amanhecer em Macambira** – os dois últimos sem dedicatória.

c) **Otto Maria Carpeaux** – austríaco naturalizado brasileiro, Carpeaux se tornou um dos maiores críticos literários da segunda metade do século XX, a despeito das imensas dificuldades que teve que enfrentar ao fugir da Europa, em meio às hostilidades geradas pela Segunda Guerra, e chegar ao Brasil sem falar português nem conhecer a literatura brasileira.

Fez-se amigo de Álvaro Lins e, conseqüentemente, de José Condé, dos quais foi colega de trabalho no *Correio da Manhã*. Além dos próprios livros escritos por Carpeaux, encontramos, na biblioteca de Condé, vários outros, de diversos autores, oferecidos ao amigo por Carpeaux. Entre os livros de sua autoria, podemos citar:

1) A ***Pequena bibliografia crítica da Literatura Brasileira***, de 1949, em terceira edição de 1964, publicada pela Letras e Artes, do Rio de Janeiro;

2) seis dos volumes da ***História da Literatura Ocidental***, lançados entre 1959 e 1964, considerada monumental pelo seu editor, o escritor Herberto Sales (*apud* FERNANDES, 2011, p. XXII). “O instrumental teórico e analítico de Otto Maria Carpeaux estava comprometido com tudo o que de mais avançado havia de teoria e crítica da literatura”, atesta o romancista e ensaísta Ronaldo Couto Fernandes (*op. cit.*, p. XXV), em prefácio à reedição recentemente lançada pelas Edições do Senado Federal, em quatro volumes.

3) ***Retratos e Leituras***, lançado em 1953, pela Editora Simões, do Rio de Janeiro;

4) ***Uma nova história da música***, lançado pela Editora Zahar, sem registro de data, provavelmente 1958, a julgar pelo autógrafo com que Carpeaux oferece o livro a Condé.

d) Mauro Mota – companheiro de Condé, na adolescência, é um dos poetas mais respeitados de sua geração. De sua autoria, encontramos, na biblioteca condeana:

1) A crônica de uma pensão de estudantes ***O Pátio Vermelho***, publicado pela Editora carioca Orfeu, em 1968;

2) O livro de poemas ***Os epítáfios***, lançado em 1959, pela Editora José Olympio;

3) Uma ***Antologia Poética*** de 1968, publicada pela Editora Leitura;

4) Outro livro de poemas, ***Canto ao Meio***, de 1964, lançado pela Editora Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro.

Na biblioteca particular do escritor Mauro Mota, preservada pela Fundação Joaquim Nabuco (Recife-PE), instituição da qual o poeta pernambucano foi diretor-executivo por uma década e meia (1956 a 1971), localizamos nove livros de José Condé: ***Tempo Vida Solidão, Como uma Tarde em Dezembro, As Chuvas, Terra de Caruaru, Um Ramo para Luisa, Vento do Amanhecer em Macambira, Histórias da Cidade Morta, Santa Rita e Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (Cerveja, Sanfona e Amor)***. A maioria dessas obras foi

autografada por Condé, sempre ao casal Mauro Mota e Marly Arruda (a segunda esposa do poeta), com exceção de ***Um Ramo para Luisa, As Chuvas, Santa Rita***, em edições publicadas depois da morte de Condé, além da segunda edição de ***Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (Cerveja, Sanfona e Amor)***, de 1971.

e) Lygia Fagundes Telles – Bastante amiga do casal Condé, conforme reafirma a escritora, através de *e-mail* a nós enviado por sua secretária em 18/02/2011, utilizava, às vezes, os livros que oferecia a Condé, para recados, que denotavam essa intimidade, como veremos adiante. Não foram muitos os livros de Lygia que encontramos na biblioteca de Condé:

1) ***Histórias escolhidas***, com prefácio de Paulo Rónai, lançado em 1961, pela Editora Boa Leitura, de São Paulo;

2) A segunda edição do romance ***Verão no aquário***, publicado em 1969, pela Editora Martins, de São Paulo;

3) ***Histórias do desencontro***, publicado pela José Olympio, em 1958;

4) Uma de suas obras mais conhecidas, principalmente por ter se tornado telenovela em 1981 e 2008, o romance ***Ciranda de Pedra***, terceira edição, de 1964, pela Editora Martins, de São Paulo.

f) Álvaro Lins – Encontramos as seguintes obras do crítico literário na biblioteca de Condé:

1) A quinta edição de ***Jornal de Crítica***, com prefácio de Antonio Candido, publicado em 1947, pela Editora José Olympio;

2) A segunda edição de ***A glória de César e o punhal de Brutus***, um compêndio em que o crítico caruaruense enfoca ideias políticas, situações históricas e questões outras. Foi lançado em 1963, pela Editora Civilização Brasileira;

3) Também pela Civilização Brasileira, Lins lançou um livro de ensaios e estudos realizados entre 1940 e 1960, intitulado ***Os mortos de sobrecasaca – obras, autores e problemas da literatura brasileira***. A publicação é de 1963;

4) No ano seguinte, ele publicaria ***O relógio e o quadrante – Obras, autores e problemas de literatura estrangeira***, obra também encontrada no acervo condeano;

5) Em parceria com Aurélio Buarque de Hollanda, Lins publicou, em 1966, ***Roteiro Literário de Portugal e do Brasil (Antologia da língua portuguesa)***, em dois volumes, sendo o primeiro dedicado à literatura portuguesa e o segundo a autores brasileiros;

6) Um dos livros mais conhecidos de Álvaro Lins, ***Rio Branco***, a biografia pessoal e a história política do Barão do Rio Branco, lançado em 1965, pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo.

2.3.8 Danificados

Sempre ecoou um triste lamento entre os pesquisadores deste país, no que concerne à falta de cuidado, tanto do poder público quanto de detentores particulares, em relação a objetos riquíssimos de histórias, de testemunhos, de representação de um tempo, de uma sociedade. Afirmo Oliveira (1991, p. 41): “O Brasil está correndo o perigo de transformar-se em nação historicamente desmemoriada”. E acrescenta: “se considerarmos que grandíssima parte do que constitui o patrimônio artístico e histórico [do país] é bem intrinsecamente perecível, teremos noção precisa do gigantesco esforço que demandam a conservação e preservação das relíquias que nos foram legadas” (*op. cit.*, p. 46), vaticinando que “ou o Brasil se lança a uma cruzada pela defesa e proteção do que ainda lhe resta do seu passado e das fontes de sua vida nacional, ou em breve será uma nação sem o álbum de retratos de sua infância e de sua adolescência” (IDEM, *idem*).

Prédios históricos são sumariamente derrubados, sem qualquer preocupação com a preservação da História neles contidos; relíquias são roubadas para serem destruídas e transformadas em dinheiro, ou ainda vendidas a colecionadores, que as isolam do grande público, como se fossem os donos únicos de um passado que permanece em tais peças; familiares de grandes formadores de um patrimônio cultural, estes agora falecidos, fecham a sete chaves o que poderia se tornar rico *corpus* para pesquisas diversas; documentos e objetos perecíveis são guardados sem a menor atenção, à mercê de umidade, de fungos, de água, poeira e outros elementos, que os corroem, por vezes irremediavelmente. O que poderia – e, principalmente, deveria – servir de objeto de pesquisa, para a socialização e efetiva preservação de um passado ilustre, destroi-se pela irreversível ação do tempo, como consequência da teimosia de seus pseudoguardiões. A frase é corriqueira: “o Brasil é um país

sem memória”; mas não completamente verdadeira: existe memória, sim, mas fica muitas vezes escondida sob camadas de descaso, de falta de cuidado, de ausência de circulação dos materiais que a transportam.

Com relação à biblioteca de um escritor, a situação é ainda mais crítica: com a morte deste, o oceano de informações importantes que pode trazer o acervo acumulado ao longo de uma vida de produção literária é invariavelmente *despedaçado*. Na dor da recente perda, geralmente os familiares não tomam os cuidados necessários e acabam dilapidando esse verdadeiro patrimônio cultural, seja entre si, seja doando a instituições que, a princípio, deveriam ter o dever de preservar, e que não o fazem, deixando se perder, para sempre, tesouro de tão inestimável valor. Cornelius Walford (*apud* BAÉZ, 2006, p. 222), em 1880, no prefácio do folheto intitulado *The destruction of libraries by fire considered practically and historically*, afirmava:

A destruição de bibliotecas, grandes ou pequenas, públicas ou particulares, sempre é um acontecimento que deve ser deplorado; e não apenas no âmbito do valor intrínseco dos objetos consumidos, e sim porque, amiúde, os tesouros não podem ser substituídos unicamente por desembolsos pecuniários, e com frequência de nenhuma maneira.

Jobim (2001, p. 11) afirma que o acervo da biblioteca particular de Machado de Assis, catalogado inicialmente por Jean-Michel Massa,

necessita de cuidados urgentes, para que parte substancial dele não se perca definitivamente. Esta seria a hora de os responsáveis pela alocação de verbas públicas ou privadas fornecerem meios necessários para que as próximas gerações ainda possam usufruir do que restou da biblioteca de Machado.

Não é muito diferente a situação da biblioteca particular do escritor José Condé, doada pela família à Casa de Cultura que traz seu nome, em Caruaru-PE. Depois do natural período de exibição (diria melhor *exibicionismo*) promovido pelos gestores, o material foi, gradativamente, sendo esquecido, ao ponto de ser descoberto jogado no chão, à mercê de fungos e insetos próprios de ambientes úmidos. Resgatado o acervo (ou parte do que foi doado – jamais saberemos quantos exemplares podem ter sido extraviados, ao longo dos anos, até porque não existe catalogação ou qualquer registro da época da doação) –, foi colocado numa sala da Biblioteca Pública Municipal, quando esta ocupou o antigo prédio da Estação Ferroviária, cujo teto assemelhava-se a uma *peneira*, dada a quantidade de buracos existentes.

Em junho de 2009, como já dito, conhecemos o acervo, que, depois de maculado por inúmeras goteiras, foi coberto com uma lona; a sala, sem ventilação alguma, com iluminação precária, ficava fechada o tempo todo, e as obras, dispostas aleatoriamente em estantes de ferro (algumas prestes a desabar), guardavam grossas camadas de poeira e mofo, e serviam de banquete às traças. A situação do acervo condeano assemelhava-se à relatada por Cincius Romanus (*apud* BAÉZ, 2006, p. 307), referindo-se a uma visita que fizera a um mosteiro de São Gall (Alemanha), em cuja torre da igreja encontrou “incontáveis livros mantidos como prisioneiros e a biblioteca descuidada e infestada de poeira, vermes, fuligem, e todas as coisas relacionadas com a destruição de livros”.

No processo de catalogação dos livros, removemos cada exemplar, limpamos como possível, e recolocamos nas prateleiras, ainda sem a distribuição ideal, uma vez que o trabalho foi realizado aos sábados e domingos, em situação pouquíssimo confortável, tendo ao lado todo o barulho e agitação das festas juninas, que aconteciam na rua em que ficava o referido prédio. Algum tempo depois, a Biblioteca Pública foi transferida para outro edifício – na verdade, uma residência adaptada –, na Rua Coronel Limeira, centro da cidade, ao qual fizemos algumas visitas recentemente, acima descritas.

Quando realizamos a pesquisa, anotamos os dez livros que representavam os casos mais graves de danificação.

a) Faltando partes:

1) ***Tormenta***, de Coelho Neto (faltando a capa);

2) ***Josefina, o grande amor de Napoleão***, de F. W. Kenyon, traduzido por Agenor Soares Santos e publicado pela Editora O Cruzeiro (dos dois volumes, o primeiro está desfalcado da capa e das primeiras 96 páginas);

3) ***A sociedade rural, seus problemas e sua educação***, de A. Carneiro Leão, com prefácio de Artur Neiva, editado pela Editora A Noite (faltam as páginas a partir da 81);

4) ***Ana Karenina***, de Tolstoi, traduzido por Lúcio Cardoso e prefaciado por Otto Maria Carpeaux (faltam as primeiras páginas).

b) Molhados e mofados, a maioria obras teatrais:

1) *Théâtre complet*, de Bertold Brecht, contendo as peças “Le cercle de craie caucasien”, “Homme por homme” e “L’exception et la regle”, publicado em 1965, pela Editora L’Arche, de Paris: está completamente deteriorado pela umidade e pelos fungos;

2) A comédia em 4 atos *Metamorfose*, de Paulo Coelho Neto, publicação de 1959, pela Editora Simões, do Rio de Janeiro;

3) Outras duas comédias, na obra *A vida de Esopo e Guerras do Alecrim e da Manjerona*, de Antonio José, com prefácio de R. Magalhães Júnior, publicada em 1957, pela Editora Civilização Brasileira;

4) A peça em três atos *Ciméria*, de Oswaldino Marques, publicada pelo Serviço Nacional de Teatro, em 1951;

5) A peça teatral *A donzela do gave*, de Carmen Mello, livro publicado em 1960, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte;

6) *As “Cartas Chilenas” – Um problema histórico e filológico*, de M. Rodrigues Lapa, com prefácio de Afonso Pena Júnior, publicado pelo MEC/INL, em 1958.

Neste lamento, registramos a atividade daquele beija-flor no incêndio da floresta, que, pelos decisivos e enfáticos posicionamentos diante de situações como as aqui relatadas, está se transformando em águia, elefante, quiçá em pouco tempo adquira ares de carro-tanque, a debelar as chamas da ignorância, que se debruçam sobre relíquias do passado, necessitadas de conservação: o **Instituto Histórico de Caruaru**, criado em 2008, a partir



Figura 16 – Anastácio Rodrigues, em entrevista concedida para este trabalho. Foto: Edson Tavares.

da iniciativa do ex-prefeito Anastácio Rodrigues da Silva (Figura 16), e cujo objetivo é zelar pela preservação da história e cultura da Capital do Agreste pernambucano. Sempre atentos aos desmandos e lapsos que redundam em graves prejuízos à cultura da região, os *escudeiros* da preservação histórica caruaruense são responsáveis pelo despertar da consciência e da

sensibilidade histórica de autoridades, instituições e do povo, através das denúncias feitas e das sugestões apresentadas, com o intuito de salvar o pouco que resta da Caruaru do passado.

Aliás, é preciso que salientemos a importância que teve Anastácio Rodrigues, cuja biografia está sendo preparada pelo jornalista Fernandino Neto, para a afirmação do nome e de instituições culturais e artísticas de Caruaru, enquanto prefeito do município, como raciocina o historiador Veridiano Santos:

A administração Anastácio Rodrigues (1969-1972) é bastante elucidativa para se pensar a preservação da memória de Vitalino, dos Condés e outros personagens, como também para se pensar como muitas das imagens de Caruaru desenhadas nos anos anteriores foram se fixando no imaginário social. Uma série de medidas oficiais dessa administração culminou na construção de Mausoléus de Vitalino e [do Padre] Zacarias Tavares; Casa Museu Mestre Vitalino; Colégio Municipal Álvaro Lins, Casa de Cultura José Condé. Além disso, a Administração Municipal oficializou o Hino e a Bandeira da cidade, como ainda financiou (...) a viagem da Banda de Pífanos de Caruaru ao Rio de Janeiro. (SANTOS, 2006, p. 74)

Assim, é compreensível a preocupação de Rodrigues, junto ao IHC, nessa espécie de tentativa de tombamento do patrimônio cultural de Caruaru, e esperamos o efetivo posicionamento do poder público, diante de tamanha falta de cuidado com marcos históricos que merecem ser tratados com mais atenção. A demolição de prédios históricos, a ausência de verbas para restaurar e cuidar melhor de nossa memória cultural, a falta de sensibilidade para com as manifestações populares e para com tudo aquilo que não signifique lucro imediato e projeção midiática, tudo isso são exemplos terríveis de como se sepultam, impiedosamente, elementos importantes para o registro de nossa história. E a cultura, como afirma Williams (2011, p. 182), é “uma seleção e organização, de passado e presente, necessariamente provendo seus próprios tipos de continuidade”. O resto, afirmamos nós, é troco pequeno de mercadoria barata.

2.4 Dedicatórias

A função da dedicatória não é recente, como afirma CHARTIER (1998, p. 39): “a mão do autor transmite o livro à mão que o recebe, a do príncipe, do poderoso ou do ministro. Em contrapartida deste dom, o contra-dom é buscado, quando não garantido: na França, sob Francisco I, um posto, um cargo, um emprego, e sob Luís XIV, uma pensão”. Não podemos

nos esquecer de que esta é uma das partes de que se compõe a epopeia, e com esta mesma finalidade, como em *Os Lusíadas*, em que Camões (2002, p. 26-30) utilizou uma dúzia de estrofes do Canto I elogiando o rei português D. Sebastião, que, em contrapartida, financiou a publicação da obra e concedeu uma pensão vitalícia ao poeta.

Contemporaneamente, a dedicatória em uma obra carrega valores diferenciados, mas, a depender da situação, essa diferença faz-se ínfima, e até desaparece. Não é desconhecido o expediente de alguns poetas oferecerem poemas a determinada pessoa, que, *por coincidência*, é editora de um grande jornal ou de uma revista de circulação nacional, cujo ego foi massageado pelo texto, e que não hesitará em publicar.

No caso de dedicatórias autografadas em livros, podemos aquilatar a relação existente entre o doador e o recebedor da obra, estabelecer as representações presentes nessa relação. “As representações do mundo social e seus recortes”, diz Chartier⁷⁷, “são elementos essenciais da história social, mesmo se tratando de dados que não são imediatamente quantificáveis”, porque elas “constroem as relações sociais”. Os autógrafos revelam-nos, com certa clareza, a ligação social, profissional, literária de Condé com uma gama de escritores, que, ao lhes oferecer um exemplar de sua obra (ou de outrem), exprimiam, invariavelmente, sob a forma de dedicatória, juízos sobre o romancista, pistas sobre o relacionamento existente entre eles, bem como o papel de Condé como divulgador literário.

Alguns cuidados devem cercar, naturalmente, a leitura dessas dedicatórias, para que não corramos o risco de construir moinhos de vento a partir de deduções esdrúxulas. Antes de tudo, devemos ser conscientes de que se trata de textos normalmente elogiosos, escritos provavelmente às pressas, num pequeno espaço de papel, e não raro com intenções subliminares: pedidos de divulgação ou simplesmente de atenção sobre a obra. Entretanto, acreditamos que uma leitura mais atenta poderá revelar importantes relações de José Condé com alguns dos mais conceituados escritores de sua época, e, assim, tentar reconstruir o ambiente em que viveu, a importância das amizades mantidas, a influência exercida por ele sobre colegas escritores e vice-versa.

Provavelmente, o levantamento dessas relações pode nos fornecer pistas acerca do que é nossa preocupação basilar neste trabalho: a ausência canônica de Condé na atual literatura

⁷⁷ Entrevista a Claudete Maria Miranda Dias, publicada em *Línguas, Educação e Sociedade*, nº 13, jul/dez de 2005, Terezinha-PI: UFPI, p. 139-156, disponível em <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Revista/N%2013/Entrevista.pdf>>. Acesso em 28/06/ 2012.

brasileira. Esclarecendo: seguindo uma das hipóteses de construção de um cânone literário, qual seja, a relação do escritor com seus pares ou com aqueles que detêm o poder de elaboração desse cânone (não raras vezes, essas duas características estão reunidas na mesma pessoa), podemos analisar os relacionamentos mantidos por Condé, com o intuito de detectarmos as possibilidades (ou não) de ser por eles reconhecido como prosador competente, no momento de pensar alguma listagem canônica. Dizendo de outra maneira, captamos, através desta investigação ao acervo condeano, sua representação no momento literário nacional.

Mas, como se trata de nada além que hipóteses, pode este trabalho não nos levar a pista alguma nesse sentido; não importa: a variável entre o sucesso ou insucesso da empreitada parece-nos equilibrada. Além do mais, mesmo que não alcancemos o êxito esperado, ao menos estaremos clarificando o que pensavam sobre Condé importantes nomes do nosso mundo literário – quem sabe o que tal esquadrinhamento pode nos auxiliar, em algum momento futuro? Não é constituída um pouco (ou muito) disso a motivação do pesquisar e do pesquisador?

O vasculhar do acervo particular de José Condé possibilitou-nos descobrir alguns pontos merecedores de uma atenção mais acurada, na leitura das referidas dedicatórias. Dos 1770 exemplares catalogados, 662 (37,7%) possuem algum tipo de dedicatória autografada (ver Tabela 1). Dentre os escritores que mais ofereceram livros a Condé, individualmente, destacamos:

- a) José Paulo Moreira da Fonseca, Sérgio Milliet e Marques Rebelo, com 6 obras, cada um;
- b) dois historiadores da literatura, Afrânio Coutinho e Nelson Werneck Sodré, ofereceram sete livros, cada um;
- c) Manuel Bandeira autografou oito obras;
- d) Ledo Ivo e Cassiano Ricardo ofertaram nove livros cada um;
- e) Gilberto Freyre ofereceu dez compêndios;
- f) Josué Montello e Augusto Frederico Schmidt enviaram onze obras, cada um;
- g) Raimundo Magalhães Júnior doou 14 livros;
- h) mas o *campeão* de livros autografados para José Condé foi seu amigo Otto Maria Carpeaux, que lhe enviou nada menos que 16 livros, de sua autoria, tradução ou coordenação.

Escritores	Livros oferecidos		
	Por escritor	Total	Percentual
247	01	247	37,4%
46	02	92	13,9%
24	03	72	10,9%
19	04	76	11,5%
11	05	55	8,3%
03	06	18	2,7%
02	07	14	2,1%
01	08	08	1,2%
02	09	18	2,7%
01	10	10	1,5%
02	11	22	3,3%
01	14	14	2,1%
01	16	16	2,4%
360		662	100,0%

Tabela 1- Quantitativo de livros oferecidos a José Condé, por escritor.

Ao todo, 360 escritores ofereceram livros a José Condé, o que denota seu raio de relações pessoais e profissionais. Nunca é demais reiterar que é preciso levar em conta, também – ou principalmente –, a posição de jornalista literário, editor de uma das mais conhecidas colunas literárias do Rio de Janeiro, num jornal que era referência na sociedade carioca da época, o *Correio da Manhã*, além do afamado *Jornal de Letras*, de que fora fundador, o que, naturalmente, atraía a atenção de escritores que desejavam ver seu livro divulgado em órgãos midiáticos tão importantes.

Dentre os autores que autografaram suas obras para Condé, entre romancistas, contistas, teatrólogos, poetas e críticos, encontramos, além dos acima citados, Adolfo Casais Monteiro, Alceu Amoroso Lima, Álvaro Lins, Aníbal Machado, Anísio Teixeira, Antonio Callado, Antonio Candido, Ariano Suassuna, Augusto Meyer, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, Barbosa Lima Sobrinho, Brito Broca, Cândido Jucá Filho, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Cyro dos Anjos, Dalton Trevisan, Dias Gomes, Dinah Silveira de Queiroz, Edilberto Coutinho, Eduardo Portela, Érico Veríssimo, Fernando Sabino, Ferreira Gullar, Francisco Julião, Graciliano Ramos, Guilherme de Almeida, Hélio Silva, Henriqueta Lisboa, João Cabral de Melo Neto, Joaquim Cardozo, Jorge Amado, José Lins do Rego, Leyla Perrone-Moisés, Lúcia Miguel-Pereira, Lúcio Cardoso, Luiz da Câmara Cascudo, Lygia Fagundes Telles, Maria Clara Machado, Mário Palmério, Mauro Mota, Nélida Piñon, Nelson Rodrigues, Olegário Mariano, Orígenes Lessa, Oscar Niemeyer, Osman Lins, Oswald de Andrade, Paschoal Carlos Magno, Rachel de

Queiroz, Raul Bopp, Renard Perez, Ricardo Ramos, Rubem Braga, Rubem Fonseca, Sérgio Buarque de Hollanda, Thiago de Melo, Viriato Correia, entre outros.

Ano	Livros
1928 ⁷⁸	01
1938	02
1939	03
1941	02
1942	01
1945	01
1946	01
1947	01
1948	05
1949	05
1950	04
1951	05
1952	11
1953	11
1954	09
1955	13
1956	23
1957	21
1958	23
1959	36
1960	38
1961	32
1962	34
1963	23
1964	22
1965	21
1966	25
1967	28
1968	38
1969	50
1970	40
1971	33
1972 ⁷⁹	01
Sem data	99
Total	662

Tabela 2 - Quantitativo de livros oferecidos a José Condé, com dedicatória, por ano.

Boa parte das dedicatórias são simples, com resumidos clichês, data e assinatura, como podemos perceber em algumas, catadas ao acaso:

a) “A José Condé, com um abraço cordial, lembrança do Carlos Drummond. Rio, XI.62” (*A bolsa & a Vida*).

⁷⁸ O livro *Poemas*, de Jorge de Lima, foi autografado pelo poeta, em 1928, para Valdemar Cavalcanti, amigo de José Condé, que deve tê-lo dado de presente a este, razão pela qual se encontrava em sua biblioteca.

⁷⁹ O livro *A memória de viver*, de Leandro Tocantins, foi enviado de Lisboa, trazendo a data de maio de 1972. Provavelmente, o autor não soubera ainda do falecimento de José Condé, ocorrido sete meses antes.

b) “A José Condé, cordialmente, Cyro dos Anjos. 26-VIII-38” (*O amanuense Belmiro*).

c) “A José Condé, com um abraço do Manuel Bandeira. Rio, 1957” (*Flauta de papel*).

d) “Ao José Condé, com o abraço do Rubem [Braga]. Agosto, 61” (*O conde e o passarinho*).

e) “A José Condé, com um grande abraço do Lúcio Cardoso. Rio, 1945” (*O escravo*).

Neste grupo, classificados de acordo com nosso parecer, mesmo levando em conta o grau de subjetividade presente nessa classificação, colocamos 239 dedicatórias, o que corresponde a 36,1% do total. São autógrafos que não apresentam muita substância, do ponto de vista informativo, já que parecem ser fruto de mero ato mecânico, rotineiro.

2.4.1 Amigo, confrade e conterrâneo

Espaço ideal para manifestar apreço e reforçar os laços que os unem, a folha de rosto das obras tem servido para estreitar tais laços, sejam de amizade, de coleguismo de trabalho ou de conterraneidade. É como se tais autógrafos expressassem uma intimidade necessitada de expressão, de tornar-se explícita através de palavras. Os protestos de amizade são os mais frequentes. Exemplos:

a) “Para José Condé, seu admirador e amigo Jorge Amado. Rio, 1960” (*São Jorge de Ilhéus*);

b) “A José Condé, por quase dez anos de companheirismo intelectual e pessoal, com o abraço afetuoso do Brito [Broca]. Rio 9.60” (*A vida literária do Brasil – 1900*);

c) “Ao querido José Condé, do seu velho amigo (um dos mais velhos no Rio de Janeiro e sempre amigo igual e fiel), Otto Maria Carpeaux. Rio, dez. de 58” (*Uma nova história da música*); “Para José Condé, amigo dos mais antigos, seu velho Otto Maria Carpeaux. Rio, set de 1960” (*História da Literatura Ocidental*, vol II); “Ao querido José, a amizade do velho Carpeaux” (*História da Literatura Ocidental*, vol. III); “Para o Condé, a velha e inquebrantável amizade do Carpeaux. Natal 63” (*História da Literatura Ocidental*,

vol. V); “Ao velho José Condé, o mais velho Carpeaux, com velhíssima amizade. Julho de 64” (*História da Literatura Ocidental*, vol. VI) – podemos aquilatar, pela ênfase nos protestos de “velha amizade”, nos sucessivos autógrafos, que a relação entre Carpeaux e Condé era das mais fortes, e fortalecida exatamente pelo tempo de existência, o que, aliás, faz-se condição inerente a uma amizade verdadeira, constantemente lembrada;

d) “A José Condé, com um abraço amigo do admirador Gilberto Freyre. Rio 68” (*Olinda – 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*) – em todos os livros oferecidos a Condé (e, como vimos, foram dez), Freyre ressalta ora a amizade, ora a camaradagem, ora a velha simpatia pelo caruaruense;

e) “A José Condé, amigo recente mas muito querido Danillo Nunes. Rio, 27.8.68” (*Judas, traidor ou traído?*) – como vemos, não apenas as velhas amizades estão presentes, como fizeram questão de ressaltar alguns autores, mas também as novas;

f) “Para José Condé, com amizade. Graciliano Ramos. Rio – 1948” (*Insônia*) – a secura do estilo é inconfundível;

g) “Para José Condé, com velha e grande admiração, com amizade também antiga e não menor, o melhor abraço do Ricardo Ramos. S. Paulo – 21/X/70” (*Matar um homem*);

h) “Ao José Condé, com o abraço amigo do Fernando Sabino. 11/67” (*O encontro marcado*);

i) “A José Condé – que foi no tempo perdido um amigo deste velho poeta. [Augusto Frederico] Schmidt” (*O caminho do frio*);

j) “A José Condé, com o velho abraço e a admiração renovada, Adonias [Filho]. Gb julho 61” (*Memórias de Lázaro*);

k) “A José Condé, em lembrança da nossa convivência no Rio e com um abraço do seu amigo e admirador muito grato Ferreira de Castro” (*A curva da estrada*);

l) “Para José Condé, com a velha amizade e admiração do Guilherme [Figueiredo]. Rio, agosto. 1955” (*La zorra y las uvas*);

m) “A José Condé (Zé), velho amigo, com um abraço do Luis Jardim. Rio, 7-7-1959” (*Isabel do Sertão*);

n) “Ao José Condé, muito afetuosamente, com o abraço do seu companheiro Josué Montello. 1961” (*O Presidente Machado de Assis*);

o) “Para o meu amigo José Condé, com um abraço de José Lins do Rego. 1939” (*Pedra bonita*);

Outra forma de ressaltar certa intimidade com Condé seria a ênfase na confraria profissional, que, não raro, estendia-se para além do jornalismo, mesclando-se em amizade, companheirismo e parcerias noctívagas, em bares e festas cariocas. Vários colegas jornalistas evidenciaram essa situação de coleguismo profissional, dentre os quais destacamos:

a) “Ao querido amigo e confrade José Condé, muito cordialmente, Gustavo Barroso. 10.12.58” (*Segredos e revelações da História do Brasil*);

b) “Para José Condé, amigo e mestre do mesmo ofício, o meu melhor abraço. Moreira Campos. 24.X.69” (*O puxador de terço*) – o autógrafo foi dado num cartão de visita do autor, encontrado dentro do livro;

c) “Para José Condé, do confrade e admirador Gastão Cruls. Dez 1958” (*Hiléia amazônica: aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígenas*);

d) “Para o José Condé, meu brilhante confrade, com um abraço do Luiz Edmundo.” (*O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*);

e) “Ao distinto confrade José Condé, com a estima, o apreço e a gratidão do Agripino Grieco. Rio, 1956” (*Carcaças gloriosas*);

f) “Ao caro José Condé, cordialmente, o confrade e amigo Olegário Marianno. Rio, Nov. 57” (*Toda uma vida de poesia*);

g) “Para o ilustre confrade e amigo José Condé, com a sincera admiração do Renato de Mendonça. Rio, Dez/59” (*Retratos da terra da gente*);

h) “Ao caro confrade e amigo José Condé – com toda a minha admiração – Cassiano Ricardo. 1960” (*O homem cordial e outros pequenos estudos brasileiros*);

i) “Para José Condé, confrade muito amigo, do Adelmar [Tavares]. 955” (*Um ramo de cantigas*).

Mais do que amigo, e bem mais do que confrade, a relação de conterraneidade é imbatível, por isso a mais instada. O fato de ter em comum a mesma terra natal garante uma intimidade maior, já que a coincidência de elementos forjadores da personalidade, efetivados pela mesma origem, mesmo lugar, mesmos acontecimentos, passava a impressão de uma fraternidade mais intensa, o que era devidamente ressaltado por alguns signatários de dedicatórias:

a) “Ao conterrâneo José Condé, o velho [Gaudêncio de] Barros. GB, janeiro-64” (*Pinheiros e canaviais*);

b) “Para José Condé, o abraço bem nordestino de Nei Leandro de Castro. Rio, 24.02.70” (*Universo e vocabulário do grande sertão*);

c) “A José Condé, pernambucanamente, abraço amigo Gilberto Freyre. Rio 50” (*Quase política*);

d) “A José Condé, esse pequeno livro, no qual encontrará minha grande saudade de nosso inesquecível sertão. Afetuosamente, A. Carneiro Leão.” (*A sociedade rural, seus problemas e sua educação*);

e) “Para José Condé, nordestino perigoso [sic], que demonstra esplendidamente este meu humilde ‘Nordeste’, com a sincera estima e consideração de [A. da] Silva Mello. 16 VI 53” (*Nordeste brasileiro: estudos e impressões de viagem*);

f) “Ao caro amigo e conterrâneo José Condé, afetuosa lembrança de admiração de Oliveira e Silva. Rio, 66” (*Diário secreto do pensamento*);

g) “Para José Condé, homenagem do colega nordestino, Ariano Suassuna.” (*O santo e a porca*);

h) “Ao ilustre confrade José Condé, nordestino como eu, amante de sua terra como eu, as páginas deste, no oferecimento cordial do Walter Wanderley. Rio, dez. 1970 [...]” (*Irineu Sóter Caio Wanderley – cem anos de sua morte (1870-1970)*);

i) “Ao prezado patricio José Condé, cordialmente, Geraldo de Menezes Côrtes. Rio, maio de 1958” (*Migração e colonização no Brasil*).

2.4.2 Ao casal Condé

É de conhecimento geral – e já tratamos disso por várias vezes, neste trabalho – a forte relação conjugal que se estabeleceu entre José Condé e Maria Luiza Cavalcanti Condé, sua segunda esposa. Ela foi a companheira ideal para o escritor, pela forma como conviviam, dando-lhe força, desde a agradável companhia familiar (ela se dava muito bem com os filhos e com a própria ex-esposa) até a presença marcante nos eventos (em que ela sempre o acompanhava), em momentos culturais, ou de simples roda de amigos, em *happy hours* promovidos pelo escritor em sua casa ou no sítio que compraram (informação verbal)⁸⁰.

A sua presença foi tão marcante que conquistou também os amigos do marido, tornando-se muito querida por todos; um pequeno exemplo desse bem-querer pode ser observado em muitos dos livros encontrados na biblioteca do escritor, que eram oferecidos ao casal Condé, dos quais destacamos:

a) “A José Condé e Maria Luiza, meus amigos-irmãos, com a alma, o coração e o tempo. Rio, 06.08.71. Audálio [Alves]” (*Antologia poética*);

b) “Para Maria Luiza e José, estas histórias da Bahia, com a amizade cada vez maior do Jorge Amado. Rio, abril, 1961” (*Os velhos marinheiros – duas histórias do cais da Bahia*);

c) “Maria Luiza e Zé Condé, ter amigos é melhor do que publicar livros. Obrigado pela amizade de vocês. Waldir [Ayala]. Rio, outubro 67” (*Poemas da paixão*);

d) “Aos queridos amigos José Condé e Maria Luiza, o par mais valioso da terra, com afeto, estima e as homenagens do Tanus Jorge Bastani. Rio, 1970” (*O escravo da coroa – epopéia da era diamantina*);

e) “A Maria Luiza e José Condé, uma lembrança do amigo de juventude” (*Diário completo*) – O livro, publicado postumamente, é de Lúcio Cardoso, e o autógrafo, datado de 18/08/1970, dois anos depois de sua morte, foi feito por sua irmã, Maria Helena Cardoso. Outros cinco livros de Lúcio Cardoso foram oferecidos autograficamente pelo próprio autor a Condé. Em 1967, Maria Helena Cardoso já publicara *Por onde andou meu coração*, que

⁸⁰ De acordo com entrevista concedida por Vera Condé, no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

ofereceu assim ao casal: “A José Condé e a Dna. Maria Luiza, com um abraço de M. Helena. Rio, 12/4/67”;

f) “Aos meus queridos Maria Luiza e José Condé, fraternalmente, Povina Cavalcanti. Rio, 9 de abril de 1969” (*Vida e obra de Jorge de Lima*) – o livro, ao ser publicado, foi oferecido “A José Condé e Valdemar Cavalcanti, meus amigos”;

g) “A Maria Luiza e Zé Condé, com todo o carinho e a amizade que há quase vinte anos nos une. Moacyr [Felix]. Rio, 64” (*Canto para as transformações do homem*);

h) “À bela e jovem prima, muito querida, Maria Luiza, e ao caríssimo Condé, o velho amigo Aurélio [Buarque de Hollanda Ferreira]. Rio, 12/6/69” (*Vocabulário ortográfico brasileiro*);

i) “Ao Condé (José do coração, boníssimo e futuro eleitor [?!]) e à D. Maria Luiza, inteligente e sensível artista. Abraços afetuosos do Geraldo França de Lima. Rio 69 abril” (*Jazigo dos vivos*) – provavelmente a expressão “futuro eleitor” refira-se a alguma eleição a que o escritor e professor mineiro, falecido em 2003, tenha concorrido, uma vez que sempre esteve envolvido com política, sendo um dos fundadores do Partido Social Democrático de Minas Gerais, em 1945, e chegando a ser assessor de Tancredo Neves, na década de 1950, e secretário particular de Juscelino Kubitschek, em 1961⁸¹;

j) “Para os queridos companheiros Maria Luiza e José Condé, com os sentimentos fraternais de estima, apreço e admiração do seu Álvaro [Lins]. Fevereiro – 1964” (*A glória de César e o punhal de Brutus*) – os outros três livros do crítico caruaruense, encontrados na biblioteca de Condé, foram autografados igualmente para o casal e com análogas palavras;

k) “Para Maria Luiza e Condé, com inveja da alegria e da felicidade de vocês dois. Paschoal [Carlos Magno]. 5.5.69” (*Não acuso nem me perdoo (Diário de Atenas)*);

l) “A Maria Luiza e a Zé Condé, esta faixa [ou faísca] do Recife visto nas antigas pensões de estudantes, com o abraço do amigo. Mauro Mota” (*O Pátio Vermelho*) – os outros quatro livros encontrados também foram oferecidos ao casal Condé;

m) “Para nossos caros amigos M. Luiza e José Condé – a velha amizade da sempre Dinah [Silveira de Queiroz]. Páscoa, 1969” (*Margarida la Roche (a ilha dos demônios)*) –

⁸¹ Informações captadas em <http://www.terra.com.br/istoegente/33/reportagens/rep_testemunha.htm>. Acesso em 29/06/12.

também este outro emotivo depoimento: “Para nossos caríssimos José Condé e Maria Luiza, trinta anos nos contemplam (a Condé e a mim) de amizade compartilhada com a doce M. Luiza. Afetuosamente, Dinah. Ag. 69” (*Café da manhã*);

n) “Ao padrinho Zé Condé, com a merita amizade deste cinquentenário estocante. Antonio Olinto. Rio, 8-5-69. // E, especialmente, para Maria Luiza, que pôs meu padrinho no bom caminho. Antonio Olinto” (*A casa da água*);

o) “Para Maria Luiza e José, o afeto e mais esse passeio de sua admiradora e amiga montanhesa, Lúcia [Machado Almeida]. Abril, 1961” (*Passeio a Diamantina*);

p) “A José Condé, com amizade de sempre e admiração de sempre do Breno Accioly, que cumprimenta Luiza. Rio – Natal – 1962” (*Os cata-ventos*);

q) “Aos bons amigos José Condé e Lulu, a amizade do José Alípio Goulart. Rio, 30/5/61” (*Tropas e tropeiros na formação do Brasil*);

r) “Ao caríssimo José Condé, com os melhores agradecimentos pela honra e alegria de sua visita, oferece, estendendo esta dedicatória a Dona Maria Luiza, em homenagem afetuosamente da admiração de Ivan Lins. Rio, 29-IX-69” (*Discursos de posse e de recepção*);

s) “Para José Condé – velho companheiro – e para Maria Luiza, com todo o carinho do Renard Perez. Rio, 7-10-70” (*Os sinos – Tombadilho*);

t) “A Maria Luiza e José Condé, o abraço afetuosamente da Nélida Piñon” (*Fundador*);

u) “Aos meus caros amigos Condé e Maria Luiza, com muito carinho, a Lygia [Fagundes Telles]. 4 de junho de 1969” (*Verão no aquário*);

2.4.3 Espaço para recados

Os escritores faziam do autógrafo espaço para informações dos mais diversos matizes: seja para dizer do conteúdo do livro – naturalmente dirigindo-se ao jornalista literário, para uma possível publicação de notinha na coluna do *Correio da Manhã*, sem muito trabalho para a leitura; seja para mandar recados, abordando acontecimentos de sua vida ou novidades que

desejavam partilhar; seja mesmo para informar o próprio endereço, numa esperança de retorno mais efetiva. Vejamos alguns exemplos:

a) Conteúdo da obra:

1) “A José Condé, esta visão dos tumultos da Pátria e das revoluções da História com a velha admiração e o abraço de Abguar Bastos. Rio, 18.6.1969” (***História da Política Revolucionária no Brasil***);

2) “Ao velho amigo e companheiro José Condé, este livro do candomblé baiano. V. [Vasconcelos] Maia. 21-3-61” (***O leque de Oxum***);

3) “Para José Condé, este *Diálogo em setembro*, longa jornada pelo mundo dos homens e das ideias. Com o abraço e admiração do Fernando Namora. Julho, 67” (***Diálogo em setembro***).

b) Recados para Condé:

1) Alguns autógrafos eram aproveitados para também desejar “boas festas”: “A José Condé, com um abraço de boas festas do [Manuel] Bandeira. 2.XII.63” (***Guia de Ouro Preto***); “Ao José Condé, com afetuoso abraço e votos de feliz natal, o Aurélio [Buarque de Hollanda]. Rio, 20/12/956” (***Dois mundos***); “Ao prezado José Condé, sempre o primeiro a falar de meus livros, com os meus melhores votos de Boas Festas e Feliz 1970, extensivos à exma. senhora. O abraço amigo do amigo sempre, João Felício dos Santos. Rio, 13/12/69” (***Ataíde, azul e vermelho***);

2) “Ao velho amigo José Condé, com a estima e admiração de sempre, Luiz Pinto. Rio, 4/7/69. / / Estive hospitalizado no HSE 20 dias, muito mal. O jornal e o Diário de Notícias deram longas notas. Graças a Deus já me acho em casa me restaurando. Abraços, Luis” (***Ideias e diretrizes***, de Tavares Bastos); igualmente encontramos um livro do escritor Santos Moraes, em cuja dedicatória, o autor deseja melhoras ao escritor, que já se encontrava doente, padecendo do mal que ceifaria sua vida: “Ao querido amigo José Condé, com admiração e votos de um completo restabelecimento, um abraço de Santos Moraes. Rio, 4-2-971” (***Heroínas do romance brasileiro***) – Condé faleceria alguns meses depois;

3) “Para José Condé, / / Amigo, dentro em pouco irá a quarta edição. Abraço de Graciliano Ramos. Rio – 1948” (***Angústia***);

4) É curioso o recado de Lygia Fagundes Telles, que denuncia uma amizade íntima com o casal Condé: “Para o querido Condé e Maria Luiza, com o carinho antigo da Lygia. São Paulo, junho de 1964. - Mudei-me, sabia? Meu novo endereço é: Rua Sabará, 400, ap. 82. Depois te escrevo comprido. L.” (*Ciranda de pedra*);

5) Finalmente, nos dois exemplos seguintes, percebemos que, mais que rápidos recados, o autógrafo foi aproveitado para verdadeiras cartas:

i) “Caro Zé Condé, // Nas páginas 73 e seguintes você encontrará meu pequeno ensaio sobre o seu ‘Terra de Caruaru’ e como minha avó materna chamava-se Guilhermina Teixeira de Carvalho, de certo modo me sinto neto ou bisneto de João Teixeira de Carvalho, embora ele seja uma criação de seu excepcional talento de romancista. Os meus Teixeira de Carvalho eram do Engenho Canha, em Vitória de Santo Antão; alguns deles foram fundar ou ajudar Caruaru a crescer como minha tia Mira, mãe de Mozart, que lá morreu e lá ‘ficou plantada’ como uma fonte de ternura e sentimento. // Com admiração e estima fraterna, extensivas à Maria Luiza, of. Antonio Rangel Bandeira. 1968” (*Diálogos no espelho*);

ii) “José Condé, // Esse livrinho nasceu em 1938, foi batizado com o nome de ‘Retrato de Alfonsus de Guimaraens’, publicado naquele ano, pelo José Olympio, e agora ressuscitado pelo Simeão. O ‘Retrato’ é uma breve notícia acerca de Alfonsus. Retrato de verdade ou ‘instantâneo’, pouco importa. Quero que se reconheça apenas ter sido ele um tijolo, talvez o primeiro tijolo que se pretende erigir ao poeta, no sentido de contribuição. Se assim for reconhecido, terei por resgatada a minha dívida, ou melhor, a dívida da minha geração (tenho 54 anos) contraída com aquele a cuja memória vocês, mais novos, se têm dedicado tão carinhosamente. // Abraça-o muito cordialmente o seu desconhecido, mas velho admirador, Enrique de Resende. Agosto, 53. Justiniano da Rocha, 96, Vila Isabel” (*Retrato de Alphonsus Guimaraens*)

c) Endereço dos autores, destacamos, a título de exemplos:

1) “Para José Condé, fraternalmente, Núbia Marques de Azevedo. Cx Postal 222, Aracaju-SE” (*Dimensões poéticas*);

2) “Ao brilhante escritor José Condé, com a simpatia e camaradagem do Alexandre Cabral. Lisboa, 12/3/59. Rua Frei Tomé de Jesus, 17 [ilegível] Lisboa” (*As duas faces*);

3) “Ao prezado confrade José Condé, estes flagrantes de nossa terra e nossa gente, com um abraço e a admiração de Jayme Griz. Recife dezembro 1954. Endereço: Rua Carlos Fernandes, 144 Hipódromo Recife” (***Gentes, coisas e cantos do Nordeste***);

4) “Ao brilhante jornalista e prezado Amigo José Condé, com a cordialidade de Candido Jucá (filho). Rio, out. de 70. Rua Gen Glicério, 445, ap. 1004 Laranjeiras (Rio) GB – ZC – 01” (***Pedrinhas do meu mosaico***);

5) “A José Condé, lembrança muito cordial de sua vinda a Minas. Henriqueta Lisboa. BH, 27.5.59. Rua Rio de Janeiro, 1557 ap. 203” (***Montanha viva – Caraça***);

6) “A José Condé com a admiração do Alberto Lopes. 15/10/68. Praia de Botafogo 48 – 7º apto 24” (***Rosários e canhões***);

7) “A José Condé – ao ilustre escritor do Brasil, homenagem do admirador cabo-verdiano Manuel Lopes. [ilegível], 4/8/59. Rua Nossa Senhora do Egito, 36 – r/c – esq Santo Amaro de Oeiras (Linha de Cascais) Portugal” (***Chuva braba***);

8) “A José Condé, grande representante da alta linhagem de Caruaru, oferece cordialmente o admirador Marcos Carneiro de Mendonça. Rio, 30-XI-1960. Rua Cosme Velho, 857” (***O Marquês de Pombal e o Brasil***);

9) “No meu princípio, o ‘Jornal de Letras’ esteve nos meus entusiasmos e nele colaborei. / / Neste Congresso, a honra grande do encontro com José Condé veio preencher entusiasmos e presenças. Sublinho o facto e sinto emoção e felicidade no momento. / / Para que recorde Luanda – o meu ‘reencontro’ será homenagem do nosso encontro. 1967, julho, no Índico. Mário Mota. Av. General Carmona, 121, Luanda.” (***Reencontro com Luanda***);

10) “Ao escritor José Condé, com as homenagens do autor. Fpolis. 27.IX.1971. Péricles Prade. Rua Esteves Júnior, 80, Florianópolis – S.C.” (***Os milagres do cão Jerônimo***).

2.4.4 Condé, o jornalista literário

Igual a mariposas em torno da *lâmpada*, no dizer popular de Adoniran Barbosa (1997), escritores vários circundavam José Condé pela possibilidade de ver publicada em sua coluna

“**Escritores e Livros**”, do *Correio da Manhã*, uma nota sobre o livro recentemente lançado ou a lançar em breve. Segundo Pessoa de Moraes, Condé “era generoso [...] com muita gente, no sentido de conceder oportunidade à divulgação de livros e autores. Tinha como ninguém, porém, o justo senso das medidas. Não dava evidência além do limite, a quem fosse apenas seu amigo, sem maiores méritos intelectuais ou literários” (MORAIS, 1971, p. 4); o que foi corroborado por Olimpio Bonald: “falava-nos com franqueza, pondo-nos à vontade para pedir sugestões, críticas ou simplesmente apresentações aos possíveis editores do Rio” (BONALD, 1971, p. 3). Temos, assim, José Condé, de certa forma, transformado em produtor de cânone, uma vez que sua indicação poderia significar uma venda considerável de exemplares, e a aceitação pela crítica e leitores. Daí porque várias dedicatórias autografadas chamavam a atenção para esse detalhe, como poderemos ver a seguir:

a) A solicitação explícita de publicidade, feita pelas editoras, como no caso do livro *A época contemporânea – Tomo VII – 1º vol O declínio da Europa. O mundo soviético*, de Maurice Crouzet, com tradução de J. Guinsburg e Vítor Ramos, lançado em 1958, dentro da Coleção História Geral das Civilizações, da Editora Difusão Europeia do Livro, cujo cartão foi encontrado no interior do compêndio: “Ao Sr. José Condé, com os cumprimentos de Braulio Pedroso – Publicidade.” Ou ainda a obra de Molière *As sabichonas – Escola de mulheres*, traduzida por Jenny Klabin Segall, pela Editora Martins, de São Paulo, na qual foi encontrado também um cartão: “Para o querido Condé, com os cumprimentos de Livraria Martins Editora e o afetuoso abraço do Martins, que pede sua melhor atenção para esta nova série. XI-63”

b) Ou a solicitação mesma dos escritores, como o livro do português Luis Forjaz Trigueiros *Sombra do tempo*, composto de conferências e temas literários, lançado pela Bertrand de Lisboa, que traz o seguinte apelo do autor: “Esse José Condé, camarada que há tanto tempo conheço de nome, cuja crítica tanto queria. Com um abraço do seu amigo Luís Forjaz”. Ou ainda, a obra *Juventude em crise (de Sartre a Marcuse)*, de R. A. Amaral Vieira, publicada pela Editora Bit, do Rio de Janeiro, em 1970: “Ao José Condé, com a esperança que este ensaio despretensioso venha a merecer sua crítica. Rio, 22/9/70”.

c) Há também os apelos disfarçados, sutis: “José Condé, peço carinho e amor para este Aruanda. Amiga Eneida. Natal, 1957”, no livro de crônicas *Aruanda*, da jornalista Eneida de Moraes, prefaciado por Edison Carneiro e publicado pela José Olympio, em 1957. Ou ainda: “A José Condé, com a melhor admiração de Gilberto Freyre. // P.S. Peço sua melhor atenção

para este livro. Re, 61”, em *Sugestões de um novo contacto com universidades européias*, editado pelo autor em 1961.

d) Há também os agradecimentos. Dias Gomes ofertou *O Pagador de Promessas* (3ª edição), de 1967, no ano do seu lançamento, e que recebeu divulgação por parte de Condé; dois anos depois, outro exemplar do mesmo livro é oferecido ao jornalista, com o autógrafo: “Para José Condé, sinceramente grato por suas animadoras palavras, com um abraço do amigo Dias Gomes. Rio, 17-1-69”. O mesmo aconteceu com Homero Senna, que enviou a Condé o seu *Gilberto Amado e o Brasil*, lançado em 1968, pela José Olympio, e o reenviou no ano seguinte, em segunda edição, com palavras de gratidão: “Ao caro José Condé – que tanto fez pela divulgação da 1ª edição – com o abraço amigo do seu Homero Senna. Rio, agosto 69”.

Companhia Editora Nacional

DEPTO. EDITORIAL E DE PRODUÇÃO
Rua dos Gusmões, 639 - Tel. 34-5721 - São Paulo 2, SP

NOTA DE IMPRENSA

Nº 10327

São Paulo, 31 de julho de 1967

Apresentamos a V. Sa. o(s) livro(s) abaixo relacionado(s), para crítica literária e registro bibliográfico.

Agradecemos-lhe antecipadamente o envio, para este Departamento, de recortes de notícias e críticas, e a devolução do recibo da presente Nota, que assegurará a continuidade de nossas remessas.

Autor	O b r a	Preço
Toynbee	Estudos de história...	6,00
Overstreet	A maturidade mental	5,00
Beers	Um espírito que se achou...	5,00

Nome: J. Condé

Endereço: R. Viveiros de Castro, 41 - ap. 201

Cidade: Rio de Janeiro Est. Gb

Publicação: Correio da Manhã

NOTA DE IMPRENSA

Nº 10327

assinatura

Figura 17 – Nota de divulgação de livros da Companhia Editora Nacional. Acervo: biblioteca particular de José Condé.

Havia ainda as solicitações de divulgação pagas pela editora, como podemos constatar num recibo (Figura 17) encontrado dentro do livro *Estudos de História Contemporânea – A civilização posta à prova. O mundo e o Ocidente*, de Arnold J. Toynbee, traduzido por Brenno Silveira e Luiz de Sena, terceira edição, de 1967, publicado pela Companhia Editora Nacional, que, através do seu Departamento Editorial e de Produção, enviava este e mais dois compêndios (*A maturidade mental*, de H. A. Overstreet, e *Um espírito que se achou a si mesmo*, de Clifford Whittingham Beers – não encontrados na biblioteca de Condé), para “crítica literária e registro bibliográfico” no *Correio da Manhã*.

Constam ainda do recibo, datado de 31/07/1967, os valores pela divulgação (o de Toynbee, 6,00; os outros dois, 5,00 cada), e a informação de que deveriam ser enviados para a editora os “recortes de notícias e críticas”, além da “devolução do recibo da presente Nota, que assegurará a continuidade de nossas remessas”. Em anexo à Nota, havia um *release* da editora com todas as informações sobre os volumes.

Como se vê, a construção do nome de um autor ou de uma obra pode passar pela divulgação paga, como no caso de qualquer outro produto comercial. Isso remonta à distante França setecentista, tempos em que a famosa STN (Société Typographique de Neuchâtel) dominava a publicação, distribuição e divulgação de livros, como afirma Darnton (2010, p. 141):

Toda a questão da propaganda do livro requer exame. Muito se aprenderia sobre as atitudes em relação aos livros e o contexto de sua utilização estudando a maneira como eram apresentados – a estratégia do apelo, os valores invocados pelo discurso empregado – em todos os tipos de publicidade, das notícias dos jornais aos cartazes de muro.

Desta forma, jornais e revistas especificamente literários, para discutir – e, conseqüentemente, divulgar – obras recém-lançadas, eram uma espécie de ansiada vitrine para quem desejasse ver seus livros vendendo *a rolo*, nas livrarias – desejo tanto do autor quanto do editor/distribuidor. Para atender a esse público interessado em literatura, mesmo os jornais diários, noticiosos em sua essência, criavam seções que faziam um pouco esse papel de promotor de objetos literários. Nos dois casos, encontramos José Condé, tanto como criador do *Jornal de Letras*, quanto como colunista do *Correio da Manhã*, espaços midiáticos para divulgação literária, que exerciam grande força de atração sobre os escritores, porque também tinham força de divulgação junto ao público leitor.

Os questionamentos, agora, são: quais dos livros recebidos por José Condé, com as discretas (ou nem tão sutis) insinuações de divulgação em **Livros e Escritores**, ou sem elas, foram comentados pelo jornalista em sua coluna no *Correio da Manhã*? Que escritores eram mais divulgados? Que impacto poderia haver tal divulgação na vendagem dos livros? Naturalmente, não é possível, neste trabalho, realizarmos um levantamento dos dezessete anos em que este espaço de divulgação circulou, para conferirmos se os livros encontrados na biblioteca de Condé foram efetivamente divulgados – o que poderá ser mais um fio solto que deixamos, para futuros enredos. Por enquanto, e a título de amostragem, escolhemos um ano – 1960 – para fazer o referido levantamento.

2.4.4.1 A coluna “Escritores e Livros” em 1960

Com o intuito de refletir, ainda que de forma a requerer futuro aprofundamento, sobre a relação entre a divulgação de livros através de jornais noticiosos diários, no presente caso o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, com o sucesso das obras entre o público leitor, e, em outra instância, com sua presença no cânone literário nacional; também com o fito de verificar a importância de José Condé nesse contexto, como divulgador literário e sua convivência com os colegas escritores; levantamos, a título de amostragem, os livros divulgados nas 210 edições de sua coluna, **Escritores e Livros** (Figura 18), durante o ano de 1960: foram, ao todo, 920 obras divulgadas, sem contar, aqui, aquelas que eram apenas citadas como uma espécie de perífrase do escritor (por exemplo, “A Academia Pernambucana de Letras resolveu aumentar o número de suas cadeiras. Para uma delas deverá ser eleito o poeta Carlos Pena Filho, autor do ‘Livro Geral’” (CONDÉ, 1960a, p. 2) (grifo nosso)), o que, embora não sendo o foco da notícia, já se caracterizava como uma divulgação indireta do livro.

O ano de 1960 foi escolhido para esse levantamento obedecendo a alguns critérios, por nós inventariados:



Figura 18 – Visão da página em que era localizada a Coluna **Escritores e Livros**. Observemos que ocupava um espaço de destaque, facilmente localizável, já que era a página 2 do 2º caderno, e sempre no mesmo lugar, o que habituava o leitor. Edição do dia 03/01/1960, do *Correio da Manhã*. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

- a) É o ano em que consta, em sua biblioteca, a maior quantidade de livros oferecidos a José Condé: 38. Naturalmente, havemos que considerar alguns aspectos:
- a. Nem todos os livros recebidos por Condé eram autografados; como afirmamos anteriormente, apenas 37,4% do total encontrado em seu acervo o foram. Então, é provável que muitos outros, dos 1770 exemplares localizados por nós, tenham sido oferecidos ao escritor nesse ano; como não conseguimos identificá-los, à falta do autógrafo, não entraram nesta relação.
 - b. É igualmente possível que tenha sido divulgado em 1960 algum livro recebido no ano anterior, como também alguma obra recebida no final desse ano pode ter sido divulgada em 1961.
 - c. Não podemos esquecer que os 1770 livros catalogados na biblioteca particular de Condé naturalmente não correspondem ao seu total, uma vez que desfalques podem ter acontecido, desde o envio, pela família (os familiares podem não ter doado todos os exemplares pertencentes ao escritor), até as constantes mudanças de guarda desse material, recebido pela Biblioteca Pública Municipal de Caruaru, provavelmente na década de 1980⁸², (as condições de acondicionamento, por vezes precárias, podem ter diminuído consideravelmente o quantitativo de livros recebidos).
 - d. Como vimos na Tabela 2, no ano de 1969 registramos igual quantitativo de livros autografados, mas esse período foi descartado pelo fato de o colunista ter se afastado do jornal nesse ano, depois de algumas ausências – o que, obviamente, prejudica a avaliação; em 1960, temos a coluna integralmente, de janeiro a dezembro.
- b) Foi um ano politicamente atípico no Brasil: vivia-se a efervescência gerada pela mudança da capital federal do Rio de Janeiro para a recém-construída Brasília; os muitos anos do Rio como sede política do país fizeram sedimentar raízes dos mais diversos matizes, que resistiam teimosamente à transferência para o *meio do nada*, no cerrado brasileiro – Brasília jamais conseguiu usurpar do Rio de Janeiro o posto de capital cultural do Brasil. É um ano em que podemos verificar, por esta coluna jornalística, a publicação de várias obras abordando esse tema.

⁸² Como já afirmado anteriormente, não foi possível constatar o registro do recebimento desse material, nos arquivos da Biblioteca Pública.

- c) Culturalmente, o país respirava os primeiros ares das novidades que ganhariam o público na década de 60: o feminismo, as novas bossas, o *rock* e outros produtos norte-americanos, aqui desembarcados, principalmente através dos filmes produzidos em Hollywood. Literariamente, vivia-se um período de transição, com o amadurecimento da chamada geração de 1945, embora boa parte da de 1930 ainda estivesse atuante, e os primeiros frutos do movimento concretista iniciado em São Paulo na metade da década anterior.
- d) A publicação da obra mais conhecida de José Condé, *Terra de Caruaru*, lançada em novembro desse ano.

Inicialmente, fazemos um levantamento comparativo dos livros encontrados na biblioteca particular de José Condé, a ele oferecidos em autógrafos dos próprios autores, datados de 1960, com a divulgação dessas obras ao longo desse ano. Com isso, intentamos demonstrar a relação existente entre o envio de compêndios ao jornalista literário e a efetiva divulgação da obra em sua coluna **Escritores e Livros**.

AUTOR	OBRA	DATA / OFERTA	DATA(S) / DIVULGAÇÃO
1. Aluisio Inojosa	História de um caixeiro viajante	15/jan/1960	27/01 e 16/10
2. Urbano Tavares	Nus e suplicantes	Jan/1960	–
3. Zora Seljan	As moças do corpo cheiroso – A donzela Teodora	Mar/1960	–
4. Zora Seljan	Os negrinhos	Mar/1960	05/05 e 02/06
5. Faustino Nascimento	Antologia poética	06/abr/1960	17/04, 06/09 e 08/09
6. Aziz N. Ab'Saber <i>et al.</i>	A época colonial – Tomo I – 1º vol Do descobrimento à expansão territorial	21/abr/1960	–
7. Raimundo de Menezes	Emílio de Menezes, o último boêmio	Abr/1960	12/05
8. Cândido Motta Filho	Notas de um constante leitor	12/mai/1960	20/05
9. João Felício dos Santos	Major Calabar	24/mai/1960	06/03, 24/03, 08/05, 25/05 e 02/06
10. José Francisco de Camargo	Êxodo rural no Brasil – Formas, causas e conseqüências econômicas principais	09/jun/1960	19/06 e 22/06
11. Jorge Medauar	A procissão e os porcos	21/jun/1960	31/03, 01/05, 22/06, 23/06, 26/06, 08/07, 10/07 e 25/12
12. Oiliam José	A propaganda republicana em Minas	23/jul/1960	–
13. Ribeiro Couto	Poesias reunidas	Ago/1960	24/02, 28/06, 13/10 e 18/10
14. Gilberto Amado	Depois da política	03/set/1960	07/01, 19/07, 21/07, 19/08, 26/08, 28/08, 30/08, 01/09, 06/09, 08/09, 09/09, 11/09 e 15/09
15. Ascendino Leite	Dois romances: A viúva branca – O salto mortal	06/set/1960	06/09, 08/09 e 27/09
16. Brito Broca	A vida literária no Brasil – 1900	Set/1960	03/01, 10/03, 11/03, 22/03, 08/09, 22/09, 25/09 e 13/10
17. Otto Maria Carpeaux	História da Literatura Ocidental	Set/1960	11/03, 28/08, 08/09 e 11/09

AUTOR	OBRA	DATA / OFERTA	DATA(S) / DIVULGAÇÃO
18. A. C. Carvalho	Olho mecânico	18/out/1960	–
19. J. Carlos Lisboa	A casa do bode	25/out/1960	16/11
20. Miran de Barros Latif	As Minas Gerais	10/nov/1960	13/10, 01/12 e 06/12
21. Marcos Carneiro de Mendonça	O Marquês de Pombal e o Brasil	30/nov/1960	02/12, 06/12, 07/12, 13/12, 14/12
22. Aziz N. Ab'Saber et all	A época colonial – Tomo I – 2º vol Administração, Economia, Sociedade	12/dez/1960	–
23. Orígenes Lessa	Balbino, homem do mar	12/dez/1960	07/07, 22/09, 16/11, 14/12, 18/12, 20/12 e 25/12
24. Peregrino Júnior	A mata submersa e outras histórias da Amazônia	15/dez/1960	05/02, 10/03, 16/11, 29/11, 01/12, 13/12, 14/12, 15/12, 20/12 e 25/12
25. Raymundo Moraes	Na planície amazônica	Dez/1960	22/12
26. Edison Carneiro	A insurreição praieira (1848-49)	1960	19/06 e 22/06
27. Cruz Costa	Panorama da história da Filosofia no Brasil	1960	29/11 e 06/12
28. João Cabral Melo Neto	Quaderna	1960	19/07
29. Leandro Tocantins	Amazônia – Natureza, homem e tempo	1960	19/06 e 22/06
30. Jorge Amado	São Jorge de Ilhéus	1960	22/03
31. Jorge Amado	Seara vermelha	1960	22/03
32. Jorge Amado	Jubiabá	1960	22/03
33. VÁRIOS	Anísio Teixeira: pensamento e ação	1960	09/10, 13/10, 16/10, 19/10 e 28/10
34. Cassiano Ricardo	O homem cordial e outros pequenos estudos brasileiros	1960	29/01 e 24/02
35. Cassiano Ricardo	Montanha Russa	1960	04/05, 12/05, 18/05, 14/06 e 20/10
36. Lúcio Cardoso	Diário I	1960	23/11, 29/11, 01/12, 02/12, 06/12 (duas vezes), 07/12, 13/12, 14/12, 15/12, 18/12 e 25/12
37. Carmen Mello	A donzela do gave	1960	–
38. Joaquim Ribeiro	História da romanização da América	1960	21/02

Tabela 3- Relação de livros localizados na biblioteca particular de José Condé, oferecidos ao autor com autógrafos datados de 1960, e divulgados (ou não) na sua coluna.

Observamos, então, que o expediente de enviar os livros para o colunista era praticamente garantia de divulgação. O percentual de difusão de 81,5% dos livros recebidos diz bem do sucesso dessa relação. E o colunista fazia questão de fechar cada edição com o explícito lembrete: “Para remessa de livros: Voluntários da Pátria, 381. Ap. 402”, endereço de Condé. Fica clara, pois, a rotina de se enviarem obras para jornais, quando era do interesse do editor ou do autor sua disseminação nas livrarias, como foi evidenciado pelo colunista, quando comenta que o editor José Olympio “costuma remeter suas edições à maior parte – ou à quase totalidade – dos críticos e dos colunistas” (CONDÉ, 1960d, p. 2), com o explícito

intuito de divulgação. Por esta razão, presumimos ter sido bem maior o acervo particular de Condé, nas mais de duas décadas em que trabalhou como jornalista literário.

Em alguns momentos, eram tantos os livros sobre sua mesa, que José Condé promovia, assumidamente, uma espécie de *força-tarefa* – como ocorreu pelo menos nos dias 21/02/1960 e 12/08/1960; no primeiro, Condé afirma que “nem sempre é possível ao colunista registrar imediatamente o livro que recebe” e que, por conta disso, várias obras ficam “aguardando sua vez na mesa do redator”, e completa: “desta vez os volumes se acumularam de tal maneira, que preferimos dedicar toda a coluna deste domingo ao seu registro, embora breve e puramente informativo” (CONDÉ, 1960e, p. 2).

Algumas questões, entretanto, ficam abertas, dentre as quais, destacamos duas:

a) por que os livros de Urbano Tavares Rodrigues, Oiliam José, A. C. Carvalho, Carmen Mello, os dois de Aziz Ab’Saber e um dos recebidos de Zora Seljan, não foram divulgados?

b) que critérios utilizava Condé para divulgar mais uns que outros? Por exemplo, o livro de Franklin Oliveira, ***Rio Grande do Sul, um novo Nordeste***⁸³, “dez reportagens publicadas no Correio da Manhã, RJ, sobre o empobrecimento do Rio Grande do Sul” transformadas “em livro, editado pela Civilização Brasileira”⁸⁴, foi o mais divulgado nesse ano, aparecendo em ***Escritores e Livros*** nada menos que **dezessete vezes**, mais até que o próprio livro de Condé, ***Terra de Caruaru***, lançado nesse ano, que foi divulgado catorze vezes em 1960. ***Depois da Política***, obra escrita por Gilberto Amado quando se afastou de sua atuação política, recebeu treze divulgações, entre janeiro e setembro de 1960.

Certamente tais questionamentos apenas encontram respostas agasalhadas em hipóteses, meras suposições – que até podem ser alicerçadas por outros dados porventura observados, mas sempre guardarão a pecha de alguma incerteza; somente o jornalista José Condé teria como explicar. Trata-se de assunto demais atraente a futuras análises, o que decerto ocorrerá, senão de imediato, mas muito breve, principalmente porque, numa feliz iniciativa da Biblioteca Nacional, todo ao cerco do *Correio da Manhã* encontra-se

⁸³ Este livro não aparece na tabela pois nesta constam apenas os volumes autografados ao jornalista.

⁸⁴ Como informa Paulo Timm, em artigo disponível em <<http://sul21.com.br/jornal/2012/01/50-anos-do-%E2%80%99Crio-grande-do-sul-um-novo-nordeste%E2%80%99D/>>. Acesso em 23/08/2012.

digitalizado, com acesso livre a todos os pesquisadores, através do site <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

O jornal *Correio da Manhã* circulava de terça-feira a domingo, e a coluna de José Condé, que procurava manter certa regularidade diária (sem, no entanto, conseguir), não saía aos sábados, quando o jornal publicava um suplemento literário, também sob a responsabilidade do escritor caruaruense. Além da charge, que era publicada na maioria das edições da coluna, havia várias seções fixas, durante algum tempo, com sugestivos nomes: “Negrito & Claro”; “Uma coisa e outra”; “5 Notas”; “Estante”; “Notícias Ligeiras”; “Dizem...”. Esta última lembra o estilo de fofocas, sem qualquer cunho literário ou cultural, das colunas sociais – o que, de fato, terminava acontecendo, como nesta *notícia*: “No Rio, o jornalista Alexandrino Rocha, da União Brasileira de Escritores, seção pernambucana. Alexandrino estará logo mais em Juiz de Fora para **assistir ao jogo pernambucanos x mineiros**, pelo campeonato brasileiro” (CONDÉ, 1960c, p. 2) (grifo nosso). Ou ainda a curiosa nota de que, “por estar **faltando no mercado fios de ouro** para os bordados do fardão acadêmico, Augusto Meyer não poderá tomar posse da sua cadeira na Academia brasileira no próximo dia 20, conforme estava marcado” (CONDÉ, 1960j, p. 2) (grifo nosso).

Entretanto, o objetivo principal da coluna é a divulgação de eventos literários e principalmente de livros, para o que Condé tinha acesso privilegiado a informações sobre as obras, antes de sua publicação, e até mesmo aos originais, como podemos depreender desta nota:

Numa linguagem direta e nervosa, Paulo Rodrigues faz com que o leitor não se conserve indiferente diante dos problemas que agita com bastante acuidade psicológica. Pelo menos foi esta a impressão do colunista, **que acaba de ler “Cidade nua” nos originais**. Trinta e seis histórias – todas elas contendo menos de duas páginas dactilografadas – serão enfeixadas no volume [...]. (CONDÉ, 1960n, p. 2) (grifo nosso)

Em relação a um terço dos livros divulgados em 1960 – 306 obras –, o colunista informa de seu próximo lançamento, ou que o autor estava escrevendo, ou ainda *pensando* em escrever. Justifica-se esse antecipar-se do jornalista, tanto pelas fortes relações de amizade no meio literário da época, quanto pelas contribuições em forma de notícia, vindas de várias partes do país. A quase totalidade do material divulgado é regada com efusivos elogios, seja em termos de conteúdo, seja de vendagem, seja, ainda, de receptividade do público. A única exceção de 1960 configurou-se num ácido comentário ao jornalista português Manuel Anselmo, redator da revista *Cadernos de Manuel Anselmo*, e que enviara alguns exemplares

ao colunista – este o denomina “bajulador de nossa literatura” (CONDÉ, 1960g, p. 2), sem, no entanto, entrar em detalhes quanto ao pouco lisonjeiro epíteto.

Por outro lado, registramos certo estranhamento na notícia de que “estará amanhã nas livrarias o **anunciadíssimo** livro de Álvaro Lins, ‘Missão em Portugal’, que a Editora Civilização Brasileira apresenta num alentadíssimo volume com mais de quinhentas páginas” (CONDÉ, 1960o, p. 2) (grifo nosso). O curioso é que, apesar dos superlativos, José Condé não divulgara sequer uma vez, em 1960, o volume do antigo protetor, colega de jornal e conterrâneo, só passando a fazê-lo a partir desse dia e por mais seis vezes, até o final do ano. Teria Álvaro Lins, “impulsivo, temperamental e insubmisso” (RODRIGUES, 2006, p. 214), homem conhecido pelas suas dificuldades de relacionamento, sonegado informações a Condé a respeito da obra que preparava? Se sim, por que razão faria isso? Se não, o que teria acontecido?

A coluna de Condé, apesar de ser diagramada, invariavelmente, de um modo a proporcionar uma leitura rápida (porque em pequenos textos) e agradável (porque num estilo leve e objetivo), constituindo-se de uma matéria principal e uma série de pequenas notas, a tornar dinâmico o espaço para o leitor (Figura 19), por vezes se ocupava de um único assunto, desde que se fizesse importante, aos olhos do redator. Isso ocorreu, em 1960, catorze vezes: focalizando Miran Latif de Barros, autor de *O homem e o trópico* (em 27/03/1960), e Edilberto Coutinho (em 30/03/1960), recém chegado da Europa, onde passara três anos; no dia 05/04/1960, ocupou todo o espaço uma reportagem sobre o atentado a bala sofrido, em Ilhéus-BA, pelo poeta e jornalista Jorge Madauar, que publicara na

ESCRITORES E LIVROS

JOSÉ CONDÉ

A Charge Literária



SEM LEGENDA
(Charge de MOURA)

TERRA IMÓVEL

Um dos últimos e bons lançamentos de 1959 foi o livro de poemas de Otávio Moura: “Terra Imóvel” (Livraria São José). Trata-se da segunda obra do autor, que estreou — com categoria — em 1954, ao publicar “Avulsões Vivas”. Com absoluto domínio da técnica do verso, fina sensibilidade, cultura — Otávio Moura é, inequivocamente, um dos nomes representativos de nossa geração.

Um fragmento do bonito poema “Acontecimento da noite”:

cria, do azul, a terra. Mas se ponho
o ouvido junto de teu ventre, ouço
os movimentos de teu ser e sonho,
mova de carne e osso,
com um rosto sem sombras, outra vida
no fundo de teu corpo. Longe estás
muito imemorial que, renascida,
deixamos para trás.
Otávio Moura nasceu no Rio, em 1924. É formado em Medicina.

B B B

Mais um número de “BBB” (Boletim Bibliográfico Brasileiro) que, após uma boa fase de renovação, voltou a ficar ruim. Uma única matéria de interesse: “Seminar de Dramaturgia”, de Paulo Hecker Filho. O editorial — “Características do Ano Literário” — pretende apontar erros de nossa vida literária, mas termina dizendo nos mesmos termos — o que o torna inútil. Embora circulando neste fim de dezembro, o “BBB” traz a data de novembro.

ENCICLOPÉDIA PARA A JUVENTUDE

IRMAOS Pongetti publicam a tradução (e adaptação) da “The Modern Encyclopedia for Children”, organizada pela Odhams Press, de Londres. Título da obra em português: “Moderna Enciclopédia Pongetti Júnior para a Juventude”; tradução e adaptação de Leonam de Azevedo Pena e João Benedito de Araújo. Explicação dos editores: “Esta obra foi criada com o propósito de ajudar aos jovens estudantes, sempre em luta com a extensão dos programas escolares. A curiosidade natural da idade, leva-os a fazer as mais diversas perguntas, nem sempre respondidas com sucesso pelos pais. Obedece a um plano equilibrado, abrangendo assuntos escolares, esclarecendo-os ou completando-os. Responde a mi-

lhares de perguntas, numa linguagem simples, contando com a ajuda eficiente de cerca de 700 modernas ilustrações”.

O jovem leitor aí encontrará respostas a perguntas sobre os mais variados assuntos: arte, literatura, peixes, biografias, ciências, religião, matemática, plantas, o satélite artificial — e assim por diante.

Quase seiscentas páginas, ilustradas por Percy Lau.

ENCONTROS

COM Nelson Costa, que está concluindo dois novos livros, ao mesmo tempo que providencia a edição de um terceiro.

— Em 1960 — declarou — publicarei, pela São José, o trabalho “A Glória de Machado de Assis”, que será incluído na série que Carlos Ribeiro vem dedicando ao autor de “Quincas Borba”. Enquanto isso — prosseguiu — estou ultimando “Nova Antologia da Academia Brasileira de Letras” (mais de trinta anos de discursos acadêmicos), seleção das orações proferidas de 1925 a 1958 nas solenidades de posse realizadas no referido período na Casa de Machado de Assis. Com essa obra, continuarei o trabalho iniciado por Humberto de Campos em 1925.

Informou ainda Nelson Costa que está preparando a décima primeira edição de “Páginas Cartas”, antologia que enfoca as mais interessantes trechos em prosa e verso de autores brasileiros sobre o Rio de Janeiro.

CAMINHOS DA TERRA

NO seu livro “Caminhos da Terra” (Anlunas), Enéida colocou com o epíteto as palavras de Lou Sin: “Os caminhos da Terra não têm fim”; mas cada vez que um grande grupo de homens passa pelo mesmo lugar, na fim um caminho se forma”. A obra é, assim, dedicada a esses homens cujos passos abriram os caminhos da Terra. Lê-se de uma só vez o livro de Enéida: pela qualidade da prosa — simples, direta, com aquela ternura humana que é a característica principal de tudo que ela escreve; pelo interesse que despertam os temas tratados nas cento e cinquenta e seis páginas do volume. Três países foram visitados (no sentido exato da palavra) pela cronista de “Cão da Madrugada”: Rússia, Tcheco-Eslôvaquia e China. E, a respeito de cada um, Enéida muito tem que contar: de seu povo, sua paisagem, problemas, culturas, mas mais diversos aspectos da vida. Os Enéidas que viu, principalmente, “crianças felizes”, crianças logo após o período carnavalesco.

PROJETOS PARA 60

DECLARAÇÃO do editor Enio Silveira:

— Já está pronto o programa para 1960 da Editora Civilização Brasileira. Além de várias reedições, pretendemos lançar cerca de oitenta novos títulos, brasileiros na maioria. Outros novidades para 60: levaremos adiante o projeto de publicação de uma série de livros nos moldes da “Pocket Book”; obras a preço acessível, em grande número.

Os primeiros lançamentos deste ano da Civilização Brasileira terão início em março. Logo após o período carnavalesco.



NOTÍCIAS LIGEIRAS

HEITOR SALDANHA tem pronto um livro de poemas inspirados exclusivamente no Brasil. É que o poeta já foi mineiro no Rio Grande do Sul, sua terra natal... MOACYR FELIX “O Pia e o Vinho” pretende viajar dentro de um mês para a Suécia, onde ficará dois anos... “Doutor Jivago”, de PASTERNAK, e “Lolita”, de HUBERSON, foram as duas traduções mais vendidas no Brasil, em 1959... Ficaremos no Rio, o poeta BRUNO GARGIULO, um dos principais inspiradores do Clube de Poetas de Campo, cidade onde reside até há pouco... Um dos primeiros lançamentos de 1960 é o Olimpo, em 1960, será a segunda edição de “A Vida Literária no Brasil — 1900”, de BRITO BROCA... Último lançamento da mesma editora em 1959: “Fronteiras da Crítica” (ensaios), de J. GUILLERME DE ARAGÃO. Nas livrarias a recomendação de GERARDO MELO MOURA: “O Vale da Espada” (Edição GRD)...

● Para remessa de livros: Voluntários da Pátria, nº 231 — apto. 402.

revista *O Cruzeiro* que Lourdes Maron fora a inspiração de Jorge Amado ao escrever ***Gabriela Cravo e Canela***; iguais exclusividades ocorreram quando das eleições para a Academia Brasileira de Letras, dos escritores Cândido Motta Filho (08/04/1960), A. da Silva Melo (13/04/1960) e Augusto Meyer (13/05/1960). O acidente automobilístico que vitimou o poeta Carlos Pena Filho, em Recife (01/07/1960), o XXXI Congresso Internacional dos Pen Clubs, ocorrido no Rio de Janeiro (26/07/1960) foram dois outros temas também exclusivos. Em 27/07/1960, a coluna se ocupou de uma entrevista que Maria da Saudade Cortesão Mendes, esposa do escritor Murilo Mendes, fizera com a então festejada escritora italiana Elsa Morante. Exclusividade também para o 1º Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, realizado em Recife, através da ótica de um de seus participantes, Valdemar Cavalcanti (16/08/1960). Além desses, o colunista utilizou quatro domingos e um feriado, entre 15/05/1960 e 18/09/1960, para publicar trechos do romance que lançaria em novembro, ***Terra de Caruaru***.

O *Jornal de Letras*, do qual trataremos com mais detalhes adiante, foi criado em 1949 pelos três irmãos Condé, e mesmo José tendo se afastado de sua redação em 1956, sua coluna no *Correio da Manhã* sempre serviu de espaço de divulgação, a cada novo número publicado, como também o era de outras publicações literárias, como a revista *Leitura*, o *Anuário Literário Brasileiro*, o *Boletim Bibliográfico Brasileiro* (BBB), dentre outras.

Durante o ano de 1960, chama a atenção o concurso de contos “A melhor história sobre sua cidade”, empreendido por José Condé. Tendo na comissão julgadora dos trabalhos Carlos Drummond de Andrade, Aníbal Machado e Marques Rebelo, foi lançado em 17/04/1960, e, desde então, praticamente todas as colunas trouxeram uma nota sobre o certame, que contou com o impressionante número de 721 textos inscritos, nominalmente citados, acompanhados do respectivo pseudônimo do autor, ao longo do período de vigência; até que, no dia 06/11/1960, foi publicada a relação dos treze vencedores: sete do Rio de Janeiro, três de Minas Gerais, um de São Paulo, um da Paraíba e um de Pernambuco. Em 1º lugar, ficou o conto “Barathron”, de José Maria de Lima Campos, do Estado da Guanabara; em 2º lugar, “Josias e a Imperatriz”, de Gastão de Holanda, do Estado de Pernambuco; em 3º lugar, “O nome do falecido”, de E. Martins Garcia, do Estado da Guanabara.

Observa-se, ainda, nesse ano, um envolvimento do jornalista com a campanha política de pelo menos dois colegas: Antonio Olinto, que se candidatou a deputado, não logrando êxito, mas rendendo um livro – ***O Candidato*** –, cuja preparação foi divulgada por três vezes

na coluna; e o deputado Fernando Ferrari, postulante à vice-presidência da república, na chapa encabeçada pelo então prefeito de São Paulo Adhemar de Barros, e que ficou em terceiro lugar, atrás de Teixeira Lott e Jânio Quadros, este, o eleito. A campanha de Olinto, na coluna, dava-se divulgando eventos literários que este promovia, para se apresentar como candidato, enquanto que a de Ferrari, através das nada menos que **doze** divulgações do livro-plataforma do político, *Mensagem renovadora*.

Como dissemos, a coluna “**Escritores e Livros**” divulgava notas literárias vindas de todos os lugares do Brasil, cujos divulgadores se interessassem em enviar *releases* a Condé. Naturalmente, a cidade de Caruaru está presente mais de uma vez, em 1960, quando, por exemplo, nesta nota, em que o colunista extravasa seu bairrismo ao publicar: “Abelardo [Rodrigues] – homem de sete instrumentos – foi convidado pelo prefeito João Lyra Filho, de Caruaru, **o mais importante município pernambucano**, para dirigir o plano paisagístico daquela cidade, organizar ali um Museu de Arte Popular e, ainda, colaborar em outros setores culturais” (CONDÉ, 1960f, p. 2). A reportagem fala de planejamentos de Abelardo para bibliotecas populares em quiosques, teatro moderníssimo com 400 lugares, e um jardim à entrada da cidade – planos que, infelizmente, não se concretizaram. Caruaru volta a ser notícia quando, em setembro, o Pe. Zacarias Tavares esteve no Rio, levando algumas novidades da terra, como a reinauguração do Museu de Arte Popular, a restauração de folguedos populares, a ideia da criação da Universidade de Caruaru, a realização da “Noite de Caruaru”, no Rio, com a presença do ceramista Vitalino Pereira dos Santos, e a hiperbólica informação de que, em 1961, seria entregue à comunidade um teatro com capacidade para 3000 espectadores (CONDÉ, 1960i, p. 2) – na verdade, ainda hoje a cidade se ressenete da falta de um teatro público. Por outro lado, a “Noite de Caruaru” efetivamente aconteceria no dia 29/10/1960, como anunciado na coluna, sob grande foto (Figura 20) em que aparecem o Mestre Vitalino com seu pífano, o prefeito de Caruaru, João Lyra Filho, e o irmão do colunista, João Condé, o principal articulador do evento (CONDÉ, 1960k, p. 2).



Figura 20 – Mestre Vitalino, o prefeito de Caruaru João Lyra Filho e João Condé. Foto: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro.

Como podemos observar, a coluna **Escritores e Livros** era uma cobiçada vitrine de divulgação para autores, editores e todos aqueles que circulavam em torno da literatura, tanto no centro cultural do país, o Rio de Janeiro, quanto nas mais diversas regiões, que se mantinham em constante contato com José Condé. Entretanto, mais do que esse espaço noticioso, a coluna inscreve-se como interessante fonte de registro da dinâmica literária de um determinado tempo e lugar, a exemplo do que comenta Barbosa (2007, p. 73) a respeito dos periódicos brasileiros do século XIX: “Algumas resenhas e comentários eram [...] fruto da amizade, do patrocínio e, muitas vezes, do pagamento que o autor [ou a editora] fazia para ter seu livro comentado, citado em um jornal”.

2.4.5 Dedicatórias inusitadas

Finalizando este rápido apanhado das dedicatórias autografadas, encontradas nos livros do acervo pertencente à biblioteca particular de José Condé, registramos alguns textos curiosos, em que se sobressaem o bom humor, a brincadeira, o chiste, que eram comuns entre os amigos escritores, naquela época, como recorda Vera Condé (informação verbal)⁸⁵: “Eles estavam sempre brincando, essa coisa lúdica que você não vê hoje”.

Vejamos alguns desses autógrafos:

a) Inicialmente, registremos a poeticidade e o respeito de um poeta ao enviar a Condé um livro ainda inédito: “A você, José Condé, neste exemplar de um livro ainda não lançado, a primeira dedicatória que faço investido de um Principado que você conquistou e magnanimamente me atribuiu pelo seu belo espírito e pelo seu grande coração. São Paulo, 30.IX.1959. Guilherme de Almeida” (*Messidor*); poética é também a linguagem utilizada por Audálio Alves, no autógrafo a Condé: “Ao José Condé, o sempre irmão, com minha admiração pelo Romancista, com minha fé e minha solidão, Audálio Alves. Rio, 09-1-66” (*Romanceiro do canto soberano*).

b) Há mensagens que são cifradas, e somente os dois, o que envia e o que recebe, as compreendem completamente – talvez também um ou outro amigo comum, que tenham vivenciado a experiência –: “A Zé (Tigre) Condé, do seu companheiro de avião, Antonio

⁸⁵ Em entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

Callado. 14/III/1957” (***Madona de cedro***). Sabemos, por vários depoimentos, do pavor de voar que Condé nutria, e, provavelmente, o texto de Callado trata-se de uma ironia (“Tigre”), de uma brincadeira com esse medo de avião. Ou, ainda, o registro de uma situação acontecida em Porto Alegre, na viagem de tantas peripécias, já aqui narradas por Leopoldo Teixeira Leite (informação verbal)⁸⁶: “Para o José Condé, como lembrança da inesquecível noite em que estivemos juntos na busca infrutífera de macumbas, durante o 1º Congresso Brasileiro de Arte. Oferece o Paulo do Couto e Silva. P. A., 2.4.61” (***Da interpretação musical***).

c) Cobranças bem humoradas, mas enfáticas, também aparecem com frequência:

1) “Ao José Condé, que ainda não me emprestou sequer sua “Histórias da cidade morta”, of. Geir Campos. Maio 53” (***Coroa de sonetos***);

2) “Meu caro José Condé, Dom J. Eliezer de Carvalho fala-nos aqui com grande entusiasmo do seu último romance. Ganharei um exemplar? Depois da violenta alegria e outras emoções que me deu a Terra de Caruaru, estou desejosíssimo de ler o novo livro. Abraços, Ribeiro Couto. 20.1.63” (***Sentimento lusitano***);

3) Do poeta Thiago de Mello: “Ao José, que ainda nem me deu o ramo para Luíza, mas a quem dou, com alegria, este livro também seu, com a amizade do Thiago” (***Vento geral***);

4) “Ao muito caro Condé, com um grande abraço desta sua contadora de história. Lygia [Fagundes Telles]. S. Paulo, outubro de 58. (Em novembro (fins) estarei aí. Farei perguntas sobre estes contos, entendeu?...) L.” (***Histórias do desencontro***) – apesar da *discreta* cobrança de leitura, encontramos este livro com as folhas ainda coladas. As cobranças por parte de Lygia, no entanto, não param por aí; no livro ***Silbermann***, de Jacques Lacretelle, encontramos dois autógrafos. Um, de 1949: “Para o Condé, com um grande abraço, Lygia. Rio, 1949.” Outro do ano seguinte, com uma curiosa informação: “Condé, arrumando meus livros, achei este que já te dei há tempos. Aceite-o com um segundo grande abraço. Lygia. Rio, 1950”.

d) Condé deve ter participado de algumas polêmicas, principalmente em sua condição de jornalista literário, cujas rusgas proporcionaram ácidas, mas gentis, dedicatórias: “Ao José Condé, cuja teima em desfavor do escritor nada altera a simpatia do velho amigo, oferece o Lúcio Cardoso. Rio, 60” (***Diário I***). Mas também o reconhecimento: “Ao ‘implacável’ José

⁸⁶ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

Condé (nunca amigo da onça), com a homenagem e o cordial abraço do José Carlos [Lisboa]. 25-X-1960” (**A casa do bode**). E ainda: “Para José Condé, homem direito e escritor em permanente ascensão – que aceita o combate de ideias sem ressentimento – a admiração agradecida de José Carlos Oliveira. Rio, 4 de fevereiro de 1963” (**Os olhos dourados do ódio**).

e) Brincadeiras também são feitas com o sobrenome do escritor, que lembram aquelas, entre o coronel Quincas Barros e seu compadre João, do Mondé, que deram origem ao nome de família, conforme já abordamos anteriormente: “A José Condé (Conde é? Conde deveras? Mas onde é que já se escreveu conde com acento agudo no E?). Ribeiro Couto. Rio 6.5.1953” (**Entre mar e rio**).

f) Há espaço também para agradecimento: “A José Condé, romancista que me ensinou muitas coisas, este ramo seco mas vivo de camaradagem e amizade, Ascendino Leite. 6-9-60” (**Dois romances: A viúva branca – O salto mortal**). Ou este, de um conterrâneo nordestino, da Paraíba: “Para José Condé, a quem devo tanta coisa, inclusive a publicação deste livro, com o abraço amigo e a admiração constante de Virgínius da Gama e Melo. Paraíba, agosto de 1970.” (**Tempo de vingança**).

No caso do livro de Gama e Melo, percebemos a atuação de José Condé, através do *Jornal de Letras*, como editor de autores que tinham dificuldade em conseguir espaço ou sequer atenção das grandes editoras. Recordemos que, como aludimos acima, o escritor potiguar Renard Perez foi outro que aceitou a oferta de Condé de publicar seu livro de contos **Os sinos**, sob a chancela do jornal literário dirigido por Elysio Condé. A desenvoltura de José Condé como divulgador literário decerto terá contribuído para o estabelecimento de vários escritores iniciantes e/ou desconhecidos, no concorrido cenário literário carioca, entre as décadas de 40 e 60, a exemplo do que se deu com Perez, e mesmo colegas jornalistas, como Mauritônio Meira, Celso Rodrigues, Vandragézilo Neves etc.

g) Notemos a descontração do crítico literário e jornalista Augusto Meyer: “Ao José Condé, estas bilusadas do bom tempo, com um abraço do seu Augusto Meyer, 1955” (**Poemas de Bilu**). Temos ainda uma referência à vasta cabeleira branca do escritor, que cedo *grisalhou*: “Ao meu caro José Condé, com o abraço mais antigo que os seus cabelos brancos. Thiers [Martins Moreira]. Dez, 70” (**Visão em vários tempos**).

h) A gentileza de uma dama da literatura brasileira: “Ao José Condé, este caso de amor e misticismo, que, na certa, você contaria melhor que eu. Rachel de Queiroz. 21-4-58” (*A beata Maria do Egito*). O carinho de outra dama: “Ao muito querido Condé – amizade de 2000 anos quase – e à cara Maria Luiza, a Lygia [Fagundes Telles]. São Paulo, janeiro de 1961” (*Histórias escolhidas*).

i) O deslize da autora, que parece ter ouvido o galo cantar sem saber onde: “A José Condé, para seus arquivos implacáveis, Myrtha Rosato. Santos – 1962/1963” (*Biê*) – na verdade, os “Arquivos Implacáveis”, como sabemos, eram de João Condé, não de José. Outro equívoco, a tempo consertado, embora deixando de fora *o rabo do gato*: “A Maria Luiza, em primeiro lugar. E [rasura] caro José Condé com o abraço de sempre do admirador Herbert Sales. Rio, 19-III-71” (*O lobisomem e outros contos folclóricos*) – O autógrafo, inicialmente, fora somente para José Condé; posteriormente, foi apostado o nome de Maria Luiza, ressaltando ser “em primeiro lugar”.

j) José Condé andava à cata da obra *Seu Candinho da Pharmacia*, do pernambucano Mário Sette, quando lhe chega às mãos um exemplar, com a seguinte dedicatória: “Dr. Condé, oferto-lhe esta joia literária pernambucana, que o soube interessado através do Dr. Valdemar Lopes, cientificando-lhe que, para experimentar esta satisfação, tive que readquiri-la do Dr. José Eduardo Wanderley Rocha, que sabendo da finalidade, imediatamente pôs a minha disposição tão precioso acervo literário, e que faço chegar as suas mãos pelas mãos do Dr. Valdemar Lopes. Recife, Natal de 1961. [assinatura ilegível], “Sebista”.

2.5 Um tesouro semi-intacto

Como afirma Vianna (2001, p. 101), “para o leitor da obra de um escritor sua biblioteca é um verdadeiro tesouro”; preciosidade à espera de manipulação do pesquisador, ansioso de saber por quais obras podem ter passado os olhos do literato, e possivelmente reveladora de pistas sobre o que pode ter influenciado o autor neste ou naquele livro, neste ou naquele personagem.

Evitamos o extremo foucaultiano de afirmar que na escrita temos o “apagamento dos caracteres individuais do sujeito que escreve” e que “a marca do escritor não é mais do que a

singularidade da sua ausência” (FOUCAULT, 1992, p. 36), provocados e exercitados pelo próprio autor, conscientemente; muito menos afirmamos ser sua obra composta dos resquícios, das reminiscências do que leu, ao longo da vida, e que seu papel criador resumir-se-ia, então, a copilar “um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura” (BARTHES, 1988, p. 69). Mas temos convicção de que, ao observarmos com atenção a obra de um escritor, comparando com o que ele tenha lido, havemos de encontrar pertinências, em textos próprios, individuais, e inéditos. E mais: podemos até entender alguns comportamentos, algumas atitudes desse escritor, o que nos ajuda a compreender sua trajetória, seu estilo, suas convicções, seu modo de criar.

Por isso, em nosso bisbilhotar no acervo particular do escritor José Condé, buscamos pistas para compreender seu mundo literário, profissional, familiar, a fim de, desta forma, tentar detectar seu comportamento enquanto homem, jornalista e escritor, e as consequências desse comportamento no destino de sua obra, atualmente. Sabemos do ostracismo em que se encontram seus livros, suas histórias: fora do cânone literário nacional, ausente dos catálogos das editoras, em falta nas livrarias. Queremos entender o porquê disso. Daí nosso desejo em mergulhar fundo nesse tesouro, à espera de que vestígios do passado vivido pelo jornalista e escritor possam ser portas entreabertas para explicações maiores e mais completas.

É certo que tal acervo, ainda que desfalcado, deteriorado e mal conservado, oferece-nos muito mais possibilidades que as aqui levantadas – talvez um trabalho à parte, que não descartamos realizá-lo um dia –, mas a falta de espaço, o desvio do foco que representaria para esta pesquisa, fazem-nos ser breves e algo superficiais no tratar dessa documentação, que, certamente, guarda muito mais a nos ofertar do que, até agora, conseguimos detectar. Ainda que maculado ao longo do tempo, o tesouro acha-se semi-intacto, à espera de tratamento à altura de seu valor.

CAPÍTULO 3 – ALGUMAS REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O CÂNONE

“Qualquer obra que se cristaliza como um clássico
pode sofrer de um endurecimento das artérias.
Pode matar um objeto esgotando-o, e pode se
tornar um monumento a um empreendimento
intelectual do passado, ao invés de um estímulo
para maiores esforços no futuro.”

Robert Darnton

3.1 As sete maravilhas do mundo antigo

Costuma-se atribuir ao poeta e escritor grego Antípatro de Sídón a elaboração da lista das Sete Maravilhas do Mundo Antigo, em um pequeno poema escrito por volta de 140 a.C.⁸⁷, no qual focalizava majestosas obras arquitetônicas e artísticas erguidas na Antiguidade, levando em conta sua beleza, riqueza e magnitude, elementos que justificariam, segundo o vate, a travessia dos tempos até sua perpetuação, mesmo que fossem destruídos fisicamente (como de fato o foi a maioria):

- a) A mais antiga *maravilha* do mundo antigo é a única que ainda se mantém de pé: a **Grande Pirâmide de Quéops**, no Egito.
- b) Um complexo arquitetônico e paisagístico que foi incluído na lista do poeta foram os **Jardins Suspensos da Babilônia**, onde hoje se situa o Iraque.
- c) Outra *maravilha* tem uma conotação eminentemente religiosa e é a única localizada na Grécia continental, mais precisamente na cidade de Olímpia, na planície do Peloponeso: a **estátua de Zeus**.
- d) É também na atual Turquia que encontraremos as ruínas de mais uma das *maravilhas* da Antiguidade: o **Templo da Deusa Ártemis (Diana dos romanos)**, localizado em Éfeso.
- e) Um túmulo, em Halicarnasso, hoje Bodrum, na Turquia: o do **rei Mausolo**, que, inclusive, gerou a expressão *mausoléu*, usada para designar grandes sepulturas.

⁸⁷ Antípatro, natural de Sídón, cidade situada no atual Líbano, a 48 km da capital, Beirute, pode não ter sido o primeiro a elaborar essa listagem, já que é também possível vê-la no livro *De septem orbis miraculis*, do engenheiro grego Philon de Bizâncio, aproximadamente no ano 200 a.C. [www.girafamania.com.br/introducao/setemaravilhas-antigas.html]. Acesso em 01/07/12]

- f) Na ilha de Rodes, no mar Egeu, administrada pela Grécia, construiu-se uma enorme estátua representando o deus Sol, que ficou conhecida como o **Colosso de Rodes**.
- g) Finalmente, a oitava maravilha do mundo clássico é o **Farol de Alexandria**, ficava na ilha de Faros, próximo ao porto de Alexandria, no Egito.⁸⁸

Estamos apresentando esta lista porque nos parece análoga às relações canônicas literárias, das quais tratamos aqui. Antípatro de Sídón aparece como o organizador de um rol que se pretende canônico. O objetivo mostra-se-nos semelhante ao que observamos hoje, como seja, eleger uma série de obras, julgadas *eternas*, a fim de serem perenemente louvadas por todos, *per saecula saeculorum*. Essa escolha far-se-ia a partir de determinados critérios eminentemente subjetivos: a opinião do autor a respeito dos monumentos que ele julgava serem merecedores de perpetuação na memória artística e cultural da Humanidade – aliás, perguntamo-nos a razão de um grego apontar, entre sete, apenas uma obra localizada efetivamente em território continental grego, o que, decerto, poderia envolver alguns outros critérios que os meramente preferenciais, ligados a sua formação cultural, sua posição social, os interesses que defendia etc.; como pode ser também que os questionadores de tal lista tivessem igualmente suas razões para assim se portarem. Os jogos de conveniência presentes, tanto em quem elabora a relação quanto em quem a contesta ou a apoia, são os mais diversos, gerando, destarte, uma matéria de complexo tratamento e reflexão.

Além do mais, há que se levar em conta a limitação geográfica de Antípatro, bem como as dificuldades de conhecer além do seu próprio mundo, ainda que tivesse viajado bastante e coletado muitas informações para a elaboração da conhecida lista. O que temos, na verdade, é o rol das sete maravilhas do *seu* mundo conhecido: duas no Egito, duas na atual Turquia (três, se considerarmos que a ilha de Rodes fica ao extremo sul desse país), uma no atual Iraque, e uma na Grécia.

Ficou de fora, por exemplo, a Grande Muralha da China, construída durante cerca de dois mil anos, a partir de 221 a.C., com o objetivo de proteger o país das invasões, e que, à época da elaboração da lista já deveria contar com cerca de três mil dos cerca de sete mil quilômetros que compõem sua extensão ao término de sua construção⁸⁹.

⁸⁸ Informações extraídas do site <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sete_maravilhas_do_mundo>. Acesso em 01/07/2012.

⁸⁹ Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Muralha_da_China>. Acesso em 01/07/12.

O breve levantamento dessas duas sumárias questões já nos chama a atenção para alguns complicadores com os quais nos deparamos, diante deste complexo tema, o cânone literário, dos quais trataremos, a seu tempo. Antes, faz-se necessário refletir a respeito do motivo que teria levado o poeta grego a elaborar a lista das *maravilhas*, que também não é diferente da razão que leva à elaboração do panteão canônico literário: a perpetuação de tais obras através dos tempos, o que se dá, principalmente pela memória social.

3.2 A memória e a memória de uma civilização

Os gregos foram o primeiro povo a relacionar as extraordinárias estruturas erguidas pela mão do homem, as quais precisavam se manter vivas na memória da Humanidade, ao longo do mais longínquo tempo possível. A manutenção de elementos representantes de um período de considerável progresso arquitetônico, artístico, político e social, na memória dos homens de todos os tempos, parece ter sido a razão precípua da elaboração de tais listas.

Definimos memória, com Le Goff (1997, p. 11), como, basicamente, a “propriedade de conservar certas informações”, e isso nos leva naturalmente a um conjunto de “funções psíquicas” que são capazes de atualizar, no cérebro humano, impressões ou informações passadas. Essas funções psíquicas justificam, de certa forma, a preocupação de diversas ciências com fenômenos mnemônicos, ciências como a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia, até mesmo a psiquiatria. Tratamos, evidentemente, da memória individual. E é ainda nesse campo, que Pierre Janet (*apud* Le Goff, *op. cit.*) associa o ato de memória ao comportamento narrativo, portanto, uma função eminentemente social, pois se trata da comunicação de alguém a outrem de uma informação que substitui o acontecimento em si.

Mas não nos esquecemos de que, como afirma Certeau (2011, p. 175),

a memória é o antimuseu: ela não é localizável. Dela saem clarões nas lendas. Os objetos também, e as palavras, são ocos. Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se, onde dormitam revoluções antigas. A lembrança é somente um príncipe encantado de passagem, que desperta, um momento, a Bela-Adormecida-no-Bosque de nossas histórias sem palavras. “*Aqui, aqui era uma padaria*”; “*ali morava a Mere Dupuis*”. O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos

serem como **presenças de ausências**. O que se mostra designa aquilo que não é mais: “aqui vocês *veem*, aqui *havia...*”, mas isso não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento. [Grifos em itálico do autor; grifos em negrito nossos]

O depoimento de Certeau é pertinente para aplicar ao escritor José Condé. Sua obra é a presença de uma ausência, no momento em que presentifica o passado que o garoto *Zeze* viveu na meninice, e o faz a partir de um ponto de vista privilegiado, o da ficção. Igualmente, trata-se de presença da ausência para o leitor, quando este resgata, através das narrativas, situações e personagens não mais existentes, quiçá nunca havidos realmente, senão na imaginação (tanto do escritor quanto do leitor). É também a presença da ausência no instante em que, através de suas obras, conseguimos reconstituir presenças marcantes da literatura brasileira em seus primeiros passos *pós-modernistas*, quando Condé produziu suas obras, mas, principalmente, quando participou ativamente de um profícuo movimento de divulgação cultural, especificamente literário, como atuante jornalista do diário carioca *Correio da Manhã*, sedimentando um momento ímpar nas artes literárias do século passado.

Entretanto, hoje José Condé personifica a presença de uma ausência, de uma forma bem mais simples – até óbvia –, uma vez que suas obras estão esquecidas no limbo do esgotamento nas livrarias, e o vigor de sua coluna **Livros e Escritores**, outrora privilegiada vitrine para autores novos e veteranos, que se queriam vistos e conhecidos pelo grande público, dorme sepultada nos arquivos da Biblioteca Nacional. Não fosse a memória de alguns poucos que viveram aquela época áurea, e que teimam em torná-la novamente presença, ainda que apenas com a visibilidade do invisível, seria o completo olvidamento.

Retomando as *maravilhas* do mundo, vemos a preocupação de um poeta em registrar, para futuras gerações, um conjunto de obras humanas que poderiam *narrar* acontecimentos de um passado não mais existente, mas que correspondem a determinados *alicerces* culturais da humanidade. É como se tais monumentos falassem, em sua opulência e majestade, de um tempo de evidente construção da cultura humana sobre o planeta, e daí a necessidade de se fazer sempre lembrado, gerações a fio. A listagem de Antípatro representa essa preocupação de resguardo da memória coletiva – aqui identificada pelos monumentos escolhidos – para a fixação, na memória individual, desses sete elementos, cada um deles tendo relação com fatores humanos e divinos, de poder e de glória, de mistério e de perpetuação. Ao

observarmos a listagem do poeta grego, perceberemos a presença de questões metafísicas em sua maior parte: três dos monumentos, diretamente, fazem menção à divindade (a estátua de Zeus, o Templo de Ártemis e o Colosso de Rodes), e outros dois, indiretamente (a Grande Pirâmide de Quéops e o Mausoléu de Halicarnasso), através da reverência à morte. Os dois restantes referem-se mais especificamente a preocupações humanas: um *mimo* à esposa (os jardins babilônicos) e uma edificação tecnológica (o farol de Alexandria).

Os deuses estão presentes desde sempre no imaginário humano, e as descobertas de vestígios remotos dão conta dessa necessidade de deificação da vida, dos fenômenos, dos acontecimentos mais prosaicos. E quanto mais nos afastamos para trás, no tempo, mais evidente torna-se essa ligação. A manifestação divina como mitificação faz-se realidade porque se trata da narração de uma criação, como aponta Nóbrega (2004), e isso explicaria, de alguma maneira, as certezas que levam determinados homens a materializar essas crenças em monumentos, como os três aqui apresentados.

O desejo de se fazer presente à divindade leva o homem a acreditar que essa presença – ou mais, essa pretendida equivalência com o metafísico – manifesta-se, no plano físico, através da grandeza e riqueza; é perfeitamente perceptível essa preocupação nos templos cristãos, por exemplo. Igual preocupação de equivalência aos deuses manifesta-se tanto entre os egípcios quanto entre os gregos, quando se trata de serem vencedores da morte. Não bastasse uma vida superior à dos demais mortais, acreditavam-se superiores também na morte, e, para isso, providenciavam grandes monumentos que, além de contar de sua importância como mortal, garantiria a permanência do corpo, para uma eventual continuação de mando pós-morte. Essa preocupação percebe-se na construção da Grande Pirâmide do faraó Quéops, como no Mausoléu da cidade de Halicarnasso.

Mas nenhum dos monumentos fala de tão perto sobre a memória como os jardins suspensos da Babilônia. Representam uma tentativa do soberano, Nabucodonosor, de materializar os resquícios mnemônicos de sua esposa, Amitis, que sentia falta dos montes e florestas de sua terra natal, a Média. Descontada a evidente carga afetiva que teria movido o rei em tal empreitada, sua execução substancia esse propósito utópico de recriar a região de origem da consorte. Pretensão extrema, principalmente porque se salientam aqui duas subjetividades: a da rainha, que, ao recordar, construía uma imagem própria de sua terra, que não necessariamente corresponderia à realidade, mas que funcionava como propulsora à saudade que sentia; e a interpretação, pelo marido, do desejo da esposa, com a consequente

concepção de seu próprio desejo, na construção dos jardins. Entretanto, a pretensão não era somente essa, mas a de demonstrar, aos súditos, aos soberanos vizinhos e, quiçá, a boa parte da eternidade, seu poder e riqueza, através do erguimento de construção tão inusitada e grandiosa.

O que temos aqui, esboçado através da listagem das sete maravilhas do mundo antigo, é o que chamaríamos, à falta de termo mais apropriado, de lastro original, sobre o qual se erguem interessantes ideias de grandiosidade, imortalidade, perenidade, e a que comumente chamamos de formação cultural de uma civilização. Mas essa lista é produto da observação de um só homem, que poderia estar representando, ideologicamente, uma comunidade, um grupo social, ou simplesmente apresentando sua visão pessoal – embora saibamos quão polêmica é a ideia de pessoalidade, de individualidade, vez que é praticamente impossível precisar o que é de fato original no indivíduo e o que é fruto de influências do seu contato com o mundo, as circunstâncias, os acontecimentos, as outras pessoas. E esta lista representa, ao cabo, uma visão específica, unitária, de objetos que, de alguma forma, compõem o imaginário cultural da humanidade.

Em que pese a questão de ser uma entre várias outras relações existentes, há de se convir que esta traz um diferencial importante: atravessou os tempos, e faz-se referência, ainda hoje, quando se trata das sete maravilhas da Antiguidade. Que características teriam garantido o respeito de tantos, ao longo do tempo? A importância político-social de seu elaborador? O apoio e ratificação de determinadas pessoas e instituições, ao passar dos anos? O estudo criterioso, por cientistas de renome, a corroborarem-na? A minuciosa e insistente divulgação em espaços específicos, a garantir tal respeito? As indagações são infindáveis, embora pareça-nos basilar perguntar: qual o real peso dos objetos relacionados, na perpetuação do rol? E, conseqüentemente: por que esses objetos, e não outros?

Perguntas como essas, questionamentos daí advindos, reflexões brotadas, hipóteses aventadas, preocupações surgidas, como as aqui colocadas, em relação ao cânone das maravilhas do mundo antigo, mostram-se-nos análogas às que fluem quando tratamos de outro cânone – o literário –, sua formação/elaboração, sua importância para esse vasto campo a que chamamos Literatura.

3.3 Cânone: depositório mnemônico

A vida acontece, incessante e deliberadamente; os fatos se sucedem, peremptoriamente; provocados por, envolvendo ou vitimando pessoas, os acontecimentos compõem uma teia pulsante contínua, a que chamamos, entre outros termos, de **realidade**. Movimentados por um “comboio de corda”, girando a “entreter a razão”, a que, diferente de Fernando Pessoa (1987, p. 165), chamaríamos de “tempo”, esses acontecimentos vão se fazendo base para o seguinte, num devir constante e infinito. E, quando se busca algo que sobrevive em nossa lembrança, descobrimos-lhe submerso em camadas de pó, compondo um bloco denominado vulgarmente de **passado**.

Não fosse a influência direta e, muitas vezes, decisiva sobre o presente, sobre a vida das pessoas, sobre os acontecimentos subsequentes, não haveria por que remover a poeira que esconde, como véus, algo que já não mais é. Mas eis que, com a constância de nossa necessidade de busca da gênese de tudo, retomamos, reviramos, reconstituímos o passado muito mais do que talvez quiséssemos. Então, um arsenal de elementos vão se tornando instrumentos de escarafunchamento do que passou, para elaboração teórica do presente e projeção do futuro. Daí a afirmação de Kothe (1997, p. 11), que “o passado não é um conjunto definitivo e acabado, mas se altera, muda a sua nudez, de modo não-arbitrário, em função do deslocamento das forças dominantes no presente”. E completa:

O passado não é apenas uma fonte permanente de referências intertextuais, mas de legitimação de tendências estéticas, morais e políticas do presente, repositório de respostas a dramas e perplexidades do agora. Ele nunca é um problema do passado, mas do presente; não basicamente teórico, e sim prático. (KOTHE, 1997, p. 77).

O tempo tem exercido sobre os homens um fascínio evidente. A ideia de *voltar ao passado*, através de uma *máquina do tempo*, para *assistir* a tudo com a superioridade de quem já sabe o que acontecerá, ou até mesmo modificar, consertar, retificar o que não tenha tido bons resultados no *futuro*, tudo isso é muito forte no imaginário humano. A impossibilidade de uma reconstituição *in loco* do que se foi, aliada à necessidade de captação de elementos de antanho para a elaboração do presente, leva o ser humano a lançar mão de anzóis que garantam esse trazer à baila o que já não mais existe.

Sem dúvida, o instrumento com que mais se conta para isso é a memória, que, à semelhança de um balde com que se tira água de um poço, estando-se fora deste, mergulha-se num profundo passado e, da beira desse depósito, situada no presente, busca-se trazer à

superfície nacos generosos do que existiu um dia. Essa preocupação com o futuro, e a possibilidade de uma eventual consulta retrospectiva, tem levado os homens de todos os tempos a produzirem e deixarem marcas, que facilitem esse posterior acesso. As *maravilhas* da Antiguidade, com que abrimos este capítulo, diz bem dessa preocupação.

Mas não são apenas as obras de *pedra e cal* a perpetuar o passado e a garantir-lhe, como efetiva contribuição futura. Esse olhar retrospectivo pode ter também a função de “ajudar a compreender quais são os significados e os efeitos das rupturas que implicam os usos, ainda minoritários e desiguais, mas a cada dia mais vencedores, de novas modalidades de composição, de difusão e de apropriação do escrito” (CHARTIER, 2002, p. 9). Numa civilização que vai se tornando, pouco a pouco e cada vez mais letrada, como lembra Le Goff (1997), a escrita passa a ser o monumento que melhor cumpre esse papel de imortalidade.

As razões disso são várias, e as citaremos *en passant*:

a) Ainda que, como defende Barthes (1988, p. 70), aventando a “morte do autor”, o texto literário seja espaço de múltiplas escrituras e que haja “um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor [...]”; ainda que Foucault (1992, p. 36) afirme, como já vimos, que há um “apagamento dos caracteres individuais do sujeito que escreve”, pois ele “retira a todos os signos [do que escreve] a sua individualidade particular” e “a marca do escritor não é mais do que a singularidade da sua ausência”; mesmo que Certeau (2011, p. 202) afirme que “não existe [...] voz ‘pura’, porque ela é sempre determinada por um sistema (familiar, social etc.) e codificada por uma recepção”; ainda assim reputamos a arte literária como uma das mais individuais em sua produção.

Mesmo levando-se em conta outras instâncias socioculturais, como já demonstramos, e mesmo que o escritor seja fruto de gerações anteriores, que, por certo, influenciaram na sua formação, na concepção de suas ideias; mesmo que o indivíduo seja multifacetado, influenciado e moldado por fatores vários; mesmo que o momento histórico e o meio ambiente interfiram no que é escrito, como querem os deterministas; mesmo que não exista efetivamente a *pura originalidade*; ainda assim consideramos a arte literária, no final das contas, a expressão de um indivíduo, portanto, uma produção individual em sua efetiva elaboração.

Diferente de uma estátua ou de uma escultura, por exemplo, em que o artista, igualmente multifacetado, pode *criar* a obra, mas delegar determinadas tarefas de sua

construção a auxiliares, e apenas acompanhar-lhes o serviço, a escrita ficcional faz-se por uma só mão, desde a ideia inicial até sua materialização em texto, não obstante a cabeça que a tenha pensado não lhe seja exclusiva ou original. É, pois, o nome do **indivíduo** que se imortaliza na literatura, por sua efetiva produção, distintamente de uma pirâmide egípcia, por exemplo, em que há uma divergência entre o proprietário e o construtor: o primeiro é perenizado pelo trabalho do segundo.

b) A obra literária é sempre fruto de uma produção intelectual, de um exercício mental, em que entram em jogo variáveis técnicas, a exigir mais que talento e desejo: metodologias aplicadas a cada gênero literário, como métrica e rima na obra poética, condições de narratividade na prosa, pedem do artista cognição específica. Não apenas a força mental de quem constroi uma obra de engenharia, por exemplo, em que a racionalidade toma conta de praticamente todos os espaços, o literato utiliza o intelecto na manipulação técnica dos instrumentos que lhe permitem escrever, fazendo isso de forma criativa, isto é, sua criatividade não se restringe à inspiração do conteúdo, mas também à utilização inusitada da técnica.

Se, por um lado, Chartier (2002, p. 64) lembra que “o processo de ‘publicação’ dos textos implica sempre uma pluralidade de espaços, de técnicas, de máquinas e de indivíduos”, por outro, ressaltamos que escrever não é apenas um trabalho braçal – no sentido de mecânico e destituído de criatividade – mas a exteriorização de um cultivo intelectual, e, além de tudo, intuitivo como poucos, já que sua matéria-prima presta-se satisfatoriamente a quantos *devaneios lúcidos* o autor queira exercitar.

c) Ao contrário de obras de arte plástica, por exemplo, a literatura carrega a possibilidade de reprodução *ad infinitum*, sem a perda da autenticidade. Assim, pode atingir um número infinitamente maior de receptores, notadamente após a invenção da imprensa, que possibilitou tiragens cada vez mais significativas dos livros. Essa capacidade de fazer-se presente simultaneamente em milhares de lugares e nas mãos de milhões de leitores garante a sua perpetuação, ainda que algum(ns) exemplar(es) seja(m) destruídos(s). Nesse caso, o que menos importa, pelo menos para o leitor comum e certos ramos de pesquisa (a maioria deles), é o texto original, aquele que sofreu o contato direto do autor, que é objeto de estudo específico da Crítica Genética. Aos demais, a originalidade do suporte não é exigida.

Com o advento do computador como suporte, o alcance da arte literária atingiu uma intensidade inimaginável:

O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler. (CHARTIER, 1998, p. 13)

Agora, a relação do leitor com o escrito adquire uma interatividade desconhecida, cada vez mais efetiva, através da multiplicação de contatos com o texto, atingindo estratosféricas marcas, contadas geralmente em milhões de acessos. E o suporte sendo identificado pelo endereço do *site*, garante novas leituras indefinidamente, sempre que se desejar ou necessitar, bastando, para isso, operações elementares de digitação e *clicks*.

d) A narrativa tem a característica de despertar no leitor, anos ou séculos depois de produzida, sensações análogas às experimentadas pelo seu produtor, o que Raul Castagnino (*apud* TAVARES, 1996) denominou sinfronismo, estabelecendo-se, assim, um vínculo muito mais íntimo entre os dois – escritor e leitor –, porque dinâmico, renovável a cada nova leitura.

O livro, pois, é uma espécie de *máquina do tempo*, aquele instrumento que consegue fazer o leitor retroceder, emotivamente, aos momentos em que a obra foi produzida, e experimentar as sensações que o autor conheceu ao criar aquela situação narrativa, partilhar as emoções de personagens que as viveram ficcionalmente num tempo passado. Isto porque, como afirma Veríssimo (2001, p. 70), exemplificando com Homero, a literatura “é a coisa mais permanente do mundo, neste sentido, que as suas grandes obras são de todos os tempos e sempre contemporâneas”. Assim como as Sete Maravilhas do Mundo...

e) A ficção provoca uma espécie de suspensão do tempo real do leitor (também do escritor), através da criação de um tempo narrativo diferenciado, permitindo sua constante manipulação, por parte do artista, como também do leitor, que contribui, com sua imaginação receptiva, para a construção da narrativa.

Como efeito, cria-se a ilusão de elasticidade ou precipitação dos acontecimentos narrados, gerando um produto cada vez mais atraente para o receptor, pois joga a todo momento com suas emoções, seus desejos, sua identificação com os personagens. Essa dupla suspensão temporal (do autor e do leitor), proporcionando esse espaço infinito de criação, garante tanto a eternidade criativa da obra quanto seu amoldar-se a incalculáveis ambientes e pessoas, culturas e civilizações.

f) Por se direcionar direta e essencialmente ao cérebro, e não apenas aos olhos, como outras obras artísticas, que podem se sentir também contempladas apenas com a admiração visual, a literatura carrega em si a capacidade essencial de provocar pensamentos, conjecturas. Aliás, essa capacidade mantém-se mesmo quando não é possível a utilização da visão, como quando o receptor não sabe ou não pode ler e ouve a leitura efetuada por outro – citemos o exemplo de Manguel (1997), leitor, por algum tempo, de várias obras para Jorge Luis Borges, quando este perdeu definitivamente a visão.

A leitura exige esforço mental para compreensão do texto, e, conseqüentemente, a realização deste enquanto obra de arte; o cérebro vê-se forçado a produzir imagens, imaginar situações, tirar conclusões, que foram apenas sugeridas por quem escreveu. Essa atividade mental pode também gerar questionamentos, despertar a vontade de mudança no receptor. Não são poucos os exemplos conhecidos de autores cuja obra provocou transformações radicais nos leitores, embrionárias, quiçá, de revoluções sociais.

O autor, destarte, faz-se imortal sempre que sua obra provocar movimentação revolucionária em/entre pessoas que, provavelmente, ele nem tenha conhecido, transformações em sociedades das quais ele sequer tenha ouvido falar. Não deixa de ser profundamente sedutora para um ser humano a ideia de superar a barreira do tempo e da própria vida, diante da constatação de que algo que ele está produzindo hoje venha a ser instrumento de libertação, de revolução, quando ele nem estiver mais presente fisicamente; que suas palavras terão o poder de insuflar multidões, de movimentar sistemas, de dismantelar ou reforçar regimes político-sociais ou culturais – ainda que tal satisfação seja anterior e imaginária sobre um fato apenas desejoso.

Desta maneira, não é difícil constatar que a arte literária sedimenta-se como significativa plataforma construtora de um tempo, referência de homens e sociedades que a construíram com suas atitudes e realizações. A literatura formata o passado e o mantém vivo mais intensa e detalhadamente que qualquer outra arte, aparecendo, desta forma, como importante repositório da memória de um povo, capaz de alimentar, ao longo de todo o tempo em que for consultada, a ânsia de passado, o desejo de explicação desse passado com vistas ao presente e ao futuro. Bloom (1995, p. 42) diz que “o conhecimento não pode prosseguir sem memória e o cânone é a verdadeira arte da memória, a autêntica fundação do pensamento cultural”.

Entretanto, aqui surge um complicador: o crescente número de pessoas que vão tendo acesso à capacidade de produzir textos – e, como frisamos, a produção literária faz-se essencialmente pelo indivíduo –; Chartier (1998, p. 99) lembra a inquietação que dominou a relação com a cultura escrita, por muito tempo: o excesso, ou seja, “a proliferação textual pode se tornar obstáculo ao conhecimento. Para dominá-la, são necessários instrumentos capazes de triar, classificar, hierarquizar”. Sêneca (*apud* BAÉZ, 2006, p. 219) “atribuiu às tropas de Júlio César a queima de quarenta mil livros”, minimizando a importância dessa radical triagem pelo fato de este se aborrecer com o “excesso de livros”.

Então, diante de tão vasta produção, quais escritos, exatamente, devem ser postos à disposição do “futuro”, pela sua capacidade motora de transformações? E mais: que critérios utilizar para escolher uma ou outra obra como representativa de fato de um determinado passado?

3.4 Considerações sobre a Verdade

Desde sempre, a humanidade vive em busca de respostas para suas dúvidas, seus questionamentos. A ânsia de conhecer a si mesmo e ao mundo em que se viu obrigado a viver e com ele conviver torna o ser humano ávido de explicações sobre o que o compõe e o rodeia. Existe uma necessidade humana de confiar em algo que lhe dê segurança, que o tranquilize enquanto ser que pensa, que conjectura, que faz perguntas. Esse algo é o que a filosofia chama de Verdade, e representa um lastro sobre o qual são fixadas as certezas cotidianas. É uma espécie de alicerce imprescindível à manutenção da sanidade e equilíbrio do homem, e, por essa razão, esse homem vive numa constante busca da Verdade, que representa, antes de tudo, a razão de sua própria existência.

Para alimentar essa busca, existem os inúmeros meios de comunicar essa verdade, de ela chegar ao indivíduo, principalmente no mundo moderno, em que os sistemas de difusão de informações alcançaram patamares inimagináveis, tanto em qualidade quanto notadamente em quantidade: meios de comunicação, como o rádio, a TV, a internet, o jornal – cada um com sua crença, seu estilo, seus interesses – alardeiam aos quatro ventos *toneladas* de verdades, diariamente. E, numa era em que a informação alcançou *status* de referência de poder, as notícias se transformaram no produto mais cobiçado por esses meios de

comunicação, que ficam à cata minuciosa de qualquer coisa que possa se transformar em novidade, conseqüentemente em espetáculo e em dinheiro. Daí a dificuldade, para o receptor de tantas *verdades*, identificar o que seja realmente Verdade ou não, o que se consubstancia num primeiro obstáculo do ser humano nessa busca pela exatidão.

Um segundo complicador nessa procura pela Verdade está presente também na mídia, e atende pelo nome de propaganda. Apesar de existirem órgãos que, teoricamente, deveriam zelar pela honestidade do que é veiculado nos anúncios, é escandalosa a forma como as agências de publicidade recobrem de imagens paradisíacas, sensuais e de poder as informações que transmitem, submetendo a função referencial da comunicação à conativa, deturpando completamente a Verdade. Vemos isso desde os mais comuns anúncios comerciais (que dizem, por exemplo, que o pagamento de determinado produto será dividido em dez prestações **sem juros**, mas se for à vista tem um **desconto** de dez por cento) até informes publicitários governamentais, segundo os quais tudo funciona perfeitamente. Em suma, o ouvinte/espectador é tratado abertamente como um imbecil, tentando-se enganá-lo descaradamente – e muitas das vezes logrando êxito.

Um terceiro elemento que torna complexa essa busca da Verdade é a constatação de que ela simplesmente **não existe** singularmente. Não há **uma** Verdade, mas multifacetadas versões da Verdade, que, a depender da ideologia, da formação, das crenças, do interesse das instituições às quais pertence ou as quais defende quem as profere, ganham corpos igualmente plurais, e, por vezes, até antitéticos entre si. Como afirma Borges (2006, p. 216), “é algo pacífico hoje, até para não profissionais, a inexistência de uma única ‘Verdade’ [...], pois muitos estão conscientes de que para cada fato pode haver – e há – mais de uma versão”. Diferente da complicação anterior, em que o emissor *sabe* a Verdade sobre determinado produto (por exemplo) e insiste em divulgar inverdades sobre ele, o que temos agora é um emissor que acredita como Verdade o que apresenta (é a *sua* Verdade), o que lhe garante ainda mais segurança no que diz. Por outro lado, o receptor, nos dois casos, a depender de seu nível de conhecimento e de criticidade, pode aquilatar se as palavras (por vezes até as imagens) condizem com o que ele espera ser a Verdade. Então, o que fazemos, todos nós, ainda segundo Borges (*op. cit.*, *idem*), é construir “representações sobre o passado”, portanto com as marcas particulares “de quem a escreve, do seu tempo e espaço”, de instituições e grupos. O mesmo raciocínio serve para quem *recebe* essas verdades – constroi sua(s) própria(s) representação(ões) da Verdade.

Existem, ainda, três conceitos, nesse campo, que algumas vezes se confundem, e confundem a própria concepção de Verdade: **erro, falsidade e mentira:**

O erro é um engano do juízo quando desconhecemos a essência de um ser. O falso e a mentira, porém, são juízos deliberadamente errados, isto é, conhecemos a essência de alguma coisa, mas deliberadamente emitimos um juízo errado sobre ela. (CHAUÍ, 1997, p. 101).

Malgrado tais dificuldades, a Verdade ainda surge como o porquê da eterna busca do ser humano. Platão utiliza uma bela – e famosa – metáfora para falar dessa necessidade de identificação do real:

Suponhamos uns homens numa habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz, que se estende a todo o comprimento dessa gruta. [...] serve-lhes de iluminação um fogo que se queima ao longe, numa elevação, por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente, ao longo do qual se construiu um pequeno muro, [...] ao longo desse muro homens que transportam toda a espécie de objetos [...]. Pensas que, nessas condições, eles tenham visto, de si mesmo e dos outros, algo mais que as sombras projetadas pelo fogo na parede oposta da caverna? (PLATÃO, 2002, p. 210).

O fato de apenas conhecerem, como realidade, as sombras dos objetos, os homens presos nessa caverna têm-nas como a verdade, e com tal convicção que, se a um deles fosse possível livrar-se dessa posição limitadora e lhe fosse afirmado “que até então ele só vira coisas vãs, ao passo que agora estava mais perto da realidade e via de verdade, voltado para objetos mais reais” que se projetam em sombra, sobre a parede da gruta, este se veria em dificuldade “e suporia que os objetos vistos outrora eram mais reais do que os que agora lhe mostravam” (PLATÃO, 2002, p. 211). O autor insiste em que “os habitantes mais bem dotados” devem se voltar para a ciência, para o conhecimento, para a verdade, abandonando de vez as ilusões que são fumo – mas apenas isso – da verdade, e buscar incessantemente acostumar ao esplendor da Verdade seus olhos habituados às trevas da ignorância.

Filosoficamente, essa busca nasce na necessidade de ir além das aparências enganosas que provocam decepções e desilusões, quando constatada sua face mentirosa. A revolta contra a mentira é a mais poderosa mola propulsora na procura da Verdade. Mas, afinal, **o que é a Verdade?** A pergunta, que emoldura um dos diálogos mais interessantes do Novo Testamento, entre Jesus Cristo e Pôncio Pilatos (Jo 18, 29-40; 19, 1-19), requer alguma reflexão para sua resposta.

Nossa ideia de verdade foi construída ao longo dos séculos, a partir de três concepções diferentes, vindas da língua grega, da latina e da hebraica. Em grego, verdade se diz *aletheia*, significando: não-oculto, não-escondido, não-dissimulado. O verdadeiro é o que se manifesta aos olhos do corpo e do espírito: a verdade é a manifestação daquilo que é ou existe tal como é. [...] Em latim, verdade se diz *veritas* e se refere à precisão, ao rigor e à exatidão de um relato, no qual se diz com detalhes, pormenores e fidelidade o que aconteceu. [...] Em hebraico verdade se diz *emunah* e significa confiança. [...] é uma palavra de mesma origem que amém, que significa: assim seja. (CHAUÍ, 1997, p. 99).

Em suma, “*aletheia* se refere ao que as coisas **são**; *veritas* se refere aos fatos que **foram**; *emunah* se refere às ações e coisas que **serão**. A nossa concepção de verdade é uma síntese dessas três fontes” (Idem, ibidem). A partir daí, surgem pelo menos três teorias da verdade, respaldadas em cada um desses princípios: a que tem como elemento dominante a *aletheia* e que considera a verdade presente nas coisas ou na realidade, trata da percepção intelectual do que é verdadeiro, através das evidências percebidas pelo intelecto; no caso da predominância da *veritas*, o rigor e a precisão da linguagem são fundamentais para a composição dessa teoria, daí a necessidade de coerência lógica das ideias, efetivada através dos argumentos; mas é a terceira teoria, a que se baseia na *emunah*, que nos interessa sobremaneira.

Mais uma vez, com a palavra Chauí (1997, p. 100): “a verdade depende de um acordo ou de um pacto de confiança entre os pesquisadores, que definem um conjunto de convenções universais [ou pretensamente universais – diríamos] sobre o conhecimento verdadeiro e que devem sempre ser respeitadas por todos”. E Martinho (2001, p. 29) completa: “o conceito de verdade irá estar desde sempre associado à definição do cânone”. A Verdade se funda, pois, como consenso entre os membros de uma determinada comunidade; eis o elemento fundante do cânone – ou pelo menos como este almeja parecer, pois havemos de perceber certa discrepância entre Verdade e Opinião. Aquela deveria ser universal e necessária, por tratar da essência real e profunda dos seres, enquanto a segunda é variável, de lugar para lugar, de época para época, de sociedade para sociedade e de indivíduo para indivíduo.

O cânone, em sua origem religiosa, está associada ao divino, ao mítico, portanto, ao que deveria ser a Verdade, no entanto se comporta – tanto no campo religioso que a originou quanto fora dele – como Opinião, à medida que traduz o pensamento, a ideologia, os interesses da pessoa ou grupo de pessoas ou instituições que o elaboram, principalmente quando são levadas em conta as dificuldades de conceituação do que seja, efetivamente, a

Verdade. O caminho da transformação de Opinião em Verdade passa por diversos espaços (instituições) e indivíduos (muitas vezes chamados *formadores de opinião*), que sedimentando a Opinião, tornam-na gradativamente consenso, regra e lei, quando então recebe o selo de Verdade.

3.5 Verdade canônica

Não é recente a preocupação de se produzirem listas de obras e autores que devem figurar, segundo os idealizadores, num espaço de destaque da produção literária nacional ou universal.

Filão de Biblos [gramático que viveu entre 64 e 141 d.C.], por exemplo, recomendava uma lista de textos em seu tratado especializado *Sobre a aquisição e seleção de livros*, que ocupava 12 rolos de papiro. [...] Na época helenística [323 a.C. a 146 a.C.] era imprescindível ler as sete peças consagradas de Sófocles [*Ajax*, *Antígona*, *As Traquíneas*, *Édipo Rei*, *Electra*, *Filoctetes* e *Édipo em Colono*], em detrimento de outras centenas escritas por ele [...]. Os bibliotecários de Alexandria [...] costumavam fazer “seleções” [...], autores como Homero e Hesíodo estavam à frente em todas as listas de poetas épicos. [...] Os poetas líricos eram nove: Píndaro, Baquilides, Safo, Anacreonte, Estesícoro, Simônides, Íbico, Alceu e Alcmano. (BÁEZ, 2006, p. 112)

Através dos tempos, esse espaço, ocupado pelos escritores e seus textos, sacralizados por quem os escolhe e por quem os admite como tais, configura-se em antologias, florilégios ou bosquejos, transformando-se numa espécie de sacrário, a que só chegam os *deuses* da arte escrita. Não é à toa que a esse lugar sublime dá-se normalmente a denominação de *cânone*, e aos seus ocupantes, de *canônicos*, termo tomado por empréstimo da Igreja, que, segundo lembra Domício Proença Filho⁹⁰, possui nada menos que seis acepções no âmbito religioso, enumerando-as: “parte central da missa católica”, “preceito de direito eclesiástico”, “decisão de concílio da religião”, “lista de santos canonizados pela Igreja”, “a forma de orações” e “lista de livros considerados como inspirados, por israelitas, católicos e protestantes – acepção que se opõe a texto apócrifo”.

Voltando um pouco mais à origem do termo, *Kanôn* vem do grego e se referia a uma **vara** usada como instrumento de medida, uma espécie de **régua**, sendo posteriormente

⁹⁰ Palestra de abertura de uma conferência sobre Cânone e Antologias, na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro-RJ, em 12/01/2011.

utilizado para designar **regra**, e, mais especificamente no século II, **regra de fé**, ou seja, verdade revelada por Deus, os preceitos básicos da fé cristã.

O cânone bíblico segue os princípios reguladores da própria lei. Mimetizando uma ordem divina que o inspira superiormente, torna-se *imperativo* e autorizado e oferece-se como promulgação e norma de irradiação ética. São os textos autenticados que permitem diretamente o acesso aos ensinamentos de Cristo e a verificação de uma conduta conforme aos desígnios universais. (MARTINHO, 2001, p. 15) [Grifo da autora].

É importante perceber a ideia de *imperativo* inerente ao conceito de cânone religioso, que, somada à de *autorização*, redundava na justificativa de dominação exercida pela Igreja sobre os seus fieis seguidores, tendo como instrumento a Bíblia, cuja atual composição canônica, adotada pela Igreja, foi definida, por volta do final do século IV, como inspirados por Deus. Aqui, importa menos quem os escreveu que seu conteúdo. Martinho pormenoriza:

Na fixação canônica, a Bíblia hebraica acolheu apenas 24 livros (identificados desde o Sínodo judeu de Jamnia), e a católica, num total de 73, admitiu 45 para o AT, integrando textos de homologação secundária do NT. Na base deste último está o cânone alexandrino que, sendo mais vasto, incluía livros deuterocanônicos [que fazem parte do cânone da Escritura somente após o concílio tridentino (1545-1563)]. Através dos LXX [ou Septuaginta, a mais antiga tradução da Bíblia do hebraico para o grego, realizada por setenta e dois rabinos, no século I a.C.] ter-se-á aliás tornado a base da *Vulgata* [tradução da Bíblia para o latim, por São Jerônimo, entre fins do século IV e início do V] e inclui 21 livros históricos, 17 proféticos e 7 sapienciais. Dúvidas houve apesar de tudo sobre qual das duas Bíblias judaicas passar para a autoridade da Igreja: se a dos Judeus alexandrinos, que era a tradução dos LXX e se encontrava nas mãos de todos os cristãos que falavam grego, se a dos Judeus da Palestina que tinham o privilégio de aprovação das autoridades oficiais do povo Judeu. (MARTINHO, 2001, p. 24)

E Martinho (*op. cit.*, p. 19) acrescenta: “ao que parece, originalmente o critério de definição canônica de um texto radicava em termos práticos no ouvir dizer. Quando constava que um dado livro tinha sido escrito ou aprovado por um apóstolo, considerava-se inspirado”, passando, então, a compor a *Palavra de Deus* escrita, ou a *Sagrada Escritura*. Bastante vago esse “ouvir dizer”, e perigoso, quando se subtrai a competência de quem disse, no descompromisso de que *alguém* falou. E de tanto se falar, acaba por se tornar verdade consensual, com o tempo nem mais questionada. De qualquer forma, notamos claramente a força da representação do *dono* do discurso, como argumento forte na escolha daquele texto para figurar entre os chamados *sagrados*.

É importante prestarmos atenção a esse caráter de sacralização dos textos bíblicos tidos como canônicos porque esse mesmo sentido, ainda que metaforizado (ou nem tanto), é mantido para designar as obras e autores que deveriam ser *escolhidos* como pertencentes ao cânone literário. Deveriam estes, como aqueles, ser tidos e havidos como inspirados ou bafejados por uma força superior à dos demais autores *mortais*, e, por esta razão, e igualmente como aqueles, ser designados, respeitados, lidos e estudados como A Verdade literária, sobre a qual não poderia pairar qualquer questionamento, seja de ordem conteudística, seja sequer sobre a razão de envergarem tal *status*. Os responsáveis pela criação e manutenção dessas listas seriam críticos literários, aparelhos midiáticos, instituições escolares e de pesquisa, profissionais do magistério, como outrora o foram os sacerdotes, as liturgias religiosas, a Igreja enquanto instituição, religiosos e leigos pregadores de uma forma geral. Certeau (2011, p. 244) lembra que, com o enfraquecimento do poder da Igreja sobre a leitura dos fieis, “hoje há os dispositivos sociopolíticos da escola, da imprensa ou da TV que isolam de seus leitores o texto que fica de posse do mestre ou do produtor”.

Em termos de conteúdo, a *Verdade literária*, isto é, o que representaria a verdade no que concerne aos paradigmas literários, os livros *escolhidos* como referenciais, axiomáticos, traz uma conotação diferenciada daquilo a que poderíamos identificar como Verdade verdadeira, consensual e única, segundo afirma Kothe (1997, p. 26): “Se nas ciências naturais é fácil entender que a verdade seja uma só, nas ciências humanas e na avaliação das produções artísticas as deformações subjetivas participam da constituição do objeto [...]”. Essa possibilidade, por princípio, arrasa o conceito filosófico da Verdade como *veritas*, visto acima, e complica ainda mais a ideia de construir um cânone que se proponha a ser a Verdade exclusiva, diante da pouca (ou nenhuma) rigidez que caracteriza a subjetividade interpretativa de um texto artístico.

3.6 Algumas reflexões sobre o Cânone literário

Existem livros e autores que são considerados imprescindíveis, tão importante seria sua leitura para nossa formação e nossa própria experiência leitora. “Quem lê tem de escolher, pois não há, literalmente, tempo suficiente para ler tudo, mesmo que não se faça mais nada além disso” (BLOOM, 1995, p. 23). É a partir desse princípio que se formam as famigeradas

listas canônicas – “o princípio central da definição do cânone é o de *seleção*” (MARTINHO, 2001, p. 15). Diz Bloom (1995, p. 45) que “a principal função pragmática do Cânone” seria “lembrar e ordenar as leituras de uma vida”.

Esta seleção pretende obedecer, prioritariamente, a elementos intrínsecos da obra literária, que lhe dariam (à obra) consistência bastante para figurar nesse pedestal, embora a subjetividade do elaborador do cânone (como, de resto, de qualquer lista) interfira na sua composição, ao ponto de termos inúmeros cânones literários. A título de exemplo, Bloom (1995, p. 34) apresenta, como “obras [...] essenciais ao Cânone Ocidental [...] **Paraíso Perdido** [de Milton], as grandes tragédias de Shakespeare, **Canterbury Tales** (Contos de Cantuária) de Chaucer, a **Divina Comédia** de Dante, a Torá, os Evangelhos, **Dom Quixote** de Cervantes, os épicos de Homero”. Naturalmente, haverá quem discorde dessa listagem, questionando presenças e reclamando ausências. É outra, por exemplo, a lista produzida por Augusto Meyer (1965, p. 149-52), a ser tratada adiante, na conclusão deste estudo.

Historiadores da literatura brasileira, que se tornaram, por isso, canonizadores de escritores e obras, enfrentam essa dificuldade, como já ressaltava Sílvio Romero (1888, p. 9-10), ao compor sua **Historia da Literatura Brasileira**: deveriam ser considerados, nessa História, além dos autores que nasceram e viveram no Brasil, também os apenas nascidos aqui, mas que viveram toda a vida em Portugal, como Antonio José, por exemplo; autores nascidos portugueses, mas que se transferiram para o Brasil e aqui viveram a maior parte de sua vida literária produtiva, como José de Anchieta e Tomás Antonio Gonzaga; cronistas portugueses e de outras nacionalidades, que escreveram sobre o Brasil, como Pero Vaz de Caminha, Pero de Magalhães Gândavo, Fernão Cardim; e autores nascidos no Brasil e que moraram apenas certo tempo em Portugal, como Borges de Barros ou Porto-Alegre? E que fazer com o caso do Pe. Antonio Vieira, vigorosamente disputado entre os canonizadores lusitanos e brasileiros, ansiosos por incluí-lo, cada um, em seu cânone nacional? Como se vê, o imbróglio rende uma praticamente infinita discussão, na qual não pretendemos entrar, neste trabalho, embora não possamos deixar de considerar esse fato como uma realidade.

É antiga a preocupação com a classificação estética de uma obra de arte literária, e pode ser observada na estruturação de normas sobre a tragédia, que Aristóteles (s.d.) enumera no capítulo VI da **Arte Poética**. Obviamente não tem preocupação canônica, até porque esse termo, com o significado que lhe é dado hoje, não era conhecido pelo autor grego, que viveu cerca de três séculos antes de esta palavra começar a ser usada pela Igreja, mas já se percebe

uma intenção aristotélica de avaliar as obras literárias disponíveis à época, de “estabelecer parâmetros corretivos e aduzir paradigmas de produção artística aos consensos dominantes” (MARTINHO, 2001, p. 27). “A definição de literatura”, informa Ventura (2001, p. 9), “depende da rede de inclusões e exclusões, por meio da qual se formam as matrizes institucionais que regulamentam as práticas de leitura e o repertório das obras e autores integrados à história literária”.

A cidade de Alexandria volta à baila, não mais por conta de seu famoso farol, uma das sete maravilhas do mundo antigo, mas por outra obra grandiosa, que se não foi contemplada em alguma listagem desse quilate, não é menos importante para o mundo cultural: sua biblioteca. Foi lá que Aristófanes de Bizâncio (257 a.C – 180 a.C.) e Aristarco de Samotrácia (217 - 131 a. C.) coordenaram uma equipe de gramáticos que produziu uma lista de autores gregos, modelar para a imitação dos diversos gêneros épicos. Havia uma nítida preocupação pedagógica nessa empreitada, já que os gramáticos “codificavam claramente práticas de produção e correção retórica, e discutiam por vezes problemas de autenticidade literária, pelo que podem situar-se, embrionariamente, na crítica textual e em contexto de pesquisa historiográfica” (MARTINHO, 2001, p. 27). Seriam, pois, nossos primeiros críticos literários, com a função que se perpetuou pelos tempos: a de modeladores do que seria a boa literatura.

Entretanto, todos os modelos literários jazem por terra diante da constatação de que a literatura é “uma escrita altamente valorativa” e “não constitui uma entidade estável”, mas “resulta do fato de serem notoriamente variáveis os juízos de valor” (EAGLETON, 2001, p. 15). Essa variação pode ser percebida através dos tempos, de diferentes comunidades, ou de uma diversidade de leitores: aquela que é tida como grande literatura num período pode não ser assim considerada tempos depois, pode até nem ser considerada literatura em algum outro lugar, ou vice-versa.

Mas há, inegavelmente, obras e autores que parecem se perpetuar, tornando-se uma espécie de consenso entre leitores e críticos. Terry Eagleton apresenta uma conjectura, para explicar esse fenômeno:

O fato de sempre interpretarmos as obras literárias, até certo ponto, à luz de nossos próprios interesses – e o fato de, na verdade, sermos incapazes de, num certo sentido, interpretá-las de outra maneira – poderia ser uma das razões pelas quais certas obras literárias parecem conservar seu valor através dos séculos. (EAGLETON, 2001, p. 16-7).

Isso se constitui algo, no mínimo, estranho, convenhamos, uma vez que “todas as obras literárias [...] são ‘reescritas’, mesmo que inconscientemente, pelas sociedades que as leem; na verdade, não há releitura de uma obra que não seja também uma ‘reescritura’” (EAGLETON, 2001, p. 17). Assim, é esdrúxula a leitura de uma obra centenária, por exemplo, atribuindo-lhe os mesmos valores de quando foi lançada ou de meio século depois; as mudanças sociais, culturais, valorativas etc. implicam novos olhares sobre o texto, podendo mesmo chegar à reversão de sua posição ou de seu grau de importância para a sociedade. Daí que a palavra-chave a definir o cânone literário parece-nos ser *relatividade*, mais que qualquer outra. Em assim sendo, é um assunto passível de constante discussão.

3.7 A crítica e os leitores

A crítica sempre foi uma instituição das mais polêmicas no sistema literário, seja pela sua função precípua de analisar e valorar um texto, que envolve a questão emocional do seu autor e dos leitores, resultando que nem sempre os críticos dizem o que os autores e/ou leitores desejariam ouvir; seja pela ambígua posição de alguns componentes da crítica literária, que emitem seus pareceres com base em elementos estranhos àqueles que, de fato, qualificariam um texto; seja, ainda, pelo grau de subjetividade que, não raro, faz-se presente na avaliação da obra, traindo-se, muitas vezes, o crítico, pela sua formação, sua visão própria de mundo e de arte, seus conceitos literários etc. Bergez chama a atenção:

O perigo do discurso crítico é, com efeito, sempre empobrecer a obra a que ele se refere, em nome de uma coerência artificial ou de um dogmatismo metodológico. Céline achava “vergonhoso” e “humilhante” o espetáculo do “letrado esmiuçando maliciosamente um texto, uma obra” (*Ninharias por um massacre*). Bem antes dele, Montesquieu assimilava os críticos aos “maus generais de exército, que, não podendo invadir um país, contaminam-lhe as águas”. (BERGEZ, 1997, p. IX-X).

O próprio Bergez apresenta o paradoxo que é a crítica para a obra literária: “mortal”, como se vê acima, mas “igualmente indispensável”, pois a “obra literária necessita de um discurso que a comente e esclareça” (*Op. cit.*, p. X). Esse discurso sobre a obra literária é o que Kothe (1997, p. 111) chama de “exegese canônica”, isto é, “a interpretação do cânone que se torna canônica: parâmetro para todos os livros didáticos, artigos de revistas e jornais, aulas

dos professores de português e de literatura”. Um tanto ácido – aliás, como sempre – o autor continua, afirmando que essa “exegese canônica” é

formada pelas historiografias consagradas, como de Ferdinand Denis, Sílvio Romero, José Veríssimo, Antonio Candido etc., serve para delimitar um elenco de textos considerados imprescindíveis ao ensino, porque “indubitavelmente consagrados”. Ainda que os autores apresentem algumas divergências, menores e erros maiores, constitui aquilo que todos acabam dizendo. Todos repetem o que nelas se diz. São consagradas porque consagram o que o sistema quer que seja consagrado. (KOTHE, 1997, p. 111).

Por sua vez, a leitura, ainda que superficial, dessas obras de historiografia literária, já nos faz perceber as divergências existentes entre os diversos críticos, desde o contundente Sílvio Romero até o festejado Antonio Candido. O fato é que a crítica aparece como o elemento principal na formação do cânone literário, a se considerar o que explica Leyla Perrone-Moisés:

A crítica, como seu próprio nome indica, supõe julgamento (krínein). Claro está, desde Kant, que se trata aí de juízo reflexivo e não de juízo determinante. O julgamento estético supõe valores consensuais, mesmo que esses sejam provisórios. O mesmo Kant dizia que, se não se pode provar o bom fundamento dos julgamentos estéticos, há, no entanto, pessoas capazes de fornecer argumentos, e comprovar assim certa autoridade nesse terreno. Os críticos são aqueles que fornecem argumentos em apoio a seus julgamentos. (PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 340).

Em função de seu inevitável grau de subjetividade, não havemos de pensar a crítica como determinante de uma Verdade finita, mas como espaço de reflexão sobre determinado objeto literário; e mesmo que se utilize de valores tidos como consensuais, ainda assim o gosto pessoal do crítico tem um peso considerável em seu parecer, razão pela qual, aliás, os valores tornam-se provisórios. Por outro lado, devemos pensar que não se trata da crítica apenas como exposição de opinião pessoal, sem a devida justificativa, sem a competente argumentação a embasar esse parecer sobre determinada obra literária.

Por seu turno, há uma ânsia cada vez maior dos leitores pela opinião dos críticos literários, a respeito das obras que são lançadas, *aos balaios*, diariamente, como se a ratificação (ou não) da qualidade de determinada obra definisse a compra (ou não) e sua consequente leitura:

O público espera dos profissionais da literatura que lhe digam quais são os bons livros e quais são os maus: que os julguem, separem o trigo do joio,

fixem o cânone. A função do crítico literário é, conforme a etimologia, declarar: “Acho que este livro é bom ou mau”. Mas os leitores [...] se cansam dos julgamentos de valor que mais parecem caprichos e gostariam que, além disso, os críticos justificassem suas preferências, afirmando, por exemplo: “Estas são as minhas razões e são boas razões”. A crítica deveria ser uma avaliação argumentada. (COMPAGNON, 2003, p. 224).

Aqui encontramos outro problema: há os críticos acadêmicos, voltados para minúcias teóricas e análises profundas das obras, atuando nas universidades, produzindo massudos (e por vezes maçantes) livros, com pouca ou nenhuma probabilidade de sequer chegar ao grande público, e, se acaso isso acontecer, pouco se fazendo entender; e há os críticos de jornais e revistas, com uma linguagem mais superficial, fazendo-se entendidos pelo público leitor, mas com lamentáveis lacunas teóricas em suas pseudoanálises, que mais se assemelham aos “caprichos” a que se refere Compagnon. É necessário registrar, porém, que há críticos que conseguem associar essas duas linguagens, garantindo uma análise literária competente e ao alcance do entendimento do leitor, quando publicada em suportes midiáticos mais imediatos, como os meios de comunicação de massa. O crítico Afrânio Coutinho chama a atenção para o fato de que,

tradicionalmente vinculada ao jornalismo, a crítica brasileira, a não ser quando incorporada nos esquemas historiográficos de um Sílvio Romero, com pretensões científicas e filosóficas, pagou o tributo ao caráter aleatório e à superficialidade do jornalismo, o que lhe valeu não libertar-se do impressionismo, exceto em virtude de excepcionais qualidades de alguns que a exerceram, ou de deliberado esforço no sentido da interpretação sociológica ou psicológica da literatura. (COUTINHO, 1988, p. 307).

De qualquer forma, os dois tipos de críticos – o acadêmico e o jornalista – exercem função parecida, criando uma espécie de cânone, naquela concepção chistosa de “livros que não podemos morrer sem ler”. Adiante esmiuçaremos essa questão.

Nestes tempos de *internet*, em que o teclado de um computador faz-se instrumento para o registro e propagação de quantas opiniões ou críticas queiram fazer sobre uma obra tanto um crítico abalizado quanto um *pitaqueiro* de plantão, é interessante observar o que afirma Roger Chartier:

O papel do crítico é ao mesmo tempo reduzido e ampliado. Ampliado na medida em que todo mundo pode tornar-se crítico. Este foi o sonho das Luzes e, talvez, o do fim do século XVII: por que todo leitor não poderia ser considerado capaz de criticar as obras, fora das instituições oficiais, das academias, dos sábios? [...] Evidentemente, as redes eletrônicas ampliam essa possibilidade, tornando mais fáceis as intervenções no espaço de discussão constituído graças à rede. Deste ponto de vista, pode-se dizer que a produção dos juízos pessoais e a atividade crítica se colocam ao alcance de

todo mundo. Daí, a crítica, como profissão específica, correr o risco de desaparecer. (CHARTIER, 1998, p. 17-8).

Evidentemente, a tenebrosa profecia de Chartier não nos parece muito pertinente, uma vez que críticos insignes sempre hão de existir, a despeito de quantos opinem na *rede* sobre o que desejarem; esta se faz espaço permanentemente aberto a todos, inclusive aos críticos *profissionais*, alguns dos quais, ao invés de gastarem tempo, linhas e papel, derramando fel sobre os *pitaqueiros internéticos*, utilizam, eles próprios, esse espaço, para mais eficazmente espalhar seus pensares, talvez não com a profundidade requerida por um compêndio impresso – porque precisam se ajustar à ligeireza e espaço compacto da *internet* – mas contemplando o essencial e até instigando a uma leitura mais detida sobre o assunto, alhures.

Ao mesmo tempo, havemos de convir que o grupo de leitores de livros impressos, alvo dos escritores e dos críticos, parece minguar na mesma velocidade em que diversos meios midiáticos vão surgindo e conquistando a atenção das apressadas pessoas do mundo moderno. Como diz Perrone-Moisés (1998, p. 178), “leitura exige tempo, atenção, concentração, luxos ou esforços que não condizem com a vida cotidiana atual”, daí a acentuada perda de espaço do livro tradicional para os demais meios de comunicação, inclusive os suportes que buscam substituí-lo, como o *e-book* e o *tablet*, movimento análogo, aliás, ao que se deu entre o rolo de papiro e o *in-folio* (CHARTIER, 1998, p. 8), e entre este e o livro de bolso, por exemplo. A situação não está pior para a literatura – opina Perrone-Moisés (*op. cit.*) – porque esta ainda é uma exigência escolar, ainda se faz presente na escola secundária e é utilizada em concursos vestibulares.

As editoras ainda publicam os *clássicos* canônicos em função, primeiro de não haver mais direitos autorais pesando sobre eles, depois para satisfazer aos “leitores obstinados ou curricularmente obrigados”, mas é regra geral que as casas publicadoras não sobrevivem financeiramente dessas publicações, mas dos *best-sellers* e livros de autoajuda que infestam as prateleiras das livrarias e fazem a festa dos livreiros, mas que estão longe de serem tomados como literatura canônica, com as especificidades que este termo sugere. Acrescentamos, ainda, o fato de quando a televisão ou o cinema produzem a versão cênica de uma obra literária, o que desperta a curiosidade dos telespectadores, leitores em potencial, a provocar a reedição do(s) livro(s) daquele autor.

Mas, afinal, que elementos embasam a formação de cânones? É o que discutiremos a seguir.

3.8 Cânone: conservação, acessibilidade ou negação?

A questão inicial é: o que é, finalmente, o cânone literário e como ele é formado? Decerto que uma listagem canônica não surge da determinação arbitrária e intempestiva de uma pessoa ou um grupo, que simplesmente achou por bem eleger tais e tais autores e obras como referência literária nacional. Ainda que marcado com maior ou menor intensidade por atributos pertinentes à formação e interesses dos canonizadores, o cânone se constroi a partir de uma discussão crítica ampla, a médio e longo prazo, que vai aos poucos se sedimentando através daquelas que denominamos instâncias canônicas, das quais trataremos adiante.

Martinho (2001, p. 40) afirma que “se para alguns o cânone é aquilo que na literatura é pertinente conservar, para outros é aquilo que nos é acessível em termos críticos e teóricos e para outros é ainda aquilo que devemos negar pela ortodoxia para que sempre tende”. Reflitamos sobre as três posições postas pela pesquisadora portuguesa.

3.8.1 Conservação

O primordial papel da memória é a preservação de acontecimentos, ou das consequências desses fatos, é o que Aristóteles denominou *mnemê*, ou seja, a conservação instintiva do passado, diferente da *mamnesi*, reminiscência, que é a invocação desse passado (LE GOFF, 1997, p. 22). Como já vimos expondo, desde o início deste capítulo, o cânone está intrinsecamente ligado à questão da memória, termo diretamente associado à ideia de guarda, conservação, manutenção, seja de um autor, seja da sociedade representada em sua obra, seja ainda da própria obra.

Teçamos breves considerações sobre cada um desses elementos.

Desde que haja um texto, na mais remota antiguidade, haverá, conseqüentemente, um autor, embora nem sempre este seja conhecido. Como afirma Chartier⁹¹ a respeito do posicionamento de Foucault sobre a “função-autor”, este “define muito claramente um problema que a maioria dos historiadores ignorou: saber que os textos sempre foram escritos por alguém, mas que nem todos os textos possuem autores”. Autor não seria, então, somente aquele que escreve um texto, mas principalmente aquele que assume que o escreveu; em função disso é que temos as estranhas situações de um texto escrito por alguém, que não é seu autor, pois não se deu a conhecer como tal, ou ainda de alguém que diz ser o autor de um texto que não foi por ele produzido.

A figura do autor é pouco importante, por exemplo, nos livros sagrados, pois já que eram inspirados por Deus, “o escritor não era senão o escriba de uma Palavra que vinha de outro lugar” (CHARTIER, 1998, p. 31). O discurso, afirma Foucault (1992, p. 47), não era encarado como um bem, mas como um ato. Ainda segundo Chartier (1998, p. 31), há, na Inglaterra medieval, uma distinção entre *writer*, aquele que escreve algo, e o *author*, “aquele cujo nome próprio dá identidade e autoridade ao texto”. Também na França do final do século XVII, “o escritor (*écrivain*) é aquele que escreveu um texto que permanece manuscrito, sem circulação, enquanto o autor (*auteur*) é também qualificado como aquele que publicou obras impressas” (*op. cit.*, p. 32). Na verdade, exigia-se o nome do autor nas obras para se ter a quem responsabilizar, no caso de algum eventual texto proibido, e é, de fato, onde se encontram as primeiras ocorrências sistemáticas de nomes de autores nos livros (século XVI).

E há mesmo uma preocupação de vários escritores em esconder seu nome, principalmente a partir da invenção da imprensa, quando ele como que *perde o controle* sobre sua obra, produzida sem sua garantia de fidelidade ao escrito, e reproduzida e espalhada para além do que ele possa acompanhar (diferente do manuscrito, que representa exatamente o que escreveu e que ele entrega, pessoalmente, somente a um grupo limitado – e conhecido – de pessoas). Até porque, como afirma Foucault (1992, p. 42), “o nome próprio [...] [é] um dedo apontado para alguém”.

As estratégias para fugir a essa exposição são várias, como informa Chartier (1999, p. 43-44): desde simplesmente omitir o nome na folha de rosto, como fazia Jonathan Swift, até inventar que aquela narrativa lhe fora entregue por outrem ou encontrada por acaso em algum

⁹¹ Entrevista concedida a Claudete Maria Miranda Dias, publicada em *Línguas, Educação e Sociedade*, nº 13, jul/dez de 2005, Terezinha-PI: UFPI, p. 139-156, disponível em <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Revista/N%2013/Entrevista.pdf>>. Acesso em 28/06/2012.

lugar, como no caso de *A casa dos budas ditosos*, de João Ubaldo Ribeiro, ou ainda *criar* um autor sob a forma de pseudônimo ou mesmo heterônimo⁹², como Fernando Pessoa. É somente com a “nova economia da escrita”, a exigir a visibilidade plena do autor para que ele possa se apresentar como proprietário daquele produto e auferir os devidos lucros com sua comercialização, que a situação começa a ser revertida.

Depois do nascimento da “função autor”, coloca-se a questão da condição de autor. Os autores que tentarão viver de sua pena só irão aparecer realmente no século XVIII. [...] Antes disso, a cessão dos manuscritos aos livreiros-editores não assegura de modo algum rendas suficientes. Daí, para um escritor do século XVII, não há senão duas possibilidades. Uma é que ele seja provido de benefícios, cargos, postos, caso ele não pertença a uma linhagem aristocrática ou burguesa, dispondo de uma fortuna patrimonial. Ou ele é obrigado a entrar nas relações de patrocínio e recebe uma remuneração não imediata de seu trabalho como escritor, sob a forma de pensão, de recompensa ou de emprego. (CHARTIER, 1998, p. 38-39)

Assim, vemos que a primeira preocupação do escritor com o registro da autoria tem raízes meramente econômicas, questões de sobrevivência. Aliás, a situação parece não ter conhecido muita mudança, pois os autores estão mais interessados, hoje, na venda de seu livro, o que lhes garante efetiva sobrevivência financeira. A diferença está no fato de o escritor moderno associar os rendimentos do seu sucesso ao fato de fazer-se conhecido e lembrado ao longo dos tempos, satisfazendo uma dupla necessidade: a de sacralização e a de sobrevivência financeira – não necessariamente nessa ordem.

[...] o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso; para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto. (FOUCAULT, 1992, p. 45)

Isso quer dizer que a presença do autor implica a instauração de um conjunto de discursos próprios, e (por isso mesmo) com um determinado peso, importância, valor, na sociedade em que foi produzido. E ainda mais: ele não é autor apenas de um texto, mas da possibilidade de infinitos outros textos a partir do seu – são, na expressão foucaultiana, “fundadores de discursividade” (FOUCAULT, 1992, p. 58).

⁹² Difere pseudônimo de heterônimo pelo fato de o primeiro tratar-se apenas de um nome fictício com que alguém assina uma obra, enquanto “a heteronímia faz parte de um gradual processo de despersonalização, que vai da produção poética unificada – mas que exprime vários sentimentos – até a completa fragmentação do poeta em outros poetas, em tudo diferentes uns dos outros” (TAVARES, 2003, p. 21).

É essa condição de promotor de discursividade que faz a existência do autor se estender para muito além do tempo que produz aquela obra, e até de seu próprio tempo; trata-se da verdadeira imortalidade, almejada por tantos: a perpetuação de seu nome, a lembrança constante de sua obra, sua presença perene e eterna, enquanto existirem leitores dispostos, propensos ou ávidos por conhecer as narrativas por ele produzidas e por muitos divulgadas. Daí porque há uma preocupação considerável no acionar de mecanismos que garantam sua permanência na memória de uma sociedade, de um povo, o que, evidentemente, só poderá ser constatado com mais clareza, à medida que o tempo vai passando – e quanto mais tempo a passar, mais nitidez se tem da presença ou não daquela obra, daquele autor, na memória da comunidade. A questão é que o passar do tempo, se, por um lado, faz amadurecer e dá consistência à recepção e respeito da obra/autor, por outro retira do escritor a vitalidade que o faria melhor aproveitar esse reconhecimento mnemônico, retirando, por fim, a própria vida. Resta a realidade, lamentável, ainda que inevitável: lembrado e festejado, sim, mas... morto.

Por outro lado, o acadêmico, crítico e novelista galês Raymond Williams (2011), teórico dos estudos culturais e literários, aborda as ênfases dadas aos estudos culturais modernos, envolvendo a sociedade, que nos parecem pertinentes para refletir sobre a relação entre a literatura enquanto obra de arte e a sociedade em que é produzida, embora precisemos tomar cuidado, como afirma Perrone-Moisés (2000, p. 337), com “um ecletismo destituído de qualquer rigor na formação dos pesquisadores e na formulação de conceitos e juízos”, o que pode levar a literatura a ser vista “apenas como expressão, reflexo, sintoma” perdendo “sua função de crítica do real e proposta indireta (estética) de alternativas para o mesmo”. Reafirmamos ser esta a função da literatura que adotamos.

Feita esta ressalva, vejamos, inicialmente, as “condições sociais da arte” como tendências significativas baseadas em dados estéticos que “introduzem condições sociais como modificadoras de um processo humano” (WILLIAMS, 2001, p. 21). Esses dados fazem gerar condições de interferência social, e “nenhum estudo sobre arte pode, afinal, desprezar os processos e necessidades físicas do organismo humano, com os quais seus meios de produção produzem tão estreito envolvimento” (p. 22). É verdade que não há, necessariamente, uma ligação direta entre tais processos sociais e os artísticos, e a sociedade pode passar por transformações sem a chancela da arte, isto é, através da atuação de outros fenômenos (guerra, violência, acordo político etc.), mas reafirmamos a importância incontestável da arte – em geral, mas especificamente a literária – na fomentação e mesmo *fermentação* de acontecimentos que impliquem transformações sociais, já que ela provoca determinadas

reações basilares de resistência ao estabelecido, contestação e, finalmente, derrubada de paradigmas sociais indesejáveis.

Em segundo lugar, e o que nos interessa mais de perto, os “elementos sociais em obras de arte” são os fatos ou estruturas básicas de uma determinada sociedade, aceitos ou estabelecidos por análise geral, e que refletiriam diretamente essa sociedade, na concretude da obra (WILLIAMS, 2001, p. 23). Tais elementos encontrados na obra artística podem estar presentes involuntariamente, como fruto daquele lastro cultural de que é composto o autor (como quer Barthes), mas podem também fazer parte integrante da narrativa de forma proposital e planejada pelo escritor. Seria como o impregnar-se do perfume de um tempo na obra produzida nesse tempo, o inevitável rastro da sociedade que viu/provocou essa produção, as marcas que fatalmente largam-se no produto de uma época, de um povo.

Por fim, as “relações sociais nas obras de arte” são aquelas em que a ideia de arte como reflexo da sociedade é substituída pela de mediação; trata-se das relações práticas entre formas sociais e artísticas.

Assim, por exemplo, o romance de Kafka, *O processo*, pode ser lido a partir de diferentes posições, como (a) *mediação por projeção* – um sistema social arbitrário e irracional não é diretamente descrito, em seus próprios termos, mas sim projetado, em seus traços essenciais, como invulgar e estranho; ou (b) *mediação pela descoberta de um “correlato objetivo”* – compõem-se uma certa situação e personagens para produzir, de forma objetiva, os sentimentos subjetivos ou concretos – uma culpa inexprimível – de que se originou o impulso para a composição; ou (c) *mediação como função dos processos sociais básicos de consciência*, nos quais certas crises, que de outra forma não se podem captar diretamente, são “cristalizadas” em determinadas imagens e formas de arte diretas – imagens que, então, iluminam uma condição (social e psicológica) básica: não apenas a alienação de Kafka, mas uma alienação generalizada. (WILLIAMS, 2001, p. 24).

Em todos os casos, a mediação dá-se pela ficcionalização de relações sociais, funcionando, destarte, como realidade paralela, que, ao mesmo tempo, registra, denuncia ou explicita os acontecimentos havidos na sociedade, que se vê, assim, sedimentada na composição artística, como parte integrante da memória que a compõe.

Podemos perceber isso nitidamente nos romances e novelas de José Condé, tanto os – em nossa opinião – indevidamente denominados *regionalistas* (***Terra de Caruaru*, *Os Dias Antigos*, *Histórias da Cidade Morta*, *Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas* (*Cerveja, Sanfona e Amor*), *Como uma Tarde em Dezembro*) como os que apresentam principalmente**

dramas mais intimistas (*Um Ramo para Luisa, Vento do Amanhecer em Macambira, Tempo Vida Solidão*): a sociedade, com seus conflitos e desequilíbrios, está presente na ficção de Condé, fazendo deste, como afirmou Mauro Mota, um “sociólogo involuntário”, que, sem prejuízo dos valores literários, foi bem sucedido “na fixação de toda uma série de costumes na sociedade nordestina com o núcleo na zona do agreste pernambucano” (MOTA, 1971b, p. 3). Por isso reafirmamos o caráter de registro, de resguardo, de preservação da sociedade, num determinado momento e sob a ótica do ficcionista, na obra condeana, mesmo que nem tenha sido esse o objetivo primordial do escritor – e decerto não o foi; as grandes obras literárias atingem objetivos que vão além das expectativas do próprio autor.

Finalmente, abordando a questão da obra, a ideia de busca constante da perfeição, presente nos artistas da Antiguidade greco-romana, denominada Clássica, transferiu esse conceito para obras de outros períodos que se destacam pela preocupação com os mínimos detalhes na ânsia de chegar à excelência. São igualmente denominadas *clássicas* e, conforme Martinho (2001, p. 48), existe uma tendência a se associar a ideia de autor ou obra canônica à de clássicos. “Seja como for, o argumento de validação do cânone parece ser sempre o de garantir a transmissão às gerações seguintes de obras de valor cultural relevante.”

Harold Bloom diz que o que torna uma obra canônica é sua estranheza, “um tipo de originalidade que ou não pode ser assimilada ou nos assimila de tal modo que deixamos de vê-la como estranha” (BLOOM, 1995, p. 12). Uma obra, ainda segundo o teórico americano do norte (*op. cit.*, p. 26) adquire, vivencia e incorpora, ficcionalmente, todas as perturbações humanas, “incluindo o medo da mortalidade, que na arte da literatura se transforma na busca de ser canônico, de entrar na memória comunal ou da sociedade”. E a obra literária torna-se, então, canônica, pelo que carrega de boas qualidades na forma de expressar as desditas e as alegrias humanas.

Entretanto, René Kothe chama a atenção para a contradição que existe “entre cânone e arte literária, à medida que esta rompe os parâmetros daquele, o que não se resolve pela limitação institucional de reconhecer como Literatura apenas aquilo que se enquadra na estrutura profunda estatuída” (KOTHE, 1997, p. 26). A arte literária, como de resto todas as artes, são assim denominadas exatamente pela capacidade de quebra de paradigmas – e o cânone surge como um paradigma engessado e engessador, no sentido de procurar definir as leituras *autorizadas* para uma comunidade. Perguntamo-nos se a obra literária fica na memória de um povo leitor pela sua qualidade ou por estar presente no cânone; se é essa

qualidade que a faz canônica, e, em assim sendo, fechar-se-ia o ciclo questionador; mas o que dizer de obras de excelência reconhecida e que não habitam as privilegiadas hostes canônicas, sendo tomadas e devoradas com uma voragem leitora tal qual se canônica fosse?

3.8.2 Acessibilidade

Fowler (1988) diz que a literatura sobre a qual teorizamos e exercemos nossa crítica não pode nunca ser a totalidade. Aliás, Bloom (1995, p. 45) já lembrava que “as leituras e releituras de toda uma vida mal darão para chegarmos até o fim do Cânone Ocidental”, e, por isso, como tivemos a oportunidade de citar, Martinho (2001, p. 15) fala da necessidade de seleção, também apontada por Alastair Fowler, quando afirma: “falamos sobre subconjuntos considerados de escritores e escritos do passado. [...] O cânone literário varia obviamente – e também de maneira não tão óbvia – de época para época e de um leitor a outro” (FOWLER, 1988, p. 95). Citando Isaac D’Israeli, Fowler complementa que “tempos distintos [...] se regem por gostos diferentes. O que causa uma forte impressão ao público, em um momento, deixa de interessar em outro [...]”⁹³ (Idem, *ibidem*).

De certa forma, como afirma Wendell Harris⁹⁴, o cânone é capaz de fornecer uma perspectiva histórica da época em que foram escritos, uma vez que “os fatos históricos influem na composição das obras, na seleção de temas ou na interpretação correta dos textos”. A acessibilidade aos textos literários canônicos, de um determinado período da História, propiciada pela listagem crítico-teórica de *canonizadores*, faz com que esses textos sejam referência desse período, para a posteridade.

Mesmo assim, Fowler classifica o cânone em sentido amplo como **Cânone Potencial**, ou seja, a totalidade de tudo que foi escrito, mais a literatura oral. É impossível conhecer esse macro-conjunto em sua inteireza, já que grande parte dele está inacessível, devido, por exemplo, à escassez de documentos, que só podem ser encontrados em grandes bibliotecas ou arquivos especializados; e a própria literatura oral, carente de registros. Então, ainda segundo

⁹³ Tradução livre nossa, como de resto todas as demais de trechos extraídos do artigo de Fowler.

⁹⁴ *Apud* Maria Eunice Moreira, no artigo “Cânone e Cânone: um plural singular”, disponível em <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r26/artigo_8.pdf>. Acesso em 24/01/2012.

o autor, haveria um **Cânone Acessível**, bem menor em relação ao Potencial, mas à disposição da maioria dos leitores.

Vários fatores influem na inacessibilidade a obras canônicas (e principalmente não-canônicas) pelos leitores. Fatores ligados ao entorno da obra, como inexistência de edições no mercado – e, em havendo, preços proibitivos ao grande público –, falta de divulgação ou mesmo *excesso de zelo* das bibliotecas que dispõem de tais livros, mas não os disponibilizam, tratando-os como joias raríssimas, fechadas em redomas de cristal, para serem apenas admiradas de longe – ignorando que a função básica do livro é sua leitura, já que texto que não se lê não se realiza como tal. E fatores ligados à própria obra, como dificuldade de compreensão da linguagem, preciosismo narrativo – tornando-a ininteligível para a maioria –, ausência de traduções etc.

No entanto, parece-nos demais óbvio que a canonização de uma obra passa necessariamente pela acessibilidade da maior quantidade possível de leitores. Um bom exemplo disso é a situação em que se encontram as obras de José Condé, todas esgotadas até 2010 (as últimas edições foram de 1987), requerendo dos leitores, que o desejam conhecer, recorrer a sebos para adquiri-las. A alternativa primeira, cremos, é a republicação imediata dos romances, novelas e contos de Condé, a exemplo do que fizemos, em 2011, com ***Terra de Caruaru***, um de seus principais romances, que se encontra à venda, e sendo distribuído a bibliotecas e escolas, com o intuito de apresentar o autor às novas gerações de leitores.

3.8.3 Negação

Do **Cânone Acessível** de que fala Fowler, emergem os **Cânones Seletivos**, dos quais o mais reduzido é o **Cânone Crítico**:

para a maioria dos críticos, sem dúvida, a literatura à qual se referem em suas obras não é a que aparece nas listas bibliográficas, mas sim as áreas de interesse muito mais limitadas, marcadas por reiteradas discussões nos periódicos científicos – particularmente aqueles mais influentes. Deste cânone ficam excluídos inumeráveis autores dignos de consideração. (FOWLER, 1988, p. 99)

Como a ideia de cânone está sempre associada à de poder autoritário, é comum haver uma espécie de revolta ao que é canônico. Como afirma Achugar (2006, p. 171), “atacamos a

memória congelada pelo autoritarismo dos setores hegemônicos, objetivada no ‘cânone’ artístico e literário, [...] dispostos a criar uma cultura mais democrática”. A negação desse cânone crítico, com suas inclusões, limitações e exclusões, nem sempre entendidas e/ou aceitas por muitos, é a *pedra de toque* de autores insatisfeitos, dos quais pode ser considerado exemplo bastante e enfático, o crítico brasileiro de ascendência germana Flávio René Kothe, que ao longo de quatro livros (*O Cânone Colonial*, *O Cânone Imperial* e *O Cânone Republicano*, este em dois volumes) se ocupa de bradar, ao estilo romeriano, veementes contestações às tendências do cânone oficial, no que se refere à literatura brasileira – embora, em alguns momentos, verdade seja dita, ele *force a barra*, para justificar sua implicância com o cânone estabelecido.

Podemos aquilatar o nível de contestação de Kothe através de trechos como este, de *O Cânone Colonial*:

A metamorfose do texto em obra de arte e discurso canônico serve para inibir o desvelamento crítico dos textos, da ideologia e da história. Categorias como “arte”, “belo”, “literatura nacional” fazem com que, pela auratização, fiquem ofuscados o senso crítico e a percepção do que se passa na e pelas obras. [...] Confere-se autoridade a certos autores, introduzindo-os e cultivando-os no cânone, para que legitimem as políticas vigentes e as autoridades que as exercem. (KOTHE, 1997, p. 12-13).

Kothe trata o cânone como componente integrante de certo ciclo vicioso, montado a partir de um modelo, que é confirmado a partir desse mesmo cânone (*op. cit.*, p. 49), e enfatiza o que ele chama de injustiça da *palavra consagrada*, numa referência à característica sacra do cânone:

A “palavra consagrada” não é necessariamente a palavra mais “justa”: sua justiça é adequação, ajustamento ao cortejo dos dominadores. [...] Mesmo escritores consagrados tendem a não ter leitores fora das escolas, o que torna mais ridícula a luta quanto à inclusão em antologias ou historiografias. (*Op. cit.*, p. 53).

Mas, na ânsia de *triturar* o cânone oficial, Kothe incorre em alguns deslizes que merecem reflexão. Um dos exemplos mais enfáticos é o poema de Botelho de Oliveira “À Ilha de Maré”, considerado canônico, e que apresenta a terra brasileira em “perfeitos quatro AA”:

Tem o primeiro A nos arvoredos
sempre verde aos olhos, sempre ledos;
tem o segundo A nos ares puros

na tempérie agradáveis e seguros;
 tem o terceiro A nas águas frias,
 que refrescam o peito e são sadias;
 o quarto A no açúcar deleitoso,
 que é do Mundo o regalo mais mimoso. (*apud* KOTHE, 1997, p. 289)

Após dizer o óbvio, que a escolha dos quatro elementos iniciados por A, pelo poeta, foi arbitrária (e teria que sê-lo, pois a criação literária dá prerrogativa ao autor de escolher o que ele desejar para versejar), o crítico *abre fogo* contra o texto de Botelho:

O que ele afirma sobre os quatro AA escolhidos é problemático: os arvoredos não são sempre verdes e ledos no Nordeste nem no cerrado; os ares não são mais puros nas grandes cidades, nem agradáveis no calor baiano, na secura do Nordeste e no cerrado, na umidade da Amazônia, no inverno sulino; as águas não são frias, sadias e frescas em todas as fontes e cada vez estão mais poluídas. (KOTHE, 1997, p. 289-290).

Detectamos alguns equívocos na leitura de Kothe. O poeta não conhecia – nem tinha obrigação de conhecer – todos os recantos do Brasil, para dizer que não há arvoredos “verdes e ledos no Nordeste nem no cerrado” ou que há uma variação climática que nem sempre deixa o clima agradável; Oliveira descreveu poeticamente o Brasil que ele conhecia, e a *licença* literária de criação lhe permite isso, o que talvez não fosse adequado num tratado geográfico sobre o país. Assim, o fato de que “as águas não são frias, sadias e frescas em todas as fontes” não inviabiliza que o poeta fale das que são assim. Por outro lado, contestar o poeta afirmando que “os ares não são mais puros nas grandes cidades” e que as águas “cada vez estão mais poluídas”, o que desautorizaria a afirmação do poema, é incorrer no mais primário engano de uma interpretação, que é o de não levar em conta o momento em que o texto foi escrito (final do século XVII, início do XVIII).

Mas o problema mais grave de Kothe está em quando ele resolve *arrasar* Tomás Antonio Gonzaga, tomando como alvo o trecho que abre o *canônico* poema **Marília de Dirceu**:

Eu, Marília, não sou algum vaqueiro,
 Que viva de guardar alheio gado;
 De tosco trato, d’ expressões grosseiro,
 Dos frios gelos, e dos sóis queimado.
 Tenho próprio casal, e nele assisto;
 Dá-me vinho, legume, fruta, azeite;
 Das brancas ovelhinhas tiro o leite,
 E mais as finas lãs, de que me visto. (*apud* KOTHE, 1997, p. 397-8)

Sobre o trecho “Tenho próprio **casal**, e nele **assisto**; / Dá-me vinho, legume, fruta, azeite;”, o crítico é ferino: “Um ‘casal’ – que possa ‘dar’ vinho, legume, fruta, azeite – só pode ser um casal de escravos” (KOTHE, 1997, p. 398). Engana-se Kothe: o “casal” a que se refere **não é** uma dupla de escravos, pois o poeta diz que **assiste** nele; ora, este verbo, regido pela preposição “em” (todo aluno secundarista sabe – ou deveria saber – disso) significa “morar”, “residir”, e não se mora num casal de escravos, por mais surrealista que se quisesse ser. “Casal” aqui está na acepção de propriedade rústica, de menor tamanho que a quinta, um termo bastante utilizado em Portugal (não nos esqueçamos de que Gonzaga era lusitano). O mais preocupante nisso tudo é que, após essa leitura equivocada, Kothe enfatiza: “É estranho que se faça de um dono de escravos um libertador.” Ou seja, o crítico *criou* uma imagem completamente incompatível com o texto, e fez dela o embasamento de sua crítica.

Reconhecemos que o recorte bastante limitador do cânone oficial pode deixar de fora importantes autores – e o faz, efetivamente, não há como negar isso –, mas para afirmar que o cânone é “aquilo que devemos negar pela ortodoxia” (MARTINHO, 2001, p. 40) e por quanto de injusto ou manipulador ele tenha, é preciso que tenhamos argumentos mais consistentes, senão *o feitiço volta-se contra o feiticeiro* e nós, que pretendemos *tocar fogo* no famigerado cânone, é que saímos *chamuscados* em nossa credibilidade e força contestatória.

Para entender como é formada, construída ou modificada essa instituição tão polêmica, é preciso que analisemos algumas instâncias a ela diretamente ligadas. É o que faremos, após situarmos as origens e desenvolvimento do cânone literário brasileiro.

3.9 O Cânone literário brasileiro

A literatura brasileira, como a de qualquer outra nação, é composta por uma considerável quantidade de obras, e respectivos autores, que reclamam um espaço de exposição, para se tornarem nítidos e conhecidos pela população leitora. À impossibilidade de se evidenciar todos os autores, todas as obras, uma seleção urge, que aponte aquilo que se poderia denominar como referência literária nacional. Entretanto, isso, longe de resolver a questão, enseja outras, ainda mais intrincadas. Otto Maria Carpeaux questiona: “o que é a literatura brasileira?” E argumenta:

Divergências de opinião sobre o escritor Fulano, digno, conforme alguns, de receber o prêmio Nobel e indigno, conforme outros, dessa distinção, casos assim há em todas as literaturas. Mas acontece que, no Brasil, Fulano é para alguns um Nobel virtual enquanto outros o consideram como “hors de la littérature”⁹⁵. (CARPEAUX, 1964, p. 11-2)

Intentaremos historiar criticamente a formação daquilo a que poderíamos chamar de “Cânone Literário Brasileiro”, mas igualmente sem a pretensão de fechar essa inexequível questão a respeito do que deve ou não ser tido como canônico no Brasil.

3.9.1 O início do cânone brasileiro

A primeira metade do século XIX provocou no Brasil intelectual uma necessidade de autoafirmação, gerada pelo movimento político de independência em relação à corte portuguesa. Junte-se a isso, o Nacionalismo, uma das características mais marcantes do Romantismo, movimento que se espalhava pela Europa e alcançava o nosso país, através dos jovens estudantes brasileiros que frequentavam a Universidade de Coimbra, em Portugal, e temos o ambiente propício para o surgimento de uma preocupação com a produção literária nacional.

No contexto brasileiro posterior a 1822, torna-se compreensível por que os críticos nacionais, sacudidos pelos ideais românticos, tenham tomado a si a missão de fomentar o debate em torno da existência e constituição da literatura. Tratava-se, então, de encontrar mecanismos capazes de legitimar a recém implantada nação, e a literatura oferecia-se como uma boa alternativa para a consecução desse objetivo. Declarar a diferenciação da literatura produzida no Brasil em relação à produção poética da ex-metrópole foi a fórmula encontrada pelos intelectuais do país para contribuir com a tarefa de consolidação política da nação. (ZILBERMAN e MOREIRA, 1998, p. 9-10)

Naturalmente, esse processo de legitimação e diferenciação da literatura brasileira em relação à lusitana exigia a formação imediata de um cânone, isto é, de um elenco de autores e obras que, por sua vez, corporificasse uma literatura própria, autêntica. Podemos observar, então, o objetivo eminentemente político com que são esboçados os primeiros compêndios de registro histórico de escritores nacionais. Nem no seu surgimento, muito menos atualmente, a lista canônica que bafeja os autores e textos escolhidos, entre tantos escritores e obras, publicados ou não, aparece a partir de uma motivação única, sequer principalmente artística:

⁹⁵ Algo como “fora da literatura”, “estranho à literatura”.

supõe-se, evidentemente, que na eleição e elaboração de tais listagens, leva-se em grande conta o fator qualidade literária das obras, mas o que dá o tom mesmo das escolhas parece vadiar por outros campos.

A primeira manifestação no sentido de reunir autores/obras brasileiros vem de Portugal, sob a batuta de Almeida Garrett, com o *Parnaso lusitano*, de 1826, e trazem, além dos portugueses, os nomes dos seguintes poetas brasileiros: Basílio da Gama, Frei José de Santa Rita Durão, Francisco de Melo Franco, Cláudio Manuel da Costa, Domingos Borges de Barros, José Bonifácio de Andrada e Silva, Paulo José de Melo, Sousa Caldas, Tomás Antonio Gonzaga, além do dramaturgo Antonio José da Silva, o Judeu, de acordo com pesquisa realizada por Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira, publicada em 1998.

Além do incontestado pioneirismo, a obra de Garrett serviu para inspirar o Côn. Januário da Cunha Barbosa a editar o *Parnaso brasileiro* (cf. CANDIDO, 1975, p. 326), entre 1829 e 1831. A obra, também chamada *Coleção das melhores poesias do Brasil, tanto inéditas quanto já impressas*, apresenta, segundo a citada pesquisa de Zilberman e Moreira (1998), os seguintes nomes: Alexandre de Gusmão, Alvarenga Peixoto, Antonio José de Araújo, Araújo Guimarães, Bartolomeu Antonio Cordovil, Basílio da Gama, Beatriz Francisca de Assis Brandão, Bernardo (“célebre pintor da capital de Minas Gerais”, segundo o autor, *apud* Zilberman e Moreira, 1998, p. 81), Brás Miguel Pupo, Cláudio Manuel da Costa, Delfina Benigna da Cunha, Domingos Caldas Barbosa, Domingos Vidal de Barbosa, Francisco José de Sales, Francisco Vilela Barbosa, Gonçalves Lêdo, Gregório de Matos Guerra, J. B. Soares de Meireles, João Gualberto Ferreira Santos Reis, Côn. João Pereira da Silva, Joaquim José da Silva, José Bonifácio de Andrada e Silva, José da Natividade Saldanha, Fr. José Santa Rita Durão, José Elói Otoni, Pe. José Gomes Gadelha, José Inácio da Silva Costa, José Pereira, Pe. Luiz Antonio da Silva e Sousa, Luís Paulino, Pe. Miguel Eugênio, Paulo José de Melo, Pe. Silvério, Sebastião Sandenabo, Seixas Brandão, Silva Alvarenga, Sousa Caldas e Tomás Antônio Gonzaga⁹⁶. Observemos que pelo menos 75% desses autores são ilustres desconhecidos hoje; que teriam eles de tão importante para figurarem no cânone nacional da época, e o que terá feito com que se perdessem na memória do passado, postos completamente à margem desse mesmo cânone, na atualidade? Igualmente, podemos nos perguntar pelos motivos que tantos outros escritores, provavelmente existentes no período, ficaram de fora dessa listagem.

⁹⁶ Não nos passam despercebidos dois fatos interessantes: a presença de apenas duas mulheres, entre os autores canônicos, e a considerável quantidade de clérigos, o que se constitui bom tema para futuros estudos.

Comparando as três obras principais dessa época antológica – o *Parnaso* de Januário (1829-1831), o de Pereira da Silva (1843-1848), o *florilégio* de Varnhagen (1850-1853) – verificamos um progresso constante na seleção dos autores, na qualidade e quantidade das amostras escolhidas, revelando consciência crescente dos valores, e esforço para constituir o elenco básico, o *cânon* da nossa literatura. Passo decisivo foram as edições, incrementadas principalmente depois de 1860, que superam a fase da antologia-texto, cabendo neste terreno a palma a Varnhagen e [Joaquim] Norberto, aquele mais erudito, este mais crítico. (CANDIDO, 1975, p. 349-50).

Notamos com nitidez um avanço na formação do cânone brasileiro, entre os dois períodos citados, isto é, antes e depois de 1860. Este ano parece ser uma espécie de *divisor de águas*, porquanto a listagem canônica adquire um caráter mais do que meramente descritivo: há uma preocupação em justificar, comentar sobre autores e obras escolhidos para compor as antologias.

Francisco Adolfo de Varnhagen, o Barão e depois Visconde de Porto Seguro, era filho de uma portuguesa (Maria Flávia de Sá Magalhães) e de um engenheiro militar alemão (Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen); estudou no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, tendo participado dos embates entre os partidários de D. Pedro IV e seu irmão D. Miguel I; no Brasil, foi primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e depois diplomata, servindo em Lisboa, Madrid, Paraguai, Venezuela, Colômbia, Equador, Chile (onde conheceu e casou com Carmem Ovalle), Peru, Países Baixos e Viena (Áustria). A partir desse breve perfil⁹⁷, podemos perceber sua origem nobre e formação rebuscada, além de vasto conhecimento de diversos países – o que lhe possibilitou efetivar pesquisas mais acuradas sobre o Brasil; entendemos, pois, a erudição a que se refere Candido, na citação acima. José Veríssimo chegou a tê-lo (a Varnhagen) como o instituidor da história literária brasileira, o que detonou uma furiosa polêmica com o crítico Sílvio Romero, sobre o que trataremos adiante.

Enquanto isso, Joaquim Norberto de Souza e Silva foi um crítico literário e historiador da literatura, nascido em Minas Gerais, que se ocupou da edição de obras significativas da literatura brasileira, evidenciando autores como Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Laurindo Rabelo, Casimiro de Abreu e Tomás Antonio Gonzaga, a quem escreveu *Dirceu de Marília*, uma espécie de resposta ao *Marília de Dirceu* gonzagueano; sobre esta última obra, Roberto Acízelo de Souza, no artigo “Joaquim Norberto

⁹⁷ Construído com informações dispostas em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Adolfo_de_Varnhagen>. Acesso em 26/03/2012.

e sua contribuição à edição de textos e à crítica literária”⁹⁸, enfatiza que “ainda que não se trate de uma edição crítica, no rigor da expressão, conceito aliás de que Norberto não tinha notícia, cremos que os especialistas devem reconhecer nos materiais assim ordenados todos os elementos básicos para a sua preparação.” Afinal, o autor se esforçou para apresentar justificativas e explicações acerca de questões literárias presentes na obra, anexando documentação comprobatória ao que escrevia. Mesclam-se, em Norberto, qualidades antitéticas: pequeno talento, “cultura mediana e gosto limitado”, embora fosse “aberto de espírito, consciencioso, dotado de boa intuição histórica e certo faro crítico, além de uma espantosa capacidade de trabalho” (CANDIDO, 1975, p. 350-1).

Nem Norberto nem vários outros críticos literários do século XIX escapam de uma ocorrência ao mesmo tempo curiosa e preocupante: como o nacionalismo gritante exigia, era necessário e urgente produzir biografias de grandes homens e escritores, que envaidescessem o país, mas a falta de mais tempo de pesquisa, ou de informações mais precisas, ou até mesmo de notícias, faziam com que fossem simplesmente *criadas* grandiosas histórias de vida desses biografados, muitas vezes meras fantasias alimentadoras do orgulho nacional. Aliás, Schmidt (2012, p. 188) informa, sobre biografias, que, na Grécia antiga, o mais importante não era “atestar o que realmente aconteceu, mas construir narrativas sobre personagens reais que transmitissem lições de vida aos leitores, ainda que à custa do sacrifício da verdade”. Tanto lá, quanto cá, trata-se de uma ocorrência curiosa pela ingenuidade histórica que constitui, mas preocupante do ponto de vista da confiabilidade de todo o conjunto de informações – fica sempre a dúvida: o que é verdade e o que é invenção, no que escreve Norberto?!

3.9.2 O cânone nacional hoje

Com o passar do tempo, a listagem canônica da literatura brasileira foi incorporando alguns nomes que despontavam no cenário das letras da nação, e descartando outros, que foram, aos poucos, sendo olvidados, e sobre eles pairando um completo silêncio, por parte da crítica, do mercado, dos pesquisadores acadêmicos e, finalmente, dos leitores.

Resguardados os que figuram no rol canônico desde Sílvio Romero e críticos congêneres, a ele contemporâneos e sobreviventes canônicos ainda hoje, como tivemos a

⁹⁸ Disponível em <<http://periodicos.uesb.br/index.php/folio/article/viewFile/4/3>>. Acesso em 26/03/2012.

oportunidade de mostrar acima, a quantidade de escritores aquinhoados com sua parcela de imortalidade momentânea foi crescendo bastante, à medida que o século XX avançava. Desde os movimentos modernistas das duas primeiras décadas até as gerações chamadas pós-modernistas, que marcam a contemporaneidade, o Brasil foi sacudido por acontecimentos culturais – e literários, especificamente –, que produziram muitos escritores de talento reconhecido pelos canonizadores literários nacionais.

Como seria cansativo e pouco produtivo, para os fins deste trabalho, levantar a lista de tantos nomes canônicos, reportar-nos-emos ao cânone literário em prosa, situado a partir do segundo momento modernista, convencionalmente datado em 1928, ano da publicação de *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, estendendo-se pela denominada fase pós-modernista, esta correspondendo ao período de efetiva produção do escritor José Condé, focalizado neste estudo. Com o objetivo de observar que nomes frequentavam as listas canônicas brasileiras nestas três décadas, apresentaremos os escritores eleitos por alguns dos mais conhecidos teóricos e críticos literários do país, pois são estes que, de fato, contribuem de forma mais intensa para a canonização literária. Refletiremos brevemente sobre o cânone brasileiro apontado por Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi, Massaud Moisés e Nelly Novaes Coelho, quatro nomes referenciais na formação canônica brasileira.

Inicialmente, tratemos de Afrânio Coutinho, que, em sua obra *Introdução à Literatura Brasileira* (1988), pensa a ficção modernista do Brasil em duas correntes:

- a) **Nacional e regional**, na qual destaca Afonso Schmidt, Alcântara Machado, Amadeu Amaral, Amadeu de Queirós, Amando Fontes, Atos Damasceno, Dalcídio Jurandir, Dinah Silveira de Queirós, Dionélio Machado, Érico Veríssimo, Galeão Coutinho, Guilherme Figueiredo, Guilhermino César, Joel Silveira, Luis Jardim, Luis Martins, Lygia Fagundes Telles, Orígenes Lessa, Osvaldo Alves, Oswald de Andrade, Ribeiro Couto, Rosalina Coelho Lisboa, Rosário Fusco, Telmo Vergara e Viana Moog; e, “ao lado dessa corrente, e confundindo-se às vezes com ela” (COUTINHO, 1988, p. 302), o **neonaturalismo**, em que o autor situa algumas obras de Jorge Amado (sem citá-las) e a por ele (Coutinho) chamada produção neo-regionalista, em que enquadra Gustavo Barroso, Mário Sette, Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Clóvis Amorim, Nestor Duarte, Darci Azambuja, Ciro Martins, Ivan Pedro Martins.

- b) **Subjetivista e introspectiva** ou **psicológica**, em que situa Andrade Murici, Aníbal Machado, Barreto Filho, Ciro dos Anjos, Clarice Lispector, Cornélio Pena, Fernando Sabino, Graciliano Ramos (“por um aspecto de sua obra, que alia a introspecção e o monólogo interior ao documentário social e à análise do destino humano, como é o caso semelhante de Adonias Filho” (*op. cit.*, p. 303)), Guimarães Rosa, Gustavo Corção, João Alphonsus, Jorge de Lima, José Geraldo Vieira, Josué Montello, Lúcia Miguel Pereira, Lúcio Cardoso, Marques Rebelo, Murilo Rubião, Otávio de Faria, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Waldomiro Autran Dourado.

A corrente nacional, a que se refere Coutinho, emerge, segundo ele próprio, do nacionalismo de 1922, que teria invadido a ficção, “fundada na técnica realista”, gerando “uma espécie de neorrealismo e, às vezes, neonaturalismo” (*op. cit.*, p. 301), o primeiro associado a questões urbano-sociais, e o segundo afeito a uma “ideologia política para substrato de sua concepção da realidade, com o objetivo de violentá-la e subvertê-la, usando a ficção como arma de propaganda e ação” (*op. cit.*, p. 302).

Entretanto, parece-nos problemática essa classificação de regional em que o autor enquadra determinados autores e obras, uma vez que, como já tivemos a oportunidade de frisar anteriormente, a universalidade dos temas tratados nas narrativas cujo cenário e personagens identificam-se mais explicitamente com determinada região geográfica do país, gera dificuldades de conceituação, como, por exemplo: ao apresentar, em sua ficção, a relação de poder paralelo que se estabelece entre os personagens Dondon, a concubina poderosa, temida e bajulada pelos que esperavam receber benesses do poder político da cidade, e Coronel Ribas, chefe político da região, que *botara casa* para a *rapariga* e fazia-lhe todas as vontades (*Terra de Caruaru*), dois personagens característicos de uma cidade pernambucana (início do século XX), José Condé não estaria enfocando uma relação análoga à da Duquesa Anne d’Etampes, amante do Rei Francisco I, da França (século XVI), com “aqueles que esperavam extrair algum lucro de sua ligação com o rei” (KENT, 1996, p. 65)? Onde, a presença do regionalismo, ao ponto de caracterizar uma obra? Não seria um reducionismo conceitual de um texto que alcança nuances universais?

Por outro lado, a relação de contistas desse período, segundo Coutinho, compõe-se de Adelino Magalhães, Antonio de Alcântara Machado, Carlos Castelo Branco, Clarice Lispector, Dalton Trevisan, Homero Homem, João Alphonsus, Lygia Fagundes Telles, Mário

de Andrade, Osman Lins, Samuel Rawet, Waldomiro Autran Dourado. Nesse aspecto, o autor não classifica os contistas nas categorias criadas por ele para os romancistas.

Em sua conhecida *História concisa da Literatura Brasileira* (2004), o professor Alfredo Bosi dedica a última parte ao que denominou “Tendências contemporâneas”, propondo-se a tratar do “Modernismo e o Brasil depois de 30”, e ressaltando que “somos hoje contemporâneos de uma realidade econômica, social, política e cultural que se estruturou depois de 1930” (BOSI, 2004, p. 383). Apresenta os escritores numa gradação:

- a) Clarice Lispector, Cornélio Pena, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, João Guimarães Rosa, Jorge Amado, José Américo de Almeida, José Geraldo Vieira, José Lins do Rego, Lúcio Cardoso, Marques Rebelo, Rachel de Queiroz, como uma espécie de referenciais maiores, a quem dedica, individualmente, uma sessão inteira, para mostrar suas obras e refletir sobre elas;
- b) Um segundo grupo, intermediário, que merece um parágrafo cada um, é composto por: Ariano Suassuna, Autran Dourado, Cyro dos Anjos, Dalton Trevisan, Dionélio Machado, José Cândido de Carvalho, Lygia Fagundes Telles, Osman Lins, Otávio Faria;
- c) Finalmente, com uma breve citação das obras mais importantes, aparecem: Abguar Bastos, Adonias Filho, Amando Fontes, Aníbal Machado, Antonio Callado, Antonio Olavo Pereira, Ascendino Leite, Bernardo Élis, Campos de Carvalho, Carlos Heitor Cony, Carmo Bernardes, Ciro Martins, Dalcídio Jurandir, Darci Azambuja, Dinah Silveira de Queiroz, Elisa Lispector, Fran Martins, Gastão de Holanda, Gilvan Lemos, Guido Wilmar Sassi, Guilhermino César, Helena Silveira, Herberto Sales, Hernani Donato, Ivã Pedro Martins, João Alphonsus, João Clímaco Bezerra, João Pacheco, **José Condé**, Josué Montello, Ledo Ivo, Lucia Benedetti, Luís Antonio de Assis Brasil, Maria de Lourdes Teixeira, Mário Palmério, Murilo Rubião, Osvaldo Orico, Otto Lara Resende, Paulo Dantas, Pedro Nava, Peregrino Júnior, Permínio Ásfora, Raimundo de Moraes, Reinaldo Moura, Ricardo Ramos, Telmo Vergara, Viana Moog.

Observando que o Nordeste “tem concorrido com uma copiosa literatura ficcional, que vai do simples registro de costumes locais à aberta opção da crítica e engajamento que as condições da área exigem” e apresentando o que chama de “documentos vivos de uma novelística da terra e do povo nordestino”, Bosi (*op. cit.*, p. 427) é um dos poucos que citam

José Condé, mas com não mais que uma frase: “*Histórias da Cidade Morta e Terra de Caruaru*, de José Condé, escritor que mais recentemente preferiu bater a estrada do romance de costumes cariocas (*Um Ramo para Luísa*)”. O autor não explicita os critérios utilizados nessa gradação canônica, registrando-se a sucessão de nomes e o espaço maior ou menor a eles dedicado, sem que o leitor possa detectar claramente as razões de tal classificação.

Em *A Literatura Brasileira através dos textos*, lançado em 1971, Massaud Moisés apresenta seu cânone – mais resumido que os anteriores – com os seguintes escolhidos, na intitulada “geração de 30”: Rachel de Queirós (destacando um trecho de *O Quinze*), José Lins do Rego (*Fogo Morto*), Graciliano Ramos (*Angústia*), Jorge Amado (*Jubiabá*), Érico Veríssimo (*O Tempo e o Vento*), Cornélio Pena (*Fronteira*), Lúcio Cardoso (*A luz do subsolo*), Octavio de Faria (*Mundos Mortos*) e Ciro dos Anjos (*O Amanuense Belmiro*).

Sob o título de *Tendências Contemporâneas*, Moisés identifica “a chamada ‘geração de 45’, que defende a primazia da ordem sobre o caos anterior” (MOISÉS, 2002, p. 529), estabelecido pelo movimento Modernista de 1922; apresenta um “regionalismo de inflexão mítica” e uma prosa contagiada, “nas décadas de 60 e 70, pelo *nouveau Roman* francês” e pelo “gosto do fantástico e do maravilhoso”. Os escritores e obras evidenciados são: Aníbal Machado (com o conto “O Desfile dos Chapéus”, de *A morte da porta-estandarte e Tati, a Garota e outras histórias*), Lygia Fagundes Telles (analisando “As Formigas”, conto de *Seminário dos Ratos*), Rubem Braga (“Uma lembrança”, de *O homem rouco*), Clarice Lispector (“Uma Galinha”, de *Laços de Família*), Autran Dourado (*Ópera dos Mortos*), Murilo Rubião (“Bárbara” de *O Pirotécnico Zacarias*), Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*), Osman Lins (*O Fiel e a Pedra*), Dalton Trevisan (“Uma Vela para Dario”, de *Cemitério de Elefantes*), Rubem Fonseca (“Passeio Noturno”, de *Feliz Ano Novo*), J. J. Veiga (*A Máquina Extraviada*), Moacyr Scliar (“Uma Casa”, de *O Carnaval dos Animais*) e João Ubaldo Ribeiro (*Sargento Getúlio*). Como se vê, nesta lista, há uma flagrante tendência a ressaltar os contistas, provavelmente num registro da preferência que esse gênero literário alcançou na contemporaneidade, fruto da velocidade com que os leitores têm que lidar no mundo moderno, e, portanto, optar por textos mais compactos para leitura.

A Literatura Brasileira através dos textos é um livro eminentemente didático, o que justifica a superficialidade e brevidade da lista de autores, bem como os comentários a respeito dos textos estudados. Ainda assim, é obra de leitura praticamente obrigatória, ainda

hoje, nos cursos de graduação de Letras, constituindo-se numa espécie de antologia comentada dos nossos dias.

Finalmente, Nelly Novaes Coelho denomina esse período de “reação construtivista” em que se verifica uma “continuidade realista” (COELHO, 1993, p. 228); dá uma visão panorâmica, ainda que sucinta, das manifestações literárias nos principais centros culturais do mundo, chegando ao Brasil, onde destaca os nomes: José Américo de Almeida, Rachel de Queirós, José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Peregrino Júnior, Amando Fontes, Francisco Marins, Oswaldo Orico, Vianna Moog, Guilhermino César, Dalcídio Jurandir, Herberto Sales, Ivã Pedro Martins (aos quais denomina de regionalistas); Érico Veríssimo, Dionélio Machado, João Alphonsus, Ciro dos Anjos, Marques Rebelo, José Geraldo Vieira (ficção urbano-intimista); Lúcio Cardoso, Cornélio Pena, Octavio de Faria (ficção de inquietação espiritual).

No tempo seguinte (a partir de 1945), a autora contrapõe esteticismo e realismo, num “mundo em acelerada metamorfose, [...] em que novos e velhos valores entram em conflito, mas cuja modificação ou controle escapam à sua vontade e ação” (COELHO, 1993, p. 251). Afirma que, em certos autores, há “uma mudança das coordenadas regionalistas: do pitoresco ou exótico e do localista passam para a apreensão universalista do homem brasileiro, situado em sua ‘circunstância’”, isto é, “em seu meio físico, sua condição humana, suas raízes, sua linguagem” (*Op. cit.*, p. 289). Apresenta, além de alguns nomes já citados no período anterior, os seguintes: Paulo Dantas, Bernardo Elis, Adonias Filho, Braga Montenegro, Permínio Asfora, João Clímaco Bezerra, Fran Martins, João Pacheco, Ibiapaba Martins, Darci Azambuja, **José Condé**, Francisco Julião, Gastão de Holanda, João Felício dos Santos, Antonio Callado, Maria Alice Barroso, Rui Mourão, Mário Palmério, Bariani Hortêncio, Hermilo Borba Filho, Nélida Piñon e Guimarães Rosa (com os dois últimos, gasta mais tinta, e vai além da mera citação de obras, comentando alguns aspectos de sua produção).

A autora preocupa-se também em citar uma série considerável de outros escritores, que não costumam frequentar as listagens canônicas mais conhecidas (embora alguns apareçam nas listas aqui apresentadas), além de retomar nomes de períodos anteriores, e que continuam produzindo até o início da década de 70, quando põe termo a seu trabalho, frisando que “não se trata de livro acabado, completo, pois pela própria natureza está aberto à continuação da vida e à reflexão sobre ela, através da palavra que deve inscrevê-la definitivamente no Tempo Histórico” (COELHO, 1993, p. 341).

A relação de autores, apesar de longa, merece ser apresentada: Gustavo Corção, Gilberto Amado, Lúcia Benedetti, **Lygia Fagundes Telles**, **Fernando Sabino**, **Otto Lara Resende**, Breno Acioly, **Aníbal Machado**, Elisa Lispector, Maria Julieta Drummond de Andrade, **Orígenes Lessa**, Reinaldo Moura, **Ledo Ivo**, Almeida Fischer, Mário Donato, **Josué Montello**, **Dinah Silveira de Queirós**, Moreira Campos, Antonio Olavo Pereira, Maria de Lourdes Teixeira, Ascendino Leite, Helena Silveira, **Ricardo Ramos**, **Osman Lins**, Virgínius da Gama e Mello, Wilson Rio Apa, Eliéser Levin, Waldir Ayala, Antonio Carlos Vilaça, Luis Martins, Mário da Silva Brito, Nelson Werneck Sodré, **Cassiano Ricardo**, **Alceu Amoroso Lima**, Osório de Castro, José Candido de Carvalho, Eugênia Sereno, **Ariano Suassuna**, Manuel Lobato, Caio Porfírio Carneiro, Guido Wilmar Sassi, Nelson Lustosa Cabral, **Gilvan Lemos**, José Fernandes Fonseca, Haroldo Prestes Miramontes, Geraldo França de Lima, Odylo Costa Filho, Cyro de Mattos, **Dalton Trevisan**, **Carlos Heitor Cony**, **Clarice Lispector** (somente agora aparece na relação de Coelho, e apenas citando obras a que denomina “experimentalistas”), Autran Dourado, Julieta Godoy Ladeira, Campos Carvalho, Olímpio Monat, **Murilo Rubião**, José Fernando Miranda, Gerardo de Melo Mourão, José J. Veiga, Edite Pimentel Pinto, Fernando Correia da Silva, Luis Vilela, Adão Ventura, Carlos Roberto Pellegrino, Lázaro Barreto, Elias José, Péricles Prade, Dirceu Borges, Sérgio Tapajós, Libério Neves, Eiko Suzuki, Lousada Filho, Heleno Godoy, Samuel Rawet, **Rubem Fonseca**, José Agripino de Paula, Roberto Freire, Inácio de Loiola, **Hilda Hilst**, Herman Reipert, Edla van Steen, Myrtis Campelo, Rego de Carvalho, Ricardo Hoffman, Mário Garcia Paiva, Cosette Alencar, Márcia Drucker, Esdras do Nascimento, Lenita Miranda de Figueiredo, **Gilberto Freyre**, Carmen da Silva, Cláudio Araújo Lima, Geraldo Novaes Marques, Elsa Heloisa, José Afrânio Duarte, José Fonseca Fernandes, Dora Maria, Sérgio Sant’Ana, Ruth Bueno, Marietta Telles Machado, Jaime Prado Gouveia, José Cruz Medeiros, Roberto Fontes Gomes e Luis Paula Freitas.

Com este breve levantamento canônico, podemos, à guisa de comparação, estabelecer um quadro dos escritores citados pelos quatro autores, a fim de lhes percebermos coincidências, e poder refletir sobre a recorrência ou não de alguns nomes.

ESCRITOR	AF	AB	MM	NNC
Abguar Bastos		X		
Adão Ventura				X
Adelino Magalhães	X			
Adonias Filho	X	X		X
Afonso Schmidt	X			
Alcântara Machado	X			
Alceu A. Lima				X

ESCRITOR	AF	AB	MM	NNC
Almeida Fischer				X
Amando Fontes				X
Amadeu Amaral	X			
Amadeu de Queirós	X			
Amando Fontes	X	X		
Andrade Murici	X			
Aníbal Machado	X	X	X	X

ESCRITOR	AF	AB	MM	NNC
Antonio Callado		X		X
Antonio Carlos Vilaça				X
Antonio Olavo Pereira		X		X
Ariano Suassuna		X		X
Ascendino Leite		X		X
Assis Brasil		X		
Atos Damasceno	X			
Autran Dourado	X	X	X	X
Bariano Hortêncio				X
Barreto Filho	X			
Bernardo Ellis		X		X
Braga Montenegro				X
Breno Acioly				X
Caio Porfírio Carneiro				X
Campos Carvalho		X		X
Carlos Castelo Branco	X			
Carlos Fernando Magalhães				X
Carlos Heitor Cony		X		X
Carlos Roberto Pellegrino				X
Carmen da Silva				X
Carmo Bernardes		X		
Cassiano Ricardo				X
Ciro dos Anjos	X	X	X	X
Ciro Martins	X	X		
Cyro de Mattos				X
Clarice Lispector	X	X	X	X
Cláudio Araújo Lima				X
Clóvis Amorim	X			
Cornélio Pena	X	X	X	X
Cosette Alencar				X
Dalcídio Jurandir	X	X		X
Dalton Trevisan	X	X	X	X
Darci Azambuja	X	X		X
Dinah Silveira de Queirós	X	X		X
Dionélio Machado	X	X		X
Dirceu Borges				X
Dora Maria				X
Edite Pimentel Pinto				X
Edla van Steen				X
Elias José				X
Eliéser Levin				X
Elisa Lispector		X		X
Elsa Heloisa				X
Érico Veríssimo	X	X	X	X
Eiko Suzuki				X
Esdras do Nascimento				X
Eugênia Sereno				X
Fernando correia da Silva				X
Fernando Sabino	X			X

ESCRITOR	AF	AB	MM	NNC
Fran Martins		X		X
Francisco Julião				X
Francisco Marins				X
Galeão Coutinho	X			
Gastão de Holanda		X		X
Genolino Amado				X
Geraldo França de Lima				X
Geraldo Novaes Marques				X
Gerardo de Melo Mourão				X
Gilberto Amado				X
Gilberto Freyre				X
Gilvan Lemos		X		X
Graciliano Ramos	X	X	X	X
Guido Wilmar Sassi		X		X
Guilherme Figueiredo	X			
Guilhermino César	X	X		X
Guimarães Rosa	X	X	X	X
Gustavo Barroso	X			
Gustavo Corção	X			X
Haroldo Prestes Miramontes				X
Heleno Godoy				X
Helena Silveira		X		X
Herberto Sales		X		X
Herman Reipert				X
Hermilo Borba Filho				X
Hernani Donato		X		
Hilda Hilst				X
Homero Homem	X			
Ibiapaba Martins				X
Inácio de Loiola				X
Ivan Pedro Martins	X	X		X
Jaime Prado Gouveia				X
João Alphonsus	X	X		X
João Clímaco Bezerra		X		X
João Felício dos Santos				X
João Pacheco		X		X
João Ubaldo Ribeiro			X	
Joel Silveira	X			
José Afrânio Duarte				X
Jorge Amado	X	X	X	X
José Agripino de Paula				X
José Américo de Almeida	X	X		X
José Candido de Carvalho		X		X
José Condé		X		X
José Cruz Medeiros				X
José Fernandes Fonseca				X
José Fernando Miranda				X

ESCRITOR	AF	AB	MM	NNC
José F. Fernandes				X
José Geraldo Vieira	X	X		X
José J. Veiga			X	X
José Lins do Rego	X	X	X	X
Josué Montello	X	X		X
Juarez Barroso				X
Julieta Godoy Ladeira				X
Lázaro Barreto				X
Ledo Ivo		X		X
Lenita Miranda de Figueiredo				X
Libério Neves				X
Lousada Filho				X
Lucia Benedetti		X		X
Lúcia Miguel Pereira	X			
Lúcio Cardoso	X	X	X	X
Luis Jardim	X			
Luis Martins	X			X
Luis Paula Freitas				X
Luis Vilela				X
Lygia Fagundes Telles	X	X	X	X
Manuel Lobato				X
Márcia Drucker				X
Maria Alice Barroso				X
Maria de Lourdes Teixeira		X		X
Maria Julieta Drummond Andrade				X
Marietta Telles				X
Mário da Silva Brito				X
Mário de Andrade	X			
Mário Donato				X
Mário Garcia Paiva				X
Mário Palmério		X		X
Mário Sette	X			
Marques Rebelo	X	X		X
Moacyr Scliar			X	
Moreira Campos				X
Murilo Rubião	X	X	X	X
Myrtis Campelo				X
Nélida Piñon				X
Nelson Lustosa				X

ESCRITOR	AF	AB	MM	NNC
Nelson W. Sodré				X
Nestor Duarte	X			
Odylo Costa Filho				X
Olímpio Monat				X
Orígenes Lessa	X			X
Osman Lins	X	X	X	X
Osório de Castro				X
Osvaldo Alves	X			
Osvaldo Orico		X		X
Oswald de Andrade	X			
Otávio de Faria	X	X	X	X
Otto Lara Resende		X		X
Paulo Dantas		X		X
Pedro Nava		X		
Peregrino Júnior		X		X
Péricles Prade				X
Permínio Asfora		X		X
Rachel de Queiroz	X	X	X	X
Raimundo de Moraes		X		
Rego de Carvalho				X
Reinaldo Moura		X		X
Ribeiro Couto	X			
Ricardo Hoffman				X
Ricardo Ramos		X		X
Roberto F. Gomes				X
Roberto Freire				X
Rodrigo Melo F. Andrade	X			
Rosalina Coelho Lisboa	X			
Rosário Fusco	X			
Rubem Braga			X	
Rubem Fonseca			X	X
Rui Mourão				X
Ruth Bueno				X
Samuel Rawet	X			X
Sérgio Sant'Ana				X
Sérgio Tapajós				X
Telmo Vergara	X	X		
Viana Moog	X	X		X
Virgínius da Gama e Mello				X
Wilson Rio Apa				X

Tabela 4 - Relação de autores citados nos livros de Afrânio Coutinho (AF), Alfredo Bosi (AB), Massaud Moisés (MM) e Nelly Novaes Coelho (NNC).

Como podemos perceber, dos 189 escritores citados, apenas 16 (8,5%) figuraram nas três listas. Em ordem alfabética, Aníbal Machado, Autran Dourado, Ciro dos Anjos, Clarice Lispector, Cornélio Pena, Dalton Trevisan, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Jorge Amado, José Lins do Rego, Lúcio Cardoso, Lygia Fagundes Telles, Murilo Rubião, Osman Lins, Otávio de Faria e Rachel de Queirós. Ainda aqui, podemos registrar uma *elite* canônica, composta por Clarice Lispector, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Jorge Amado, José Lins

do Rego, Lygia Fagundes Telles e Rachel de Queirós – nomes que são mais reverenciados pelas várias instâncias canonizadoras –, ao lado de outros menos lembrados pelo cânone, mas também proprietários de certo espaço entre leitores e estudiosos.

Os demais 91,5%, percentual generosamente alimentado por Coelho, que, ao contrário de Bosi (o mais comedido, citando apenas 22 autores, dos quais 17 em comum com os demais), promoveu uma ampla coleta (151 nomes) de quem publicou o quê, ao longo de quatro décadas do século passado, são, em sua maioria⁹⁹, nomes relativamente – ou mesmo completamente – desconhecidos do grande público leitor brasileiro. Não estão nas livrarias, muito menos nos programas de graduação ou pós-graduação das universidades, sendo lidos e estudados; sua fortuna crítica é ínfima, resumindo-se, na maior parte das vezes, a esporádicos artigos na imprensa, referências em antologias ou comentários nas próprias obras. O escritor José Condé, além de Coelho, foi citado por Bosi, mas apenas mostrando algumas de suas obras, sem qualquer aprofundamento crítico.

No próximo capítulo, será nosso intento refletir sobre as instâncias que contribuem para a definição da presença ou ausência de escritores e obras entre os sugeridos para leitura e estudo, isto é, os autores considerados canônicos.

⁹⁹ Grifamos, nessa relação, os nomes, mais conhecidos, e que, portanto, destacam-se da legião de quase-anônimos. Na verdade, esta nossa atitude não deixa de ter certo caráter canônico também.

CAPÍTULO 4 – INSTÂNCIAS CANÔNICAS

“Não há obras boas e ruins em definitivo. O que há são escolhas – e o poder daqueles que as fazem. Literatura não é apenas uma questão de gosto: é uma questão política.”

Márcia Abreu

Alcançado, consultado, estudado, seguido e respeitado, o cânone, “através da interação de muitas gerações de leitores, constitui uma imagem importante de integridade” (FOWLER, 1988, p. 100). É essa ideia de inteireza que, parece-nos, concede ao cânone o poder de verdade, estabelecido ao longo dos anos. Apresenta-se sempre como se fosse uma lista fechada, embora saibamos que não é assim: muitos defendem sua abertura intrínseca – Perrone-Moisés (1998, p. 197) é uma dessas defensoras –, pela aura de autoridade que o cerca, gerada pela posição social, ideológica e intelectual das que aqui chamamos **instâncias canônicas**, definidas, a princípio, como as pessoas e instituições que participam, contribuem, influenciam na elaboração e preservação dessa listagem de autores e obras. Pretendemos refletir sobre esses elementos, como agem e o que os move, quais os objetivos e consequências de suas ações.

Começaremos nossa abordagem procurando comentar brevemente sobre o Poder enquanto relação de influência ou mesmo imposição sobre outrem, como nos parece ser a que é estabelecida pelo cânone em relação a autores, leitores, obras e congêneres. Em seguida, veremos alguns tipos de poder presentes em instituições que caracterizamos como instâncias canônicas.

4.1 Sobre o Poder e o Poder do livro

A afirmação de Pierre Bourdieu, em debate com Roger Chartier, enseja o que queremos abordar ao tratar do Poder, ou, mais especificamente, do Poder relacionado aos livros:

Desde que o livro [...] é um poder, o poder sobre o livro é evidentemente um poder. É por isso que as pessoas que são estranhas ao mundo intelectual se

espantam de ver como os intelectuais lutam, e com uma violência singular, pelo que, para aquelas, parecem ensejos triviais. [...] O poder sobre o livro é o poder sobre o poder que exerce o livro. (CHARTIER, 2001, p. 243)

Antes de tudo, precisamos definir adequadamente a que **Poder** nos referimos, ao tratar da questão do cânone. E esta definição trata-se da ideia foucaultiana de que o Poder é uma prática social, e por isso construída historicamente, como lembra Machado (2008). De acordo com Foucault (2008, p. 175), é “acima de tudo uma relação de força”, isto é, não se trata de um objeto do qual alguém se apodera, ou que é dado, trocado, ou ainda retomado: o Poder é exercido, é “algo que circula”, que “nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem”, mas “se exerce em rede”, em cujas malhas “os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação” (FOUCAULT, 2008, p. 183-184).

Em assim sendo, a questão, agora, passa a ser: quem exerce o Poder? E a resposta é perturbadora: ninguém o exerce, ninguém é seu titular, mas ele próprio “se exerce e sempre em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro” (FOUCAULT, 2008, p. 75). E, no entanto, sentimos a força do Poder sendo exercida nas mais diversas situações. Podemos constatar que alguém o detém, embora nem sempre seja fácil definir quem; por outro lado, sabemos perfeitamente quem não o possui, e é justamente aquele que tem mais interesse em mostrar-se exercendo-o, expressando seu desejo de Poder em uma espécie de pseudoautoridade, talvez convincente aos incautos, mas visivelmente frágil e inócua aos mais atentos.

É evidente que, em um dispositivo como um exército ou uma oficina, ou um outro tipo de instituição, a rede do poder possui uma forma piramidal. Existe, portanto, um ápice; mas, mesmo em um caso tão simples como este, este “ápice” não é a “fonte” ou o “princípio” de onde todo o poder derivaria como de um foco luminoso [...]. O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos; eles se “sustentam” [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 221).

Portanto, ao tratarmos do poder canônico, estamos falando de uma força que é exercida a partir de alguns pontos visíveis, identificáveis, que se auto-mantêm, mas que não significam, necessariamente a fonte desse poder. O poder, mesmo incognoscível em sua essência e origem, produz efeitos, como prazer, saber, discurso – que nos fazem experimentá-lo e sabê-lo presente. E, principalmente, dá ares de verdade ao objeto sobre o qual age. A verdade “é produzida nele [no Poder] graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de

verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 2008, p. 12). Perrone-Moisés (2000, p. 341) comenta sobre as “áreas de poder dentro das instituições de ensino, em particular as universitárias. Áreas de poder que, como tais, põem-se logo a brigar entre si, tornando o cânone – que, por definição, é uno e consensual – cada vez mais duvidoso”, uma vez que acaba por assumir a feição subjetiva daqueles que, no universo da investigação acadêmica, detêm mais poder, contabilizado em títulos, obras publicadas, projetos aprovados pelas agências de pesquisa, grupos de trabalho, apoios políticos externos e internos etc.

O cânone é um discurso impregnado de *verdade* pelo poder que traz em si de estabelecer posições, alavancar autores e obras, sepultando outras tantas, pois, como lembra Martinho (2001, p. 15), “o princípio central da definição do cânone é o de *seleção*” e o “conceito de seleção aproxima-se do de *expurgo*”, mesmo que este seja (e é) por automática exclusão, ao se efetivar aquela. A mesma autora ainda lembra que “quando passa a canônico e até ser destituído, um determinado texto ou autor acedeu aí a partir de critérios que transitam sempre, senão por uma forma de fé, ao menos pela sujeição a uma verdade (estética, ética, ontológica)” (MARTINHO, 2001, p. 45).

A questão de que trataremos agora é onde reside – ou onde se manifesta – esse poder de escolha e de expurgo, como ele se constitui e o seu efeito perceptível na literatura. Para isso, procuramos estabelecer uma taxonomia elementar e despretensiosa, somente com o propósito metodológico de tentar discutir as questões separadamente, embora saibamos que muitas acabam por se imbricar pragmaticamente.

4.2 Poder Intelectual

Nomeamos Poder Intelectual aquele exercido por quem, a partir de elucubrações oriundas de informações teóricas sobre determinado assunto, autodefine-se e/ou é reconhecido como capaz de influenciar ou fixar parâmetros a respeito de algo. Geralmente pertinente a pessoas que compõem uma elite privilegiada, pelo acesso, que detêm ou parecem deter, a informações, a maior quantitativo de leituras, e mais detidas, sobre aspectos específicos, o Poder Intelectual exclui de suas hostes produtoras de ação todo aquele que não participa desse cotidiano de estudo. Há uma forte e bem estabelecida hierarquia, em que titulação, posição

social, adequação política, acesso à mídia, e outros aspectos dessa linhagem, contribuem e mesmo determinam o grau de autoridade e, conseqüentemente, de poder que detêm as pessoas.

Relacionamos, nesta classificação, a Igreja, enquanto instituição detentora de um apurado cabedal de conhecimentos, herdados de uma tradição milenar, em cujas origens foram registradas amplas e explícitas sonegações e adequações de informações à maioria da população, notadamente as ligadas a questões de transcendência, com o intuito de controlar de forma mais consistente o comportamento das pessoas mais susceptíveis a tal controle, efetivando, dessa forma, um domínio social específico; e a Crítica, englobando neste item o que denominamos Crítica Acadêmica, isto é, os estudiosos de literatura, que estabelecem as variáveis que são à exaustão seguidas e propagadas por discípulos, com a mesma intensidade e virulência com que é rechaçada pelos adeptos de outras linhas teóricas ou críticas, e a Crítica Jornalística, com mais possibilidades de chegar ao leitor comum, graças à exposição na mídia, portanto com condições de influenciar na vendagem e no sucesso de determinada obra.

4.2.1 A Igreja

Vem de muito distante a influência e domínio de sacerdotes sobre a população. A criação, por estes, de divindades para explicar situações incompreensíveis ao povo, como sua origem e seu destino, seu futuro e sua proteção, esse mergulho no metafísico para confortar as famílias, deu-lhes uma força quase absoluta sobre os demais, definindo comportamentos permitindo e proibindo de acordo com sua ideologia, seus interesses. Até porque colocavam-se, espertamente, como porta-vozes dos deuses por eles criados e/ou propagados, o que significava dizer que o Poder, consubstanciado na autoridade que exercia, não vinha deles, mas de planos superiores, e por isso não deveria ser contestado.

A organização dessa casta em instituições fortaleceu-a enormemente, principalmente porque a rígida hierarquia interna estabelecida, somada a seu halo de divindade, *blindaram-na* a tal ponto que era (e ainda é, hoje, em determinadas situações) respeitada cegamente pelos adeptos, sem questionamentos. Nessa confortável posição, ditar regras, estabelecer parâmetros

de comportamento, definir o que pode ou não ser publicado e lido, foram atitudes corriqueiras e impostas sem muito esforço.

A relação da Igreja, notadamente a cristã, com a sociedade, desde a elite e a classe política dominante, com as quais sempre manteve estreitas ligações de troca de favores e interesses, até as categorias mais inferiores, sobre as quais exercia ferrenha tirania, ao longo dos séculos, foi marcada pela intransigência dessa instituição, no que diz respeito a seus princípios e opiniões, reforçada pela já citada influência *divina*. Por essa razão, não é de se estranhar que as primeiras manifestações que podemos identificar como canônicas tenham surgido nesse ambiente. Já no século II, informa Martinho (2001, p. 4) o próprio conceito de cânone relaciona-se a “verdade revelada, os preceitos de base da fé, a essência da confissão cristã”.

A autoridade eclesiástica, que, inicialmente, dava conta de autenticar os livros que seriam aceitos como inspirados por Deus, e, portanto, merecedores da crença dos cristãos, até porque copiados um a um por membros da própria instituição, essa autoridade passou a se estender a outros campos, ao ponto de, com o advento do uso da imprensa de tipos móveis, para a confecção de livros, toda e qualquer obra escrita só poder ser publicada com o *imprimatur* eclesial. Williams (2011, p. 100) informa que “na Igreja, foi instituída a censura prévia, por uma bula papal de 1487, e, a partir de 1559, o *índex*”, que era uma espécie de *lista negra* literária das obras cuja leitura era proibida pela instituição eclesiástica.

A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. [...] As perseguições são como o reverso das proteções, privilégios, recompensas ou pensões concedidas pelos poderes eclesiásticos e pelos príncipes. O espetáculo público do castigo inverte a cena da dedicatória. A fogueira em que são lançados os maus livros constitui a figura invertida da biblioteca encarregada de proteger e preservar o patrimônio textual. Dos autos-de-fé da Inquisição às obras queimadas pelos nazis, a pulsão da destruição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo os livros e, com frequência, seus autores, pensavam erradicar para sempre suas ideias. (CHARTIER, 1998, p. 23).

De qualquer forma, a Igreja estabelecia um poderoso filtro no que o público poderia ler, ao mesmo tempo em que respaldava um conjunto de obras que deveriam ser respeitadas, lidas, estudadas e divulgadas como essenciais na formação geral do indivíduo. Não é difícil perceber que o conteúdo de tais livros precisavam ser afinados com os preceitos cristãos divulgados pela Igreja, e qualquer sintoma de heresia era o bastante para condenar a obra ao completo ostracismo (ou aos caminhos mais difíceis, mas usuais, da clandestinidade); a não ser que, como aconteceu com “Os Lusíadas”, de Luís de Camões, por intercessão direta do rei

português D. Sebastião, a Igreja tenha dado parecer favorável à publicação de uma obra recheada de entidades pagãs, mas ressaltando que “isto é poesia e fingimento, e o Autor, como poeta, não pretenda mais que ornar o estilo poético [...] ficando sempre salva a verdade de nossa santa fé, que todos os deuses dos gentios são demônios” (CAMÕES, 2002, p. 24). Podemos observar, aqui, uma nítida manipulação das palavras para justificar a aprovação, o que sempre foi usado em todos os espaços, nos mais diversos momentos – não seria diferente no presente caso, em que a instituição eclesiástica precisava nem desagradar o Monarca nem trair seus princípios.

A Igreja sempre foi uma generosa mecenas de artistas que comungavam com suas ideias religiosas, nos mais diversos campos da arte, como bem atesta, ainda hoje, a fabulosa coleção de obras que ornamentam templos católicos em todo o mundo, especialmente no Vaticano (cf WILLIAMS, 2011, p. 40). Ter essa instituição como guardiã de uma obra representava, para seu criador, a certeza de constar no rol *sagrado* da perenidade; seria a dupla imortalidade – por retratar figuras imortais e por ficar registrado *ad aeternum* na memória da humanidade.

Entretanto, com o passar do tempo, as artes de uma forma geral, e a literatura mais especificamente, foram se libertando desse crivo eclesial, notadamente as obras *mundanas*, já que sobre as religiosas se mantém até o presente o *imprima-se* da autoridade eclesiástica. À exceção dos seguidores de religiões mais radicais, notadamente no Oriente, poucos são os leitores, atualmente, que incluem, entre os critérios para escolha da leitura de uma obra, a aprovação da Igreja, o que, de certa forma, faz respirar aliviados autores que, sem sombra de dúvidas, seriam rechaçados pela instituição, e tidos como malditos e propensos às labaredas do inferno e às cutucadas de tridente dos seiscentos demônios, como acontece quando alguém se arrisca a macular princípios da fé islamita.

4.2.2 A Crítica

O fato de uma obra, notadamente a literária, ser *publicada*, ou seja, tornada pública, a torna exposta à discussão, à multiplicidade de interpretações, à avaliação crítica, e, conseqüentemente, ao juízo de valor. Ao longo dos tempos, essa função tem cabido aos críticos literários, como atesta Veríssimo (2001, p. 66), ao afirmar que “a crítica não é uma

preocupação espiritual inútil ou fútil, sem nenhuma base racional, uma pura manifestação de impressões pessoais, sem critério objetivo”. O Prof. C. F. Winchester (*apud* VERÍSSIMO, *op. cit.*, p. 66), da Universidade Wesleyana (USA), “define a crítica [como] ‘a apreciação inteligente de qualquer obra de arte, e por conseguinte do seu mérito e graduação’”, apesar de que, “hoje, em tempos ditos pós-modernos, ela anda um pouco anêmica, reduzida ao rápido resenhismo jornalístico, necessário mas não suficiente” (PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 335).

Na verdade, a relação de autores com críticos nem sempre foi das mais cordiais, em função de estes serem acusados, pelos escritores, de estabelecer uma forma ditatorial de leitura das obras, e, como a palavra dos críticos tende a ser adotada como verdadeira nos estudos literários, os próprios críticos fazendo parte do universo acadêmico, portanto detentores de uma influência e autoridade incontestáveis, “não se pode negar que certo terrorismo metodológico e ideológico condicionou fortemente, há algumas décadas, o ensino da literatura e a própria criação literária” (BERGEZ, 1997, p. IX).

Julien Gracq, em *La littérature à l'estomac*, resolveu denunciar esse desvio que privilegia a palavra do crítico em detrimento da obra do escritor. E em *Lettrines* ele indaga: “Que dizer àquelas pessoas que, pensando possuir a chave, não sossegam enquanto não dispuserem vossa obra em forma de fechadura?”. (*Op. cit.*, p. IX-X)

Que legitimidade teriam os críticos, apenas leitores – ainda que abalizados – de uma obra literária, para, através de suas opiniões, determinar caminhos e intenções que seriam prerrogativas do autor, ou do leitor, ou ainda – e principalmente – da própria obra, a ponto de tais pronunciamentos adquirirem uma consistência entre o público que, por vezes, ultrapassa à do objeto analisado? Montaigne (*apud* Bergez, 1997, p. IX) afirma que “há mais livros sobre os livros do que sobre outro assunto”. Uma das razões da heteronímia de Fernando Pessoa, ao lado da despersonalização e simulação por ele assumidas (PESSOA, 1998, p. 95), seria essa necessidade de auto-crítica:

É [também] por uma razão crítico-literária que se dá o surgimento dos heterônimos. Na realidade, estava brotando uma poesia nova em Portugal. Tão nova e tão original que o próprio Pessoa questionava se os críticos convencionais teriam competência e conhecimento bastantes para aquilatar-lhe o valor, sem cair no erro de comparar o que surgia de novo com o estabelecido canonicamente. Daí os primeiros críticos dos heterônimos terem sido eles próprios. (TAVARES, 2003, p. 66)

De qualquer forma, os críticos literários existem, “e tudo que existe, pode-se afirmar sem fatalismo, tem uma razão de ser” (VERÍSSIMO, 2001, p. 67); a crítica literária, além de

detentora de várias funções em relação ao texto, como por exemplo, aquelas de explicação e esclarecimento, apontadas por Bergez (1997, p. X), é uma das responsáveis pela canonização das obras sobre as quais derrama suas *graças* – aqui entendidas como o fato de ocupar-se de comentar a obra: não precisa necessariamente falar bem (embora seja muito bem vinda uma crítica simpática), pois o fato de críticos concederem seu tempo a opinar sobre um livro, já o coloca em foco, condição desejada para ser um razoável sucesso de vendas. Aqui, enfaticamente, cabe o velho adágio: “falem mal, mas falem de mim”.

A título de exemplo, observemos o que se deu com o livro ***Menino de Engenho***, obra de estreia do escritor paraibano José Lins do Rego: lançado em 1932, pela Andersen Editores, em São Paulo, atraiu a atenção, especialmente, do crítico Gastão Cruls.

Ele o comentou favoravelmente em seu *Boletim de Ariel* de outubro de 1932, dizendo que ele merecia melhor sorte do que aquela que comumente se reserva no Brasil a um novo escritor [...] elogiando especialmente “a maneira clara e desprestigiada [da narrativa] [...], sem arrebiques de estilo e a preocupação dos adjetivos, sem torneio de períodos e a balofa retórica da nossa falsa literatura”. (HALLEWELL, 1985, p. 353)

Esses comentários elogiosos foram ratificados pelos críticos João Ribeiro e Augusto Frederico Schmidt “e o romance esgotou-se em três meses” (IDEM, *ibidem*), o que vem a demonstrar a força que pode exercer a crítica sobre o sucesso de venda de uma obra, ainda que de um iniciante.

4.2.2.1 A Crítica Acadêmica

Denominamos Acadêmica a Crítica composta por estudiosos de literatura, que publicam e fazem circular suas opiniões em livros e revistas especializadas, correm o país e o mundo proferindo palestras (algumas muito bem remuneradas), dando entrevistas, participando de congressos e seminários, e possuindo uma considerável legião de seguidores, que os ouvem/leem avidamente, que os citam constantemente e os têm na conta de detentores da opinião definitiva sobre o assunto em pauta – algo como “*Roma locuta, causa finita*”¹⁰⁰.

¹⁰⁰ “Roma falou, a causa está acabada”. Expressão latina que indica o parecer definitivo sobre algo; surgiu do fato de, uma vez proferida pelo imperador romano, a decisão ser definitiva.

Geralmente são agregados a grandes universidades, detêm considerável influência nos departamentos de que fazem parte (e pertencem, muitas vezes, a várias instituições ao mesmo tempo, as quais sentem-se profundamente honradas em exhibir seu nome no quadro docente de seus programas, no conselho editorial de sua revista acadêmica ou na comissão organizadora ou científica de seus eventos – mesmo que seja somente o nome: a pessoa detentora da *marca de Midas* nem sempre comparece fisicamente e raramente *arregaça as mangas*), conseguem, com mirabolantes projetos de pesquisa, gordos apoios de órgãos oficiais de fomento, e mantêm um padrão de vida pouco comum à classe do magistério brasileiro.

Desde os mais remotos tempos de nossa historiografia literária, esses críticos estão presentes, construindo e mantendo o panteão das obras que, nas suas requisitadas opiniões, merecem ser eternizadas, apesar de, como enfatiza Candido (1975, p. 328), “a crítica brasileira do tempo do Romantismo é quase toda muito medíocre, girando em torno das mesmas ideias básicas, segundo os mesmos recursos de expressão”. Não há como contestar, no entanto, continua Candido, a “compreensão do fenômeno que tinha lugar sob as suas vistas e cujo sentido geral apreendeu bem, graças às indicações iniciais dos escritores franceses”, Ferdinand Denis principalmente.

Nomes como Sílvio Romero e José Veríssimo, no apagar das luzes do século XIX e primeiros anos do XX, como que se constituem, eles próprios, em canônicos, na função de elaborar cânones literários, são considerados pedras fundadoras da moderna crítica literária brasileira. Divergentes e inflamados, tanto na defesa de seus pontos de vista quanto no ataque aos dos discordantes, os dois protagonizaram sonoras polêmicas. Uma delas deu-se quando Veríssimo (2001, p. 250), justificando que Adolfo Varnhagen fizera “pesquisas e achados dos nossos documentos literários, suprimindo ou completando as lacunas” existentes nos insipientes estudos da literatura brasileira, chamou-o de “instituidor de nossa história literária” (*op. cit.*, p. 247), reforçando o que já dissera, antes, Araripe Júnior. Sílvio Romero, ferido em seus brios, pois se considerava pioneiro nesse campo, questionou, exasperado, que,

se a própria história geral, o massudo e difuso Varnhagen não a criou, como pudera ter criado a história da literatura? Varnhagen não fez mais do que, sem plano, sem sistema, sem doutrina, sem filosofia, sem análise, sem síntese, sem generalização, sem graça, sem beleza, sem ordem, sem força, escrever meia dúzia de biografias destacadas de poetas e escritores e a banalíssima introdução da seleta a que pôs o nome de *Florilégio da Poesia Brasileira*. [...] Varnhagen não tinha capacidade senão para ser e ficar sendo até morrer *traça de biblioteca*, apta para verificar uma data, o formato de um livro, a cor do papel de uma edição *princeps* e outros problemas de igual jaez, muito do gosto de todas as mediocridades incapazes de voar, de

devassar altos e vastos horizontes¹⁰¹. [Grifos do autor] (ROMERO, 1926, p. XXX-XXXI)

Prosseguindo, em nota ao Prefácio que compôs ao livro *Polêmicas*, de Tobias Barreto, Romero (1926, p. XXXI) afirma que “o iniciador dessa *bazófia varnhageana* foi o Sr. Araripe Júnior em seu Estudo sobre *Gregório de Mattos*. O Sr. José Veríssimo reeditou com duplicada insistência a mesma coisa, no estudo que recentemente dedicou a *Bento Teixeira Pinto*”. O crítico sergipano é fulminante: para endossar como verdadeira a informação sobre o pioneirismo de Varnhagen, Veríssimo “deu-lhe uma bela escolta de anacronismos”, enfatizando que nem ele, nem Araripe Júnior, “nunca escreveram nada que seja superior aos ensaios” de escritores como Tobias Barreto, Celso Magalhães, Rocha Lima, Tito Lívio de Castro, Clovis Bevilacqua e Arthur Orlando.

Veríssimo (2001, p. 240), replicando a Sílvia Romero, utilizou o artigo “Sobre alguns conceitos de Sílvia Romero”, com o qual encerra *O que é Literatura?*, de 1907, para também destilar seu veneno sobre o confrade rival. Apesar de iniciar o texto afirmando não ser afeito a polêmicas e ter sido incitado pelas circunstâncias a tomar tal atitude, torpedeia que “o Sr. Sílvia Romero [...] necessita de admirações incondicionais, ainda boçais”; que “há trinta anos [...] refaz a mesma obra” (*Op. cit.*, p. 241); que “difícilmente se lhe encontrará uma página em que Sílvia Romero não cite a Sílvia Romero” (IDEM, *ibidem*); até chegar a indelicadezas do nível: “os juízos literários do Sr. Sílvia Romero têm a firmeza e consistência de um catavento”; “o Sr. Sílvia Romero [é] provinciano, sergipano do Lagarto ou de não sei que bicho [...]” (IDEM, 275); “jamais se viu um tão extraordinário caso de masturbação intelectual” (IDEM, p. 241).

Sílvia Romero retrucou, então, com a publicação, em 1909, de *Zeuerissimações ineptas da crítica*, um texto de singular acidez e inflamada ira literária contra o desafeto. Para termos uma ideia, basta afirmar que, no primeiro capítulo, a que o próprio autor chama de introdução, contabilizamos nada menos que dezoito insultos, desde “tucano empalhado da crítica brasileira” (ROMERO, 1909, p. 8), numa referência ao nariz adunco do inimigo, até “espírito malévolo e indeciso, pretensioso e precavido, isolente e cheio de cautelas e receios” (IDEM, p. 13), passando por “impertinente e maçante” (p. 14), “patureba de Belém” (p. 14), “cerzidor de lugares comuns” (p. 16), “atrasadíssimo criticalho” (p. 16), “curta inteligência e nulo saber” (p. 17), “fino com lâ de jabuti” (p. 12), entre outros. Sobre o paraense, o sergipano afirma que um de seus artigos “é ainda menos que péssimo” (p. 10), e que, “radicalmente

¹⁰¹ Atualizamos a linguagem.

vazio de senso etnográfico e histórico, é de uma incapacidade filosófica e ausência de intuição social” (p. 16), além de “incapaz e incompetente para julgar a vida intrínseca de um povo qualquer” (p. 17).

Com um sarcasmo poucas vezes visto, o livro de Romero se estende por doze capítulos, em que o autor debocha abertamente do rival, tratando-o pejorativamente por *Zezé*, *Zezinho* ou *José*, instando-o diversas vezes a tomar juízo, e descendo ao nível de insultar-lhe como “fanhoso e feiíssimo marajoara atucanado” (p. 33), detentor de “raciocínios de tabaréu inculto e trapalhão” (p. 28), e chamando-lhe à contenda: “Nega, se és capaz, José!” (p. 39); “Vamos, vamos, responda!” (p. 44); “Quero esmagar-te de vez, patureba!” (p. 38). Paremos por ora. Os diversos exemplos aqui transcritos parecem-nos bastantes para termos uma ideia da animosidade existente entre os dois críticos.

Outro autor que se destaca nesse momento de formação crítica brasileira é o já citado escritor cearense Araripe Júnior, descendente de José de Alencar, sobre quem realizou estudos críticos, somando-se aos de Gregório de Matos, Tomás Antonio Gonzaga, Raul Pompéia, Euclides da Cunha e Aluizio Azevedo. Alexandre Nodari¹⁰² chama a atenção para o fato de que Araripe Júnior tenha sido um precursor da ideia antropofágica, desenvolvida pelos modernistas de 1922, e argumenta: “Araripe Jr. já contestava alguns dos valores literários que seriam ‘abalados’ com a Semana de Arte Moderna. Podemos apontar [...] a discussão sobre a petrificação da forma e [...] o quanto os estilos em circulação eram inadequados para expressar fatores marginalizados”.

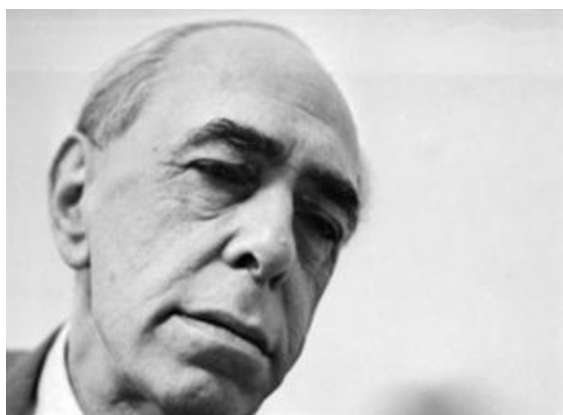


Figura 21 – Otto Maria Carpeaux. Foto: <http://rascunho.gazetadopovo.com.br/vidraca_janeiro_141/>. Acesso em 21/01/2013.

A partir da década de 40, do século XX, uma série de críticos literários ocuparam espaço no Brasil, a exemplo de Tristão de Athaíde, Mário de Andrade, Sérgio Milliet, entre outros. Destacaremos dois nomes, pela importância política, social e intelectual: Otto Maria Carpeaux (1900-1978) e Álvaro Lins (1912-1970) – este, aliás, foi o responsável pela presença daquele na crítica literária brasileira, já que lhe abriu espaço na imprensa nacional.

¹⁰² Modernismo obnubilado: Araripe Júnior, precursor da Antropofagia. Disponível em <<http://www.culturaebarbarie.org/NodariPUC.pdf>>. Acesso em 08/07/2012.

Carpeaux (Figura 21), austríaco de nascimento, naturalizado brasileiro, fugitivo do nazismo que barbarizava a Europa, é respeitadíssimo tanto entre seus pares quanto entre os escritores, e principalmente os leitores, pelo conhecimento enciclopédico – “formara-se em Direito, mas com doutorado em Matemática, Física e Química e, em 1925, doutorou-se também em Filosofia e Letras” (FERNANDES, 2011, p. XX) – e pela disciplina e pertinácia com que enfrentava seus projetos, como a ***História da Literatura Ocidental*** (o título bem demonstra sua pretensão), produzido entre janeiro de 1942 e novembro de 1945, mas apenas publicado em 1959, em nada menos que “oito volumes, somando cerca de três mil páginas” (*op. cit.*, p. XXII). Antes disso, “Carpeaux, em 1955, publicara ***Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira***. Era um ato de ousadia para quem só estava há pouco mais de uma década no Brasil e em contato com a literatura do novo país em que passou a viver” (*op. cit.*, p. XXI).

Álvaro Lins (Figura 22), pernambucano de Caruaru, é um dos mais reverenciados críticos literários do meado do século XX, no Brasil; como vimos anteriormente, tinha um temperamento explosivo, insubmisso (RODRIGUES, 2006). Foi protagonista de um sem-número de desentendimentos, nos mais diversos campos, que lhe renderam arestas e incompatibilidades, como, por exemplo, quando Chefe da Casa Civil do presidente Juscelino Kubitschek, e sendo por este nomeado Embaixador brasileiro em Portugal:

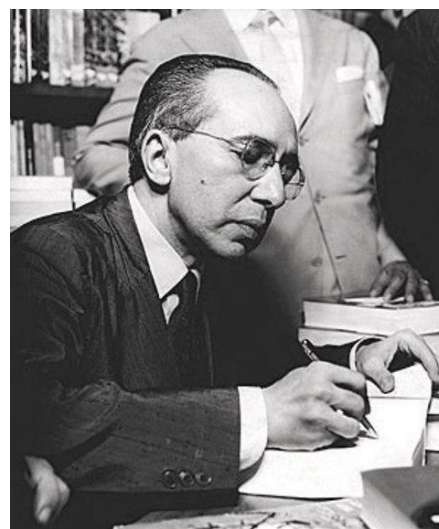


Figura 22 – Álvaro Lins. Foto: <<http://blogdomarioflavio.com.br/vs1/?tag=alvaro-lins>>. Acesso em 21/01/2013.

Diante de divergências de natureza política no trato do asilo brasileiro para o general Humberto Delgado, candidato derrotado à presidência de Portugal, Álvaro Lins deixou a Embaixada, rompendo duramente com o presidente Juscelino, de quem era amigo pessoal havia anos, acusando-o de traidor. (RODRIGUES, 2006, p. 214)

Envolvido com movimentos políticos desde jovem – considerava-se “um político no mundo das letras”, segundo depoimento de Augusto (2006, p. 226) –, Álvaro Lins manteve-se em evidência constantemente, seja pela constante presença na mídia, pela contundência de suas críticas, pelo inesperado de suas posições ou pelas dificuldades de convivência. Dentre seus livros – boa parte deles premiados – destacamos ***Os mortos de sobrecasaca*** (de 1963). De 1941 a 1963, publicou os sete volumes do ***Jornal de Crítica***, obra das mais reconhecidas de Lins, sobre a qual afirmou Carlos Drummond de Andrade:

O corajoso e ardente trabalho de Álvaro permanece nos sete volumes do *Jornal de Crítica*. Mais tarde, o autor reproduziu a maioria desses livros, selecionando-a e ordenando-a por um processo de crítico da crítica, que, de certo modo, desfigura a expressividade do texto original. Este é que reflete com limpidez a atmosfera dos anos 40, quando Álvaro, cercado de admirações e agressões, realizava, impávido, sua melhor obra literária. (ANDRADE, 1970, p. 7)

Os dois críticos aqui brevemente tratados – Otto Maria Carpeaux e Álvaro Lins – eram amigos íntimos do escritor José Condé, como provam as derramadas dedicatórias, presentes nos livros oferecidos pelos dois ao romancista, e como confirmam alguns amigos comuns. Lins, além de tudo, era conterrâneo de Condé, a quem levou para as páginas do *Correio da Manhã*, jornal carioca de que ele (Álvaro) era redator; antes disso, quando ainda atuava na revista *O Cruzeiro*, e foi coordenador de um concurso literário, incentivou obstinadamente a Condé inscrever uma obra, que obteve o segundo lugar, para incompreensão do próprio escritor, que sempre julgou *Onda Selvagem* uma de suas piores produções (cf. BARBALHO, 1993, p. 19). Por outro lado, Carpeaux não poupava palavras elogiosas ao escritor de Caruaru, em diversos textos que escreveu, como o que acompanhou a publicação de *Terra de Caruaru*, em 1960 – mesmo levando-se em conta tratar-se de um espaço em que se costuma apenas elogiar, podemos considerar como sinceras as observações ali contidas, pelo que frisamos, em relação ao caráter do crítico austríaco.

Pois bem: mesmo reconhecendo o talento e a capacidade literária de José Condé, nem Álvaro Lins dedicou estudo mais acurado da produção condeana, resumindo-se a um artigo no volume 7 do *Jornal de Crítica*, sobre *Histórias da Cidade Morta*, como já tivemos a oportunidade de comentar, nem Otto Maria Carpeaux sequer o citou em sua *monumental História da Literatura Ocidental* ou na *Pequena bibliografia crítica da Literatura Brasileira*. Algumas possíveis razões desse silêncio serão discutidas adiante.

4.2.2.2 A Crítica Jornalística

Álvaro Lins foi um exemplo de crítico literário respeitado, cuja atuação e *reinado* deram-se principalmente através da imprensa: além do *Correio da Manhã*, “beneficiou-se ainda da veiculação de suas colunas por mais cinco jornais editados fora do Rio, três no Nordeste e dois em São Paulo [...]” (AUGUSTO, 2006, p. 226). Em função de presença tão

extensiva e marcante, recebeu alguns hiperbólicos epítetos – “regente da literatura”, “imperador da crítica brasileira”, “mestre supremo das letras nacionais”; “Otto Maria Carpeaux na época o chamou de ‘o maior de nossos críticos vivos’ e Antonio Candido o considerou ‘o maior crítico de ficção que já apareceu no Brasil’” (CALICCHIO e BENJAMIN, 2006, p. 246).

Capaz de catapultar uma obra às primeiras colocações em vendas, como fez com *Sagarana*, de Guimarães Rosa, autor “até ontem ignorado pelo público, [que] penetra ruidosamente na vida literária para ocupar desde logo um dos seus primeiros lugares” (LINS, 1963b, p. 258), ou tecer ácidos comentários sobre um livro de que não gostara ou um autor que achava medíocre, a exemplo de sua crítica por ocasião do lançamento de *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado, sobre quem afirmou haver “uma grande desproporção entre o seu poderoso talento de romancista e os seus fracos recursos de escritor” (*op. cit.*, p. 235), Álvaro Lins soma-se a um grupo de críticos que utilizava os jornais para comentar sobre literatura.

A despeito da opinião de Perrone-Moisés (2000, p. 335), anteriormente expressa, neste trabalho, o teor dos artigos de alguns críticos, em periódicos, preserva a profundidade analítica de textos publicados em revistas especializadas ou livros, o que, de certa forma, auxilia o leitor a se decidir pela aquisição do volume comentado e a melhor entender a obra. Um, entre tantos exemplos que poderíamos citar, é o excelente texto crítico de Franklin de Oliveira, publicado no *Correio da Manhã*, de 26/06/1971 – e republicado em 30/09 do mesmo ano –, analisando com evidente densidade teórica, a presença dos bichos nas novelas que compõem a obra *Tempo Vida Solidão*, de José Condé, e seu contraponto com os personagens humanos das referidas narrativas. A certa altura da análise, que foi o último texto escrito sobre uma obra de Condé, em vida deste, Oliveira destaca que “os animais em *Tempo Vida Solidão* instrumentalizam uma noção de isolamento e de incomunicabilidade que José Condé estende quase aos limites do niilismo” (OLIVEIRA, 1971, p. 7).

José Condé, por sua vez, foi um dos mais requisitados divulgadores literários do Rio de Janeiro, nas quase duas décadas em que assinou a coluna **Escritores e Livros**, no *Correio da Manhã*. Evidentemente, não havia a profundidade analítica de um Álvaro Lins, um Franklin de Oliveira ou um Otto Maria Carpeaux, colegas de redação do caruaruense; resumia-se a notas e opiniões superficiais sobre as obras recém-lançadas, que lhe chegavam aos pacotes a suas mãos, como podemos aquilatar neste exemplo:

Eis um livro que desafia o tédio de qualquer leitor: “Caçando e pescando por todo o Brasil”, de Francisco de Barros Júnior. Não são apenas as peripécias de caçadas e de pescarias no Purus e no Acre, a presença inexorável da floresta e dos charcos, dos igapós onde se ocultam terríveis sucuris, e de mil outros perigos. Acrescentem-se a isto a boa literatura do autor e as observações realmente interessantes acerca da fauna, da flora e da paisagem humana amazônica. (CONDÉ, 1952, p. 10)

Mas era exatamente essa leveza analítica que fazia da coluna uma vitrine sempre visitada pelo público leitor, e desejada por todo escritor que queria ter seu livro comentado nas ruas, escolas, universidades, embora fosse apenas um suplemento literário de um jornal noticioso, geralmente funcionando como um “anexo” para *aliviar* as tensões porventura provocadas pelas notícias tidas como *sérias*. Aliás, a partir de 18/11/1969, essa seção passou a se chamar exatamente “Anexo”, como a assumir, no nome, sua real função no periódico.

Adiante abordaremos com mais vagar a importância da mídia jornalística como instância canônica.

4.3 Poder da mídia

Do latim **médium**, que significa “meio”, a palavra **mídia** foi aproveitada da expressão inglesa “mass media”, um termo técnico da propaganda, surgido na década de 1920. “Media” é o plural de “médium”, significando, portanto, “meios de comunicação”. Esta é, na verdade, a grande necessidade humana, desde tempos imemoriais: a comunicação. Inicialmente com objetivo bem definido de proteção, para avisar aos companheiros sobre perigos iminentes, ou expressar saberes e sentimentos, a comunicação era eminentemente oral; com o passar do tempo, o homem foi sentindo a necessidade de deixar o registro de suas mensagens, seus pensamentos, sua passagem pela terra, e temos as pinturas em cavernas, pedras, vasos e outros utensílios. Mais tarde, com a criação do alfabeto, a linguagem escrita passa fazer parte do cotidiano, servindo inclusive de marco divisor entre a chamada Pré-História e a História.

O pensamento humano podia, agora, ser expresso e registrado em códigos, decodificados e retomados a qualquer momento, no futuro, por quem detivesse a técnica de ler o escrito. Temos, então, a possibilidade de aquisição do conhecimento de outrem, de um antepassado, que poderia servir, inclusive, de base para discussões e construção de novos

saberes. Com a invenção de instrumentos que permitiam a impressão de textos em série, era possível se atingir um número cada vez maior de pessoas, portanto passava a existir a real possibilidade de uma pessoa exercer influência intelectual sobre um grupo de pessoas, sem necessariamente estar presente, sequer vivo. Sem contar que o constante aperfeiçoamento dos suportes permitia uma vida útil cada vez mais longa aos escritos, estendendo-se a influência daquele texto tempos afora. Destarte, ficam contempladas as questões espacial e temporal, na transmissão de conhecimentos, através dos multiplicados suportes.

Naturalmente, essa novidade foi gradativamente sendo utilizada para a prática da atividade mais exercida pelos homens, desde sua origem: a dominação do outro. Quanto mais contundentemente uma mensagem fosse veiculada, quanto mais destaque social detinha o enunciador, quanto maior fosse o número de pessoas a recebê-la, e com maior rapidez, quão mais longa, tanto mais fácil e definitiva poderia ser sua influência. Daí a constante evolução dos meios de comunicação entre os seres humanos: desde a revolucionária invenção da imprensa até os mais recentes avanços tecnológicos, o mundo tem ficado cada vez menor, porque a comunicação imediata e rápida supera as distâncias temporais e físicas, compactando saberes, pensares, desejos, emoções, sob a forma da tão propalada globalização. Se, antes, os livros e tantos outros suportes de leitura conhecidos exerciam considerável fascínio e influência sobre os leitores, cada um com suas características próprias e adaptado a cada tipo de público, “agora um único aparelho, o computador, [...] faz surgir diante do leitor os diversos tipos de textos tradicionalmente distribuídos entre objetos diferentes. Todos os textos, sejam eles de qualquer gênero, são lidos em um mesmo suporte (a tela do computador) [...]” (CHARTIER, 2001, p. 23).

Embora não tenha sofrido muitas transformações do ponto de vista do suporte, o livro tem se aproveitado desses avanços tecnológicos, e a eles se adaptado numa velocidade igualmente considerável, tanto como texto quanto como produto; as diferentes transformações por que passam os elementos midiáticos são tanto absorvidas para a confecção da obra literária quanto aproveitadas para sua divulgação, venda e, conseqüentemente, formação do cânone. A mídia tem sido largamente utilizada na elaboração desse panteão sagrado de autores e obras, essenciais para leitura e estudo, por parte dos leitores.

Assim sendo, estamos identificando como Poder Midiático a capacidade que tem a mídia de estabelecer, manter e propagar essa lista de *escritores e livros* indispensáveis à humanidade, ou, ao menos, a determinada comunidade. Apesar de bastante abrangente,

elegemos para uma breve reflexão, a indústria editorial, a propaganda e os eventos literários, como elementos capazes de projetar determinados autores e obras no cenário cultural de uma sociedade.

4.3.1 A mídia editorial

Dois problemas inquietaram os homens de letras, entre o final do século XV e o início do XIX: o medo da perda e o do excesso. Ao primeiro, como já vimos, responderam com a construção e manutenção de bibliotecas e museus, que pudessem preservar a cultura escrita, através dos séculos. Com relação ao segundo receio,

a multiplicação da produção impressa é logo vista como um perigo. Para dominar esse possível excesso, são necessários instrumentos que permitam selecionar, classificar, hierarquizar. Essas ordenações cabem a múltiplos atores, mas os editores, por suas escolhas, desempenham um papel essencial nessa domesticação da abundância. (CHARTIER, 2002, P. 76)

A possibilidade, após o advento da imprensa, de se produzir uma infinidade de textos e propagá-los por todo o mundo, fez surgir a preocupação com o excesso, a confundir a cabeça das pessoas, gerando tamanha balbúrdia que findaria por afastar os leitores. Isto, aliás, é observado na França, no final do século XX: ao mesmo tempo em que há um crescimento considerável no quantitativo de títulos publicados, acontece uma séria retração nas vendas. “É essa a razão das escolhas feitas pelos editores nesses últimos anos: redução do número de títulos publicados, contração das tiragens médias, extrema prudência diante das obras consideradas por demais especializadas e das traduções” (*op. cit.*, p. 104).

Na verdade, em se tratando de livros, manobras comerciais são utilizadas desde o século XVIII, na França, quando presenciamos uma dupla situação: havia os livros legalmente editados e os clandestinos, ilícitos.

Ao abrirmos qualquer livro legal impresso na França setecentista, encontraremos uma carta de privilégio concedida pelo rei e impressa com todas as letras, normalmente no fim do volume, com uma ou várias cartas de aprovação dos censores oficiais. Para conseguir esse status, o texto precisava percorrer um longo caminho através da burocracia do Ancien Régime, passando dos censores à Direção do Comércio de Livros, depois à Chancelaria e à Câmara Sindical da Comunidade dos Livreiros e

Impressores. Quando aparece como livro [...], beneficia-se de uma graça outorgada pelo rei, que lhe garante a qualidade e concede exclusividade da venda ao detentor da carta de privilégio. (DARNTON, 1992, p. 37).

De todos os obstáculos a serem transpostos, o mais difícil (ou constrangedor, a depender da dignidade do editor) era convencer o rei a avalizar a obra, condição *sine-qua-non* para sua publicação, e que dependia unicamente da atitude do monarca, que não precisava consultar ninguém para fornecer a tal carta de privilégio. “A comunidade dos livreiros e impressores de Paris está restrita a 36 mestres-impressores e uma centena de livreiros”, ressalta Darnton (*op. cit.*, p. 38). Naturalmente, tratava-se de homens ricos, que compunham a elite empresarial francesa, e não iriam se arriscar a publicar obras contestatórias, razão por que os livros *oficiais* a circular na França de mil e setecentos eram de apoio ou inofensivos ao sistema vigente.

É claro que, com tantas dificuldades de se produzir livros *autorizados*, começou a circular clandestinamente uma infinidade de obras, produzidas e distribuídas ilicitamente, a partir de casas editoras localizadas fora do território francês. “Ao redor do reino, dúzias de tipografias brotam como cogumelos, a fim de satisfazer a demanda francesa” (*op. cit.*, p. 39), como, por exemplo, a já citada STN (Société Typographique de Neuchâtel), na Suíça, fundada em 1769, por Frédéric-Samuel Ostervald (um homem de letras), seu genro Jean-Elie Bertrand (pastor e professor de Literatura), Samuel Fauche (livreiro-impressor) e Jonas-Pierre Berthoud (substituído depois por Abram Bosset De-Luze, que geria as finanças da empresa).

Darnton afirma que “os editores de Neuchâtel, bons comerciantes, estão mais preocupados em satisfazer a demanda tal como a encontram do que em vender obras que correspondam a seus valores pessoais” (*Op. cit.*, p. 40). Parece ter sido esse espírito de interesses de mercado acima de qualquer outra coisa, em nome da sobrevivência da empresa, que permaneceu entre os empresários do ramo editorial, na Europa e alhures, no século XVIII e até hoje: o máximo de realismo e nenhum altruísmo é o resumo da herança recebida dos editores suíços. “Os editores da STN sondam, continuamente a demanda; isso faz parte do ofício, pois querem reimprimir e vender os livros de melhor saída”, reforça Darnton (IDEM, *ibidem*).

Chartier (2002, p. 64), como vimos, lembra que existe uma pluralidade de espaços, técnicas, máquinas e indivíduos no processo de produção dos textos, que, de alguma maneira, interferem tanto no produto final – o livro – quanto na sua forma de utilização e de manutenção desse produto à disposição do público, seja no comércio, seja em bibliotecas,

seja, ainda, em espaços de estudo. Assim, os editores, que têm nos livros, antes de tudo, uma mercadoria a ser comercializada e a lhe garantir os competentes lucros, são responsáveis por tomar providências para que o livro chegue com mais facilidade e se torne cada vez mais necessário aos leitores.

Todo esse trabalho de adaptação – que diminui, simplifica, recorta e ilustra os textos – é comandada pela maneira através da qual os livreiros e impressores especializados nesse mercado representam as competências e expectativas de seus compradores. Assim, as próprias estruturas do livro são dirigidas pelo modo de leitura que os editores pensam ser o da clientela almejada. (CHARTIER, 1999, p. 20).

Para a garantia de venda de seu produto, entretanto, o mercado editorial precisa, antes, *vender* a necessidade que seu produto representa para o futuro comprador. Para isso, fazem-se necessários investimentos arrojados e técnicas ousadas para expor o livro às vistas e ao desejo do leitor. O uso sistemático dos meios de comunicação, para divulgar notas sobre os autores e as obras, tornando-os presentes todo o tempo na memória dos consumidores; o envio de correspondências, com panfletos informativos, para as residências, escolas ou ambientes potenciais de leitura; são estratégias cuidadosamente pensadas por profissionais que se especializaram nesse campo com o intuito de *iscar* a atenção do cliente; são formas encontradas pela indústria editorial para garantir os holofotes sobre seus produtos.

Entretanto, nenhum ardil é tão meticulosamente pensado quanto o momento de



Figura 23 – José Condé em noite de autógrafo, oferecendo o livro ao ator Grande Otelo. Foto: acervo da família de José Condé.

lançamento de uma obra, a conhecida “noite de autógrafos” (Ver Figura 23). Essa estratégia, no Brasil, representou uma inovação da Livraria José Olympio Editora¹⁰³, em 1934, ao

¹⁰³ Uma das mais importantes casas editoras do Brasil, na primeira metade do século XX, fundada em 29/11/1931, em São Paulo, e transferida para o Rio de Janeiro em 03/07/1934, a José Olympio Editora possuía a marca da ousadia de seu fundador, o paulista José Olympio Pereira Filho, que começara a empresa adquirindo, para exposição e revenda, bibliotecas particulares. Tornou-se editora a partir da exitosa publicação de **Conhece-te pela psicanálise**, uma tradução de José Almeida Camargo para **How to psychoanalyse yourself**, de Joseph Ralph. Publicou também toda a obra de Humberto de Campos, José Lins do Rego, Jorge Amado (que se tornou

relançar *Menino de Engenho* e lançar *Banguê*, com a presença do autor, José Lins do Rego, que “ali se encontrava, em pessoa, para autografar cada exemplar vendido” (HALLEWELL, 1985, p. 354). A preparação é minuciosa, desde o envio intensivo de informações para os meios de comunicação, até a cuidadosa recepção do público, e a garantia da presença de jornalistas, políticos, artistas, esportistas, que possam repercutir o evento, e significar que o autor é detentor de considerável prestígio social e cultural, o que contribuirá, evidentemente e de maneira contundente, para o convencimento de que vale a pena comprar aquela obra.

Observando a coluna de José Condé no *Correio da Manhã*, podemos perceber tanto a quantidade significativa de livros lançados, quanto os igualmente numerosos eventos de autógrafos, exaustivamente divulgados pela imprensa, seja nas colunas especializadas em literatura, seja em outros espaços do jornal ou revista; a criatividade dos editores e promotores de tais acontecimentos parecia ilimitada, chegando ao ponto de utilizar um programa de TV (“Estamos em casa”, produzido e apresentado por Edna Savaget, na extinta TV Continental) para os autores autografarem ao vivo seus livros; o primeiro a experimentar esse então inusitado meio de divulgação foi exatamente José Condé, amigo particular da apresentadora e, como sabemos, padrinho de seu casamento com o arquiteto Leopoldo Teixeira Leite. Em 30/11/1960, às 22h30min, apresentava, diante das câmeras, seu mais recente livro *Terra de Caruaru*, de cuja transmissão, “feita diretamente do jardim e dos estúdios da Continental na Rua das Laranjeiras, 191” (CONDÉ, 1960m, p. 2), o público pode participar. Segundo o colunista, “há quem considere tudo isso com certo exagero. Acreditamos, porém, que o importante é difundir o livro e aumentar cada vez mais o número de leitores.” (CONDÉ, 1960l, p. 2).

Marco Polo Guimarães (informação verbal)¹⁰⁴, Superintendente de Produção Editorial da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), de Recife-PE, afirma que, “aparentemente, a mídia eletrônica tem estimulado as pessoas a ler e escrever. Nunca antes houve tantas bienais, festas, festivais e feiras do livro. Nunca antes houve tantas oficinas de escritores”. Tudo isso fomenta o mercado editorial, instigando-o, por conseguinte, a produzir mais e melhor.

Diretor de Propaganda da Casa), Graciliano Ramos e “todos os escritores importantes de seu tempo, exceto o gaúcho Érico Veríssimo, que era, como sabemos, diretor de uma empresa concorrente [Editora do Globo, de Porto Alegre]” (HALLEWELL, 1985, p. 357). A José Olympio chegou a constar na lista das quinhentas maiores empresas do Brasil, no início dos anos de 1960, mas, a partir da década seguinte, dificuldades financeiras a fizeram ser encampada, em 1974, pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atual BNDES), e incorporada ao Grupo Editorial Record em 2001 [http://www.record.com.br/grupoeditorial_editora.asp?id_editora=3]. Acesso em 10/07/2012].

¹⁰⁴ Entrevista concedida em Recife-PE, em 01/02/2012.

Essas estratégias de expor autores e obras o mais possível, visando à venda dessa mercadoria e o sucesso empresarial, traz, em consequência, e de forma imbricada, a criação de certo *cânone*, de obras que se estabelecem na memória, na consciência dos leitores (e até dos não-leitores) pela força gerada por essa exposição, indiferentes ao crivo crítico acadêmico. Paulo Caldas (informação verbal)¹⁰⁵, da Editora Bagaço (Recife-PE), opina que “uma obra densa de agrado da crítica pode não corresponder a demanda do público”. Daí que listagens dos livros *mais vendidos* nem sempre coincidem entre si, muito menos com o rol elaborado por críticos.

O jornal *A Folha de São Paulo* (OS DEZ..., 1999, p. 5), por exemplo, publicou a relação dos dez melhores romances do Brasil: figuraram três de Machado de Assis, dois de Graciliano Ramos, seguidos por Guimarães Rosa, Lima Barreto, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Manuel Antonio de Almeida – um de cada. Por outro lado, a revista *Istoé*, como informa Abreu (2006, p. 14-5), elegeu os dez escritores brasileiros do século XX: Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Jorge Amado, Érico Veríssimo, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Euclides da Cunha, Cecília Meireles e Rachel de Queiroz. Como podemos ver, salvo três nomes, que se repetem nas duas listagens – Machado, Guimarães e Graciliano – os demais diferem completamente. Mais listas fossem encomendadas, mais diferenças surgiriam, mas é provável que os três autores que se repetem, seriam citados, de alguma forma. Arriscamos afirmar que um deles, Machado de Assis, figuraria em todas.

Por outro lado, é interessante observar que a relação dos autores mais vendidos em 1999, segundo a revista *Veja* (GRAIEB, 1999, p. 215), começa com Jô Soares e João Ubaldo Ribeiro e segue com John Grisham, Sidney Sheldon, Paulo Coelho, Luis Fernando Verissimo, Mitch Albom, e Christian Jacq – este com três títulos. Ou seja, não aparece entre os mais vendidos qualquer autor presente nas listas citadas anteriormente, como os melhores do século. A partir dessa constatação, levantamos alguns questionamentos:

a) os livros e autores *do século* não serem os mais vendidos significa que os leitores do final do século XX não se interessam pelas obras referenciais dessa centúria?

¹⁰⁵ Entrevista concedida em Recife-PE, em 30/07/2012.

b) os considerados canônicos (melhores do século) são utilizados apenas como decoração luxuosa nas bibliotecas e fonte de esporádicas e bem calculadas citações de quem se pretende fazer notado pela erudição retórica?

c) a lista dos *mais vendidos* influencia os leitores da revista *Veja*, direcionando-os a adquirirem aquelas obras e, portanto, mantendo-as campeãs de vendas, constituindo-se num constante círculo?

d) é a lista da *Veja* um *cânone* atual, almejado pelos autores, mais do que aqueloutro referencial, pois a sua presença na revista pode significar sobrevivência imediata, e isso, no momento, é mais importante para eles que imortalidade? Perrone-Moisés (1998, p. 176) comenta que “os novos escritores não estão nem um pouco interessados em ingressar futuramente no cânone; interessa-lhes ter seus livros rapidamente publicados, traduzidos em línguas hegemônicas, adaptados para o cinema e a televisão”, o que, além de visibilidade, confere-lhes lucro financeiro.

Uma das formas que as editoras encontram de colocar em evidência seus autores é a publicação de antologias. O projeto é geralmente entregue a um escritor ou crítico literário, encarregado de elaborar uma lista dos textos que deverão compor aquele volume. É de mais fácil comercialização, pois representa uma amostragem da literatura de um período ou país, e o leitor poderá ter acesso a vários autores numa única obra. Torna-se viável para ser trabalhada em escolas, competentes em tratar o estudo literário aos goles, deste e daquele autor. E existe sempre a possibilidade de o leitor se interessar particularmente por um dos autores ali expostos e partir para conhecer o restante de sua obra, como opina Arnaldo Niskier¹⁰⁶: “muitas vezes, com aquela primeira impressão, surgia a fagulha da motivação pela obra propriamente dita – e aí se completava o fenômeno da leitura”

Evidentemente, a escolha dos autores que comporão a antologia, e dentre eles, os textos julgados mais significativos, passa por critérios os mais diversos, desde os imanescentes ao texto, como pertinência de conteúdos similares, período literário, enfoque dos escritores; até os periféricos, embutidos, jamais assumidos, mas basilares: relações sociais, políticas e de amizade, interesse em visibilizar o autor, com fins de futuras comercializações de sua obra, empatia do escritor com a mídia e o público, possibilidade de vendas de grandes quantidades

¹⁰⁶ Palestra “Antologias e Educação” (12/04/2011), no 2º Ciclo de Conferências: “Cânon, antologias e formação de leitores”, promovido pela Academia Brasileira de Letras, no período de 12/04 a 03/05/2011. Disponível no site <<http://www.academia.org.br/abl/media/Revista%20Brasileira%2068%20-%20CICLOS.pdf>>. Acesso em 12/07/2012.

em um determinado nicho, apoio de instituições de destaque econômico e intelectual, e por aí vai... Com a palavra, novamente, Niskier¹⁰⁷, abordando esse processo:

Aparentemente, um trabalho fácil, de uma simples escolha, mas, na verdade, com mil implicações e questões éticas. Com uma particularidade essencial, na obra do autor da antologia: o zelo com a seleção de textos que poderiam ser úteis nas salas de aula, onde a característica maior era o *magister dixit*, [...]. O problema sempre foi a escolha de conteúdos adequados.

Mas, mesmo levando em conta todos esses critérios – e outros tantos aqui subtraídos pela falta de espaço próprio –, há de se destacar um que é inevitável: a preferência particular, o gosto próprio do antologista. No final das contas, é esse critério que termina por nortear as escolhas, depois de satisfeitos todos os demais, acima aludidos, como confirma Pinto (2001, p. 11), antologista dos cem melhores poetas do século XX: “uma antologia, qualquer antologia, resulta, quase sempre, de solitárias decisões individuais, nascidas muito mais do gosto pessoal de quem a organiza do que de critérios objetivos e cânones acadêmicos – muito embora esses também pesem”.

As raízes dessa escolha canônica para antologias evidenciam-se, no Brasil, por volta do século XIX, quando, em função da necessidade de se promover, a todo custo, o sentimento de nacionalismo na população brasileira, recém libertada politicamente de Portugal. Eram bem vindos, escolhidos e promovidos com mais ênfase os autores cujos textos enaltecessem a terra pátria – até porque o nacionalismo era, por si, uma das características do período literário de então, o Romantismo. Com essa preocupação, procurou-se construir um patrimônio literário patriótico, que servisse de plataforma para a sustentação da literatura nacional que viria a seguir. De fato, a produção literária brasileira, nesse período, apresenta uma perspectiva extremista de escritores envolvidos por uma espécie de instinto de nacionalidade, como afirma Machado de Assis em conhecido texto crítico de 1873, de patriotismo exacerbado e ufanista, que demarcará, por conseguinte, um cânone fundamentalmente nacionalista.

O final do século XIX, época na fundação da Academia Brasileira de Letras, “foi um período de grande fulgor das antologias escolares, o que fazia sentido pela presença, em nossa cultura, de grandes filólogos”, ressalta Niskier¹⁰⁸, os quais utilizavam fragmentos de textos literários para o ensino da língua. A partir da pioneira e festejada **Antologia Nacional**, dos

¹⁰⁷ Palestra citada anteriormente.

¹⁰⁸ Palestra citada acima.

professores do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) Fausto Barreto e Carlos de Laet, publicada em 1895, e atingindo a 43ª edição em 1969, podemos apontar algumas compilações marcantes nas duas primeiras décadas do século XX:

- a) ***Autores contemporâneos***, de João Ribeiro (1918);
- b) ***Poetas brasileiros***, de Alberto de Oliveira e Jorge Jobim (1921) – coleção áurea da Livraria Garnier;
- c) ***Céu, terra e mar***, de Alberto de Oliveira (1925), pela Livraria Francisco Alves;
- d) ***Livro de leitura para o Curso Complementar***, de Olavo Bilac e Manoel Bonfim, pela Livraria Francisco Alves, aprovado pelo então Conselho Superior de Instrução Pública da Capital Federal para adoção pela rede de ensino;
- e) ***Clássicos brasileiros***, de Laudelino Freire (1923).

Entretanto, essa forma de publicação sofreu forte decréscimo, a partir da década de 1970, por conta do desestímulo gerado pela aplicação draconiana da Lei de Direitos Autorais, como explica Niskier¹⁰⁹:

se deveu basicamente a uma discutível interpretação [da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973] dada pelo Supremo Tribunal Federal ao entendimento do que sejam os direitos autorais dos escritores citados nesses trabalhos. A decisão do STF, de 1976, trouxe medo aos responsáveis pelas antologias existentes. Qualquer citação de trechos, sem autorização dos detentores dos direitos autorais (vivos ou herdeiros), pode ensejar processos com vultosas multas, o que acabou mesmo acontecendo, com evidente prejuízo para o sistema escolar.

A Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que substituiu a anterior (nº 5.988), define que são “obras intelectuais protegidas”, entre outras, “as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados (...), que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual”¹¹⁰, ressaltando, no parágrafo 2º, que essa proteção “não abarca os dados ou materiais em si mesmos e se entende sem prejuízo de quaisquer direitos autorais que subsistam a respeito dos dados ou materiais contidos nas obras”. Isto significa que o antologista tem direito autoral sobre a antologia, mas não sobre os textos que a compõem, precisando, pois, pagar por eles ou solicitar

¹⁰⁹ Palestra citada acima.

¹¹⁰ Art. 7º, inciso XIII, da Lei 9.610, de 19/02/1998.

graciosamente do autor ou herdeiros sua utilização, a não ser que já estejam em domínio público, o que se dá a partir de 70 anos após a morte do autor, de acordo com a referida Lei¹¹¹.

A consequência mais direta disso é que uma ou outra antologia que ainda se elabore, hoje, será preferencialmente composta por autores cuja obra esteja em domínio público, ficando de fora os contemporâneos, em função dessa exigência legal, e da forma gananciosa como se comportam os familiares do escritor morto, denominada por Pinto (2001, p. 17) como “a sanha dos herdeiros de grandes escritores que tentam tirar todo o proveito possível (inclusive financeiro) do ancestral famoso”, opinião que é corroborada por Niskier¹¹²: “herdeiros brigam entre si pela partilha, o resultado é a proibição de uso de qualquer parte da obra [...]”. Entretanto, conclui Niskier, “autores vivos, em muitos casos, cedem seus direitos sobre trechos de obras para que sejam citados em livros didáticos. Isso constitui até uma honra” como, de fato, aconteceu com a antologia, já acima citada, ***Os cem melhores poetas do século***, organizada por José Nêumanne Pinto, como afirmam os coordenadores da obra, Rinaldo de Fernandes e Sandra Moura: “alguns autores enviaram cópias dos seus poemas – Alberto da Cunha Melo, Alexei Bueno, Chacal e Eduardo Alves da Costa”. “Mas é um caso ou outro [rebate Niskier¹¹³]. As antologias foram condenadas à morte” (PINTO, 2001, p. 19).

4.3.2 A mídia jornalística

A necessidade de comunicação do homem, como vimos, vem de longas datas. Registramos essa ocorrência já nos rapsodos da Grécia antiga, cantores andarilhos, que, de aldeia em aldeia, transmitiam notícias através dos poemas épicos que recitavam, como aconteceria tempos depois, com os trovadores medievais. Com a escrita, observamos as tábuas expostas nos palácios romanos, a registrarem informações de interesse público, atividade ainda hoje remanescente em jornais-murais, pendurados em postes, para leitura de todos que se interessarem. Até que, no século XV, com a invenção da imprensa, por

¹¹¹ “Art 41 – Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil”.

¹¹² Palestra “Antologias e Educação” (12/04/2011), no 2º Ciclo de Conferências: “Cânon, antologias e formação de leitores”, promovido pela Academia Brasileira de Letras, no período de 12/04 a 03/05/2011. Disponível no site <http://www.academia.org.br/abl/media/Revista%20Brasileira%2068%20-%20CICLOS.pdf>, acesso em 12/07/2012.

¹¹³ Palestra citada acima.

Gutenberg, e a consequente facilidade de reprodução da escrita, a atividade jornalística começou a ganhar ares de mais importância entre os povos, e, consequentemente, multiplicaram-se os leitores, notadamente os que já usufruíam da leitura de obras literárias.

Na França setecentista, vamos encontrar o *Journal Étranger* (Jornal Estrangeiro), dirigido pelo abade François Arnaud, e que, como afirma Chartier (2007, p. 251-2), era voltado para a divulgação de notícias literárias de outros países: “apesar de sua boa reputação internacional e o apoio de Suard e Turgot¹¹⁴, esse periódico sairá de circulação depois de seu número de setembro de 1762 – exemplo, entre muitos outros, da vulnerabilidade dos jornais antigos cuja existência foi sempre muito efêmera”. Em terras tupiniquins, o jornalismo é inaugurado com o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, que funcionou a partir de 1808 e até a morte de seu fundador, em 1823. Era editado em Londres, uma vez que, como afirma Zilberman (2007, p. 11), “na primeira década do século XIX, estava proibido o funcionamento de tipografias, por extensão, a existência de órgãos da imprensa escrita”, no Brasil.

É de importância considerável a divulgação de obras literárias em jornais; aliás, a parceria entre o jornalismo e a literatura sempre rendeu bons frutos para ambas as atividades. Barbosa (2007, p. 71) afirma mesmo que “a crítica literária nasceu nos periódicos brasileiros, primeiramente, a partir das notícias biobibliográficas, do lançamento de livros, muitas vezes retirada de outros jornais, alguns estrangeiros”. Desde então, as páginas dos periódicos funcionavam como espaço para publicação tanto do próprio texto literário, sob a forma de folhetim, com posterior publicação em livros, como de notas acerca das obras, quando editadas. A visibilidade proporcionada pelo jornal sempre funcionou como forte atrativo para os escritores divulgarem sua obra.

Entretanto, essa opinião não é unânime. Nicolau Sevcenko lamenta que o jornalismo, no final do século XIX, início do XX, tenha desassossegado “os literatos mais ciosos de sua seara”, ao padronizar a linguagem e se utilizar praticamente de todos os escritores da época para trabalhar nas redações dos jornais:

Tendendo ao sufocamento da originalidade dos autores e contribuindo em definitivo para o processo de banalização da linguagem literária, suas baixas remunerações exigiam ainda uma facúndia e prolixidade tal dos escritores,

¹¹⁴ Jean-Baptiste-Antoine Suard (1732-1817) foi escritor e jornalista, enquanto Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781) foi economista, ambos franceses.

que impediam qualquer preocupação com o apuro da expressão ou do estilo. (SEVCENKO, 1995, p. 100).

De qualquer forma, o ingresso em massa dos escritores no jornalismo, algo que se manteve ao longo do século XX, e ainda hoje, deu-lhes certa independência em relação à classe abastada, que, desde tempos imemoriais, *mecenavam* os artistas, muitas vezes podendo sua criatividade em nome de seus interesses pessoais, familiares ou políticos. Com uma profissão, que lhe rendia algum dinheiro sem os separar das letras, e na impossibilidade de viver unicamente de literatura, os escritores encontraram nos periódicos uma saída honrosa para manter uma relativa liberdade de pensamento – ao menos agora as manipulações poderiam ser negociadas nos bastidores, e o escritor tinha algum poder de barganha.

4.3.2.1 O Jornal de Letras

Os irmãos Elysio, João e José Condé fundaram, no final da década de 1940, o *Jornal de Letras* (Figura 24), o mais longo órgão de divulgação literária a circular no Brasil e no exterior (mais de quatro décadas), graças ao empenho de Elysio Condé, que, após a saída dos irmãos, por impossibilidade de conciliar o tempo do jornal com a vida profissional, conduziu sozinho o periódico, apesar das inúmeras dificuldades financeiras enfrentadas. Segundo depoimento de Fernando Sales, “sem maior ajuda para manter a circulação do órgão, que já vinha firmando papel histórico em nossa imprensa literária, Elysio não titubeou: fechou o consultório [...], vendeu o imóvel, para, com o dinheiro apurado, fazer face às despesas de impressão e compra de papel [...]” (SALES, 2006, p. 122).



Figura 24 – Aspecto do *Jornal de Letras*, em sua edição de setembro de 1986. Foto: acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O *Jornal de Letras*, que era co-irmão de publicação homônima portuguesa¹¹⁵, saía na segunda terça-feira de cada mês, com uma tiragem aproximada de 30 mil exemplares, em onze edições anuais, já que nos meses de fevereiro e março era publicada edição única. Assim se constituía sua composição: a primeira página trazia as manchetes e resumos de matérias que seriam desenvolvidas naquele número, além de um breve sumário; nas páginas seguintes, alternavam-se matérias especiais e colunas, todas assinadas, além de contos, poemas e resenhas de livros; havia espaço também para as artes plásticas, cinema, teatro, televisão, música, agenda de acontecimentos culturais, além de pequenas notas sobre livros e autores; reflexões sobre a língua, matérias vindas de outros estados do país e do exterior – Portugal principalmente. E pouquíssimos anúncios¹¹⁶, o que, como vimos, levava Elysio Condé a se desdobrar para fazer frente aos gastos de publicação.

O primeiro número veio a lume em julho de 1949, e, já nessa época, o conselho editorial trazia nomes como Álvaro Lins, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, Augusto Frederico Schmidt e Manuel Bandeira, como detalhou Elysio ao jornalista e escritor Antonio Carlos Villaça. Elysio definiu, então, o jornalismo literário que fazia como “a expressão verbal em prosa que contém a apreciação dos acontecimentos especificamente literários” (VILLAÇA, 1975, p. 5). Nesse número, Álvaro Lins escreveu sobre liberdade interior; Schmidt, um poema intitulado “Ars poética”; a viúva de Afrânio Peixoto ofereceu, para publicação, os capítulos das memórias do marido, morto dois anos antes; Haroldo Bruno escreveu sobre poesia; Cyro dos Anjos publicou “O aprendiz de farmacêutico”, em prosa; Willy Lewin traduzia um texto de Eliot; Mário Pedrosa escreveu sobre a revolução impressionista; Otacílio Alecrim, sobre Proust; em artigo, Cornélio Pena estudava romances portugueses.

¹¹⁵ O *Jornal de Letras, Artes e Ideias* foi fundado em 3 de março de 1981, em Lisboa, com periodicidade quinzenal. Dirigido por José Carlos Vasconcelos, coordenado por Augusto Abelaira, Eduardo Prado Coelho e Fernando Assis Pacheco, passou a ser semanal a partir do número 72, de 22/11/1983. Segundo alguns trechos do editorial publicado no número inaugural, a proposta do *Jornal de Letras* é “fazer um jornalismo especializado, na área a que se dedica. Compatibilizando no grau mais elevado possível a quantidade com a acessibilidade, ou mesmo a divulgação”, deseja ser um periódico cultural para todos, rejeitando, portanto, “os códigos das linguagens cifradas e os exercícios herméticos para pretensos iluminados”. (PIRES, 1986, p. 181-2)

¹¹⁶ A título de exemplo, a edição 418, de setembro de 1986, trazia apenas três propagandas: uma da agência Petrus Publicidade e Jornalismo Ltda., tomando todo o rodapé da pág. 3 do primeiro caderno; outra, minúscula, do contador Marivaldo de Araújo, oferecendo serviços contábeis a firmas e condomínios, no canto final da pág. 2 do segundo caderno; e o último, da Pallas Editora e Distribuidora Ltda., oferecendo o livro *Marcel Proust – Roteiro Crítico e sentimental*, de Hermenegildo de Sá Cavalcante, no final da pág. 4 do segundo caderno. Havia também um pequeno quadro, na pág. 2 do primeiro caderno, registrando e agradecendo o apoio dos Jornais *Última Hora* e *O Dia*, em cujas oficinas era impresso o *JL*.

No segundo número, encontramos colaborações de Gilberto Freyre, Otto Maria Carpeaux, Antonio Candido, Gilberto Amado, Adonias Filho, Di Cavalcanti, Paulo Rónai e Ledo Ivo, este com um texto sobre o drama interior de Álvaro Lins. Na terceira edição, os nomes presentes são: Eugênio Gomes, Gastão Cruls, Dinah Silveira de Queiroz, Lúcio Rangel, Guilherme de Almeida, Murilo Rubião, Rachel de Queirós. Alceu Amoroso Lima, Brito Broca e Aurélio Buarque de Holanda.

Quando da visita de Jean-Paul Sartre ao Brasil, em 1960, ainda segundo a aludida matéria do JB, foi ao *Jornal de Letras* que o filósofo concedeu entrevista exclusiva, e um autógrafo: “Ao Sr. Elysio Condé, diretor da Biblioteca Nacional e do Jornal de Letras, com o pedido para amavelmente transmitir nossa saudação aos escritores brasileiros que nos alegrou reencontrar durante a nossa viagem ao Brasil. J. P. Sartre e Simone de Beauvoir”¹¹⁷.

Sobre o periódico literário, Dinah Silveira de Queiroz escreveu, em 1970, no *Jornalzinho Pobre*: “A persistência do **Jornal de Letras** é inigualável – está presente não só nas bancas dos quatro cantos do Brasil, mas é recado e atualização de nosso meio literário em qualquer lugar do mundo onde haja uma Embaixada do Brasil”; Bernardo Elis afirma que deve sua fidelidade à literatura ao *Jornal de Letras*; Mauro Mota chamou-lhe “magia de sobrevivência do jornalismo literário”; Peregrino Júnior completa: “Trabalho silencioso, benemérito”¹¹⁸.

Elysio Condé (in: RODRIGUES, 2006, p. 115) informa:

procurei, nesses 34 anos de existência¹¹⁹, bem vividos, do *Jornal de Letras*, divulgar a nossa cultura, não somente no Brasil como no exterior, procurando trabalhar e enfrentar todas as dificuldades.

O jornal é enviado para três mil bibliotecas em todo o território nacional. Existem dezenas de universidades e conselhos culturais que o recebem e distribuem entre os seus alunos.

Onde há uma embaixada, um consulado ou uma missão cultural, o jornal chega e é distribuído no país.

É encontrado nas bancas de jornaleiros de quase todas as cidades do interior. As Universidades americanas e europeias assinam e usam o seu microfilme.

¹¹⁷ “À Monsieur Elysio Condé, directeur de la Bibliothèque Nationale et du Journal de Lettres, en le priant de bien vouloir transmettre notre saltt aux écrivains brésiliens que nous réjouissons de rencontrer au cours de notre voyage au Brésil. J. P. Sartre et Simone de Beauvoir”

¹¹⁸ Trechos de Dinah Silveira de Queirós, de Bernardo Elis, de Mauro Mota e de Peregrino Júnior retirados de “Literatura e vida”, in: *Jornal do Brasil*, de 12/07/1975, Caderno B, p. 5.

¹¹⁹ Este texto foi escrito em 1983, no Rio de Janeiro.

O *JL* circulou ininterruptamente durante 43 anos, até 1992, quando seu fundador e mantenedor, Elysio Condé, faleceu, em 4 de agosto, concretizando-se a profecia do jornalista Maurítônio Meira de que o *Jornal de Letras* só acabaria com a morte de seu fundador (cf. BARBALHO, 1993, p. 106; RODRIGUES, 2006, p. 128). O jornalista Rômulo Paes Barreto é enfático: “quem quiser pesquisar a vida cultural brasileira das quatro últimas décadas terá que recorrer inevitavelmente às coleções do *Jornal de Letras*, fruto do esforço desenvolvido por Elysio Condé [...]” (BARRETO, 2006, p. 134). Estes testemunhos somam-se a inúmeros outros, que acentuam a importância do *JL* para a literatura brasileira.

Como podemos perceber, a magnitude desse órgão de imprensa é patente. Seja pelos intelectuais que dele fizeram parte e que com ele colaboraram, seja pela extensão coberta por sua distribuição, seja pelos princípios que nortearam sua publicação, seja ainda pela longevidade alcançada, o *Jornal de Letras* representa o que poderíamos querer exemplificar de um jornalismo que se pretendia literário, como o próprio nome sugere, mas que abarcava também outras áreas da cultura. A seriedade e persistência com que foi produzido, ao longo das quatro décadas de existência, credibilizaram-no a ser um importante veículo de divulgação literária e disseminação da cultura letrada do país, por isso mesmo alvo de quanto escritor desejasse fazer-se visto, lido, no Brasil e no exterior.

Sem dúvida, um importante elemento canonizador, enquanto consagrador público de obras literárias. Não é demais lembrarmos, um tanto atônitos, que da criação desse poderoso instrumento de divulgação literária, e ao longo de sete anos, participou diretamente o escritor José Condé; e mesmo com sua saída, em 1956, ficou nas mãos de seu irmão mais velho. Ainda assim, a obra de Condé deixa a desejar, na questão divulgação, leitura, discussão, estudo. Seria a razão desse aparente paradoxo – e aqui retomamos o velho adágio popular “casa de ferreiro, espeto de pau” – a exagerada modéstia do romancista em fazer-se divulgador também de sua obra, já que o foi da de tantos colegas? Uma possível resposta é-nos dada pelo mesmo Elysio: “Embora gozasse de prestígio como jornalista literário, nunca tirou proveito próprio, nada pediu. Era completamente indiferente aos interesses pessoais” (RODRIGUES, 2006, p. 119; BARBALHO, 1993, p. 113).

4.3.3 Eventos literários

Sem dúvida, uma das maiores concentrações de poder midiático, no que diz respeito a literatura, autores, livros e congêneres, são os eventos literários, que acontecem periodicamente: grandes acontecimentos, envolvendo elevadas somas de dinheiro, em que a quantidade e a simultaneidade dos acontecimentos ditam o clima de interação leitor-obra-autor-editor. Palestras, mesas-redondas, oficinas, *shows* musicais, diversão de todos os gostos, para toda a família, são, geralmente, os ingredientes dessas festividades, que buscam colocar em evidência o livro: escritores lançam suas obras, dão entrevistas e autógrafos, caminham entre o público leitor, procurando criar um clima de envolvimento, que redunde em vendas dos livros e popularidade do autor.

A presença dos escritores nesses eventos, a depender das circunstâncias que a geraram, podem significar uma referência canônica mais ou menos nítida. Desta forma, se o autor foi convidado pelos organizadores do festival, se compareceu como uma *gentileza* de sua editora, se terá livro lançado no evento, se ministrará conferência ou minicurso; ou se veio por conta própria, com uma caixa de exemplares debaixo do braço, procurando abrir espaço nesse mercado tão concorrido, abordando diretamente o público e oferecendo-lhe seu produto – são elementos que podem indicar sua posição no cânone literário e sua importância no atual cenário literário nacional. Os principais eventos desse porte, no país, são as Bienais de São Paulo e do Rio de Janeiro; e, anualmente, o Festival Literário de Paraty (Flip) e a Festa Literária Internacional de Pernambuco (Fliporto).

Realizada pela Câmara Brasileira do Livro, a Bienal do Livro de São Paulo acontece desde 1961, embora, dez anos antes, a CBL tenha realizado sua primeira Feira Popular do Livro. Em 2012, aconteceu a 22ª edição do evento, com “o objetivo de incentivar o gosto pelos livros e pela leitura”¹²⁰. Já a versão carioca do evento surgiu em 1983, nos salões do Hotel Copacabana Palace, acontecendo nos anos ímpares – em 2013, será a 16ª edição do evento, que se autodenomina “uma celebração à leitura, à cultura e à diversão, reunindo milhares de pessoas, tendo o livro como astro principal” e “oportunidade de se aproximarem de seus autores favoritos, além de conhecerem muitos outros”¹²¹.

A primeira Flip aconteceu em 2003, tendo se tornado, na voz de seus organizadores, “um dos principais festivais literários do mundo, caracterizada não só pela qualidade dos

¹²⁰ Informações colhidas no site da Bienal do Livro, <<http://www.bienaldolivrosp.com.br/A-Bienal/Apresentacao/>>. Acesso em 14/11/2012.

¹²¹ Dados recolhidos em <http://www.bienaldolivro.com.br/a_bienal/historia/2>. Acesso em 14/11/2012.

autores convidados, mas também pelo entusiasmo do público e pela hospitalidade da cidade”¹²² histórica de Parati, no litoral do Rio de Janeiro. A versão nordestina do evento surgiu em 2005, na praia de Porto de Galinhas, município de Ipojuca, duplicando, a cada ano, o número de participantes, crescendo consideravelmente a cada edição, sendo transferida para Olinda em 2010. Para o curador, Antonio Campos, “a Fliporto é mais do que uma festa literária: é um movimento cultural permanente. [...] a festa literária é a culminação do trabalho do ano do movimento Fliporto”¹²³.

Perguntamo-nos pela força de tais acontecimentos na efetiva formação de um público leitor. De fato, pode-se contabilizar ganho, em termos de conquista de consumidores de literatura, após eventos literários desse porte? Mário Hélio Gomes de Lima (informação verbal)¹²⁴, Coordenador de Literatura da Fliporto, acredita que um evento que envolve tantos aspectos ligados à arte literária “está de todo associado ao incentivo à leitura, pois se nutre principalmente disso: de leitores”. Resta saber, entretanto, quanto esses eventos têm de ponto de encontro de aficionados pela literatura, portanto já leitores, e quanto conseguem conquistar novos adeptos.

Outra questão a ser analisada é a venda de livros nesses festivais literários – afinal, é seu maior objetivo, uma vez que é o faturamento dessa venda que movimenta o mercado, e, conseqüentemente, torna possível a realização do evento, e em função de que este acontece. Tomemos, como referencial, a demonstração numérica de vendas de livros da Bienal do Livro de São Paulo (2012), apresentada por Raquel Cozer¹²⁵, colunista da *Folha de São Paulo*, especialista na cobertura de livros: com um público estimado em 750 mil visitantes, foi contabilizada a venda de cerca de 20 mil exemplares, em apenas quatro editoras – Unesp, Senac, Novo Século e Imprensa Oficial de São Paulo – de menor penetração no mercado editorial do país, o que nos leva a crer que houve um volume de vendas consideravelmente maior pelas chamadas “grandes editoras”. No geral, deu-se um surpreendente aumento de negócios em relação à bienal de 2010; a surpresa vem do fato de, por exemplo, o público visitante neste ano ter sido praticamente o mesmo da versão anterior, além de se constatar

¹²² Informações colhidas em <<http://www.flip.org.br/institucional.php>>. Acesso em 14/11/2012.

¹²³ Dados em <<http://www.fliporto.net/fliporto2012/artigos-2/resistir-em-tempos-dificeis-por-antonio-campos/>>. Acesso em 14/11/2012.

¹²⁴ Entrevista concedida em Recife-PE, em 18/04/2012.

¹²⁵ “Os mais vendidos das editoras na Bienal – e por que elas venderam mais”. Disponível em <<http://abibliotecadераquel.blogfolha.uol.com.br/2012/08/22/os-mais-vendidos-das-editoras-na-bienal/>>. Acesso em 14/11/2012.

uma retração no mercado editorial, em relação a 2010. Mas há uma explicação, conclui a colunista da *Folha*: “a maior abundância de descontos. Para quem vai a um evento dessas proporções, livro bom é livro barato”. E indaga: “Será o destino da Bienal se tornar a tão temida (pelo mercado) e amada (pelo público) ‘feira de liquidações’?”.

Sobre os dados evidenciados acima, por Cozer, podemos deitar algumas reflexões: livro vendido não significa, necessariamente, livro lido, menos ainda discutido, analisado, estudado em artigos ou outros livros. Então, o autor (e mais todo o complexo comercial que envolve esse produto, como editora, distribuidora, livraria etc.) embolsa o valor pecuniário referente à venda, mas desconhece o quanto será lido, ou melhor, que destino será dado a sua obra, após a compra pelo *frequês*. Convenhamos, haverá algum interesse de Ziraldo, por exemplo, em conhecer o destino de algum dos 1680 exemplares do ***Menino Maluquinho*** vendidos pela Melhoramentos, na Bienal de 2012? Provavelmente, isso ainda satisfaça ao escritor enquanto artista, desejoso de conhecer o destino e a influência de sua obra, mas questionamo-nos se, com o passar do tempo e a crescente popularização e/ou canonização do autor, esta ainda se apresente como uma preocupação sua – além do quê, torna-se impraticável acompanhar o destino de um livro, depois de vendido; do restante da cadeia de produção do livro, por tratar-se de uma atividade mercantil como outra qualquer, temos certeza de que não existe esse questionamento. Assim sendo, tendemos a concluir que uma aparentemente grandiosa vendagem de livros não implica um efetivo aumento no número de leitores.

De qualquer maneira, os grandes eventos literários funcionam como excelente oportunidade de o autor se apresentar mais diretamente ao público. É uma exposição desejada por todos, tanto os já consagrados quanto os estreantes e emergentes, embora não tragam em si a capacidade de *canonizar* determinados autores; como vitrine, o festival literário apenas expõe o que, de alguma forma, já se encontra em evidência, no mercado. Segundo Mário Hélio (informação verbal)¹²⁶,

vários fatores, inclusive geracionais, contribuem para que autores entrem e saiam de cena, estejam na moda, ou não. Numa hipotética “bolsa de valores” literária, certos autores que têm suas “ações” em alta, passado algum tempo, se veem rebaixados, até o esquecimento, e outros que estão esquecidos voltam a estar na ordem do dia.

¹²⁶ Entrevista concedida em Recife-PE, em 18/04/2012.

A Fliporto de 2012, por exemplo, acolheu tanto o festejado romancista moçambicano Mia Souto, que conseguiu superlotar o pavilhão de conferências, numa interessante conversa com o escritor angolano José Eduardo Agualusa, e cuja fila de autógrafos, após a palestra, fez-se quilométrica; quanto o pitoresco autor paraibano Paulo Cavalcante, que, em cima de dois sapatos gigantes, divulgava a 6ª edição de seu romance ***O martírio dos viventes***, que chamava menos a atenção dos passantes que a curiosa indumentária do escritor.

4.4 Poder Institucional

A antiga lição do pai moribundo, que chamou os filhos para falar sobre a resistência da união, exemplificando isso com uma fina vara, facilmente quebrável, e um feixe delas, bem mais difícil de ser fragmentado, ilustra bem este item: enquanto isolado, o ser humano tem poucas possibilidades de fazer valer suas vontades, tem pouco poder de estabelecer seu discurso com o halo de autoridade desejado, ou adequado à escuta e ao respeito. Daí a natural busca de apoiarem-se, entre si, os pares, aqueles que defendem ideias pertinentes: este apoio mútuo materializa-se em **instituições**, que – estas, sim – detêm um discurso bem mais encorpado, do ponto de vista de autoridade.

Destarte, um padre, um professor, um jornalista, um advogado, um operário, um escritor, sozinhos, não inspiram respeito ou contestação, não são seguidos ou temidos, mas, a depender da instituição em que estão inseridos, das quais fazem parte e pela qual, ao final, elaboram seu discurso, adquirem uma projeção e uma referência definida, seja pela igreja, pela universidade, pela associação jurídica, pelo sindicato, pela academia a que estão ligados.

Refletiremos sobre algumas dessas instituições, enquanto agrupamento de discursos teóricos, que, por essa condição de Poder, adquirem certa autoridade de definir os autores e obras que poderão compor o cânone nacional, pelo menos aquele que, inconscientemente, aflora na cabeça dos leitores, para os quais não há resistência ou discordância. São, portanto, instâncias de canonização consideráveis, pelo seu poder de persuasão.

4.4.1 Instituições escolares

Existem, no Brasil, instituições escolares que funcionam como ferramentas de instrução dos alunos, ou pelo menos assim se veem, cuja atividade constitui-se em escolher os conteúdos que julgam necessários aos estudantes, fatiá-los (os conteúdos) em dosagens mais ou menos calculadas, e os ministrar, ao longo dos 11/12 anos a que chamam de Ensino Básico (Fundamental e Médio). O próprio José Condé produziu (“realização e texto”), sob as expensas do Instituto Nacional do Cinema e do Ministério da Educação e Cultura, uma espécie de separata para quadros em slides, enfocando o Romantismo brasileiro, dirigida ao “nível médio”. E há as instituições universitárias, cuja atividade centra-se – ou pelo menos deveria – numa espécie de *tripé*, constituído por ensino, pesquisa e extensão, em que a produção do conhecimento, através de publicação de artigos, resenhas, livros, realização de eventos, dá uma conotação de construção do conhecimento. Claro está que esta não é uma classificação rígida, e que há exceções nas duas formas de instituição escolar, mas, de qualquer maneira, as duas terminam fomentando o chamado cânone literário.

As do primeiro tipo escolhem os livros cujos textos julgam pertinentes para contribuir na velada função institucional de condicionar a formação dos estudantes: ao adotar determinados livros, autores, antologias, o fazem a partir de uma escolha que atende aos seus interesses e propósitos ideológicos:

Compreender as razões e os efeitos dessas materialidades (por exemplo, em relação ao livro impresso o formato: as disposições da paginação, o modo de dividir o texto, as convenções que regem a sua apresentação tipográfica etc.) remete necessariamente ao controle que editores ou autores [ou ainda professores] exercem sobre essas formas encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação. (CHARTIER, 1999, p. 35).

As instituições do segundo tipo, as universidades, elegem, de acordo com a linha de pesquisa de seus membros, determinados teóricos e autores, que passam a ser uma espécie de *moda acadêmica*, gerando um nítido movimento de duas vias: quem deseja *se dar bem* em sua pesquisa, isto é, ter orientadores influentes, possibilidades de financiamento e de publicação de seus trabalhos, optam pelos escritores *da hora*, enquanto os que escolhem outros caminhos, além da evidente dificuldade de orientação, amargam verdadeiro ostracismo em seu caminhar acadêmico. Na academia, esses grupos de pesquisadores, em que se reúnem professores e estudantes em torno de um líder, constituem-se como bastante consistentes, pois, segundo Hobbes (2005, p. 53),

o maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de muitos homens, unidos por consentimento, numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade. [...] é o caso do poder de uma facção, ou de várias facções coligadas. Consequentemente ter servidores é poder; ter amigos é poder: porque são forças unidas.

É essa relação de cooptação que define, em muitos casos, teorias, escritores e obras a circular na universidade. Não raro, o gosto pessoal do líder transforma-se em regra de excelência – até porque esse gostar vem reforçado por uma justificativa teórica que representa todo o esforço intelectual daquele que exerce esse poder de aglutinação de forças ao seu redor. Mas também outros critérios contribuem para que determinado autor seja escolhido para estudo, que envolvem interesses acadêmicos, econômicos, além de tendências teóricas e razões subterrâneas, como lembra Perrone-Moisés (2000, p. 341), já anteriormente citada, e que requer uma reflexão mais detida, a ser feita em outro momento e lugar.

4.4.2 Professores/Orientadores/Pesquisadores

A construção acadêmica de um pesquisador faz-se, principalmente, com sua associação, seja por laços de amizade, de simpatia, de empatia, de identificação intelectual, seja por mera conveniência, seja, ainda, por tudo isso junto, a professores que exercem o poder de aglutinação acima comentado. Essa preocupação político-acadêmica é essencial para que o estudante adquira visibilidade, e vá, assim, pavimentando seu próprio caminho. O tempo, que a tudo compõe e de tudo dispõe, faz com que a natural substituição de líderes vá ocorrendo, ora através do processo intrínseco à vida, a que denominamos morte, ora gerada por acomodações internas, como promoções, afastamentos, viagens, aposentadorias etc.

Diante de um pesquisador recém assunto à condição de líder de um grupo ou de uma tendência acadêmica, havemos que lhe prestar atenção a sua formação, às influências recebidas, a quem especificamente seguiu, em sua trilha formativa, a que teóricos e professores se filiou intelectualmente, pois é desse conjunto que sairá, efetivamente, seu gosto pessoal, suas razões teóricas (e as não necessariamente teóricas) para a escolha dos autores com os quais trabalhará e inspirará o trabalho dos que com ele formam fileira.

É assim, então, que professores em sala de aula, através da proposta pedagógica de sua disciplina, centrada em determinados autores; orientadores, que delimitam sua linha de estudo

ao escritor de sua preferência, levando os alunos a, para usufruírem de sua orientação (condição *sine qua non* para a própria formação desse estudante), seguir-lhes os passos; pesquisadores, que elegem teorias e autores como sua opção de pesquisa; são todos esses elementos – separadamente ou, mais comumente, reunidos num só indivíduo – que se constituem, na universidade, instâncias canonizadoras.

Eis, sumária e efetivamente, o que acontece pelos caminhos das atividades de ensino e pesquisa acadêmicas, não obstante parecer uma discussão pautada no senso comum; uma rápida observação que seja, expor-nos-á nitidamente esta situação. Entretanto, um estudo mais aprofundado da questão faz-se necessário, e deve ser retomado futuramente.

4.5 Poder de projeção

É corrente no ambiente de aprendizagem empresarial a jocosa história de que o ovo de pata, apesar de maior, mais nutritivo, mais gostoso, é menos consumido que o de galinha, e a razão seria que aquela põe-no em silêncio, enquanto a galinha cacareja freneticamente, gritando ao mundo sua ação. A narrativa presta-se para justificar a necessidade de divulgação do produto que se deseja vender.

Aproveitando-se a ideia para a literatura, e, mais especificamente, para a ação dos escritores que possam redundar em se tornarem presença frequente no mercado de livros, nos estudos acadêmicos e sob os olhos dos leitores, apontamos o poder de projeção, de visibilidade fornecida pela luz dos refletores, como uma das instâncias a serem consideradas, para contribuir com essa permanência.

Discriminamos, neste item, alguns elementos que podem contribuir para a projeção do nome do autor entre o público. Na verdade, de uma forma ou de outra, todas as instâncias aqui comentadas têm a possibilidade de projetar o escritor que se encontra nelas inserido. Por isso, resumimos nossa reflexão, neste item, a dois elementos ainda não comentados, e que são responsáveis diretamente pela visibilidade tanto midiática como (e consequentemente) do público leitor: a participação do escritor em associações e academias de letras, e o recebimento de prêmios literários.

4.5.1 Imortalidade acadêmica

Alvos de constantes polêmicas, as academias de letras, notadamente a Academia Brasileira de Letras, representam, indubitavelmente, e a despeito de quantos questionem seus critérios de escolha dos imortais, um evidente espaço de visibilidade literária, portanto de *canonização*. Ainda que nomes como Monteiro Lobato e Carlos Drummond de Andrade tenham, obstinadamente, se recusado a dela participar; que um poeta da magnitude de Mário Quintana tenha concorrido várias vezes, falecendo sem conseguir ser eleito¹²⁷; e que alguns nomes que a compõem apresentem mais relevância política, militar e comercial que literária, não há como negar a força que a ABL, enquanto instituição secular, que congrega a chamada *elite literária* do país, detém, principalmente no aspecto de visibilizar seus imortais.

Em seu artigo 2º, o Estatuto da Academia Brasileira de Letras, assinado em 28 de janeiro de 1897, por Machado de Assis (Presidente), Joaquim Nabuco (Secretário-Geral), Rodrigo Octávio (Primeiro-Secretário), Silva Ramos (Segundo-Secretário) e Inglês de Sousa (Tesoureiro) – componentes da primeira diretoria da instituição –, determina que “só podem ser membros efetivos da Academia os brasileiros que tenham, **em qualquer dos gêneros de literatura**, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, **livro de valor literário**”¹²⁸ (Grifo nosso). Como vemos, o critério posto pelo Estatuto da ABL, um tanto vago, principalmente se levarmos em conta as recentes discussões sobre a tenuidade de definição dos gêneros, inclusive sobre o que é ou não literatura, enseja a candidatura de pessoas que, não raro, suscitam acaloradas polêmicas – geralmente entre os *mortais* – acerca do merecimento ou não de tais componentes ocuparem assento na Academia.

Como a eleição dá-se em meio a intrincado jogo de interesses, promessas e compromissos assumidos, é perfeitamente entendida, ainda que pouco desejada por muitos, a presença de alguns imortais oriundos de outras hostes (militares, políticos, médicos etc.),

¹²⁷ “[...] Quintana tentou se tornar imortal por três vezes, perdeu todas: para Eduardo Portella [em 1981], ex-ministro da educação do General Figueiredo, em um arranjo político, até hoje não muito bem explicado; depois, para Arnaldo Niskier [em 1984], atual presidente da ABL [este texto foi escrito em 2009]; e, finalmente, para Carlos Castelo Branco, o Castelinho [em 1982 – o articulista equivocou-se com a ordem cronológica das eleições], este um grande jornalista, mas sem histórico de escritor. Diante dos reveses, escreveu ‘Poeminha do Contra’, uma resposta bem humorada e sarcástica ao injusto descaso dos imortais da academia: ‘*Todos esses que aí estão / Atravancando meu caminho, / Eles passarão... Eu passarinho!*’” (Ricardo Meira, in: “Dr. Zen”, disponível em <<http://www.drzem.com.br/2009/05/mario-quintana-e-desfeita-da-academia.html>>. Acesso em 22/11/2012.

¹²⁸ Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=5>>. Acesso em 22/11/2012.

geralmente gente tarimbada no traquejo das negociações... A timidez ou a introspecção, por vezes a pouca desenvoltura política, características muito comuns entre os escritores, impedem que muitos deles se disponham a entrar nessa campanha pelo voto dos imortais.

Alijados dessa centenária instituição – mas também das academias menores, de Estado e de cidade –, esses escritores precisam cultivar a permanência de suas obras, de seu nome, de outras maneiras, ocupando outros espaços, outras instâncias, sob pena de sua imagem ir se desvanecendo, aos poucos, na memória da pessoas, e os interesses comerciais livrescos voltarem-se para outras áreas, outros autores, outras obras. Claro está, também, que a mera presença numa Academia Literária não projeta o escritor à canonização. Como afirmamos, constituir-se como membro de uma instituição dessa natureza representa um passo considerável, na evidência e permanência de seu nome, mas não é tudo. Hão que ocupar-se de diversas artes e instrumentos variados, atentos aos ventos que sopram de/em diferentes direções, antenar-se às oportunidades, fazendo o possível para não perderem sua originalidade, tentando manter-se em evidência, mas não perdendo de vista que os leitores compõem um grupo de gente real, e portanto suscetíveis aos movimentos do mercado e suas manobras.

4.5.2 Prêmios

Talvez tão presentes no cotidiano literário quanto a própria literatura, os prêmios costumam funcionar como reconhecimento, incentivo e divulgação da obra e do autor, além de uma contribuição financeira não desprezível, a depender, obviamente, do calibre da instituição que o oferece. Na maioria deles, o escritor precisa se inscrever e concorrer com outros tantos, o que suscita, de início, alguns pontos para pensarmos:

a) a disposição do escritor em *se oferecer* ao prêmio – a depender do autor, pode fazer aflorar a timidez ou a vaidade, dois comportamentos que o impedem de participar, o primeiro por acanhamento de se expor, o segundo por se achar importante demais para se *rebaixar*;

b) os critérios que envolvem a escolha, ditados pela subjetividade do(s) julgador(es), seus gostos, seus conceitos e preconceitos;

c) os interesses, por vezes desabonadores, ditados pelas ligações e teias que estabelecem quem deve ou não receber o prêmio, o que pode ocorrer nos bastidores da escolha de alguns eventos dessa natureza.

O mais conhecido e ambicionado é o Prêmio Nobel de Literatura, para o quê, ano a ano, concorrem escritores de todo o mundo. É “atribuído a um autor de qualquer nacionalidade que, de acordo com as palavras do próprio Alfred Nobel, criador da distinção, tenha produzido, através do campo literário, o mais magnífico trabalho em uma direção ideal”¹²⁹, referindo-se à “obra inteira desse escritor, seus principais livros, sua mentalidade, seu estilo e suas filosofias, não distinguindo uma obra em particular”. O prêmio consiste num diploma com a citação da condecoração, uma medalha de ouro com a efígie de Alfred Nobel, e uma soma em dinheiro, que varia de acordo com os rendimentos da Fundação Nobel, mas que ronda os 10 milhões de coroas suecas (mais de um milhão de euros).

Foram entregues, desde 1901, cento e nove prêmios (deixaram de ser entregues nos anos de 1914, 1935 e de 1940 a 1943), e o *ranking* é o seguinte:

- a) França (12);
- b) Alemanha (11);
- c) Reino Unido e Estados Unidos (9 cada um);
- d) Suécia (7);
- e) Itália (6);
- f) Espanha, antiga União Soviética e Polônia (5 cada um);
- g) Irlanda, 4;
- h) Noruega e Dinamarca (3 cada);
- i) Chile, Grécia, China, África do Sul e Japão (2 cada);
- j) Bélgica, Índia, Finlândia, Islândia, Argélia, Iugoslávia, Peru, Turquia, Áustria, Hungria, Santa Lúcia, Portugal, México, Egito, Nigéria, República Checa, Colômbia, Austrália, Guatemala e Israel (1 cada).

Como toda listagem, a dos contemplados pelo Nobel de Literatura não tem aceitação unânime. Há sempre quem aponte nomes que deveriam estar presentes, como James Joyce, Marcel Proust, Franz Kafka, Jorge Luis Borges, Julio Cortázar, Émile Zola, Henrik Ibsen, Paul Valéry, Guimarães Rosa, Jorge Amado – pela sua projeção e de sua obra, no mundo

¹²⁹ Citações e dados seguintes colhidos nos sites <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A9mio_Nobel> e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Nobel_de_Literatura>. Acesso em 23/11/2012.

inteiro, bem como sua influência, que se estende ao longo dos tempos, efetivada nos constantes estudos e republicação de suas obras. Entretanto, como discutimos durante este trabalho, a canonização que esta instância proporciona também passa por uma série de interesses, de situações específicas, razões explícitas (como os casos de Jean-Paul Sartre e Boris Pasternak, que recusaram a honraria) e muitos motivos obscuros, e sempre serão apontadas ausências *imperdoáveis*.

O fato é que o Nobel de Literatura consagra canonicamente um escritor, ou, dizendo melhor, coroa essa consagração, uma vez que, para ser indicado, outras instâncias reunidas já contribuíram para sua sacralização junto ao público, aos críticos e ao mercado. O Nobel dá uma visibilidade mundial ao autor, e termina jogando luz também sobre seu país e os escritores compatriotas, como afirmou o romancista angolano José Eduardo Agualusa, em recente mesa redonda¹³⁰, referindo-se ao único Nobel conferido a um escritor de língua portuguesa, em 1998, a José Saramago.

Diversos outros prêmios, de maior ou menor projeção, espalham-se pelo mundo, geralmente oferecidos por fundações, academias de letras, associações literárias, universidades ou governos. No Brasil, a concessão de prêmios literários é uma tradição que ainda hoje se mantém. O próprio José Condé, que, ao longo de sua carreira, recebeu ao menos meia dúzia deles¹³¹, divulgava, em sua coluna **Escritores e Livros**, do *Correio da Manhã*, os constantes agraciados com dezenas de prêmios que movimentavam a vida literária carioca das décadas de 50 e 60. O Governo do Estado de Pernambuco mantém até hoje o prêmio “José Condé” para obras em prosa.

Percebemos que as distinções recebidas satisfazem o ego do escritor e o inscreve, de certa maneira, num rol que pode se configurar como instância canônica, uma vez que a honraria é sempre citada quando a obra é apresentada, pois agrega um valor ao produto – o prêmio é o registro, a constatação de que aquela obra destaca-se das demais pelas suas qualidades literárias. Insistimos, porém, que nem mesmo os prêmios recebidos por José

¹³⁰ Fliporto 2012, Painel 7: “Literatura e realidade”, José Eduardo Agualusa e Mia Couto, com mediação de Zuleide Duarte, em 17/11/2012.

¹³¹ Prêmio Malheiro Dias, de *O Cruzeiro*, por **Onda Selvagem** (1950); Prêmio Fábio Prado, do Museu da Casa Brasileira, por **Histórias da Cidade Morta** (1951); Prêmio Paula Brito, da Prefeitura do Distrito Federal, e Prêmio Afonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras, por **Os Dias Antigos** (1955); Prêmio Coelho Neto, da Academia Brasileira de Letras, por **Terra de Caruaru** (1962); Prêmio Luiza Cláudio de Souza, do Pen Clube do Rio de Janeiro, por **Vento do Amanhecer em Macambira** (1962)

Condé, ao longo de sua vida literária, inclusive o polêmico “Golfinho de Ouro”¹³², tornaram-no um escritor reconhecido, nos dias de hoje, o que ressalta nossa afirmação, já algumas vezes aqui colocada, de que há um conjunto de instâncias que podem sacralizar um autor e sua obra, das quais os prêmios são apenas mais uma.

Na verdade, o maior prêmio almejado pelo escritor é o reconhecimento, o perpetuar-se, através de sua obra, para além de sua morte física, o estar presente na vida dos seus leitores, o ser estudado nas academias, sendo objeto de crítica e de comentários diversos, tema de filmes, peças teatrais, seriados e de outros livros. Resumindo: a real **imortalidade** é o prêmio mais importante a que aspira um escritor.

4.6 Em suma...

É preciso que fique bem claro que não pretendemos, em momento algum, forçar uma mudança no cânone literário brasileiro, a fim de nele introduzir, a fórceps, a obra de José Condé; muito menos passa por nosso interesse destronar algum autor canônico, há anos sedimentado no pedestal da glória. Até porque o cânone não admite remendos, retiradas ou acréscimos, não pode ser refeito. É como Gilles Deleuze diz sobre *teoria*, numa discussão com Michel Foucault (FOUCAULT, 2008, p. 71-72): “Não se refaz uma teoria, fazem-se outras”, e “por pessoas que se pretendem representativas e que têm como ocupação falar pelos outros, em nome dos outros”, o que se configura como “uma reorganização do poder, uma distribuição de poder que se acompanha de uma repressão crescente”. Assim, também o cânone não pode ser remendado, porque representa a escolha de um determinado momento, de uma determinada instituição, considerando-se todas as influências, crenças, gostos e argumentos utilizados para sua formação; ante as discordâncias sobre o estabelecido ou

¹³² O conselho de literatura do Museu da Imagem e do Som divulgou a unânime escolha do escritor José Condé como laureado com o prêmio Golfinho de Ouro de 1971, a ser entregue em dezembro daquele ano; entretanto, Condé faleceria em setembro; como não fora feita a escolha, oficialmente, e o regulamento não previa a premiação póstuma, o MIS transferiu o prêmio para Eduardo Portella, que alegou que o recusaria, estabelecendo-se, então, vigorosa polêmica, em torno de quem mereceria receber a homenagem, como noticiou o jornalista Zózimo Barrozo do Amaral, no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro-RJ, nos dias 19/10/1971, 26/10/1971 e 02/11/1971, em sua coluna (Caderno B, p. 3). Ao final, a honraria teria sido concedida mesmo a Portella, como nos confirmou, por telefone, Luiz Antonio de Almeida (informação verbal), responsável pelo Atendimento ao Pesquisador, da Fundação Museu da Imagem e do Som. Entretanto, há uma divergência de datas, uma vez que Vera Eyer, por e-mail, e em nome de Eduardo Portella, informa que o prêmio fora concedido em 1959, “por ocasião da publicação do seu livro *Dimensões I*” (Vera Eyer. **Re: Golfinho de Ouro**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <edsontavares5@ hotmail.com> em 25/02/2013).

surgimento de novos nomes merecedores de o compor, faz-se outro cânone, com as idiossincrasias próprias do sujeito e do momento de sua construção.

Como afirmamos, não é nosso objetivo criar outro cânone, muito menos *consertar* aquele a que chamam de *oficial*, mas tão somente discutir uma ausência canônica, a de Condé, que é sintomática de inúmeras outras ausências, a cada dia descobertas e alardeadas. Ao mesmo tempo, não havemos de desprezar a energia existente nos que estão alijados dessa força determinante, porque, como afirma Levi, (1996, p. 180), “a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis”. Aplica-se perfeitamente aqui o que Certeau (2011, p. 93) aborda sobre estratégia e tática na leitura, aquela como “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado”; e tática como

a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (CERTEAU, 2011, p. 94).

Desta forma, é diante da força do cânone, aqui associado à estratégia, que os não-canônicos agem, através de táticas que, por vezes, funcionam positivamente. As ausências canônicas podem atuar como essa força antagônica, a que pouco se atenta, pela invisibilidade de sua condição de não-presença, e que costuma, vez por outra, surpreender os que têm viseiras laterais para só enxergar o que está à frente e no alto.

CAPÍTULO 5 – JOSÉ CONDÉ, ESGOTADO?

“Escrever, enquanto houver escritor, papel e lápis
ou qualquer coisa que permita escrever, enquanto
houver assunto e a consciência da tolice que
representa seguir outro caminho que não seja este.”

Ernest Hemingway

Folheando a coluna **Escritores e Livros**, encontramos, no dia 13/01/1960, a divulgação do livro ***Imagem de uma vida***, de Paulo Coelho Neto, acerca de seu pai, o famoso – e canônico – escritor maranhense Coelho Neto, referência constante na literatura brasileira do final do século XIX e início do XX: “escreveu 130 volumes; em cerca de 70 jornais brasileiros e estrangeiros, publicou cerca de 8000 crônicas; suas obras tiveram, ao todo, 244 edições; em 1898, aos 34 anos, publicou dez volumes; igual número em 1924, quando fez 60 anos” (CONDÉ, 1960b, p. 2). Entretanto, Coelho Neto foi alvo constante das investidas modernistas de 1922, o que o levou ao ostracismo, e, mesmo tendo “sua obra revisada por autores como Octávio de Faria e Brito Broca” (IDEM, ibidem), hoje é mais um nome praticamente esquecido na literatura brasileira.

Como se esgota um autor? Quando o que escreve perde o halo de interesse que possuía no seu lançamento e nos anos que se seguiram a este? Quando esse autor deixa de frequentar os olhos de seus leitores e as conversas literárias nos corredores e nas cátedras? Quando as livrarias deixam de ter seus livros à venda e as editoras retiram-nos de seus catálogos e planos de reedição? Algo, decerto, contribui para que isso aconteça. Esse movimento de presença-ausência sugere um outro, de inclusão e exclusão de determinadas obras e autores do chamado e festejado cânone literário nacional, movimento provavelmente não isento de elementos outros que não apenas os literários ou o mero *esquecimento* do público leitor.

[...] investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma de trazer à visibilidade as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas e neutras. Com isso quero dizer que o conteúdo (seleção de fatos) e estrutura (forma de sua organização) estão imbricados numa formação discursiva dominante cujos efeitos ideológicos ratificam os sentidos e os lugares sociais em que esses são produzidos. (SCHMIDT, 2008, p.130).

De fato, esse esgotamento de autores, essa saturação de sua presença entre os leitores e instituições capazes de sustentar sua visibilidade no cenário literário nacional, tem mais a ver com essas relações ideológicas, envolvendo os elementos que discutimos no capítulo anterior, do que com a qualidade da obra literária em si, uma vez que esta não decai com o tempo, mesmo que surjam outros leitores, com outros interesses e outras opções de leitura.

José Condé era uma presença constante e respeitada na época da chamada terceira fase modernista da literatura brasileira, denominada pós-moderna por alguns, a geração que publicou a partir de 1945. O escritor de Caruaru alcançou um considerável êxito, exaltado por seus pares e alguns críticos de renome, mas passou a ocupar a incômoda posição de ostracismo, ainda hoje mantida. Sua morte prematura poderia ser uma das razões dessa ausência canônica, pois, como afirmou sua filha, Vera Condé (informação verbal)¹³³, “cinquenta anos para um escritor é muito pouco” – e Condé viveu cinquenta e quatro, dos quais apenas vinte e seis na produção de uma obra pequena quantitativamente – doze livros, o que dá uma média de pouco mais de dois por ano; quantidade modesta, se compararmos, por exemplo, no total, com o contemporâneo Jorge Amado, autor de cerca de meia centena de títulos. Ratificando o que diz Vera Condé, a diferença é que Amado viveu exatamente 30 anos mais que Condé e escreveu durante 70, tempo de produção, aliás, que dá uma média menor que a do escritor de Caruaru.

Outro ponto a considerar é o lado perfeccionista de José Condé, que, como diz o soneto bilaquiano sobre o poeta parnasiano, “trabalha e teima, e lima, e sofre, e sua!” na construção de sua obra. Por outro lado, e guardadas as devidas proporções, a poetisa Cora Coralina publicou sua primeira obra aos 76 anos, tendo falecido dez anos depois, não sendo por isso menos conhecida. Então, a nosso ver, a questão do tempo de vida ou de atividade de um escritor pouco tem a ver com sua *canonização*, menos ainda com o tempo que o autor ou texto permaneceram em evidência. Como diz Bloom (1995, p. 75-76), “não é por perdurar que um texto entra no cânone; pelo contrário, é sobretudo por ser colocado no cânone que, feito múmia embalsamada, se faz com que perdure”.

Reiteramos: as razões de determinados textos e autores serem incluídos e permanecerem no panteão canônico pertencem bem mais a campos outros, como afirma Kothe (1997, 95-6), ainda que de forma um tanto generalizadora: “os textos que entram no cânone, entram porque se quer, porque é conveniente que entrem, porque é preciso preencher

¹³³ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

um espaço já previsto”. Seja qual for o motivo (ou motivos), uma coisa é certa: a consequência (talvez a causa) dessa ausência situa-se no leitor; é a leitura ou não que acaba determinando quanto uma obra ou autor estão vivos.

5.1 Quem lê o quê, e por quê

É notório que o primeiro grande formador de cânone é o leitor, uma vez que a partir de sua leitura e consequente divulgação, uma obra ganha espaço entre amigos e companheiros, fenômeno que pode ir se estendendo qual teia de aranha, indefinidamente, criando informalmente uma espécie de “sistema literário”; até mesmo a mídia e o comércio livreiro terminam por render-se a essa *explosão* de leitores, a primeira divulgando, ávida de novidade que é, o segundo expondo e visibilizando aquilo que é mais procurado pelos consumidores, criando-se, então, o círculo de consumo, que escapa até mesmo ao espaço canônico constituído pela escola, com que o leitor entra em contato cedo e de forma nem sempre prazerosa, porque obrigatória.

Para a escola, o indivíduo que não lê o que esta lhe *sugere* passa a ser considerado *não-leitor*, criando-se, então, uma categoria de indivíduos que confunde as estatísticas escolares, pois “aqueles que são considerados não-leitores leem, mas leem coisa diferente daquilo que o cânone escolar define como uma leitura legítima” (CHARTIER, 1998, p. 103-4). O resultado disso é que o cânone termina sendo formado não necessariamente pelos livros mais lidos, ou, dito de outra forma, o cânone escolar vai deixando de ser lido, pela eiva de chatice gerada pela obrigatoriedade, e passa a compor uma relação de obras apenas referenciais, inócuas do ponto de vista de número de leitores, mas festejada por quanto há de críticos e pesquisadores.

Enquanto isso, as *não-leituras* vão ganhando espaço na atenção e ocupação do leitor, principalmente nestes tempos de internet, em que o atrativo da tela multifuncional, na maioria das vezes, faz-se cortina de fumaça azul para disfarçar a baixa qualidade literária do que se lê, embora, nesse mesmo suporte seja possível encontrar textos muito bons, literariamente falando. E, como questiona Domício Proença Filho (informação verbal)¹³⁴, “como saber dos milhares de textos produzidos e divulgados pela internet? Imagine-se a organização de uma

¹³⁴ Em palestra na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

antologia contemporânea, nesta nossa era dos *sites* e dos *blogs*. [...] Como ler os milhares de textos veiculados pela rede para a seleção pretendida?”

O problema não é tanto o de considerar como não-leituras estas leituras selvagens que se ligam a objetos escritos de fraca legitimidade cultural, mas é o de tentar apoiar-se sobre essas práticas incontroladas e disseminadas para conduzir esses leitores, pela escola mas também sem dúvida por múltiplas outras vias, a encontrar novas leituras. (CHARTIER, 1998, p. 104).

Guardadas as devidas medidas de certo conservadorismo na opinião do historiador francês, a questão levantada é pertinente e diz do como fazer para, a partir daquilo que o leitor frequenta, levá-lo a encontrar outras leituras, expandir seu círculo leitor, incluindo-lhe obras até então rejeitadas, ou mesmo desconhecidas, porque mergulhadas num passado distante e poeirento, do qual só a custo insinuam sair, mas de forma tão rígida, que não logram êxito. É inegável que a escola dissemina títulos e autores, constroi um cânone que guarda alguma coerência interna, porém o ambiente escolar precisa ser principalmente amistoso, para introduzir o aluno-leitor na leitura de obras que julga de alto valor. E também respeitar a opção do estudante que optar por alguma obra que não faça parte da listagem escolar canônica, num bem acabado exercício de democracia leitora.

Mas, afinal, como pode ser aquilatado o valor das obras, como mensurar a qualidade de um texto antigo? Terá, quiçá, algo (ou muito) a ver com o quanto tal obra foi conservada na memória das instituições e dos leitores? Estabelece-se um dogma, segundo o qual a antiguidade já lhe confere autoridade:

A questão do valor coloca-se, portanto, como uma questão de memória: a lembrança torna valioso o objeto lembrado; mais do que isso, o objeto torna valiosa a lembrança, ou seja, redesenha as fronteiras de uma tradição esquecida, que se mostra então plena de atualidade. (SOUZA e MIRANDA, 2003, p. 38)

Assim, o valor da obra termina sendo relativizada pela sua idade, e a escola – e outras instituições congêneres – se abancam nessa questão para impingi-la ao aluno-leitor. Obviamente, não estamos aqui fazendo uma apologia às avessas ao cânone, pelo fato de ser composto de antiguidades, mas, como afirma Kothe (1997, p. 91), “uma obra literária oriunda do passado [...] só interessa à medida que tem algo a dizer e a sugerir para o presente, que sempre faz a sua própria leitura e reconstituição da obra, dialogando com outros textos do passado”. E Martinho (2001, p. 44) ajunta: “O cânone é [...] muitas vezes associado à preservação de tradições necessárias ao próprio princípio da renovação [...]”. É esse interesse

pelo que tem a obra a dizer ao leitor de hoje que, indubitavelmente, prendê-lo-á à sua leitura, faça ela parte de algum cânone ou não. E, aqui, retomamos o que foi dito no início deste tópico: no *frigir dos ovos*, é o leitor o principal formador do cânone literário, é a ele que são dirigidos os textos, que estão (ou pelo menos devem estar) voltadas todas as atenções de instituições que se ocupam da literatura, em termos de estudo, porque, em termos de consumo, a indústria livreira está muito atenta (como, aliás, sempre esteve) aos movimentos do seu público consumidor.

5.2 A indústria de livros no Brasil

O escritor, enquanto vivo e ativo, como qualquer artista que deseja sua obra espalhada pelos quatro cantos do mundo, trata de divulgá-la, num trabalho árduo, muitas vezes pouco compatível com sua índole geralmente reclusa, como era a de José Condé, pelo menos em relação a seus próprios livros, já que, dos colegas e amigos, era constante incentivador e divulgador, como já vimos.

Ao *bisbilhotarmos* a biblioteca particular do escritor caruaruense, pudemos perceber como se dá essa teia de divulgação, seja através de divulgadores ligados às editoras, seja pelos próprios autores, que enviavam livros a Condé, para serem expostos nas páginas do *Correio da Manhã*. Mesmo levando em conta que não seja regra geral, não é de todo inverossímil a afirmação de Bloom (1995, p. 34): “[...] todo escritor ambicioso luta por si mesmo, e muitas vezes trairá ou esquecerá sua classe para promover seus próprios interesses, que se centram inteiramente na *individação*” (Grifo do autor). Como o escritor José Condé era infinitamente mais tímido para divulgar sua obra que o jornalista José Condé para divulgar os livros dos outros autores, sua produção literária ficou sensivelmente prejudicada, em termos de quantitativo de leitores, posteriormente a sua morte.

Sua primeira editora foi “O Cruzeiro”, que pertencia à revista homônima, integrante do conglomerado midiático conhecido como Diários e Emissoras Associados, capitaneado pelo paraibano Assis Chateaubriand, e da qual o irmão, João Condé, e depois o próprio José Condé, fizeram parte. Posteriormente, a Editora Civilização Brasileira foi a publicadora da maior parte da obra condeana, mas essa casa, segundo o escritor Renard Perez (informação

verbal)¹³⁵, que também publicava por ela, “acabou” – na verdade, foi incorporada pelo Grupo Editorial Record, juntamente com a Bertrand Brasil, a José Olympio, a Rosa dos Tempos, a Nova Era, a Difel, a BestSeller, as Edições BestBolso e a Galera & Galerinha, além, evidentemente, da própria Record. Mas o fato é que José Condé, que tivera seus livros publicados pela Civilização Brasileira e depois pela Record, hoje não passa de apenas um nome no site da editora, sem uma vírgula sequer de referência biográfica (provavelmente não houve tempo, ainda, de preencher sua página com algumas notas biográficas: devem estar muito ocupados com os autores canônicos!)

Não há como ser diferente: antes de uma casa de cultura, de uma instituição literária, a editora é uma empresa comercial, que precisa primordialmente dar lucro, para garantir sua subsistência e, conseqüentemente, produzir mais obras, que lhe trarão mais lucro, num infundo círculo. Como a concorrência é acirrada, não é de estranhar que cada casa publicadora empenhe-se ferrenhamente na conquista dos clientes-leitores, utilizando-se, para isso, dos mais diversos instrumentos e recursos, dentre os quais está a seleção de autores e obras *vendáveis*, canônicas, em detrimento daquelas que, independente da qualidade e de quão lidas foram no passado, hoje se acham mergulhadas no esquecimento.

Mas a mesma editora que sepulta o escritor, não lhe republicando, é capaz de *ressuscitá-lo*, através de competente campanha de divulgação e vendas; Martinho (2001, p. 37) cita “o papel dos editores na constituição de cânones como princípios racionais dependentes do critério do público-leitor”. Entretanto, esse interesse não vai surgir isoladamente desse segmento, mas, ao contrário, o ramo editorial aproveita-se do ressurgir de algum autor ou obra, patrocinado pela versão de sua obra para a TV ou cinema, por exemplo, para, aí, sim, com a garantia de venda do livro aos espectadores, publicá-lo, e até outros que compõem a obra do autor. Como vemos, é tudo uma questão de jogo de interesses, e o mecanismo faz-se tanto mais complexo quanto mais possibilidade de lucro haja. Ao final, o público-leitor perde um pouco sua característica primordial, de leitor, e passa a ser um público-espectador ou público-telespectador *que também lê*.

É claro que existem, como afirma Magno Nicolau (informação verbal)¹³⁶, da Editora Ideia (João Pessoa-PB), os programas de leitura promovidos pelo governo, no Brasil, que, se por um lado, podem fazer aumentar o número de leitores, já que facilitam o acesso de obras

¹³⁵ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 30/05/2011.

¹³⁶ Entrevista concedida em João Pessoa-PB, em 26/01/2012.

ao grande público, por outro, garantem vendagem certa e em grande quantidade para as editoras que conseguirem ser aprovadas nas licitações públicas. Nesse campo, a movimentação e as estratégias são as mais complexas e ousadas, uma vez que representam um faturamento considerável, bem vindo a qualquer empresa livresca. E esse movimento não é novo: recordemos que escritores famosos – e, de certa forma, canônicos –, a exemplo de Olavo Bilac, Monteiro Lobato e o próprio Coelho Neto, acima citado, já tiveram suas obras agraciados por essa *força* governamental, e viram seus livros preencherem bibliotecas de escolas públicas, país afora.

Mas, de qualquer forma, como afirma Marco Polo Guimarães (informação verbal)¹³⁷ (CEPE – Companhia Editora de Pernambuco), “escritores consagrados são escritores consagrados, seja pela grande vendagem que obtém, seja por serem celebridades, seja porque a crítica os incensa”. Independente de programas governamentais, mas sem escapar a uma (ou mais) das instâncias canônicas discutidas no capítulo anterior, acabam ditando a mecânica de publicação das editoras, sejam grandes, sejam pequenas, tradicionais ou novas.

A última *fornada* da obra de José Condé veio à luz em 1987, quando a Editora Record, do Rio de Janeiro, adquiriu os direitos de uma reedição das obras de José Condé à família, à época representada pelo filho do escritor, Fernando Antonio de Faria Condé – recentemente falecido –, e republicou cinco de seus títulos: *Um Ramo para Luísa* (1959), *Terra de Caruaru* (1960), *Vento do Amanhecer em Macambira* (1962), *Noite contra Noite* (1965) e *Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (Cerveja, Sanfona e Amor)* (1966). Neste quarto de século que nos separa dessa empreitada, esgotaram-se os exemplares nas livrarias e a tentativa de aquisição das obras esbarrou sempre na frustrante resposta do livreiro, dando conta de que não houvera mais reedição. O escritor Waldênio Porto (informação verbal)¹³⁸, acadêmico e ex-Presidente da Academia Pernambucana de Letras, reclama: “Só se pode lembrar e conhecer através de livros o escritor, e se não se encontram os livros no mercado, naturalmente esse escritor hiberna, independente do valor da sua obra literária”.

A própria Vera Condé (informação verbal)¹³⁹, filha do escritor, lamenta: “Não reeditaram a obra; em Caruaru, todo mundo querendo reedição, todos os nossos amigos querendo comprar os livros de José Condé, você liga para uma livraria, não tem.” Mas é a

¹³⁷ Entrevista concedida em Recife-PE, em 01/02/2012.

¹³⁸ Entrevista concedida em Recife-PE, em 28/10/2010.

¹³⁹ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

mesma Vera que reconhece: “Os direitos foram da Record até outro dia, agora são da família”. Só recentemente (novembro de 2011), foi autorizada a republicação de ***Terra de Caruaru***, sob a chancela do editor Walmiré Dimeron Porto, numa edição comemorativa aos cinquenta anos de lançamento da obra. Com o falecimento de Fernando Antonio, provavelmente é a própria Vera que passa a administrar os direitos autorais da obra de Condé, a qual, esperamos, possa encontrar interesse de casas publicadoras, para que sejam sortidas as lojas, e a obra de José Condé deixe de ser encontrada apenas em sebos. Como sugere Waldênio Porto (informação verbal)¹⁴⁰,

o que se deveria fazer com José Condé era reeditar algumas de suas obras, levá-las aos colégios, às faculdades, os jornais divulgarem, os críticos literários se pronunciarem, no festival literário de Caruaru, marcar um espaço para que a obra literária de José Condé fosse discutida, conhecida e revista.

De fato, a proposta do acadêmico é o *caminho das pedras* para trazer à baila, novamente, a obra condeana, digna de ser relida pelos que a conhecem, mas, principalmente, ser lida e conhecida pelos muitos que não têm noção de seu valor. Esse esforço conjunto, de instituições escolares, mídia, crítica literária e eventos de literatura, entre outros – instâncias eminentemente canonizadoras, como vimos –, é de fundamental importância para a presença canônica de José Condé na literatura brasileira.

5.3 A ausência de José Condé

A larva incandescente, no profundo da terra, acha-se contida pelas resistentes barreiras que a impedem de aparecer, de conquistar campos e espaços outros. Mas basta um pequeno movimento, capaz de trincar o obstáculo que a contém, para ela insurgir-se, rompendo amarras, criando instabilidades onde antes havia apenas certezas cristalizadas. Assim também se dá com os excluídos do cânone literário. Permanecem por anos no limbo – por vezes, em vida –, até que, em algum momento, ressurgem em meio à avalanche de estudos e teses, provocadas por uma faísca luminosa, um despretenso mas consistente trabalho, que consegue a simpatia e adesão de outros tantos, tornando-se onda, corrente, teia, desestabilizando, ou ao menos provocando reflexões sobre o estabelecido. A literatura está

¹⁴⁰ Entrevista concedida em Recife-PE, em 11/04/2011.

repleta de exemplos assim, Sousândrade, um deles, trazido à presença do cânone a partir dos estudos dos irmãos Augusto e Haroldo de Campos, na década de 1960.

Em tempo: não estamos sugerindo que o estudo dos Campos sobre Sousândrade tenha sido “despretensioso”, nem equiparando o nosso àquele, muito menos acreditando que nossa pesquisa seja essa tal fagulha sobre a penumbra canônica em que se encontra José Condé. Mas não escondemos nossa pretensão de alimentar um pouco esta já tão acesa coivara de polêmicas, ou este “vespeiro”, no dizer de Domício Proença Filho (informação verbal)¹⁴¹, que o cânone literário instiga, e, como efeito colateral, ainda trazer à luz a figura literária de José Condé, escritor dos mais competentes em seu ofício, e, que, a nosso ver, está a carecer de mais visibilidade atualmente.

Dito isto, retornemos à questão do ressurgimento de um excluído canônico e dos efeitos provocados na calmaria estabelecida.

[...] a história literária e as formações canônicas emergem como lugares histórico-político-discursivos, por excelência, do privilégio de um sujeito enunciador e, conseqüentemente, da produção textual de subjetividades hegemônicas. É no texto da manutenção desses lugares que se compreende a força do argumento de que a invasão bárbara dos excluídos está deformando ou debilitando o campo literário em seus valores. (SCHMIDT, 2008, p. 133).

O silêncio imposto a José Condé – talvez até, em algum momento, *auto-imposto* –, sua ausência do cânone literário brasileiro, não se faz de mudez ou carência de qualidade de sua obra. Pelo contrário, sua narrativa firme, vibrante, e, ao mesmo tempo, introspectiva, ressaltando os conflitos interiores refletidos nos exteriores, e vice-versa, brada e ecoa nas linhas e entrelinhas de suas narrativas, cujo cenário são regiões interioranas, citadinas ou psicológicas, e lhe dão ares de grande prosador, podendo se equiparar a muitos canônicos.

Por que, então, o silêncio de uma crítica literária mais robusta sobre a obra condeana, no passado – que era seu presente –, assim como no presente? Antes, na época em que publicava, o que temos de referência crítica à obra de José Condé resume-se a pequenos (embora bem elaborados) textos, publicados em seus livros, que até poderiam parecer suspeitos, não fosse a idoneidade reconhecida de quem os escreveu, como Mário da Silva Brito, Otto Maria Carpeaux, Valdemar Cavalcanti, Fausto Cunha, Renard Perez, Jorge Amado, M. Cavalcanti Proença, Adonias Filho; a despeito de serem seus amigos, são, antes de tudo, confiáveis críticos literários – nem Condé aceitaria bajulação de quem quer que

¹⁴¹ Em conferência na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, em 12/04/2011.

fosse, a respeito de sua obra. Afora isso, uma ou outra referência ou verbete em alguma antologia ou artigo em suplementos literários de jornais. Nada de mais massudo, nenhum trabalho de maior fôlego.

Por ocasião de seu falecimento, em 1971, através do *Jornal de Letras* e de outros periódicos cariocas e pernambucanos, localizamos vários artigos e depoimentos a respeito da obra e do escritor, o que também aconteceu quando da comemoração dos dez anos de sua morte, no mesmo *Jornal de Letras*. Atualmente, o silêncio é completo: a academia não o conhece, pesquisadores de literatura igualmente desconhecem-no, praticamente ninguém estuda suas obras, e o grande público jamais ouviu falar dele. Até mesmo em sua terra natal, Caruaru, onde todos se habituaram a conviver com o epíteto de “Terra dos Condés”, seu nome refere-se vagamente, na mente de muitas pessoas (inclusive graduandas e graduadas em Letras, com quem convivemos), a um escritor caruaruense, que escrevia sobre Caruaru e que divulgou bastante a cidade no “Sul do país”; encontrar alguém que tenha lido alguma obra sua é tarefa das mais difíceis.

Ao mesmo tempo, podemos nos perguntar como os patrícios de Condé poderiam ter acesso a sua obra, se nem nas pequenas livrarias da própria Caruaru existe um exemplar sequer à venda, já que, seguindo a tendência nacional, os livros de José Condé encontram-se esgotados há muitos anos, e sem perspectiva de reedição. Nas bibliotecas públicas caruaruenses, não são encontradas todas as obras do escritor, nem existe, salvo raras e recentes exceções, eventos de incentivo à leitura das poucas existentes. Um desses momentos aconteceu no “Chá Cultural”, promovido mensalmente pela Biblioteca Pública de Caruaru, e que, no dia 31/05/2012, teve como tema a obra de José Condé, através de palestra por nós proferida, para um público composto por estudantes secundaristas de uma escola pública – oportunidade em que podemos notar o grande interesse da nova geração em conhecer o escritor de sua terra, o que nos sinaliza para a necessidade de promover com mais frequência e profundidade eventos dessa natureza, com o intuito de familiarizar os jovens com a obra condeana.

Afora isso, vimos realizando, há certo tempo (três anos), palestras e minicursos enfocando a vida e obra de José Condé, publicando artigos e apresentando comunicações em congressos literários em diversas partes do país. Realizamos ainda, em 2012, por ocasião da passagem dos 95 anos de nascimento de José Condé, um evento em que reunimos dois outros estudiosos da obra condeana, um trabalhando a topologia em *Terra de Caruaru* e o outro as

manifestações religiosas de sua obra, o que já demonstra a existência de estudantes interessados no tema, ao lado de outros graduandos que vão se sentindo tocados a ler e estudar a obra de Condé. Além disso, existem ideias no sentido de realizar um evento anual, tendo como referencial José Condé, mas expandindo-se à obra de outros escritores caruaruenses, pernambucanos e nordestinos; além da continuação da reedição de suas obras, iniciada, como afirmamos anteriormente, com a republicação de *Terra de Caruaru*, em 2011 (Figura 25). Acreditamos que são iniciativas como essas que vão se somando – mesmo sem terem surgido juntas – e despertando a curiosidade da comunidade, primeira e fundamental circunstância para um voltar-se mais efetivo ao objeto de estudo proposto, e contribuindo para a construção da presença e permanência do nome de um autor no cânone literário.



Figura 25 – Lançamento da reedição de *Terra de Caruaru*, no Teatro Difusora (Caruaru-PE). No momento, a fala da filha do escritor, Vera Condé, acompanhada pelo neto do romancista, Bruno Condé, e pelo editor da obra, Walmiré Dimeron. Foto: Aurélio Fabian.

O presente trabalho pretende-se uma manifestação acadêmica, com o intuito de gerar ondas de curiosidade e conhecimentos sobre a obra condeana, para que esta saia de seu atual estado letárgico, e possa ganhar espaço, entre leitores, estudiosos, escolas, realizar-se enquanto literatura de boa qualidade que sabemos ser. Que na “hipotética ‘bolsa de valores’ literária” (informação verbal)¹⁴², possamos reforçar as “ações” de José Condé, revalorizando-as e colocando-as novamente na ordem do dia, ao menos na sua cidade de Caruaru – o que já se constituiria numa contribuição para nós bastante satisfatória.

5.4 Considerações finais: um nome oco

Em 1948, o ensaísta e crítico literário Augusto Meyer (Figura 26) escreveu uma carta a José Condé, publicada em *A forma secreta* (1965, p. 177-181), sob o título “Os dez maiores romances”. Em suma, trata-se de uma forma alegórica de abordar a questão canônica: Condé

¹⁴² Conforme entrevista concedida por Mário Hélio Gomes de Lima (Coordenador de Literatura da Fliporto), em Recife-PE, em 18/04/2012.

ter-lhe-ia solicitado, por telefone, os dez maiores romances da literatura universal, e, após encerrada a ligação telefônica (ou, talvez, após ver publicada a relação dos demais colegas a quem Condé também entrevistou), a consciência do crítico exigia que outros tantos romances e romancistas, que haviam ficado de fora da escolha, fossem registrados.

Numa espécie de *mea culpa*, mas com o bom humor peculiar a Meyer, ele vai *derramando* no texto – a que chama de “análise confusa” – os nomes de romances e romancistas que não poderiam ter ficado de fora da relação: ***Comédia humana*** (Balzac), ***David Copperfield*** (Charles Dickens), ***A Cartuxa de Parma*** (Stendhal), ***Lord Jim*** (Joseph Conrad), ***Ana Karenina*** (Tolstoi), ***Os possessos*** ou ***O espírito subterrâneo*** (Dostoievski), ***Wilhelm Meister*** (Goethe), ***The return of the native*** (Thomas Hardy), ***Jolly corner*** ou ***Beast in the jungle*** ou ainda ***The pupil*** (Henry James), e ainda autoras como Jane Austen, Emily Brönt e George Eliot.



Figura 26 – Augusto Meyer.
Foto:
<http://www.antoniomiranda.com.br/iberoamerica/brasil/augusto_meyer.html>. Acesso em 20/01/2013.

A seleção a que se refere Meyer foi publicada na coluna **Vida Literária**, de José Condé, e era composta por: ***Dom Quixote*** (Cervantes), ***Tom Jones*** (Fielding), ***Os Noivos*** (Manzoni), ***Os irmãos Karamazov*** (Dostoievski), ***Guerra e Paz*** (Tolstoi), ***Os Maias*** (Eça de Queirós), ***Moby Dick*** (Herman Melville), ***A montanha mágica*** (Thomas Mann), ***À la recherche du temps perdu*** (Marcel Proust) e ***Educação Sentimental*** (Gustavo Flaubert) (CONDÉ, 1948, p. 8).

Na carta, transformada em artigo, Meyer busca justificar algumas ausências, como a de Balzac, por exemplo, fingindo-se dramático:

Que dirá Paulo Rónai [...], ele que ainda há pouco demonstrou num estudo consciencioso a importância da obra de Balzac, sua densidade humana, seu valor de permanência, no meio de outras construções mais sedutoras, porém mais frágeis?

Fora apressado, sem dúvida; e para acalmar o monstro, lancei toda a culpa sobre você, prezado Condé, que esperava do outro lado a resposta urgente: quais são os dez maiores romances? (MEYER, 1981, p. 149)

Procura explicar a indicação de ***Os Maias*** como único representante da língua portuguesa nessa lista, e a consequente ausência de um romance de Machado de Assis, afirmando que a este falta “humildade, ilusão de criador, paciência de acompanhar as personagens com aquele mínimo indispensável de simpatia, sem o qual tudo se reduz a um

jogo subjetivo de análise psicológica, e a poesia da narrativa perde o fôlego, exausta”, sendo, por conseguinte, “um analista empenhado em extrair do ‘mínimo e escondido’ a essência psicológica, o pormenor significativo, o episódio mais importante que a continuidade do entrecho romanesco” (*op. cit.*, p. 151), razão por que o coloca entre os melhores contistas do mundo.

Mas para outras lacunas não encontra razão plausível (“passei a telefonar para a central da consciência literária, já um tanto arrependido, e convoquei a livre debate as admirações desclassificadas no concurso” – p. 149), como o *esquecimento* das romancistas Austen, Brönte e Eliot, ou a não citação de James: “Tudo isso, Condé, impõe a autocritica depois da crítica; impõe a revisão da escolha, ou pelo menos uma lavagem na consciência” (*op. cit.*, p. 150).

O artigo de Augusto Meyer consegue ilustrar, a nosso ver de maneira clara, todo o processo de formação e manutenção do cânone literário, no qual digladiam-se questões as mais diversas, desde o gosto pessoal de quem o elabora até a nítida angústia pelas necessárias ausências constatadas em qualquer listagem, passando por toda a série de razões e interesses, sobre os quais procuramos refletir neste trabalho.

Voltamos à coluna de Condé (1948, p. 8), para acrescentar mais uma reflexão. O colunista informa:

é nossa intenção [...] organizar através da opinião de alguns escritores brasileiros, uma lista dos dez maiores romances do mundo. A “enquête” será dividida em quatro séries. Ouvimos inicialmente a opinião de três críticos e ensaístas. Seguir-se-ão o depoimento de seis romancistas (sendo três da nova geração) e de três poetas. Um total, portanto, de doze depoimentos. Acreditamos que resultará de tudo isso uma média bastante apreciável. E essa média será um verdadeiro guia para uma boa leitura.

Nessa mesma edição, Condé ouviu, ainda, Otto Maria Carpeaux e Eugênio Gomes, cujas escolhas foram as seguintes:

Carpeaux

- a) *The chance* (Joseph Conrad);
- b) *Crime e castigo* (Dostoievski);
- c) *Tom Jones* (Fielding);
- d) *Almas mortas* (Gogol);
- e) *The golden bowl* (Henry James);

- f) *I promessi sposi* [*Os noivos*] (Manzoni);
- g) *Fortunata y Jacinta* (Pérez Galdós);
- h) *La chartreuse de Parma* [*A Cartuxa de Parma*] (Stendhal);
- i) *Guerra e Paz* (Leon Tolstoi); e
- j) *Germinal* (Emile Zola).

Gomes

- a) *Dom Quixote* (Cervantes);
- b) *Tom Jones* (Fielding);
- c) *David Copperfield* (Charles Dickens);
- d) *Morro dos ventos uivantes* (Emily Brönte);
- e) *Moby Dick* (Herman Melville);
- f) *Guerra e Paz* (Tolstoi);
- g) *Crime e castigo* (Dostoievski);
- h) *Madame Bovary* (Gustave Flaubert);
- i) *Pai Goriot* (Honoré de Balzac); e
- j) *Ulysses* (James Joyce).

Como tivemos a oportunidade de demonstrar anteriormente, tantas listas sejam propostas, quantas apresentarão coincidências e divergências, o que nos leva a reafirmar a impossibilidade da existência de um cânone literário único, mas que os diversos cânones construídos lutam entre si, para funcionarem como “o verdadeiro guia para uma boa leitura”, como enfatiza Condé, entrando, nessa contenda, a força do poder de quem os constituiu.

E os *renegados* pelo cânone? Aqueles sobre quem Augusto Meyer afirma: “resta apenas prestar especial homenagem aos humildes romancistas esquecidos, além dos grandes que não foram contemplados na partilha. Quanta revelação importante na sua obra modesta, como aprendemos com eles, sem saber que aprendíamos!” (MEYER, 1981, p. 152). Quanto temos, por aí, de boas obras, esquecidas, ausentes do cotidiano, por circunstâncias diversas, que, por um lado, as impedem de mais se realizar enquanto obra literária, já que, como afirma Certeau (2011, p. 242), “o texto só tem sentido graças a seus leitores”, e, por outro, representam páginas interessantes que são alijadas dos olhos dos leitores, estes, como corrobora Chartier (2007, p. 277), efeitos do texto mas também seus criadores – decretando-se, por consequência, a morte dupla do autor e do texto, a que já aqui nos referimos.

E o caso específico de José Condé?

Jornalista dos mais conceituados do Rio de Janeiro, por mais de duas décadas, divulgador literário competente e reconhecido, por certo conhecia intrinsecamente os caminhos necessários para a solidificação do nome de um autor, de uma obra, no concorrido mundo literário, no limitado espaço do cânone. Depreendemos isso pela observação dos métodos utilizados em sua coluna **Escritores e Livros**, do *Correio da Manhã*, e, mais abrangentemente, no suplemento literário desse jornal, pelo qual foi o editor responsável durante muitos anos. Enfático quando preciso, repetitivo quando necessário, com fotografias quando requeria memória visual, com opiniões abalizadas de críticos literários quando carecia de respaldo; assim José Condé conduzia as notas, matérias, reportagens sobre literatura. Tarimbado homem de imprensa, era consciente da força que o jornal exerce sobre a opinião pública, e da íntima relação mantida entre o jornalismo e a literatura, desde os primórdios desse meio de comunicação no Brasil, no princípio do século XIX. A habilidade na condução desse instrumento fê-lo centro das atenções de quantos escritores desejavam as luzes do reconhecimento público.

É fato que Condé se utilizou do espaço por ele criado para também divulgar sua obra, embora, a julgar pelo recorte que fizemos para análise (o ano de 1960), não o tenha feito com a mesma intensidade utilizada para outras obras, de outros autores. Contenção ditada por um acurado senso ético – característica marcante do nosso escritor – ou pelo natural acanhamento em se autopromover? Era por demais contido, o escritor, ao falar sobre sua obra? Vera Condé, sua filha, já afirmava (informação verbal)¹⁴³, como vimos, que ele não gostava de discutir sobre literatura nos encontros festivos (muitos) que promovia. Valdemar Cavalcanti (1981, p. 1) tinha-o como um homem tímido; a mesma timidez apontada por Peregrino Júnior (JOSÉ..., 1971, p. 20) como justificativa para sua não eleição à Academia Brasileira de Letras, em 1970, e por Pessoa de Moraes (1971, p. 4) ao ressaltar o quanto incomodava Condé jogar confetes sobre si mesmo. Elysio Condé assegurou que “embora gozasse de prestígio como jornalista literário, nunca tirou proveito próprio” (CONDÉ, E., 1981, p. 2), o que é confirmado por Leopoldo Teixeira Leite (informação verbal)¹⁴⁴, ao enfatizar o comedimento como uma das características mais fortes do amigo Zé Condé. Constatando, pela multiplicidade de depoimentos coincidentes, o comportamento demais moderado em relação à

¹⁴³ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

¹⁴⁴ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 12/04/2011.

publicidade de sua obra, poderia ser esta uma das razões de seu desvanecimento ao longo do tempo...

Percebemos que o nome de José Condé passou ao largo nas preocupações acadêmicas de estudo de sua obra, e esta não recebeu mais que alusões críticas em artigos esparsos, publicados em jornais, revistas literárias e nos próprios livros do escritor. Não aconteceu um debruçar-se mais detido, resultando num trabalho de fôlego de análise crítico-literária, nem em vida do autor, nem após sua morte prematura – em pleno vigor produtivo. Decerto, essa ausência crítica colaborou, com um bom quinhão, para o apagamento do nome do autor das hostes literárias, após seu falecimento, quando não mais podia avivar (ainda que contidamente) sua presença pelas páginas dos jornais, seu campo de batalha por excelência. Não havia um estudo mais consistente, a que recorrer, se desejamos conhecer a fundo o autor de *Terra de Caruaru* – daí a necessidade de realizarmos o presente trabalho.

Por outro lado, que papel teria a família do escritor, após sua morte, na manutenção de seu nome em evidência e de sua obra nas livrarias? Sabemos do empenho dos amigos, capitaneados pela dinâmica Maria Luiza Condé, viúva do escritor, em publicar *As Chuvas*, seu livro póstumo (1972), a administração, pela esposa, dos direitos autorais de sua obra, e as consequentes republicações, até quando repassou, em 1984, tais direitos aos filhos de Condé (F. C. A., 1986, p. 2), primeiro a Maria Regina (que faleceria no ano seguinte), depois a Fernando Antonio, que assinou um contrato com a Editora Record para a republicação de cinco obras de José Condé, em 1987¹⁴⁵, tendo sido esta a última reedição realizada, excetuando-se, como já frisamos, ao longo deste trabalho, a republicação de *Terra de Caruaru*, em 2011, por W. D. Porto, em comemoração ao cinquentenário de lançamento da obra e marcando os quarenta anos de morte do autor. Depois disso, a obra se esgotou nas livrarias, e se tornou raridade, apenas encontrada em lojas de livros usados. Fernando Antonio (falecido em 2012), por certo, não dispunha de tempo, em função de seus afazeres¹⁴⁶, para promover novas edições, com todo o desprendimento que exige a divulgação e relançamento

¹⁴⁵ Três anos antes, a TV Globo exibira, com grande sucesso, a minissérie (em 20 capítulos) “Rabo de Saia”, inspirada no conto “Venturas e desventuras do caixeiro-viajante Ezequias Vanderlei Lins, seu Quequé para os íntimos”, do livro *Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (Cerveja, Sanfona e Amor)*. O programa foi reapresentado em janeiro de 1988 (12 capítulos) e em agosto de 1990 (10 capítulos). [<<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-235821,00.html>>. Acesso em 20/01/2013]

¹⁴⁶ Fernando Antonio Condé também foi jornalista, da área de esportes, militante durante muitos anos na TV Globo, onde produzia os programas “Globo Esporte” e “Esporte Espetacular”.

de um conjunto de obras literárias. Vera Condé (informação verbal)¹⁴⁷, como vimos, lamenta essa lacuna de publicação da obra do pai.

Entretanto, o que nos parece mais lacunoso é o comportamento das instituições culturais da cidade de Caruaru, terra natal do escritor, que foi decantada por Condé em suas obras, em sua lide jornalística, o que contribuiu para que a chamada “Capital do Agreste” pernambucano se tornasse conhecida nacional e até internacionalmente. Segundo o pesquisador Veridiano Santos,

os irmãos Condé continuaram divulgando no sudeste do país a cidade de Caruaru como um empório de cultura nordestina. O espaço para falar de coisas populares do Nordeste estava colocado no leque aberto pelos modernistas desde os anos vinte e trinta. Pegando carona nos movimentos artísticos que buscavam identificar as manifestações eruditas e também populares que revelassem a identidade brasileira, os Condés exibiam aos cariocas personagens, artesanato, culinária e manifestações artísticas e religiosas de Caruaru. (SANTOS, 2006, p. 71).

Apenas a título de exemplo, lembremos, rapidamente, algumas ações de José Condé e seus irmãos, com os olhos voltados para sua terra:

- a) as várias narrativas de José Condé, que tiveram Caruaru como cenário – explícita ou sugestivamente (inclusive o próprio romance *Terra de Caruaru*);
- b) a recepção que Condé promovia aos jornalistas, escritores e demais amigos caruaruenses que partiam para o Rio de Janeiro, recebendo-os com dedicação e procurando ajudar, em termos de resolução de problemas ou mesmo de conseguir emprego;
- c) os encontros culturais promovidos na “Cidade Maravilhosa”, com artistas de Caruaru, como o mestre



Figura 27 – Os irmãos Condé (João, José e Elysio) recebendo o mestre ceramista Vitalino Pereira dos Santos, no Rio de Janeiro. Foto: acervo da família de José Condé.

ceramista Vitalino Pereira dos Santos (Figura 27), “os violeiros Zé Vicente da Paraíba e Arrudinha Batista, os músicos da banda de pífanos de mestre Vicente,

¹⁴⁷ Entrevista concedida no Rio de Janeiro-RJ, em 11/04/2011.

além dos jornalistas Luiz Torres, Antônio Miranda e autoridades da cidade, como o padre Zacarias Tavares” (SANTOS, 2006, p. 71). O jornalista Luiz Torres afirmou que Vitalino e outros artistas pernambucanos não teriam tido espaço e vez no Sudeste do país “se não fosse [sic] os Condés – José, João e Elísio – que parecem ter uma chave mágica que abre todas as portas da *Velhacap*” (TORRES, 1960, p. 1);

- d) a ideia da criação do Museu de Arte Popular, instalado no centro da cidade, e que foi destruído pelo então prefeito Drayton Nejaim, para a construção do prédio da prefeitura;
- e) a “Caravana Condé”, formada por dezenas de escritores e artistas de renome nacional, que esteve em Caruaru, abrilhantando as festividades do centenário da cidade, em 1957.

Caruaru, através de seus representantes, não soube retribuir à altura tamanho desvelo. As escolas não trabalham seus textos em seus currículos nem difundem a efetiva importância dos irmãos Condé para a cidade; instituições culturais não se empenham em promover iniciativas de rememoração e perpetuação do nome do escritor; o poder público municipal não se preocupa em fomentar uma política de efetiva manutenção do nome do escritor na memória dos habitantes, a exemplo do que fazem tantos municípios, pelo país afora, em relação a seus filhos ilustres. Na verdade, os irmãos Condé são, hoje, apenas um vago epíteto da cidade de Caruaru, e José Condé, especialmente, somente um nome que se costuma acrescentar ao do município, como afirma Veridiano Santos: “Os Condés conseguiam, enfim, dar um lugar de destaque à cidade, ao mesmo tempo em que a ela também lhe emprestavam o seu sobrenome. De sorte que entre a intelectualidade brasileira, o sobrenome Condé e Caruaru estava intimamente ligado” (SANTOS, 2006, p. 71); a cidade passou a ser conhecida, e é ainda hoje, como a “Terra dos Condés”, mas, sem maiores conhecimentos a respeito da obra e do próprio escritor, transforma-se num nome apenas, sem substância, um nome oco.

O que precisamos fazer, com a urgência que o atraso exige, é efetivar ações, como as já aqui aventadas; eventos, republicação dos livros esgotados, estudos e discussões acerca de sua obra, publicação e circulação de tais estudos, a fim de jogar luzes sobre a obra condeana, visibilizar esse escritor, que se constitui numa das *maravilhas* deste “País de Caruaru”, e que, como as sete do mundo antigo, deve ser preservada. Mas, principalmente, conhecida.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Cultura letrada**: literatura e leitura. São Paulo: Unesp, 2006.
- ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed., Recife-PE/São Paulo: Massangana/Cortez, 2001.
- AMADO, Jorge. Os seres perdidos de José Condé. In: CONDÉ, José. **Um Ramo para Luisa**. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 7-8.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. O escritor e sua paixão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro-RJ, 06/06/1970, cad. B, p. 7.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.
- AS SONORAS. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro-RJ, 19/06/1971a, Caderno Anexo, p. 7.
- _____. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 25/06/1971b, Caderno Anexo, p. 7.
- ATHAÍDE, Austregésilo de. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07/08/1971, Caderno B, p. 4.
- AUGUSTO, Sérgio. Um peso-pesado da Crítica Literária. In: RODRIGUES, Celso. **Amo teu amor, Juliana**: homens, mulheres, fatos e ideias do meu tempo. Olinda-PE: Polys, 2006, p. 226-8.
- BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Trad. de Leo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BANDEIRA, Antonio Rangel. **Diálogos no espelho**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura / Comissão de Literatura, 1968.
- BARBALHO, Nelson. A casa de Condé. **Diário de Pernambuco**, Recife-PE, 05/10/1981a, Caderno A, p. 6.
- _____. **Caruaru do Cel. João Guilherme**. Visão histórica e social 1909 a 1912. Recife-PE: Ed. do autor, 1981b.
- _____. **José Condé**, romancista de Caruaru. 1993 [trabalho inédito].
- _____. **Meu povinho de Caruaru**. Estórias de gente da gente. Recife-PE: CEPE, 1980.
- BARBIERI, Ivo. O Lapso ou Uma psicoterapia de humor. In: JOBIM, José Luís. **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras Topbooks, 2001, p. 335-357.

BARBOSA, Adoniran. **Adoniran Barbosa**. São Paulo: RGE Discos/Editora Globo, 1997, faixa 3: As mariposas. Disco sonoro (CD). Colônia. MPB Compositores, nº 7.

BARBOSA, João Alexandre. **A biblioteca imaginária**. São Paulo: Ateliê, 1996.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre-RS: Nova Prova, 2007.

BARRETO, Rômulo Paes. Imortalidade de Elysio Condé. In: RODRIGUES, Celso. **Amo teu amor, Juliana: homens, mulheres, fatos e ideias do meu tempo**. Olinda-PE: Polys, 2006, p. 134-5.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. de Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BAYARD, Pierre. **Como falar dos livros que não lemos?** Trad. de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007

BERGEZ, Daniel. Prefácio. In: _____ (org.) **Métodos críticos para a análise literária**. Trad. de Olinda Maria Rodrigues Prata. São Paulo: Martins Fontes, 1997

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**. Os livros e a escola do tempo. Trad. de Marcos Santarrita. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

BOLSA de Arte. Coluna Quatro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro-RJ, 25-26/04/1971, 1º caderno, p. 4.

BONALD, Olimpio. José Condé. **Jornal Vanguarda**. Caruaru-PE, 07/11/1971, 1º Caderno, p. 3.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da c . In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática social. In: CHARTIER, Roger (org). **Práticas de leitura**. Trad. de Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação liberdade, 2001, p. 229-253.

BRINCHES, Victor. **Dicionário biobibliográfico luso-brasileiro**. Rio de Janeiro/Lisboa: Fundo de Cultura, 1965.

CALICCHIO, Vera; BENJAMIN, Cid. Interno no Colégio Salesiano. In: RODRIGUES, Celso. **Amo teu amor, Juliana: homens, mulheres, fatos e ideias do meu tempo**. Olinda-PE: Polys, 2006, p. 245-9.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CAMPOS, Gilse. José Condé, a presença da solidão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07/08/1971, Caderno B, p. 4.

CAMPOS, Renato Carneiro. José Condé. **Diário de Pernambuco**, Recife-PE, 03/10/1971, 1º caderno, p. 4.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 5. ed., Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

CANFORA, Luciano. **A biblioteca desaparecida: Histórias da Biblioteca de Alexandria**. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

CAVALCANTI, Maria Luiza Gonçalves. Um depoimento de coração. **Jornal de Letras**, setembro de 1981, 1º caderno, p. 2.

CAVALCANTI, Valdemar. Escritor, só escritor. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro-RJ, outubro/1971, 2º Cad., p. 4.

_____. Um homem tímido chamado José. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro, setembro de 1981, 2º caderno, pág. 1.

_____. Caruaru: a face humana. In: CONDÉ, José. **Terra de Caruaru**. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 7-9.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 17. ed. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

CHAGAS, Mário de Souza. José Condé: o verso e o reverso do tempo e do espaço. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro-RJ, set/1987.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Conversações com Jean Lebrun. Trad. de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Editora UNESP, 1998.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. de Mary Del Priori. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII**. Trad. de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Unesp, 2007.

_____. O mundo como representação. Trad. de Andrea Daher e Zenir Campos Reis. **Estudos Avançados**. São Paulo, Vol. 5, nº 11, jan./abr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext>. Acesso em 15/11/2011.

_____. **Os desafios da escrita**. Trad. de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002.

CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. Trad. de Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

CLAUDINO, Assis. **O monstro sagrado e o amarelinho comunista**. Gilberto Freyre, Dom Hélder e a revolução de 64. Recife/Rio de Janeiro: Opção, 1985.

COBERTO de rosas, foi sepultado José Condé. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro-RJ, 29/09/1971, 1º Caderno, p. 5.

COLUNA Três. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro-RJ, 28/09/1971, 1º Caderno, p. 3.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Trad. Cleonice Paes Barros Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CONDÉ, Elysio. José, meu irmão. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro, setembro de 1981, 1º Caderno, p. 2.

CONDÉ, José. **As chuvas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Caminhos na sombra**. Novelas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945

_____. **Como uma Tarde em Dezembro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. Escritores e Livros. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro-RJ, 30/09/1952, 1º Cad., p. 10.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 06/01/1960a, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 13/01/1960b, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 03/02/1960c, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 18/02/1960d, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 21/02/1960e, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 06/05/1960f, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 08/05/1960g, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 12/08/1960h, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 02/09/1960i, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 11/09/1960j, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 18/10/1960k, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 29/11/1960l, 2º cad., p. 2.

_____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 30/11/1960m, 2º cad., p. 2.

- _____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 07/12/1960n, 2º cad., p. 2.
- _____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 18/12/1960o, 2º cad., p. 2.
- _____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 24/01/1961, 2º cad., p. 2.
- _____. _____, Rio de Janeiro-RJ, 30/05/1963, 2º cad., p. 2.
- _____. Feira de Caruaru. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro-RJ, 22/05/1937, ano IX, nº 29.
- _____. **Onda selvagem**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950.
- _____. **Noite contra noite**. Rio de Janeiro: Record, 1987a.
- _____. **Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (Cerveja, Sanfona e Amor)**. 2. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- _____. **Santa Rita: Histórias da cidade morta e Os dias antigos**. 3. ed. Rio de Janeiro / Brasília: Civilização Brasileira / INL, 1977.
- _____. **Tempo Vida Solidão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. **Terra de Caruaru**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987b.
- _____. **Terra de Caruaru**. 6. ed. Posfácio de Edson Tavares. Caruaru-PE: W. D. Porto da Silva, 2011.
- _____. **Um Ramo para Luísa**. Rio de Janeiro: Record, 1987c.
- _____. **Vento do Amanhecer em Macambira**. Rio de Janeiro: Record, 1987d.
- _____. Vida Literária. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro-RJ, 01-02/05/1948, Cad. 2ª Seção, p. 8.
- COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura Brasileira**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- DALMAS, Selita Maria. **Uma estrela em Caruaru**. 1972, 62 p. Monografia. Instituto de Letras – PUC-RS, Porto Alegre-RS.
- DARNTON, Robert. **Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII**. Trad. de Myriam Campello. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- _____. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- DEPOIMENTOS. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro, outubro/71, 2º Cad., p. 4.
- DIAS, Kermógenes. Terra de Caruaru. **Jornal Vanguarda**, Caruaru-PE, 08/03/1964, p. 5.
- DOURADO, Autran. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro-RJ, 07/08/1971, Caderno B, p. 4.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: Introdução à arquetipologia geral. Trad. de Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**. Uma introdução. 4. ed. Trad. de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ENEIDA, **Romancistas também personagens**. São Paulo: Cultrix, 1962.

F., C. A. Maria Luiza fala – A permanência de José Condé. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro-RJ, setembro/1986, 1º Caderno, p. 2.

FERNANDES, Ronaldo Couto. História da Literatura Ocidental: a obra monumental de Otto Maria Carpeaux. In: CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Vol. I. São Paulo: Leya, 2011, p. XIX-XXXVI.

FERNANDES, Sebastião. O leitor dá as cartas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16/10/1971, 1º Caderno, p. 2.

FIGUEIREDO, Sérgio. Painel. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro-RJ, 05/10/1971, 1º Caderno, p. 6.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

_____. **O que é um autor?** Trad. de Antonio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Vega: Passagens, 1992.

FOWLER, Alastair. Género y canon literário. In: GARRIDO-GALLARDO, Miguel Angel. **Teoría de los géneros literários**. Madrid: Arco, 1988, p. 95-127.

FREYRE, Gilberto. “Os dias antigos”. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro-RJ, 21/07/1956.

_____. Prefácio. In: JULIÃO, Francisco. **Cachaça**. Recife-PE, Universitária, 2005.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira; FERRAZ, Geraldo Galvão. **Viva Pagu**. Fotobiografia de Patrícia Galvão. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Trad. de Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOES, Tânia. Coluna Gente muito especial. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22/06/1971, Caderno Anexo, p. 7.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. Trad. de Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

GRAIEB, Carlos. Os mais vendidos de 1999. **Veja**, edição nº 1628, São Paulo-SP, 15/12/1999, p. 215.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. Trad. de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz / Edusp, 1985.

HEMINGWAY, Ernest. **As verdes colinas de África**. 2. ed. Trad. de Guilherme de Castilho. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.

HOBBS, Thomas. **Leviatã** ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Trad. de Heloisa da Graça Burati. 1. ed., São Paulo: Rideel, 2005 (Biblioteca Clássica).

JAMBO, Arnaldo. Condé – conotações autográficas. **Diário de Pernambuco**, Recife-PE, 14/10/71, 1º caderno, p. 4.

JOBIM, José Luis. Introdução. In: _____ (org.) **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras Topbooks, 2001, p. 9-19.

JOSÉ Condé. Gente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro-RJ, 26/06/1971, 1º cad., p. 7.

JOSÉ Condé morre aos 52 anos no Hospital da Lagoa e deixa livro sem título. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro-RJ, 28/09/1971, 1º cad., p. 20.

JUREMA, Aderbal. José Condé, o escritor convicto. **Diário de Pernambuco**, Recife-PE, 16/10/71: 1º caderno, p. 4.

KENT, Princesa Michael of. **As grandes amantes da História**. Trad. de Cláudia Gerpe Duarte. Rio de Janeiro: Record/Rosa do Ventos, 1996.

KOTHE, Flávio Rene. **O cânone colonial**: Ensaio. Brasília-DF: Ed. UnB, 1997.

LAMARE, Germana de. As Sisudas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro-RJ, 04/10/1971, Caderno Bela, p. 2.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Trad. de Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1997. p. 11-50.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. P. 167-182.

LIMA, Alceu Amoroso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07/08/1971, Caderno B, p. 4.

LIMA, Laurênio. **Crônica de letras pernambucanas**. Recife-PE: Imprensa Universitária, 1965.

LINS, Álvaro. **Jornal de Crítica**. Sétima Série. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1963a

_____. **Os mortos de sobrecasaca**: Obras, Autores e Problemas da Literatura Brasileira. Ensaios e Estudos – 1940-1960. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963b.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008, p. VII-XXIII.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Trad. de Pedro Maia Soares. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINHO, Ana Maria Mão-de-Ferro. **Cânones literários e educação**. Os casos angolano e moçambicano. S.l.: Fund Calouste Gulberkian, 2001.

MAS, Daniel. Não é belo, não é rico e ainda perguntam porque não gostam dele. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro-RJ, 01/04/1970, Cad. “Anexo”, p. 5.

MASSA, Jean-Michel. A biblioteca de Machado de Assis. In: JOBIM, José Luís (org.). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras Topbooks, 2001, p. 21-33.

MEIRA, Mauritônio. Carinho. **Jornal Vanguarda**, Caruaru-PE, 27/09-03/10/1991, Caderno Especial José Condé, p. 2.

MELO, Afrânio. José, meu amigo. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro-RJ, outubro de 1971, 1º Caderno, p. 5.

MELO, Virgínio da Gama e. Diário de Condé. **Diário de Pernambuco**, Recife-PE, 22/10/1971a, 1º caderno, p. 4.

_____. O amigo Condé. **Diário de Pernambuco**, Recife-PE, 02/10/1971b, 1º caderno, p. 4.

MELO NETO, João Cabral. **Os melhores poemas**. Sel., Introd. e Notas de Antonio Carlos Secchin. Rio de Janeiro: Global, s.d.

MENEZES, Carlos. 36 anos de ausência de um grande autor: Condé. Revista *Caruaru Hoje*, Caruaru-PE, ano 8, nº 44, p. 51, outubro-novembro/2007.

MEYER, Augusto. **A forma secreta**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

MILLIET, Sérgio. **Diário Crítico**: julho de 1949 a dezembro de 1950. São Paulo: Martins, 1953 [7º vol.].

_____. **Diário Crítico**. (1955-1956). São Paulo: Martins, 1959 [10º vol.]

MIRANDA, José A. Bragança de; CASCAIS, Antonio Fernando. A lição de Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. de Antonio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Vega: Passagens, 1992, p. 5-28.

MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

MONTELLO, Josué. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro-RJ, 07/08/1971, Caderno B, p. 4.

MORAIS, Pessoa de. José Condé. **Diário de Pernambuco**, Recife-PE, 19/10/1971, 1º caderno, p. 4.

MOTA, Mauro. Agenda. **Diário de Pernambuco**. Recife-PE, 02/10/1971a, 1º caderno, p. 4.

_____. Condé, de tempo, vida e solidão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro-RJ, 30/10/1971b, Suplemento “Livro”, p. 3.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003 (Série Conexões).

NEVES, Vandragézilo. Uma elegia a José Condé, morto há 36 anos. *Revista Caruaru Hoje*, Caruaru-PE, ano 8, nº 45, p. 50, dezembro-janeiro de 2007-2008

NÓBREGA, Geralda Medeiros. Cultura em movimento na trajetória mítica. In: SILVA, Antonio de Pádua Dias da *et al.* **O mito do ciborgue e outras representações do imaginário**: androginia, identidade e cultura. João Pessoa-PB, Ed. Universitária/UFPB, 2004, p. 89-141.

OLIVEIRA, Franklin de. Homens & Bichos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro-RJ, 26/06/1971, Cad. Anexo, p. 7.

OS DEZ mais!. **A Folha de São Paulo**, São Paulo-SP, 03/01/1999, Caderno Mais, p. 5.

PASSOS, Claribalte. Uma evocação de infância. In: CONDÉ, José (org.). **A cana-de-açúcar na vida brasileira**. Textos coligidos. Rio de Janeiro: Inst do Açúcar e do Alcool, 1971.

PEDROSA, Milton. **Gol de Letra**: o futebol na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Gol, 1967.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. Trad. de José Teixeira Coelho Neto. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PEREZ, Renard. **Escritores brasileiros contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. A vida de José Condé. In: CONDÉ, José. **Pensão Riso da Noite**: Rua das Mágoas (cerveja, sanfona e amor). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 9-21.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Altas literaturas**. Escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Inútil poesia e outros ensaios breves**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PESSOA, Fernando. **Obra Poética**. Vol. Único. Sel., Org. e Notas de Maria Aliete Galhoz, Cronologia de João Gaspar Simões, Intr. de Nelly Novaes Coelho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987

_____. **Obras em prosa**. Org., Intr. e Notas de Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

PINTO, José Nêumanne. Um demão de prosa. In: _____ (sel.). **Os cem melhores poetas brasileiros do século**. São Paulo: Geração Editorial, 2001, p. 11-17.

PIRES, Daniel. **Dicionário das revistas literárias portuguesas do século XX**. Lisboa: Contexto, 1986.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2002 (Col. A Obra-Prima de cada Autor).

QUEIROZ, Dinah Silveira de. Nunca mais, José Condé. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 07/10/1971, caderno 1, pág. 10.

REBELO, Marques. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07/08/1971, Caderno B, p. 4.

REPERCUSSÃO da morte de José Condé. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro, nov/1971, 1º Cad., p. 1.

RODRIGUES, Celso. **Amo teu amor, Juliana**: homens, mulheres, fatos e ideias do meu tempo. Olinda-PE: Polys, 2006.

_____. Do escritor ao colunista. **Diário de Pernambuco**, Recife-PE, 08/01/1961, 3º caderno, p. 3.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Tomo I (1500-1830). Rio de Janeiro: B. R. Garnier, 1888. Disponível em:
<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01615110#page/1/mode/1up>>. Acesso em 15/03/2012.

_____. Prefácio. In: BARRETO, Tobias. **Polêmicas**. Aracaju-SE: Estado de Sergipe, 1926.

_____. **Zeveirissimações ineptas da crítica** (Repulsas e Desabafos). Porto: Commercio do Porto, 1909. [Disponível em
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01616600#page/1/mode/1up>, acesso em 20/09/12]

SALES, Fernando. Literatura e vida. In: RODRIGUES, Celso. **Amo teu amor, Juliana**: homens, mulheres, fatos e ideias do meu tempo. Olinda-PE: Polys, 2006, p. 121-2.

SANTOS, Veridiano José. **Falas da cidade**: um estudo sobre as estratégias discursivas que constituíram historicamente a cidade de Caruaru-PE (1950-1970). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História / CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2006. 129 p.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012 (Col. Vozes de Bolso).

SAVAGET, Edna. A carta que não seria lida. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro-RJ, novembro de 1971, 1º caderno, p. 1.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. *In*: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº 32, Brasília-DF, jul-dez/2008, p. 127-141.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Bertino. Unido pela fé. *In*: RODRIGUES, Celso. **Amo teu amor, Juliana**: homens, mulheres, fatos e ideias do meu tempo. Olinda-PE: Polys, 2006, p. 112-3.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (org.). **Arquivos literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

TAVARES, Edson. **Nítido como um girassol**. Metamorfoses do olhar em Alberto Caeiro. João Pessoa-PB: Ideia, 2003.

TAVARES, Hênio. **Teoria Literária**. Belo Horizonte: Vila Rica, 1996.

TEJO, Limeira. **Enéias**: memórias de uma geração ressentida. 2. ed. Caruaru-PE: Prefeitura Municipal/CESPAM, 2009.

TINHORÃO, José Ramos. **A música popular no romance brasileiro** (vol. III: século XX [2ª parte]). 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

TORRES, Luiz. Vitalino, os Condés e Caruaru. **Jornal Vanguarda**. Caruaru-PE, 20/11/1960, 1º cad., p. 1.

UNAMUNO, Miguel de. **En torno al casticismo**. 3. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1952.

VENTURA, Roberto. História e Crítica e Sílvia Romero. *In*: ROMERO, Sílvia. **Compêndio de História da Literatura Brasileira**. Org. de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

VERÍSSIMO, José. **O que é literatura? e outros escritos**. São Paulo: Landy, 2001.

VIANNA, Glória. Revendo a biblioteca de Machado de Assis. *In*: JOBIM, José Luís (org.). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras Topbooks, 2001, p. 100-247.

VIEIRA, Pe. Antonio. **Sermões**. Porto/Lisboa: Lello & Irmãos / Ailland & Lellos, 1945 (I vol.).

VILLAÇA, Antonio Carlos. Literatura e Vida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro-RJ, 12/07/1975, Caderno B, p. 5.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 247-65

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

XAVIER, Raul. A ficção. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro-RJ, outubro/71, 2º Cad., p. 4.

ZILBERMAN, Regina. O jornal e a vida literária brasileira. *In*: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre-RS: Nova Prova, 2007, p. 11-13.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. **O berço do cânone: textos fundadores da literatura brasileira**. Porto Alegre: 1998.